UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional em Educação

Bárbara Aparecida Rocha

OS IMPACTOS DO PROGRAMA REUNI NA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA DE BELAS ARTES – UFMG

Diamantina
2018

Bárbara Aparecida Rocha

OS IMPACTOS DO PROGRAMA REUNI NA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA DE BELAS ARTES – UFMG

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Geruza de Fátima Tomé Sabino

Diamantina
2018

Elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R672i Rocha, Barbara Aparecida.
Os impactos do programa Reuni na gestão administrativa da EBA - UFMG / Barbara Aparecida Rocha.- Diamantina, 2018.
363 p. : il.

Orientadora: Geruza Fátima Tomé Sabino

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

1. Ensino superior. 2. Ensino superior – avaliação. 3. Universidades e faculdades. I. Sabino, Geruza Fátima Tomé. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 378.81

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Ivanilton Antônio de Oliveira CRB-6/3359

BARBARA APARECIDA ROCHA

OS IMPACTOS DO PROGRAMA REUNI NA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA EBA-UFMG

Dissertação apresentada ao MESTRADO EM EDUCAÇÃO, nível de MESTRADO como parte dos requisitos para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO

Orientador (a): Prof.ª Dr.ª Geruza De Fátima Tomé Sabino

Data da aprovação: 19/10/2018

Profª.Dr.ª GERUZA DE FÁTIMA TOMÉ SABINO - UFVJM

Prof.Dr. FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA - UFVJM

Profª.Dr.ª DAYSE LUCIDE SILVA SANTOS - IFNMG

Dedico este trabalho ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A experiência de produzir em comunhão com os docentes que me orientaram nesta investigação foi uma das melhores vivências em minha jornada acadêmica. Um muito obrigada a todos!

AGRADECIMENTOS

O início de meu trabalho como pesquisadora começou, efetivamente, no primeiro contato promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd da UFVJM, através do retorno recebido pelo Professor Flávio César Freitas Vieira no qual apontava a necessidade de me posicionar diante desta nova situação: ser mestre. Era preciso vivenciá-la, experimentá-la, amadurecê-la ao longo de todo percurso, direcionando-a não apenas na obtenção material de um título, mas de um real sentido – o sentido educacional. Assim, tenho o grande prazer de hoje conquistar em minha vida profissional não apenas este nome, mas o verdadeiro sentido por trás dele: o de ser mestre em educação e para a educação. E agradeço ao professor Flávio, ainda, pelas contribuições científicas a mim dedicadas neste caminho.

A partir de então, tive a honrosa oportunidade de estar imersa em um universo intelectual bastante incentivador que foi desenvolvido pelos permanentes contatos com professores do Programa e alunos da pós-graduação empenhados em entender o quão significativo é a obtenção deste privilégio único de aprender ensinando e ensinar aprendendo, dando significado ao conceito de mestre defendido por Paulo Freire: educar-se entre si sendo mediados pelo mundo, aprendendo com a realidade e transformando-a. Devo parte significativa da minha dissertação a esse convívio e às discussões presenciadas.

Quero agradecer à minha orientadora, Prof.ª Doutora Geruza de Fátima Tomé Sabino pelo incentivo e empenho dedicados ao nosso trabalho. Destaco ainda o apoio incondicional prestado, a forma interessada, extraordinária e pertinente como acompanhou a realização desta pesquisa. A respeito das críticas construtivas, as discussões e reflexões afirmo que foram fundamentais ao longo de todo o percurso. Ademais, não posso me esquecer da sua grande contribuição para o meu crescimento como investigadora, logo no início do mestrado. Serei eternamente grata por todo o apoio.

Agradeço a colaboração da Professora Dayse Lucide Silva Santos por toda simpatia, apoio, e disponibilidades demonstrados. Saliento que a participação dela foi fundamental para a concretização da investigação, trazendo uma vasta experiência acadêmica e um olhar cultural peculiar para o trabalho.

Agradeço a Universidade Federal de Minas Gerais, em especial a unidade acadêmica Escola de Belas Artes (EBA-UFMG) por ser palco desta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos à Diretoria da EBA-UFMG, aos amigos e colegas dos setores de contabilidade, departamentos acadêmicos, secretarias de colegiados de graduação e pós-

graduação, secretaria-geral, biblioteca, superintendência, compras e licitações, patrimônio, seção de pessoal, seção de logística e seção de ensino que me auxiliaram com a coleta dos dados investigados.

Todo louvor a minha família, meu esposo Cássio pelo apoio incondicional e meus gatinhos Nick e Sophie por trazerem risadas aos momentos de lacunas mentais que logo eram preenchidos por muito carinho e ronronar. Agradeço a minha mãe e avó queridas pela compreensão da ausência necessária e aos meus irmãos pelo carinho. Agradeço aos amigos por sempre torcerem para minha vitória e estarem presentes em cada dia, tornando a vida mais plena. Agradeço a Deus, pois sem a presença dele e sua bondade constante em minha vida, nada teria sido alcançado.

Ao falar sobre Educação, Paulo Freire partia de um pressuposto segundo o qual "*não há docência sem discência*", pois "*quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*". (FREIRE, 1996, p. 25 grifo do autor).

RESUMO

Esta pesquisa relata o histórico da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (EBA-UFMG) e a sua participação no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI – Decreto nº 6.096/07). A metodologia foi de natureza documental com estudo de caso e abordagem quantitativa. E, em especial, avalia-se três dimensões da implantação desse Programa entre 2007 e 2016. Na primeira dimensão, foi analisado o aumento de vagas, contabilizando-se os quantitativos de discentes ingressantes, diplomados e evadidos dos cursos contemplados. Houve um crescimento significativo de ingressantes em cada um dos cursos e os índices de evasão foram mínimos, cumprindo a meta de 10,8% estabelecida pela universidade ao aderir ao REUNI. Na segunda dimensão, foram avaliadas a reestruturação acadêmico curricular, os recursos humanos e a infraestrutura física. O objetivo da reestruturação foi aumentar a oferta no fluxo das disciplinas para que os alunos pudessem reduzir o tempo investido nos percursos curriculares, diminuindo a retenção nos cursos. De recursos humanos, entraram 78 professores sendo a maioria da classe Assistente em Dedicação Exclusiva, seguidos pela classe Adjunto em Dedicação Exclusiva. O corpo técnico-administrativo recebeu 17 novos técnicos. Em relação à infraestrutura física, as readequações espaciais mais relevantes ocorridas foram o deslocamento dos alunos do curso Design de Moda para o Centro de Estudos e Pesquisas em Moda e dos alunos da habilitação em Gravura, do curso de Artes Visuais, para a Casa da Gravura. O prédio novo não foi concluído e as obras estavam paralisadas até o encerramento deste estudo. Na terceira dimensão, verificou-se na pós-graduação as taxas de ocupação e as estratégias criadas pela Pró-Reitoria de Graduação e pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFMG para aproximar esses dois níveis de ensino. As taxas de ocupação variaram de 68% a 100%, tendo 75% de ingressantes em 2013. Em 2015, foi observada a ocupação de 95% das vagas da pós-graduação decorrentes dos altos índices de conclusão de curso em nível de graduação. Após a análise dos dados coletados, percebe-se que o aumento no número de vagas para ingresso nos cursos, a revisão da estrutura acadêmica e reorganização dos cursos de graduação, bem como a readequação dos espaços físicos, a expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação e o aumento do quantitativo docente e técnico-administrativo da unidade contribuíram, de maneira geral, positivamente para a EBA-UFMG.

Palavras-chave: Gestão da EBA-UFMG. Ensino Superior. Políticas públicas. REUNI.

ABSTRACT

This research reports the history of the Escola de Belas Artes of the Universidade Federal de Minas Gerais (EBA-UFMG – School of Fine Arts of the Federal University of Minas Gerais) and its participation in the Program to Support Plans of Restructuring and Expansion of the Federal Universities (REUNI – Decree nº 6,096 / 07). The methodology was documental with case study and quantitative approach. In particular, three dimensions of the implementation of this Program will be assessed between 2007 and 2016. In the first dimension, it was analyzed the increasing of occupations, counting the quantitative of incoming students, graduates and school dropout of the contemplated courses. There was a significant increase in enrollment in each of the courses, and dropout rates were minimal, meeting the 10.8% goal set by the university when it joined the REUNI. In the second dimension, there were evaluated the academic curriculum restructuring, the human resources and changes in physical infrastructure. The objective was to increase the supply in the flow of the disciplines, so that the students could reduce the time invested in the course, reducing the courses retention. In terms of human resources, 78 teachers joined the majority of the Assistant Dedication Class, followed by the Adjunct Class in Exclusive Dedication. The technical-administrative staff received 17 new technicians. About the physical infrastructure, the most relevant spatial adjustments were the displacement of the students from the Fashion Design course to the Center for Studies and Research in Fashion and the students of Engraving, from the Visual Arts course to the House of Engraving. The new building was not completed, and the works have been paralyzed until the end of this study. In the third dimension, there were verified the post-graduation occupancy rates and the strategies created by Pro-Rectory of Graduation and Council of Education Research and Extension of UFMG to approximate these two levels of education. The occupancy rates ranged from 68% to 100%, with 75% of new entrants in 2013. In 2015, 95% of the postgraduate vacancies were observed due to high graduation rates at undergraduate level. After analyzing the collected data, it is noticed that the increase in the number of places for admission to the courses, the revision of the academic structure and reorganization of the undergraduate courses, as well as the re-adaptation of the physical spaces, the qualitative and quantitative expansion of the post-graduation and the increase in the number of teaching and technical-administrative staff contributed positively to the EBA-UFMG.

Keywords: EBA-UFMG Management. Higher education. Public policy. REUNI.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fases do processo histórico da Educação Superior 41
Figura 2 – Síntese do período republicano 44
Figura 3 – Modelo de universidade: anos 1980 (Europa) e 1990 (Brasil) 50
Figura 4 – Modo de operação do taylorismo acadêmico 51
Figura 5 – Governo Lula e governo FHC: ações no Ensino Superior 55
Figura 6 – Linha do tempo: reformas na Educação Superior no século XX 59
Figura 7 – CAD 1: Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais (UFMG) 64
Figura 8 – CAD 2: Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas (UFMG) 64
Figura 9 – CAD 3: Centro de Atividades Didáticas de Ciências Exatas (UFMG) 65
Figura 10 – Espaço Casa da Gravura 100
Figura 11 – Casa da Gravura 100
Figura 12 – Centro de Estudos e Pesquisas em Moda (esquema estrutural) 101
Figura 13 – Centro de Estudos e Pesquisas em Moda (foto) 101
Figura 14 – Espaço interno EBA-UFMG 102
Figura 15 – EBA-UFMG 103
Figura 16 – Prédio da EBA-UFMG em obras 105
Figura 17 – Organograma administrativo da EBA-UFMG 107
Figura 18 – Organograma acadêmico da EBA-UFMG 108
Figura 19 – Espaço Interno CECOR 109
Figura 20 – Foto do CECOR 109
Figura 21 – Foto do T.U. 111
Figura 22 – Espaço interno do T.U. 112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de cursos implantados por turno na UFMG – 2008 a 2012 68

Gráfico 2 – Quantidade de vagas implantadas por turno UFMG – 2008 a 2012 68

Gráfico 3 – Quantitativo de vagas implantadas por grandes áreas – UFMG – 2008 a 2012 ... 69

Gráfico 4 – Cursos com vagas ampliadas pelo REUNI na UFMG – 2008 a 2012 71

Gráfico 5 – Soma das vagas ampliadas pelo REUNI na UFMG – 2008 a 2012 71

Gráfico 6 – Vagas ofertadas no Prof-Artes – 2012 e 2018 97

Gráfico 7 – Alunos titulados no CEEAV-TC de 2009-2017 98

Gráfico 8 – Movimentação de crédito orçamentário da EBA-UFMG – 2008 a 2014..... 132

Gráfico 9 – Movimentação de crédito total da EBA-UFMG – 2008 a 2014..... 133

Gráfico 10 – Distribuição percentual de ingressantes na EBA-UFMG – 2008 a 2016..... 138

Gráfico 11 – Distribuição percentual de concluintes na EBA-UFMG – 2008 a 2016 139

Gráfico 12 – Distribuição percentual de evadidos na EBA-UFMG – 2008 a 2016 141

Gráfico 13 – Curso de destino dos alunos da EBA que evadiram entre 2008 e 2016 142

Gráfico 14 – Distribuição dos alunos de Artes Visuais entre 2008 e 2016 145

Gráfico 15 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Artes Visuais 146

Gráfico 16 – Distribuição dos alunos de Cinema Animação A. Digitais entre 2008 e 2016 147

Gráfico 17 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2009/1 a 2016/2 – Cinema de Animação e Artes Digitais 147

Gráfico 18 – Distribuição dos alunos de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis entre 2008 e 2016 148

Gráfico 19 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2009/1 a 2016/2 – Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis 148

Gráfico 20 – Distribuição dos alunos de Dança entre 2008 e 2016 149

Gráfico 21 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Dança 150

Gráfico 22 – Distribuição dos alunos de Design de Moda entre 2008 e 2016..... 151

Gráfico 23 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Design de Moda 151

Gráfico 24 – Bolsas FUMP distribuídas aos alunos EBA-UFMG – 2014 a 2016..... 159

Gráfico 25 – Entrada de TAEs na EBA-UFMG – 2008 a 2012. 165

Gráfico 26 – Classe dos TAEs na EBA-UFMG – 2008 a 2012. 166

Gráfico 27 – Entrada de docentes na EBA-UFMG – 2008 a 2012. 168

Gráfico 28 – Vagas aprovadas e ocupadas na pós-graduação *stricto sensu* da EBA-UFMG – 2008 a 2015..... 171

Gráfico 29 – Produção científica da pós-graduação *stricto sensu* EBA-UFMG – 2007 a 2016 172

Gráfico 30 – Valores investidos e quantidade de projetos com fomentos na pós-graduação *stricto sensu* EBA-UFMG – 2008 a 2016..... 173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões do REUNI – Decreto nº 6.096/07 56

Quadro 2 – Resumo das salas de aula dos CADs 65

Quadro 3 – Provas específicas de habilidades na segunda etapa do vestibular UFMG 84

Quadro 4 – Ajustes curriculares CCR, relações étnico-raciais 119

Quadro 5 – Ajustes curriculares CCR, direitos humanos 119

Quadro 6 – Ajustes curriculares CCR, educação ambiental 120

Quadro 7 – Disciplinas retiradas do currículo atual de Dança 124

Quadro 8 – Disciplinas criadas para atender ao ajuste curricular da Resolução MEC nº 2, de julho de 2015 125

Quadro 9 – Ajustes curriculares em Design de Moda, relações étnico-raciais 126

Quadro 10 – Ajustes curriculares em Design de Moda, direitos humanos 127

Quadro 11 – Ajustes curriculares em Design de Moda, educação ambiental 127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos de graduação implantados na UFMG entre 2008 e 2012 66

Tabela 2 – Cursos de graduação com vagas ampliadas na UFMG entre 2008 e 2012 70

Tabela 3 – Cargos docentes na UFMG em 2011 72

Tabela 4 – Cargos técnico-administrativos na UFMG em 2011 72

Tabela 5 – Cargos docentes e técnico-administrativos na UFMG em 2013 72

Tabela 6 – Estimativa de crescimento da UFMG com REUNI 73

Tabela 7 – Recursos inicialmente previstos e número de docentes destinados aos cursos criados pelo REUNI na EBA-UFMG 80

Tabela 8 – Cursos impactados/criados pelo REUNI na EBA-UFMG 92

Tabela 9 – Quantitativo de bolsas de estágio para docência na pós-graduação da EBA-UFMG 94

Tabela 10 – Relatório de Alunos EBA-UFMG em 2018 114

Tabela 11 – Previsão de recursos financeiros do REUNI para EBA-UFMG 134

Tabela 12 – Dados sobre a renda *per capita* dos estudantes da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016 157

Tabela 13 – Gênero dos alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016 157

Tabela 14 – Autodeclaração de cor/raça alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016 158

Tabela 15 – Faixa etária dos alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016 .. 159

Tabela 16 – Indicador de Funcionário Equivalente sem H.U./Professor Equivalente EBA-UFMG 164

Tabela 17 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Artes Plásticas ... 167

Tabela 18 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema 167

Tabela 19 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Desenho. 167

Tabela 20 – Quantitativo de bolsas de estágio-docência na pós-graduação *stricto sensu* – EBA-UFMG, 2008 a 2012 170

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMP – Apoio Acadêmico Mendes Pimentel

ABRACE – Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas

BAEP – Bolsa Auxílio à Educação Pré-Escolar

BAID – Bolsa de Acesso à Informação Digital

BAM – Bolsa Auxílio Moradia

BAO – Bolsa Auxílio Óculos

BAP – Bolsa Apadrinhamento

BAT – Bolsa Auxílio Transporte

BLBA – Bolsa Acesso ao Livro Bernardo Álvares

BM – Banco Mundial

BMA – Bolsa Auxílio Material Acadêmico

BMBA – Bolsa Manutenção Bernardo Álvares

BMBV – Bolsa Manutenção Baeta Viana

CAAD – Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais

CAD – Centro de Atividades Didáticas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCR – Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

CECOR – Centro de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

CEEAV-TC – Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DCC – Departamento de Ciência da Computação

DFTC – Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema

DLO – Departamento de Logística de Suprimentos e Serviços Operacionais.

DRCA – Departamento de Registro e Controle Acadêmico

EBA – Escola de Belas Artes

EBA-UFMG – Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUMP – Fundação Universitária Mendes Pimentel

ICA – Instituto de Ciências Agrárias

ICEX – Instituto de Ciências Exatas

ICTs – Instituições Científicas e Tecnológicas

IEAT – Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LULA – Luiz Inácio Lula da Silva

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

MHNJB – Museu de História Natural e Jardim Botânico

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNE – Plano Nacional da Educação

PPGArtes – Pós-Graduação em Artes

PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação

PRA – Pró-Reitoria de Administração

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento

PRORH – Pró-Reitoria de Recursos Humanos

PROUNI – Programa Universidade para todos

PRPq – Pró-Reitoria de Pesquisa

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RSG – Rendimento Semestral Global

SESU/MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCH – Teoria do Capital Humano

TU – Teatro Universitário

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UMG – Universidade de Minas Gerais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

USFJ – Universidade Federal de São João Del Rei

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 33

2 PANORAMA SOBRE AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NOS SÉCULOS XX E XXI 41

2.1 Reestruturações no Ensino Superior Público Brasileiro 41

2.2 Reformas Educacionais nas Universidades Públicas Brasileiras a partir do Século XXI 53

3 A ESCOLA DE BELAS ARTES DA UFMG: CARACTERIZAÇÃO E ADESÃO AO REUNI 75

3.1 História da Escola de Belas Artes 75

3.2 Adesão da Escola de Belas Artes ao REUNI 78

3.3 Panorama Atual dos Cursos da EBA-UFMG 82

3.3.1 Acesso aos cursos da Escola de Belas Artes 83

3.3.2 Criação dos cursos da EBA-UFMG 85

3.3.2.1 Artes Visuais 85

3.3.2.2 Design de Moda 88

3.3.2.3 Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis 89

3.3.2.4 Dança 90

3.3.2.5 Cinema de Animação e Artes Digitais 91

3.3.2.6 Teatro 91

3.3.3 Pós-graduação na Escola de Belas Artes 93

3.3.3.1 Mestrado e doutorado 93

3.3.3.2 Mestrado Profissional em Artes – PROF-ARTES 95

3.3.3.3 Especialização 97

3.4 Infraestrutura da Escola de Belas Artes 99

3.4.1 Espaços externos utilizados pela EBA-UFMG 99

3.4.1.1 Espaços internos da EBA-UFMG 102

3.4.1.2 Laboratórios da EBA-UFMG 105

3.4.1.3 Salas especializadas para ensino 106

3.4.2 Teatro Universitário 111

3.5 Quantitativo de Alunos por Curso da EBA-UFMG 114

4 AJUSTES CURRICULARES DEMANDADOS NOS CURSOS IMPACTADOS PELO REUNI 117

4.1 Ajustes Curriculares do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis 117

4.1.1 Ajustes Curriculares do Curso de Artes Visuais 120

4.1.2 Ajustes curriculares do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais 121

4.1.3 Ajustes curriculares do Curso de Dança 124

4.1.4 Ajustes curriculares do Curso de Design de Moda 126

5 DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA REUNI NA EBA-UFMG: DADOS E DISCUSSÕES 131

5.1 Análise da Movimentação de Crédito Orçamentário da EBA-UFMG no Período REUNI 131

5.2 Análise da Dimensão 1 do Programa REUNI – Ampliação de Vagas: Ingresso, Conclusão e Evasão 137

5.2.1 Análise geral da EBA-UFMG na Dimensão 1 137

5.3 Análise por Curso da EBA-UFMG: Alunos Ingressantes, Concluintes, Evadidos – Período REUNI 143

5.3.1 Curso de Artes Visuais 144

5.3.2 Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais 146

5.3.3 Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis 148

5.3.4 Curso de Dança 149

5.3.5 Curso de Design de Moda 150

5.4 Conclusões Gerais sobre o perfil de Alunos Ingressantes, concluídos e evadidos nos cursos da EBA-UFMG 152

5.4.1 Perfil socioeconômico dos alunos da EBA-UFMG assistidos pelas bolsas da FUMP 154

5.4.2 Breves conclusões acerca dos dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos da EBA-UFMG assistidos pelas bolsas da FUMP 160

5.5 Análise do Quantitativo de Técnicos-administrativos em Educação da EBA-UFMG 163

5.6 Análise do Quantitativo de Docentes da EBA-UFMG e as Contribuições da Pós-graduação na Graduação 166

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 175

REFERÊNCIAS 181

APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO 205

ANEXO 1 – MAPA DA UFMG – *CAMPUS* PAMPULHA 363

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo vincula-se ao Mestrado Profissional em Educação, na área de concentração em Educação e Gestão de Instituições Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Trata-se da avaliação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado pelo Governo Federal através do Decreto nº 6.096/07. O referido programa estabeleceu objetivos para que as universidades ampliassem o acesso e a permanência na educação superior.

A implantação do REUNI introduziu uma forma de gerenciamento que vinculou o financiamento da educação superior pública às metas que deveriam ser alcançadas, em um prazo determinado – 2008 a 2012 – propondo um modelo de gestão de resultados. Além disso, o programa pleiteava um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes (BRASIL, 2007).

O REUNI também tinha por "objetivo ser uma resposta do Estado à crise do sistema de ensino superior" pelo qual o país havia passado nos anos anteriores e uma forma de "valorizar a introdução de novos arranjos organizacionais e novos mecanismos de gestão". Isso permitiria a eficiência na utilização dos recursos, promovendo efetividade na "gestão dos gastos públicos aliada ao pressuposto de que a contratualização de resultados era a melhor saída para resolver os problemas de expansão do sistema em curto prazo" (ARAUJO; PINHEIRO, 2010, p. 644).

Nos últimos 5 (cinco) anos, é necessário considerar que diversos estudos têm realizado a análise dos impactos do Programa REUNI seja sob a ótica gerencial, seja sob a pedagógica, relatando os pontos positivos e negativos desta política pública implementada[1]. Tendo em vista o alto número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que aderiram ao programa, optou-se pela escolha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, mais especificamente, da unidade acadêmica Escola de Belas Artes (EBA-UFMG) como objeto desse trabalho.

[1] Recentes estudos sobre o REUNI nas Universidades Federais: SOUZA, M. C. S. C. *O programa REUNI na Universidade Federal de Uberlândia*. 2013. SILVA, C. O. *O programa REUNI na Universidade Federal de Santa Catarina*. 2014. ANDRADE, A. C. *Os governos FHC e Lula e a ressignificação do neodesenvolvimentismo*: o REUNI. 2013. COSTA, A. P. D. *O REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora*: uma análise dos bacharelados interdisciplinares. 2014. SABOIA, R. M. *O REUNI na UFAM*: repercussões na gestão pedagógica. 2015. FILARDI, A. M. B. *As contradições do Programa REUNI*: o caso das Ciências Sociais na UFSCar. 2014. SILVA, A. F. *O REUNI entre a expansão e a reestruturação*: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular. 2014.

A decisão foi baseada levando-se em consideração dois fatores: o primeiro é a não existência de um estudo envolvendo os aspectos de gestão administrativa dos recursos de implementação do Programa REUNI dentro da EBA-UFMG, o que acentua o caráter relevante deste estudo para a gestão universitária pública sob o ponto de vista acadêmico. O segundo fator justifica-se pelo cunho pessoal, uma vez que a pesquisadora procura responder aos anseios pessoais presenciados no ambiente de trabalho, pois é servidora técnico-administrativo lotada na Escola de Belas Artes da UFMG.

As primeiras instituições de nível superior em Minas Gerais foram criadas na cidade de Ouro Preto e datam da época a Escola de Farmácia em 1839, a Escola de Minas e a Faculdade de Direito, ambas, em 1892. A Universidade de Minas Gerais (UMG) foi criada em 7 de setembro de 1927, a partir da reunião das faculdades isoladas de Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia e Engenharia. O autor do projeto de lei que criou a UMG, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi o mesmo que nomeou o primeiro reitor da universidade, Francisco Mendes Pimentel. A reitoria da UMG estava sediada no prédio da Faculdade de Direito. Federalizou-se em 1950, porém, foi nomeada como Universidade Federal de Minas Gerais apenas em 1965.

A EBA-UFMG foi criada em 05 de abril de 1957, inicialmente, sob a forma de Curso de Arte na Escola de Arquitetura da UFMG. Posteriormente, foi transformada em Unidade Acadêmica que se integrou ao sistema de Ensino Superior da Universidade por meio do Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 62.317 de 28 de fevereiro de 1968.Atualmente, essa unidade acadêmica possui quatro cursos que foram criados através do REUNI: Cinema de Animação e Artes Digitais, Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, Dança e Design de Moda.

Esta pesquisa tendo por enfoque a gestão administrativa referente à estrutura física e de pessoal avaliará três dimensões do programa. A primeira dimensão relaciona-se à ampliação da oferta de educação superior pública contabilizando os quantitativos de discentes ingressantes, diplomados e evadidos nos cursos que foram atingidos pelo REUNI. Logo após, analisar-se-á na segunda dimensão a reestruturação acadêmico curricular, avaliando os impactos nos cursos em quantitativo de vagas e ajustes curriculares demandados (alterações de itinerários formativos, readequação de grade curricular e estrutura física- laboratórios e salas de aula práticas). Por último, na terceira dimensão, será averiguado o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação analisados por meio dos procedimentos que foram tomados na EBA-UFMG aproximando

esses dois níveis de ensino. Os indicadores para o processo avaliativo serão utilizados tendo como referência o Decreto nº 6.096/07.

Serão apresentados o histórico de criação da unidade acadêmica em estudo e sua participação nas discussões sobre a implantação do REUNI na UFMG; os dados sobre a pactuação da EBA-UFMG com o programa, demonstrando a movimentação orçamentária, os aspectos relacionados às adequações na infraestrutura e ajustes realizados no corpo docente e técnico administrativo da unidade, por fim, produzir-se-á um relatório técnico, como produto tangível da pesquisa para a gestão da unidade acadêmica.

O lapso temporal adotado na pesquisa será dos anos de 2007 a 2016, pois refere-se à data inicial das discussões para a implantação do programa que teve seu início efetivo na UFMG em 2008 e às remanescências como algumas verbas de cunho financeiro, que advieram do programa após a predeterminação oficial do seu encerramento no ano de 2012.

A base de dados para essa pesquisa foi constituída pelos relatórios de gestão e de atividades dos anos de 2007 a 2016 disponíveis nos endereços eletrônicos que a universidade possui como meio de transparência das suas ações à sociedade, e nos demais documentos físicos, tais como: relatórios, ofícios, memorandos, atas, decisões, resoluções e comunicados advindos da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento do órgão com referência às demais Pró-Reitorias de: Administração, Graduação e Recursos Humanos. Também como em documentos que se encontram na Secretaria-Geral e nos Departamentos da EBA-UFMG. Complementando a realização da análise de fontes primárias serão verificados ainda os documentos que orientaram o programa dentro da EBA e o plano de adesão na UFMG.

O encaminhamento metodológico assumirá uma perspectiva de estudo de caso com pesquisa documental e suas etapas, enquadrando-se em uma abordagem quali-quantitativa, com apresentação gráfica e estatística dos dados investigados e posterior reflexões.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174) os procedimentos para a coleta de dados são muitos e variam segundo as circunstâncias e o tipo de investigação. Entre as técnicas de pesquisa utilizadas, as autoras afirmam que:

> O levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: por meio de pesquisa documental (ou de fontes primárias, nesse caso documentos de arquivos públicos) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias, no caso boletins, jornais, revistas, teses, livros e dissertações entre outros). (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174)

Nesta pesquisa os dados serão coletados por meio das seguintes técnicas: Pesquisa Bibliográfica em livros, boletins revistas especializadas, jornais, monografias, teses e

dissertações e quaisquer meios de comunicação oral (entrevistas, audiovisuais) contendo os dados pertinentes ao assunto. Pesquisa Documental na EBA-UFMG e nas Pró-Reitorias de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN), de Administração (PRA), de Graduação (PROGRAD) e de Recursos Humanos (PRORH) e Pesquisa Documental Geral sobre memória e história da educação superior brasileira, caracterização da história da UFMG e da EBA – UFMG, diretrizes e os programas do governo direcionados à educação superior pública brasileira, leis, decretos, portarias referentes ao REUNI, histórico dos programas de políticas públicas aplicadas ao ensino superior brasileiro, portais da web e outros documentos oficiais do Governo Federal, a fim de identificar e analisar os aspectos essenciais para essa pesquisa que compõem o ensino superior público brasileiro.

Para investigação será utilizada a pesquisa exploratória buscando uma maior proximidade com o problema a ser analisado e os variados aspectos que podem influenciá-lo. Sobre a definição de pesquisa exploratória Gil (2007, p. 41) afirma que tem como objetivo:

> Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão dos fatos. (GIL, 2007, p. 41).

A ideia principal da pesquisa é promover ações que envolvam a leitura de fontes bibliográficas e documentais que permitam analisar as características em uma determinada população de um ambiente universitário e a sua realidade gerencial e operacional. Dessa maneira, pela própria natureza do problema, a pesquisa ocorrerá com a inserção do pesquisador no próprio ambiente de pesquisa.

Cervo *et al*. (2007, p. 22) pontuam que a pesquisa exploratória não exige a formulação de hipóteses para serem testadas, mas opta por definir objetivos e investigar mais informações sobre determinado assunto de estudo. A pesquisa exploratória é recomendada quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado.

A leitura exploratória dos documentos permitiu o avanço sobre um terreno ainda pouco conhecido, surgindo da necessidade de se mapear e levantar dados para análise sobre os impactos causados pelo Programa REUNI na gestão administrativa da EBA-UFMG enfatizando os aspectos da estrutura física e de pessoal.

A respeito dos procedimentos técnicos, o presente estudo se caracteriza dentro da análise documental, uma vez que se utilizou documentos diversos já elaborados sobre o tema, como livros, revistas, atas, ofícios jornais e mídias eletrônicas acessíveis ao público em geral.

Considera-se a análise documental uma técnica valiosa para levantamento de dados em pesquisas qualitativas, seja para aprofundamento sobre um tema dado, seja para identificar novos aspectos. Permite, também, que o pesquisador identifique informações factuais de acordo com o seu interesse através de um baixo custo para acesso a informação e relativa facilidade de acesso aos dados (muitas vezes disponíveis em canais eletrônicos). De acordo com Minayo *et al*. (2009, p. 32), esse é o método que tem sido comumente adotado no tratamento de dados de pesquisas qualitativas. A análise dos documentos foi baseada nos critérios de análise de conteúdo, os quais permitem a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Bardin (1977, p. 42) afirma que a análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens", ou seja, configura-se como a obtenção de indicadores que autorizam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Destarte, a análise do conteúdo na presente pesquisa foi subdividida em três etapas. A primeira constituiu-se como **Pré-análise**, na qual, foi realizada uma leitura flutuante através dos documentos levantados na instituição estudada. Através desse procedimento, foi possível realizar a delimitação dos documentos e definição de categorias para análise. A segunda caracterizada como **Exploração do material** consistiu em uma fase mais aprofundada, em que os documentos foram minuciosamente verificados, classificados em suas categorias no intuito de encontrar uma definição de "núcleos de sentidos" e vinculados à pesquisa. Na terceira, e última etapa, realizou-se o **Tratamento dos resultados obtidos** em que se identificaram os resultados válidos a partir das inferências e da interpretação das informações obtidas (BARDIN, 2011, p. 127, grifo nosso).

Gil (2010, p. 138) demonstra que o estudo de caso tem uma "utilização maior em estudos exploratórios e descritivos" e pode ser importante para fornecer respostas relativas a causas em determinados fenômenos. Para Yin (2001, p. 226) "o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudo de caso único quanto múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa".

Acredita-se que esse tipo de método costuma ser “útil na exploração de novos processos ou comportamentos e novas descobertas. Essas descobertas têm a importante função de gerar hipóteses e construir teorias e explorar casos atípicos ou extremos para melhor compreender os processos.” (YIN, 2001, p. 149).

Os estudos de caso têm várias aplicações. Para Ventura (2007, p. 4) o “estudo de caso é apropriado para pesquisadores individuais, pois oferece a possibilidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período determinado”. Dessa forma, o autor afirma que costuma ser oportuno utilizar-se do estudo de caso para investigação de fenômenos quando “há muita diversidade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas determinando o nível de importância de cada uma dessas causas”. Esta pesquisa enquadra-se, portanto, na abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório com pressupostos de estudo de caso.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro deles discorrerá sobre a educação superior no Brasil no contexto das reformas do ensino até a concepção do REUNI e as particularidades nas ações propostas que descrevam a adesão da UFMG ao programa.

No segundo capítulo será caracterizada a EBA-UFMG, objeto desse estudo, através do seu histórico de criação, suas demandas e participação nas discussões sobre a implementação do REUNI.

Já no terceiro capítulo serão identificados e apresentados a coleta dos dados e resultados sobre a pactuação dos cursos da EBA-UFMG advindos e/ou impactados pelo programa demonstrando a movimentação orçamentária, os aspectos relacionados às adequações na infraestrutura e ajustes realizados no corpo docente e técnico administrativo da unidade. Exibir-se-ão ainda os elementos analisados referentes às três dimensões do programa que fazem parte deste estudo.

Por fim, no quarto e último capítulo, serão realizadas as considerações finais acerca das ações ocorridas na estrutura física e de pessoal da EBA-UFMG no contexto do REUNI, bem como sugestões para as possíveis formas de extensão desta pesquisa.

Acredita-se que o aumento no número de vagas para ingresso nos cursos, a revisão da estrutura acadêmica e reorganização dos cursos de graduação, bem como a readequação dos espaços físicos, a expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação e o aumento do quantitativo docente e técnico administrativo da unidade contribuíram, de uma maneira geral, positivamente para o quadro de recursos humanos e de infraestrutura da EBA-UFMG.

Houve um enriquecimento do patrimônio humano e do capital intelectual da unidade com a chegada de novos docentes, alunos e técnico-administrativos através do plano de expansão, porém algumas dificuldades foram e ainda são percebidas, principalmente devido à ausência de um adequado espaço físico, uma vez que as obras do prédio novo estão paralisadas.

Esta pesquisa se insere no contexto recente de desenvolvimento social e nas diversas transformações que ocorreram nas universidades brasileiras nos últimos anos através de ações junto ao poder estatal. A reestruturação da educação superior buscou, então, um pacto entre governo, instituições de ensino e sociedade para elevar os níveis de acesso e permanência, bem como os padrões de qualidade do ensino à época (BRASIL, 2008).

Através deste estudo, pretende-se investigar o modo como ocorreu a consolidação da identidade institucional da EBA-UFMG e, consequentemente, o fortalecimento do diálogo acerca dos processos de transformação da universidade pública, muitas vezes apresentados de modo decisivo e sustentado. Dessa forma, a identidade será avaliada no contexto de uma das principais políticas públicas implantadas nos últimos anos: O REUNI.

O trabalho também contribuirá com o aprofundamento da pesquisa no tema políticas públicas para a educação superior no cenário educacional brasileiro, criando subsídios para que haja, futuramente, uma maior compreensão e exploração desse assunto na sociedade.

2 PANORAMA SOBRE AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NOS SÉCULOS XX E XXI

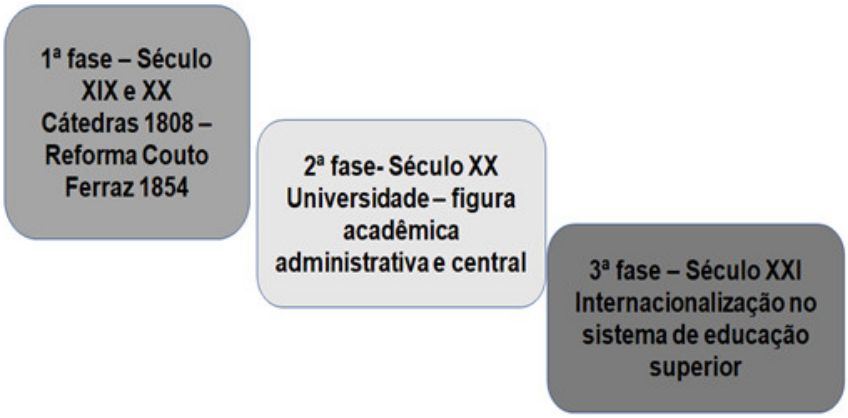
O objetivo deste capítulo é apresentar as reformas ocorridas na educação superior brasileira nos séculos XX e XXI com o olhar direcionado às universidades públicas. Inicialmente é apresentado o surgimento das instituições de ensino superior no país e seu progresso, no período que abrange o final do século XIX perpassa os séculos XX e XXI, demonstrando a influência política nesse nível de ensino e as mudanças ocasionadas na sociedade brasileira. Logo após a reforma do sistema educacional brasileiro é contextualizada a partir do final da década de 1960, com ênfase nas políticas públicas voltadas para a educação superior e segue até a adesão ao Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, conhecido também como REUNI, em 2007.

2.1 Reestruturações no Ensino Superior Público Brasileiro

Os cursos superiores no Brasil foram criados com a vinda da corte portuguesa em 1808. Eram predominantemente isolados e tinham como preocupação central a educação profissionalizante.

Morosini (2011, p. 294-323) apresenta três fases do processo histórico do ensino superior brasileiro: a primeira refere-se "à consubstanciação do ensino superior em cátedras" que posteriormente se funde em cursos superiores, a segunda demonstra a universidade como "figura acadêmica administrativa central" e a terceira, no século XXI marcada pela internacionalização no sistema de educação superior.

Figura 1 – Fases do processo histórico da Educação Superior



Fonte: adaptado de Morosini (2011, p. 298).

O poder, nesse período concentrava-se nas mãos dos catedráticos, termo utilizado em Portugal para definir aqueles que ocupavam o topo da carreira docente (hierarquia acadêmica) e que foi trazido pela Reforma Couto Ferraz, após 1854, para designar os professores universitários brasileiros

Favero (2006, p. 20) afirma que os cursos criados pela família real eram destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, especialistas na produção de bens simbólicos e em um plano secundário profissionais de nível médio. As primeiras universidades foram criadas resultando de justaposição de escolas tradicionais sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características.

De acordo com Morosini (2011, p. 310), podem ser citadas como primeiras Universidades: Universidade do Rio de Janeiro (1920), Universidade Federal de Minas Gerais (1927), Universidade de São Paulo (1934) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934). Ocorre em 1931 a promulgação do Decreto nº 19.851 que cria o Estatuto das Universidades Brasileiras:

> O Estatuto das Universidades Brasileiras, a que se refere neste artigo, foi instituído pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, em pleno Governo Provisório pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo primeiro titular foi o professor Francisco Campos. O Decreto foi dividido em 110 artigos, distribuídos em capítulos dos treze títulos. Seu objeto central foi a organização do ensino superior no país, criando, como acima afirmamos, um sistema universitário nacional, que se daria pela criação da reitoria, com função de coordenar administrativamente as faculdades. Além da incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior – Direito, Medicina e Engenharia – ou, em lugar de algum desses, a Faculdade de Ciências e Letras (art. 14 e 5º, respectivamente), "à qual competia dar, ao conjunto das Faculdades integradas na universidade, o caráter especificamente universitário, pela cultura desinteressada, além de todo o profissionalismo, e por sua função sintetizadora. (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931)

A educação superior reflete diversas mudanças como pode ser observado na Constituição de 1891, momento em que a União se torna responsável privativamente para criar instituições de ensino superior nos Estados. Esse período provocou a expansão do ensino superior que "de 1907 a 1933 passa de 25 para 338 instituições de ensino superior e 17 universidades e o número de alunos aumenta de 5795 alunos para 24.166" (LEITE *et al*. 1997, p. 45).

Elaborado pela sociedade civil, o documento intitulado O Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932 preocupava-se com a formação do professor em nível superior, não apenas para suprir necessidades didáticas, mas também criando espaços para a profissionalização docente. Os anos 1930 foram marcados pela industrialização do país, com a quebra da bolsa de Nova York e a crise do café, esforços maiores foram envidados para aumentar a produção de bens de consumo, substituindo as importações. Nessa perspectiva,

houve a criação de maior número de escolas superiores para a formação dos recursos humanos necessários às novas exigências do processo produtivo (ARANTES, 2006, p. 2).

O fim do Estado Novo promoveu a retomada dos direitos e a constituição de 1946 representou o processo de redemocratizar o país por meio da garantia dos direitos individuais de expressão, reunião e pensamento. Apesar disso, a organização educacional praticamente se manteve com o viés discriminatório, sendo o ensino médio segmentado em propedêutico (elites) e profissional (trabalhadores). Dessa forma, definia-se quem seria conduzido ao ensino superior (SILVA JR, 2003, p. 107).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Lei nº 4.024 de 1961, estabeleceu a autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar das universidades regida por meio de estatutos próprios que deveriam ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação.

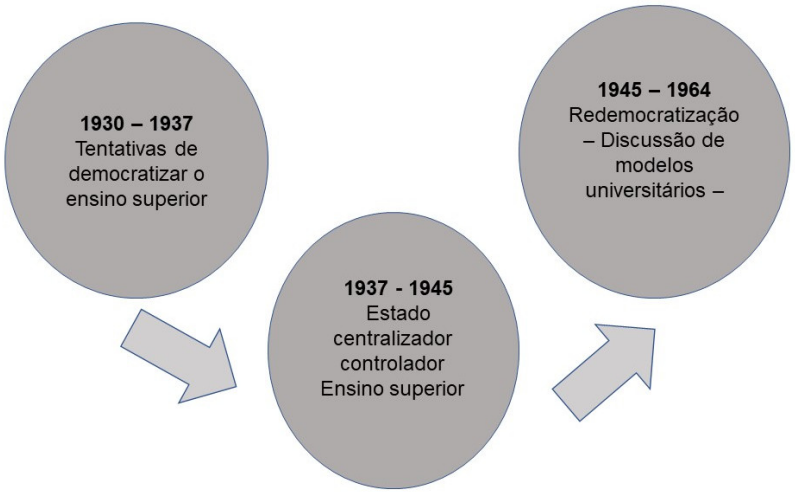
Essa norma promoveu a expansão do ensino médio e o governo federal respondeu de três formas a esse novo contexto. Em primeiro lugar, criaram-se universidades onde antes só existiam faculdades privadas. Instituiu-se a gratuidade do ensino superior, ainda que na legislação fosse permitida a cobrança de taxas e por último, promoveu a federalização das universidades públicas e privadas, reunindo-as em momento posterior, ao Ministério da Educação (MEC).

Entre os anos de 1930 e 1964 ocorrem no país diversas tentativas de democratização do ensino superior. A Constituição Federal de 1934 determinou a educação como um direito de todos os brasileiros a ser disponibilizado pelo Estado e pela família. Em 1937, a partir do Estado novo, a obrigação do poder público nesta matéria diluiu-se. Cresceu a tendência centralizadora e controladora do Estado. Durante este período não foi construído um plano nacional de educação e abandonaram-se as discussões sobre uma real autonomia universitária dotada de uma formação superior que transcendesse a formação profissional e instituísse uma formação humana (SOUZA; SANTANA, 2015, p. 32).

A Carta Constitucional de 1946, inspirada nos ideais liberais e democráticos, estabeleceu como competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Já para os Estados, foi garantida pela competência residual a previsão dos sistemas de ensino nacional e estadual, democratizando as bases do ensino. No início dos anos 60, o contexto da “democracia populista” do governo de João Goulart trouxe para discussão temas ligados à educação popular, formação cultural e educação pública. As universidades ampliaram a esfera dos debates acerca destes assuntos elaborando, inclusive, planos de reestruturação (SILVA, 2016, p. 13 grifo do autor).

Dessa forma, observa-se um período marcado tentativas de democratização do ensino superior (1930-1937), adoção de um estado centralizado e controlador com a instauração do Estado Novo (1937- 1945) e a redemocratização da nação que permitiu a discussão de modelos universitários (1945-1964) culminando na Reforma Universitária (Lei nº 5.540) em 1968.

Figura 2 – Síntese do período republicano



Fonte: adaptado de Souza e Santana (2015, p. 32).

A Reforma Universitária de 1968 foi influenciada pelas ideias liberais as quais preconizavam que a educação deveria impulsionar o desenvolvimento do país, promovendo o alargamento e circulação das elites, contribuindo de maneira efetiva para o progresso do país. O Governo Federal mantinha seu poder de determinação sobre os cursos superiores que compunham a universidade.

A Lei nº 5.540/68 declara como uma das principais metas a racionalização das atividades universitárias com maior eficiência e produtividade, características das atividades empresariais. A partir da Reforma Universitária de 1968, modelos foram criados para a educação superior, entre eles a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, a estrutura departamental, o desenvolvimento da pós-graduação, a matrícula por disciplinas e a gestão racionalizada dos recursos. O sociólogo Fernando Cardoso, em 1972, afirmou que:

> A política educacional expressa reordenação das formas de controle social e político, usará o sistema educacional reestruturado para assegurar esse controle. A educação estará novamente a serviço dos interesses econômicos que fizeram necessária à sua reformulação. Essa afirmação encontra seu fundamento nos pronunciamentos oficiais, nos planos e leis educacionais e na própria atuação do governo militar. (CARDOSO, 1972, p. 149).

Saviani (1999) aponta que as reformas educacionais dessa época tiveram inspiração na Teoria do Capital Humano (TCH), creditando à educação o poder quase mágico de favorecer o desenvolvimento das nações e a ascensão social dos indivíduos. Essa teoria formalizada por Schultz (1971) demonstrava que países destruídos durante a segunda guerra mundial reconstruíam suas economias em pouco tempo, subordinando a função social da escola ao atendimento das demandas do capital. Dessa maneira, o papel estratégico da educação no contexto neoliberal é formar o trabalhador para o processo de produção. Frigotto, filósofo; mestre em administração de sistemas educacionais e professor (1993, p. 26) pontua que "a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho".

Através desses pressupostos, observa-se que na TCH são considerados como retorno para o trabalho quaisquer investimentos realizados na área educacional. Acredita-se que dessa forma haverá uma modificação social em que a educação potencializa o trabalho (FRIGOTTO, 1993).

A globalização produtiva mudou a configuração dos tempos e espaços se ajustando às constantes mudanças no mundo do trabalho e na produção de conhecimentos e tecnologias mais interessadas em contribuir com o desenvolvimento econômico. Saviani, filósofo e pedagogo, em 1999, traz a reflexão da característica especifica que é vivenciada nessa nova situação:

> Estamos vivendo aquilo que alguns chamam de Segunda Revolução Industrial ou Revolução da Informática ou Revolução da Automação. E qual é a característica específica dessa nova situação? Penso que se antes, como se descreveu, ocorreu a transferência de funções manuais para as máquinas, o que hoje está ocorrendo é a transferência das próprias operações intelectuais para as máquinas. Por isso também se diz que estamos na "era das máquinas inteligentes". Em consequência, também as qualificações intelectuais específicas tendem a desaparecer, o que traz como contrapartida a elevação do patamar de qualificação geral. Parece, pois, que estamos atingindo o limiar da consumação do processo de constituição da escola como forma principal, dominante e generalizada de educação. Se assim é, a universalização de uma escola unitária que desenvolva ao máximo as potencialidades dos indivíduos (formação omnilateral) conduzindo-os ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais-intelectuais, estaria deixando o terreno da utopia e da mera aspiração ideológica, moral ou romântica para se converter numa exigência posta pelo próprio desenvolvimento do processo produtivo. (SAVIANI, 1999, p. 158)

Por meio de estratégias como a terceirização, a flexibilização, a informalidade, a busca por mão de obra barata, entre outras, o processo de globalização colaborou para o aumento da precarização e da exploração do trabalhador brasileiro.

Tendo por objetivo alimentar o sistema do capital, o mercado investe em agilidade e altos volumes de produção, atendendo às demandas externas. Assim, prioriza-se a

automação, com um número reduzido de trabalhadores contratados. Esse contexto reflete na educação que se torna voltada para atender esse cenário típico do modo de produção capitalista, que embora sofra algumas crises, tem sua base exploratória inalterada (FRIGOTTO, 1993). As desigualdades sociais que advêm do processo de globalização são analisadas por FORIGO, filósofo e cientista político, no ano de 2003, e demonstram os impactos produzidos no Estado:

> A globalização é o processo pelo qual se expande o mercado e as fronteiras nacionais. Trata-se da continuação do processo de internacionalização do capital iniciado com a extensão do comércio de mercadorias e serviços, passando pela expansão dos empréstimos e financiamentos e generalizando o deslocamento do capital industrial por meio do desenvolvimento das empresas transnacionais. Outra face desse processo aponta para a tendência da uniformização de agendas explícitas de governo, envolvendo uma mesma desregulamentação nos distintos âmbitos das atividades econômicas, ainda que se observem diferentes estratégias nacionais, como, por exemplo, a da França diante da Inglaterra. Essa tendência está relacionada com a necessidade de harmonização das políticas que afetam o desempenho econômico, cuja unidade de análise relevante, vai deixando de ser o Estado nacional e passando a ser constituída por todos os países. Contudo, é importante considerar que, apesar da tendência à uniformização do mundo, esse processo oligopolizante tem na exploração das desigualdades nacionais uma das mais importantes fontes de apropriação de lucros, promovendo, dessa forma, o desemprego estrutural, a debilitação do movimento sindical e a redução dos salários, resultando em aumento das desigualdades sociais em âmbito global. (FORIGO, 2003, p. 51)

A influência do pensamento dominante na educação superior dentro dessa estratégia está centrada em uma função econômica e nas capacidades laborativas. As práticas referentes à "ortodoxia neoliberal" fazem com que as universidades abandonem parcialmente a "tradicional vocação de construção do conhecimento e da formação como bens públicos, devendo elas passar a adotar o mercado, e não a sociedade, como referência central" (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 44, grifo do autor).

Deve-se atentar para o fato de que no Brasil, houve um esboço de implantação do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) nas décadas de 1970 e 1980. Nesse modelo, o Estado é organizador da política e da economia sendo responsável pela promoção e defesa social. As ações estatais se organizam para implementar políticas de provisão de bem-estar, reduzindo os riscos sociais a que os cidadãos ficam expostos.

Assim, as relações entre o Estado e o mercado sofrem modificações em busca de se reduzirem os resultados adversos socialmente, ocorre a substituição de renda e a busca de permanência a um patamar de modo que as necessidades mínimas dos indivíduos sejam mantidas diante dos riscos que as economias capitalistas são expostas. O *Welfare State* incluiria os programas e medidas necessários ao "reconhecimento, implementação e exercício dos direitos sociais reconhecidos em uma dada sociedade como incluídos na condição de

cidadania, gerando, por conseguinte, uma pauta de direitos e deveres" (BENEVIDES, 2011, p. 34).

Todavia, o modelo não foi aplicado no país como investimento produtivo para sociedade, mas sim, de forma assistencialista. Logo, verificou-se a continuidade acentuada da desigualdade social e os elevados índices de pobreza, levando ao insucesso no Brasil.

As reformas educacionais nos anos 1980 na Europa e, posteriormente, nos anos 1990 no Brasil são base de um processo que deve ser analisado sob a ótica de um movimento mundial, com especificidades históricas e traços de identidade em todos eles, "seguindo a racionalidade da transição do metabolismo social capitalista" (SILVA JR., 2003, p. 71, grifo do autor).

O discurso acerca da crise das universidades públicas e a necessidade dessas instituições assumirem novas finalidades modificou a identidade histórica da educação superior brasileira e europeia. O Estado e o mercado impuseram que elas transitassem de um referencial mais acadêmico, em que a educação superior é vista como bem público, direito social e dever do Estado, para um referencial economicista focado na competição e privatização.

Dessa maneira, a universidade ideal passa a ser aquela que assume uma perspectiva utilitarista, empreendedora, flexível e inovadora. Desenvolve pesquisas de mais valia econômica, adota o mercado como referência de sua produção e gestão. Além disso, é capaz de qualificar para o mercado de trabalho, gerando maior empregabilidade e proporcionando maior competitividade do país no mercado global. STOER, professor e sociólogo, aponta para o processo de reconfiguração da educação superior durante o período. Esse processo de reconfiguração da educação superior e das universidades, encontra-se associado, cada vez mais ao processo de mundialização do capital que impõe novas relações de poder e de acumulação mediante novas articulações entre fronteiras e práticas transnacionais. (STOER, 2002, p. 36)

Nesse contexto, desde os anos 1980, vêm sendo implementadas políticas e reformas educacionais em vários países em conformidade com as orientações dos organismos multilaterais e com o processo de mundialização ou acumulação flexível do capital.

A "acumulação flexível" é caracterizada tendo como ponto de partida o confronto direto com a "rigidez" do fordismo[2]. O processo de acumulação se apoia na […] flexibilidade

[2] Faz-se necessário contextualizar que o Fordismo foi criado pelo empresário norte-americano Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company. Baseava-se em um modelo de produção em massa conhecido

dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo e […] caracteriza-se pelo surgimento "de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional" (HARVEY, 1992, p. 121, grifo do autor).

> Finalmente, a acumulação flexível se caracterizaria pelo novo movimento de compressão do espaço-tempo no mundo capitalista. Os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 1992, p. 134)

Rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento diferenciado entre setores ou regiões geográficas também constituem o conceito de acumulação flexível do capital. Isso ocasiona as transformações ocorridas na economia, política e cultura do capitalismo mundial que surge em meio a grande crise da década de 1970.

Portanto, considera-se a produção capitalista em si uma acumulação flexível de valor que promove a "despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção, a separação entre "caracol e sua concha". O desenvolvimento do trabalho assalariado é, então, "a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser flexível às necessidades imperativas do capital em processo" (MARX, 1996, p. 78, grifo do autor).

Podem ser citados como exemplo de orientações dos organismos multilaterais, as publicações do Banco Mundial (BM), Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros, que desempenharam o papel de focar as prioridades, diagnósticos e indicações de experiências bem-sucedidas para as possíveis soluções dos problemas enfrentados pelos sistemas de educação superior, principalmente dos países periféricos.

Diversos países adotaram uma nova regulação transnacional para a educação superior traduzida em políticas, projetos e ações. Buscou-se maior articulação entre os sistemas educativos e o setor produtivo, expansão e absorção de número crescente de alunos, racionalização no uso dos recursos públicos e prestação de contas, adoção de gestão estratégica para as universidades, diversificação dos programas e cursos em face das novas demandas de mercado, regionalização e atendimento ao meio econômico e social em que as

---

como "linha de produção", na qual cada funcionário era especializado em apenas uma atividade específica (CHIAVENATO, 2008, p. 72).

universidades estão inseridas, expansão dos cursos e vagas, reorganização e flexibilização curricular (FERREIRA; OLIVEIRA, p. 54, 2010).

Entre 1968 e 1990, o contexto sócio-político-econômico da nação brasileira tem por base a industrialização e internacionalização da economia, caracterizando o processo de modernização da sociedade. O modelo Taylorista-Fordista[3] foi aplicado também às universidades visando à competitividade internacional. Os ideais neoliberais foram reconfigurados nas relações de poder e força assimétrica e se apresentaram como uma nova espécie do mercantilismo ao gerar e aplicar conhecimento tratando a ciência como um negócio/produto. Domingues, filósofo e professor da UFMG, trata deste assunto pontuando que:

> Convertida em negócio, além da junção com a indústria, haverá a fusão da ciência com o mercado: trata-se da mercantilização do conhecimento (ideias = produtos); assim, não é mais a cooperação desinteressada e a procura da verdade que governam a ciência, mas a concorrência e a busca do lucro que combinam com o segredo e a busca de vantagens competitivas. (DOMINGUES, 2014, p. 231)

No Brasil, é notória a influência de organismos internacionais neoliberais no ensino superior, principalmente na década de 1990. Nessa época, o país era dominado por programas que preconizavam o aumento acelerado das importações de bens, serviços e capitais. O Estado sofreu diversas reformas a fim de ter a interferência reduzida nos mercados e promover, assim, a competitividade econômica. Iniciou-se um processo de privatização no setor público tendo por objetivo o desmantelamento nessa esfera. “O setor público não terá muita capacidade de originar investimentos como teve nos anos anteriores a 1983. A responsabilidade pelo crescimento nos anos a seguir deverá recair predominantemente sobre o setor privado” (FRANCO, 1999, p. 62).

As mudanças estruturais ocasionaram efeitos importantes sobre o crescimento da economia afetando de maneira significativa o mercado de trabalho. A queda no emprego industrial foi compensada através do aumento do emprego nos serviços e comércio, porém, em 1997, a taxa de desemprego voltou a se elevar (FRANCO, 1999, p. 65).

A aprovação da nova LDB (Lei nº 9.394/96), também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, orientou para o desenvolvimento de uma instituição universitária eficiente,

[3] Modelo adotado na Teoria da Administração Científica em que são utilizados como referência no mundo do trabalho a otimização dos movimentos, redução dos tempos de produção; racionalização da seleção e do treinamento; melhoria da eficiência do operário, maior rendimento da produção; estabelecimento de base uniforme para salários e prêmios com definição mais precisa do custo unitário. Além disso, preza-se pela racionalização taylorista do trabalho, alto grau de especialização; desenvolvimento da mecanização utilizando equipamentos especializados; produção em massa com elevado grau de padronização e salários elevados e crescentes, incorporando ganhos de produtividade (CHIAVENATO, 2008, p. 154).

empreendedora, sustentável e de caráter transnacional. Essas características estavam ligadas às reestruturações no mercado de trabalho que ocorriam naquele momento no Brasil e que afetaram a reorganização na educação sob o escopo dos ideais neoliberais.

Figura 3 – Modelo de universidade: anos 1980 (Europa) e 1990 (Brasil)

Fonte: adaptado de Ferreira e Oliveira (2010, p. 54).

Através de uma incessante busca em sistematizar e racionalizar processos, esse fenômeno denominado de *ratio taylorista,* que detinha já fortes efeitos na gestão administrativa da indústria, veio influenciar as academias e à ciência, conforme afirma Domingues:

> Por ratio taylorista entendemos a fusão da razão matemática e da razão econômica, fundada em métricas e em cálculos, bem como em valores e regras de conduta talhados por uma psicologia behaviorista e uma ética utilitarista, além de modelados – em um ambiente de demanda crescente por relatórios e boas práticas, visando o maior controle dos processos – pelas normas e procedimentos do direito. (DOMINGUES, 2014, p. 240)

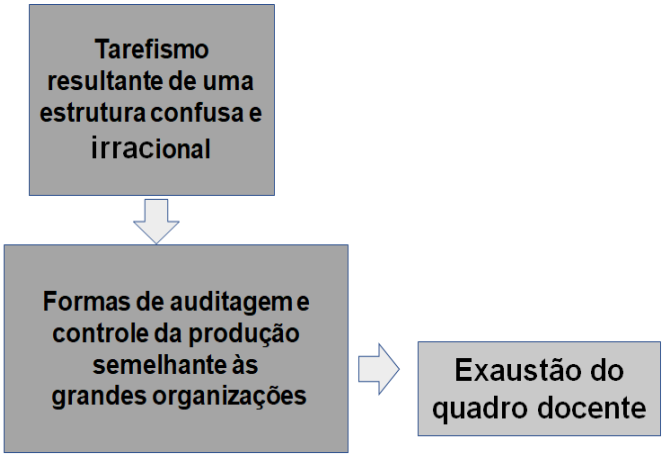
Para Domingues (2014, p. 225) existem duas ideias que sustentam o taylorismo acadêmico e o seu modo de operação. O primeiro deles é o sistema de comunicação das universidades que tem como principal meta a "veiculação da produção e dos resultados da ciência junto aos pares". Essa meta pode ser verificada na produção dos livros, conferências, seminários, periódicos, artigos, entre outros. Já no segundo, há um conflito acirrado entre os pesquisadores sob o "viés administrativo da produção acadêmica, associado ao sistema de incentivos e coerções, que vão junto com as recompensas e as punições" padronizando os processos e gerando um aumento súbito no quantitativo das publicações.

O autor considera a situação descrita como "tarefismo resultante de uma estrutura confusa e irracional" terminando por levar à exaustão a maioria do quadro docente. Somado a

isso, pode-se citar as “formas de auditagem e controle da produção” que se assemelham às grandes corporações e seus congêneres econômicos.

O conhecimento passa a ter então um caráter meramente de interesse, focado nos resultados dos processos e utilitarista. Submete-se aos modos de gestão das indústrias capitalistas sob a égide de abertura dos processos cognitivos e intelectuais, sem considerar as possíveis distorções decorrentes pela aplicação desse método.

Figura 4 – Modo de operação do taylorismo acadêmico



Fonte: adaptado de Domingues (2014, p. 225).

Chauí (2003, p. 2) coloca em evidência que além da educação passar a não ser mais um direito e sim um serviço, ela passou também a ser considerada um serviço que poderia ser privatizado ou privado. Nesse contexto delimitado, a universidade para a autora não é definida mais como uma instituição social e sim como uma organização, considerando-se as implicações sociais decorrentes.

Faz-se necessário esclarecer que no presente trabalho as universidades serão consideradas como instituições e não meras organizações como é designado por essa vertente taylorista acadêmica, pois:

> A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa enquanto a organização tem a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. (CHAUÍ, 2003, p. 2)

É necessário conhecer e caracterizar os órgãos de gestão e direção, os setores administrativos, as relações de poder, o corpo docente, discente e auxiliar. Magalhães (2004, p. 145) afirma que “as instituições educativas [...] apresentam uma estrutura física, uma estrutura administrativa e uma estrutura sociocultural”. Além disso, o autor pondera que a

própria expressão “instituição educativa soa como pleonasmo com efeito, pois a própria ideia de instituição já estaria contida no conceito de educação”.

Considerando toda a diversidade de conceitos em torno da palavra instituição, pode-se observar que ela é algo criado, constituído e organizado pelo ser humano, e seguindo essa linha de raciocínio, apresenta-se como uma estrutura voltada para o atendimento das necessidades permanentes. Portanto, criada para permanecer. As grandes áreas organizacionais das instituições educativas são: área pedagógica e didática e área de direção e gestão. Ambas estão interligadas e se faz necessário avaliar as maneiras de participação que cada um dos atores, individualmente, grupalmente e representativamente pode desenvolver na comunidade que a envolve. (SAVIANI, 2007, p. 4)

Encerrando a década de 1990, destaca-se o Processo de Bolonha que surgiu fora da universidade, sob o comando de dirigentes políticos da União Europeia e possibilitou um novo redesenho da educação superior. A declaração de Bolonha (1999) estabelecia as seguintes linhas de ação para todas as instituições de ensino superior, públicas ou privadas: adoção de um sistema de graus de acessível leitura e comparáveis no âmbito do bloco; implantação de um sistema de ensino baseado em ciclos; promoção de maior mobilidade de estudantes e professores; promoção da cooperação europeia para avaliar a qualidade do ensino superior, bem como sua atratividade, e estabelecimento de um sistema de acumulação e transferência de créditos. Além disso, verificou-se a hierarquização e diversificação das universidades, o aumento do financiamento privado, diminuição da durabilidade dos cursos, adoção de um modelo gerencial e sistemas de avaliação da qualidade e credenciamento institucional. As pesquisas deviam ser avaliadas e financiadas em razão da sua efetiva contribuição para a inovação tecnológica e ampliação das vantagens competitivas no mundo globalizado (DIAS SOBRINHO, 2009, p. 131-153).

O ensino superior europeu passou a ser visto como “um dos motores das políticas de desenvolvimento e de empregabilidade na União Europeia, bem como agente de inclusão social, formador de capital humano e de uma mercadoria rentável” (FERREIRA; OLIVEIRA, p. 56, 2010). Todas essas mudanças tiveram como foco alavancar e tornar a União Europeia mais competitiva no mercado global.

2.2 Reformas Educacionais nas Universidades Públicas Brasileiras a partir do Século XXI

Em 2003, o programa de governo para a educação denominado "Uma escola do tamanho do Brasil" ampliou o papel do Estado e do público na educação superior. Buscou-se o fortalecimento do sistema nacional de educação interdisciplinar e articulado em que a escola deveria ser para todos, com qualidade, gratuidade de ensino e permanente avaliação (PALLOCCI, 2002).

Visando a implementação dessas propostas, foi aprovada a Lei nº 10.861/04 que regulamenta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual avaliava a instituição, os cursos e o desempenho dos estudantes universitários. Elaborou-se também o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e aprovou-se "as reservas de vagas" nas instituições de ensino superior – ambos voltados para as ações afirmativas de inclusão social e racial (BRASIL, 2001; 2004).

Houve o fortalecimento dos países pertencentes ao Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e associados como Bolívia, Chile e Peru) nos elos de cooperação econômico, político e comerciais. Esse processo contribuiu para a educação superior através da mobilidade acadêmica e profissional entre os países membros, criando um espaço educacional latino-americano semelhante ao Processo de Bolonha que se desencadeava na Europa.

Embora não há documentos oficiais que comprovem uma relação, pressupõe-se que as políticas educacionais brasileiras entre as décadas de 1990 e anos 2000, principalmente no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (LULA), de 2003 a 2010, foram influenciadas por esse Processo. Isso evidencia que as reformas da educação superior em universidades de países hegemônicos, sobretudo Europa e Estados Unidos, mantêm seu papel de liderança e de modelo para os países periféricos. Assim, países como o Brasil, condicionam-se ao papel de receptor e importador na produção do conhecimento.

> A educação superior entendida como bem público, na perspectiva da cooperação e solidariedade internacional, bem como da produção e difusão do conhecimento sem fronteiras, confronta-se cada vez mais com o referencial da educação superior como bem econômico, o que gera a disputa por mercados. (FERREIRA; OLIVEIRA, p. 58, 2010)

A redefinição dos fins da universidade no Brasil teve por objetivos: centralidade dos sistemas de avaliação e regulação, o que promoveu maior competitividade entre as instituições de ensino superior; maior incentivo à parceria universidade e setor produtivo;

adoção de mecanismos de gestão estratégica; diversificação de cursos e instituições superiores; estabelecimento de metas para ampliar vagas e aumentar a relação professor aluno diminuindo o seu custo nas universidades públicas federais e ampliação de sistemas de concessão de bolsas para estudantes em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, apresentou um diagnóstico da educação superior, em certa medida, semelhante ao do governo Lula (2003-2010), sobretudo nos aspectos ligados à contribuição das universidades públicas para o desenvolvimento econômico e para a inserção do país na globalização produtiva. Porém, esses governos enfrentaram o problema de expansão de maneira diferenciada (DANTAS; SOUSA JR., 2009).

O governo FHC optou por expandir o acesso por meio das IES privadas, fomentou a competividade por meio de processo de avaliação e suspendeu o processo de contratação de professores e funcionários, diminuindo os recursos das universidades federais (DANTAS; SOUSA JR., 2009).

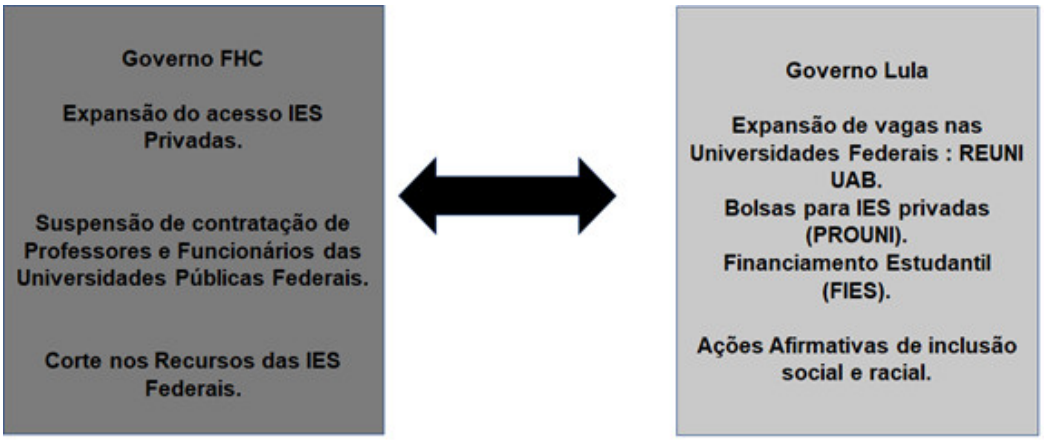
Em relação à estratégia de competitividade, o governo Lula buscou por uma posição destacada no campo universitário internacional por meio da criação de universidades que visam maior integração regional e internacional. A exemplo, no âmbito do Mercosul em que se realizou acordos e intercâmbios dentro e fora do bloco, promovendo uma maior equivalência dos sistemas universitários, unificação dos diplomas, melhores condições de empregabilidade e competitividade. Essa transnacionalização da educação superior propagou mudanças no interior das universidades na convergência dos currículos e cursos, na diferenciação institucional, no processo de avaliação, gestão e nas redes de pesquisa (FERREIRA; OLIVEIRA, p. 59, 2010).

Já o governo Lula seguiu pela via de expansão de vagas nas universidades federais, além da criação e expansão de novas universidades através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), implementação de bolsas para estudantes em IES privadas por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e criação de programas e ações voltadas para ações afirmativas (OTRANTO, 2006).

> A política do governo Lula está marcada, por um lado, pela "educação de resultados", de caráter regulatório herdado do governo anterior e, por outro, por uma "inegável tendência de crescimento e expansão com maior aporte de recursos públicos. Esse caráter ambivalente pode permanecer por tempos ou, no entanto, pode oscilar em favor de um ou de outro polo". (DANTAS; SOUZA JR., 2009, p. 15)

A ilustração abaixo demonstra as ações de cada um dos governos no ensino superior público brasileiro. Nela fica explicito as prioridades de cada presidente em relação às empresas privadas ou em relação ao bem-estar coletivo e social.

Figura 5 – Governo Lula e governo FHC: ações no Ensino Superior



Fonte: adaptado de Dantas e Souza Jr. (2009, p. 15)

As diretrizes do Banco Mundial (BM) presentes no documento "La enseñanza superior" (1995) guardam estreita relação com as medidas implementadas pelos governos FHC e LULA. Podem ser observadas semelhanças entre as propostas implementadas por ambos e as instruções do BM que eram: incentivar a diversificação e diferenciação das IES e dos cursos; promover a expansão da educação superior por meio da oferta privada; adotar programas de educação à distância; diversificar as fontes de financiamento; implementar mecanismos de financiamento estatal em consonância com critérios e metas de desempenho das IES públicas; ampliar a relação professor/aluno; combater à evasão e à repetência; exigir maior transparência das IES nos gastos provenientes dos fundos públicos; incentivar programas de pesquisa que buscassem a articulação entre indústrias e universidades; promover o acesso de grupos minoritários à educação superior e instituir e fortalecer programa de bolsas estudantis em IES privadas.

Já em relação ao documento produzido pelo BM em 2003, denominado "Construir sociedades del conocimiento", o diagnóstico e a política educacional do governo Lula (2003-2010) coincide também com diversas sugestões, entre elas: o referencial de que a educação terciária exerce influência diretamente na produtividade do país, determinando sua capacidade de competição no plano mundial; o ideal de que o acesso a esse nível de ensino melhora as oportunidades de emprego e renda, contribuindo para reduzir as desigualdades sociais; a compreensão de que a diversificação das IES é fundamental para atender a interesses

diversos; a necessidade de ampliar a mobilidade de estudantes e incentivar o surgimento de IES, cursos e programas virtuais; o reconhecimento conjunto de cursos, títulos e transferência de créditos acadêmicos; a implementação de sistemas de avaliação, acreditação e de exames nacionais; a melhoria da qualidade e da relevância da educação terciária; o fortalecimento da investigação, da ciência e da tecnologia articulada às prioridades do país; o fomento de mecanismos de equidade (bolsas, crédito educativo) e a adoção de gestão mais profissional, gerencial e estratégica para o atingimento de metas.

O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, implantado pelo governo Lula a partir de 2007, concretiza parte das sugestões preconizadas pelo BM ao propor que as universidades federais deveriam: cumprir metas de desempenho para receber em contrapartida acréscimo de recursos orçamentários; reduzir a evasão e elevar as taxas de conclusão; elevar a proporção de aluno por professor; diminuir vagas ociosas e expandir novas vagas; ampliar a mobilidade estudantil mediante aproveitamento de créditos; revisar a estrutura acadêmica e diversificar as modalidades de graduação.

Dentro do escopo de ampliação da oferta do ensino público no país, em 2008 através da Lei nº 11.892 foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados a SETEC (Secretaria de Educação Tecnológica) do MEC (Ministério da Educação) e fazem parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil[4].

O artigo 2º do Decreto nº 6.096/07 estabelece ainda que se deveriam expandir as políticas de inclusão e assistência social e a articulação da graduação com a pós-graduação. Essas referências constituíram-se nas dimensões do REUNI, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Dimensões do REUNI – Decreto nº 6.096/07

(Continua)

Dimensões	Diretrizes da dimensão
Ampliar a oferta da Educação Superior Pública.	a) Aumento de vagas de ingresso, principalmente no noturno; b) redução das taxas de evasão; c) ocupação das vagas ociosas.

[4] A Lei nº 11.892/2008 ao criar os Institutos Federais de Educação constitui-os na forma de autarquia, dispondo, consequentemente, de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial com o objetivo de desenvolver atividades de ensino — técnico de nível médio e superior (graduação e pós-graduação) — pesquisa e extensão. Desse modo, passam as instituições de educação profissional técnica a integrar o rol das ações do estado para o ensino médio, profissional e superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 18 ago. 2018.

(Conclusão)

Dimensões	Diretrizes da dimensão
Revisão da Estrutura Acadêmico Curricular.	a) Reestruturação da estrutura curricular em busca da melhoria da qualidade; b) reorganização dos cursos da graduação; c) diversificação das modalidades da graduação, buscando a superação da profissionalização precoce e especializada; d) construção dos itinerários formativos; e) previsão de modelos de transição, quando necessários.
Renovação Pedagógica da Educação Superior.	a) Diálogos entre a educação superior, a básica e a tecnológica; b) atualização das tecnologias e metodologias de ensino aprendizagem; c) estimativa de programas de capacitação pedagógica.
Suporte da Pós-Graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.	a) Articulação da pós-graduação com a graduação, buscando a renovação pedagógica da educação superior; b) expansão qualitativa e quantitativa.
Mobilidade instrainstitucional e interinstitucional.	a) Promoção da mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos; b) circulação de estudantes entre cursos e programas e entre as instituições de ensino superior.
Compromisso Social da Instituição.	a) Promoção de políticas de inclusão; b) programas de Assistência estudantil; c) políticas de extensão universitária.

Fonte: adaptado do Decreto nº 6.096/07.

Além disso, o REUNI concretizou outra importante orientação: estabeleceu contrato de gestão com as universidades federais tendo por base a relação financiamento estatal versus cumprimento de metas. Dessa maneira, buscou ampliar e melhorar a qualidade do ensino superior através de aportes financeiros e de pessoal que serviriam como motivadores no processo (BRASIL, 2008).

Essas dimensões tinham por objetivo uma concepção flexibilizada na formação acadêmica com a pretensão de construir um novo processo formativo no regime de ciclos (Bacharelados Interdisciplinares) em que o estudante, em seu primeiro ciclo, adquire uma formação geral e no segundo ciclo, direciona-se para uma formação específica – itinerários formativos diversificados (ALMEIDA FILHO, 2007).

Nessa direção, Almeida Filho (2007, p. 87) entende que a introdução de cursos de ensino superior de três anos, com enfoque generalista, pode combater a evasão, ampliar a relação aluno/professor, bem como modernizar e compatibilizar o sistema de educação superior brasileiro com os sistemas norte-americano e europeu. Porém, ao comparar com os ciclos introduzidos pelo Processo de Bolonha – 3 anos (graduação) + 2 anos (mestrado) + 3 anos (doutorado), os cursos, nesse caso, ficaram mais curtos, especializados e com opção mais rápida de saída para o mercado de trabalho, sem preocupação com a escolha precoce do curso superior. Cabe destacar que o REUNI defendeu que a diversificação da graduação deveria propiciar a superação da profissionalização precoce e especializada. A reforma da educação superior inserida no Brasil e na União Europeia indagaram se a expansão das vagas e instituições não adulteraram a reestruturação do ensino e da pesquisa que deveria estar comprometida com o cidadão em geral (DIAS SOBRINHO, 2009).

É preciso refletir sobre a necessidade de a universidade avultar sua autonomia para proteger a capacidade crítica sem o imediatismo atual da produção do trabalho acadêmico. Para isso, a defesa da gestão democrática através das redes da cooperação e solidariedade e do investimento de fundos públicos podem auxiliar na manutenção e desenvolvimento das universidades públicas (CHAUÍ, 2003). A fim de não prejudicar a identidade histórica dessas instituições propõe-se um debate acadêmico como espaço de exercício do questionamento, confronto de ideias e da busca de possibilidades para melhorias articulado com a sociedade, buscando uma existência sustentável e de interesse a todos os cidadãos.

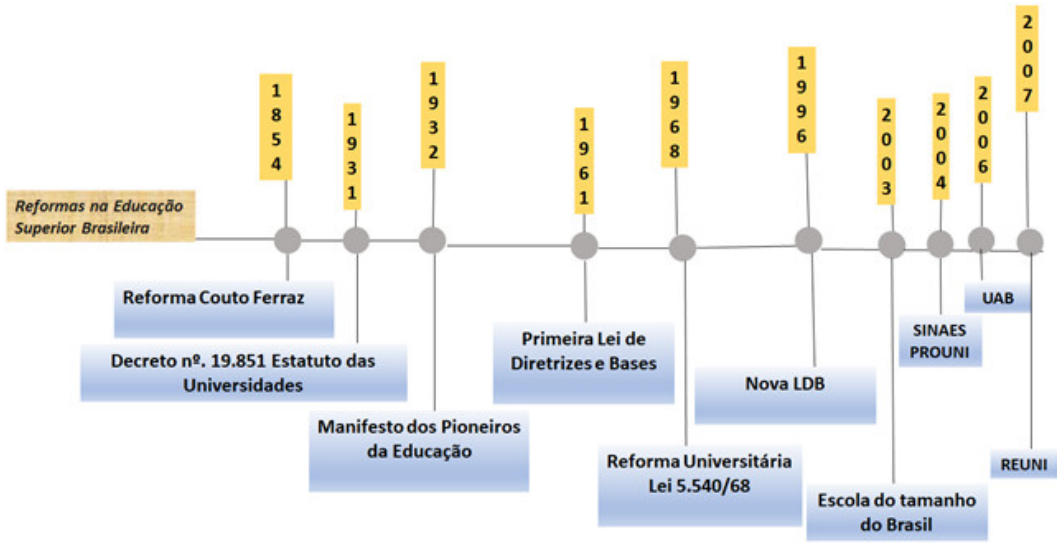
O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, estabeleceu o aumento da taxa média de conclusão dos cursos presenciais na graduação para 90%, corroborando com a tendência de ampliação das oportunidades de acesso e fortalecimento da participação e promoção do acesso à educação superior (BRASIL, 2008).

Esse Programa adveio do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2001 a 2010, em que o governo afirmou a necessidade de se estabelecer uma política voltada para renovação e desenvolvimento da educação superior. O Plano tinha entre seus objetivos ampliar a oferta do ensino público superior provendo até o final da década pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior; estabelecer uma política de expansão do ensino visando a diminuição das desigualdades de oferta entre as regiões do país; criar políticas de ensino que facilitem o acesso à minoria – vítimas de discriminação à educação superior –, entre outros (BRASIL, 2008).

Observa-se, assim, no processo histórico das universidades brasileiras, a descentralização estatal do ensino superior pelo Estado de forma diversificada, seja através da criação de instituições, seja através de formas variadas de financiamento pontuando a necessidade de os países continuarem desenvolvendo políticas voltadas para a expansão do acesso (DIAS SOBRINHO, 2005).

O presente trabalho condensará o viés histórico até o marco da implementação do REUNI pelo fato de direcionar a abordagem aos impactos e desdobramentos do Programa no objeto de análise.

Figura 6 – Linha do tempo: reformas na Educação Superior no século XX e XXI



Fonte: adaptado de Decretos nºs 1.331/1854, 19.851/31, 5.800/06 e 6.096/07. Leis nºs 4.024/61, 5.540/68; 9.394/96; 10.861/04 e 11.096/05. Programa de governo Lula 2002-2005.

Na última década, entre as mais recentes políticas públicas implantadas pelo Governo Federal na educação superior brasileira, apresenta-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. O princípio da adesão norteou a implementação ao Programa. O governo federal criou o documento orientador denominado Diretrizes Gerais**,** datado de agosto de 2007, elaborado pelo Grupo Assessor, nomeado pela Portaria nº 552 da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) de 25 de junho de 2007, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 1º do Decreto, a fim de facilitar a apresentação da proposta ao Ministério da Educação (MEC) para análise e aprovação. Esse documento, em busca de esclarecer e orientar as universidades federais que desejassem aderir ao programa, exibiu os principais pontos do REUNI estabelecendo os indicadores a serem seguidos por cada instituição.

O REUNI buscou consolidar a política nacional de expansão da educação superior pública pela qual o MEC cumpriu o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação que estabelecia o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década, ou seja, 2010 (BRASIL, 2007).

O Plano Nacional de Educação (PNE) vigente no período de 2001 a 2010 determinava diretrizes, metas e estratégias para a política educacional segmentando-as em três grupos: metas estruturantes que visavam à garantia do direito à educação de qualidade, promovendo o acesso, a universalização e a ampliação das oportunidades educacionais; metas sobre a redução das desigualdades e à importância da diversidade e metas que tratavam da valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 2001). Tendo como norteadoras essas metas, foi estabelecido o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais por meio de uma política de expansão para diminuir as desigualdades de oferta de vagas no ensino superior existentes entre as diferentes regiões do País, conforme explicitado abaixo:

> O REUNI, em conjunto com as demais ações do MEC, possibilitou a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior para a redução das desigualdades sociais. Com esse programa, o MEC cumpriu a sua missão institucional de ampliar a oferta de ensino superior e atuar em todos os segmentos da educação de forma integrada. (BRASIL, 2008)

Segundo dados do Relatório de primeiro ano REUNI (BRASIL, 2008) a adesão da quase totalidade das universidades existentes no ano da criação do Programa, a constar 59 instituições desse porte, confirma o forte interesse despertado em seu conceito base: a expansão com reestruturação das instituições federais de ensino superior, possibilitando a abertura para oportunidade de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública.

A única universidade no país que não aderiu ao REUNI foi a Universidade Federal do ABC (UFABC) criada em 2005, por alegar que já adotava as inovações pedagógicas preconizadas pelo Programa (BRASIL, 2008).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) manifestou adesão em 29 de outubro de 2007, após a decisão autorizativa do Conselho Universitário em 25 de outubro do mesmo ano ,logo na primeira chamada pública de implantação do Programa submetendo suas propostas ao REUNI: ampliação do número de vagas de graduação já existentes, ofertas de novos cursos, expansão das iniciativas de mobilidade estudantil, maior flexibilização dos currículos, integração entre graduação e pós- graduação, aumento da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% (noventa por cento) e da relação de alunos de

graduação em cursos presenciais por professor para 18 dezoito (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012 *apud* LIMA; MACHADO, 2016). Sobre este assunto, encontra-se no decreto que:

> A contratação de novos docentes e técnicos configura-se como uma das principais demandas do Programa para tornar possível o cumprimento de suas metas estratégicas. Assim, a programação estruturada para a autorização de concursos e provimentos que foi estabelecida para os anos de 2008 – 2012 visava assegurar "a criação de novos cursos, a ampliação da oferta de vagas e a ocupação das vagas ociosas, bem como daria sustentabilidade ao funcionamento, em três turnos, das estruturas de suporte acadêmico e administrativo das universidades. (BRASIL, 2008)

Também foram propostas a ampliação e a readequação da infraestrutura física das universidades federais e a interiorização das instituições federais de educação superior como um dos componentes para o alcance dos objetivos do REUNI. O Instituto de Ciências Agrárias (ICA), localizado em Montes Claros, na cidade de Minas Gerais (MG) passou a ter status de unidade acadêmica em 2008, desvinculando-se da Reitoria como unidade especial da UFMG. Em 2009, com os planos de reestruturação foram implantados 4(quatro) novos cursos de graduação nessa unidade: Administração, Ciências de Alimentos, Engenharia Agrícola e Ambiental e Engenharia Ambiental. Demonstra-se, assim, a interiorização da educação superior no âmbito da UFMG (RELATÓRIO UFMG, 2010).

Os recursos para custeio, metas e contratação de pessoal, bem como aquisição, instalação e manutenção de equipamentos, construção, adequação e recuperação de instalações físicas visando melhorar a infraestrutura foram limitados a 20% (vinte por cento) das despesas dessa natureza da universidade, no período de cinco anos, tendo por base o orçamento inicial do ano de execução do plano de cada IFES, incluindo a expansão programada e excluindo inativos. Foram, ainda, investidos R$250 milhões no ano de 2007 às universidades que aderiram à primeira chamada de forma a promover a execução orçamentária relativa às obras (Decreto nº 6.096/07, art.3º). Na década anterior à publicação do edital com o lançamento do REUNI (1990), ocorreram movimentos que identificavam a necessidade de expansão e reestruturação em algumas universidades federais do país, conforme já demonstrado no capítulo 1 deste estudo.

Em 2006, a Reitoria da UFMG nomeou uma comissão instituída pela Portaria nº 75, de 18 de maio de 2006, com a finalidade de avaliar as alternativas existentes para a ampliação do número de vagas na graduação. A função dessa comissão foi elaborar um relatório baseado no diagnóstico da educação superior no Brasil e em Minas Gerais, em que

são apresentadas as necessidades e possibilidades de expansão da UFMG (RELATÓRIO UFMG, 2010).

Dessa maneira, o documento subsidiava as discussões sobre esse tema entre os membros da comunidade universitária para o encaminhamento de sugestões aos órgãos responsáveis pelas tomadas de decisão, como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário. A verificação do conteúdo desse relatório permite observar que várias possibilidades de expansão apresentadas foram contempladas pela proposta do REUNI. Entre elas, pode-se destacar a ampliação moderada com ocupação dos espaços ociosos no turno noturno; a formação de pessoal qualificado para a docência; o uso de tecnologias e da modalidade à distância e a expansão dentro e fora da sede (RELATÓRIO UFMG, 2010).

O Reitor dessa gestão, Professor Ronaldo Tadeu Pena, indicou uma comissão constituída pelos professores Mauro Mendes Braga (pró-reitor de Graduação), José Nagib Cotrim Árabe (pró-reitor de Planejamento), Ana Lúcia Pimenta Starling (assessora especial para assuntos da área de Saúde da UFMG), Carmela Maria Polito Braga (pró-reitora adjunta de Graduação da UFMG), Cristina Miranda da Silva Araújo (assessora da Prograd), Maria do Carmo de Lacerda Peixoto (diretora de Avaliação Institucional), Ricardo Valério Fenati (professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, que prestava assessoria direta ao reitor) e Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi (professor residente do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT). Essa comissão ficou encarregada de efetivamente redigir e encaminhar a proposta nos moldes que o MEC solicitava (LOURDES COELHO, 2014, p. 3).

Essa equipe, composta pelos professores da comissão que elaborou a Proposta de Adesão ao REUNI e por outros que contribuíram ao longo de períodos mais curtos, foi responsável pela elaboração dos projetos pedagógicos de diversos cursos novos e dos cursos já existentes que passaram a ser ofertados em turnos diferentes (LOURDES COELHO, 2014, p. 18).

Outra equipe formada para o acompanhamento dos projetos dos novos cursos foi coordenada por Cristina Miranda Silva Araújo, que fez parte da comissão inicial, devido à sua experiência com a elaboração de projetos pedagógicos no setor acadêmico dessa instituição. Formou-se, então, uma comissão técnica com 8 (oito) pessoas que não faziam parte do quadro de servidores da UFMG, eram membros da sociedade, que se candidataram aos cargos, mediante edital de seleção publicado pela instituição (LOURDES COELHO, 2014, p. 18).

De acordo com o Boletim nº 1.589, na citação abaixo, ano 33, de 5 de novembro de 2007[5], observa-se que a proposta de adesão da universidade ao REUNI foi debatida com toda a comunidade acadêmica e envolveu aproximadamente 70 (setenta) reuniões com representantes de assembleias departamentais, congregações, colegiados, diretores de unidade acadêmicas e estudantes.

> Há cerca de três meses estamos conversando com diferentes grupos e pessoas na universidade, afirma o pró-reitor de Graduação Mauro Braga. O processo de construção da proposta da UFMG começou em junho, quando a primeira versão foi enviada aos diretores acadêmicos e a todos os professores com endereço eletrônico cadastrado. Chegou-se a produzir 12 versões da proposta (Boletim nº 1.589, 2007).

A proposta inicial dos planos contemplava a criação de 41 cursos, sendo 30 novos, com 2/3 ofertados no período noturno. Previa-se, ainda, para o vestibular de 2012 cerca de 6.600 vagas, aumentando em 50% as vagas do ano de 2008.

A expansão da infraestrutura física dos prédios estava prevista para atender ao aumento de alunos na universidade. Construção de salas de aulas, laboratórios e ambientes especiais de ensino foram planejadas para serem ampliadas, reformadas ou construídas, [...] "a construção de três Centros de Atividades Didáticas (CADs), de uso comum para toda a universidade, com salas de variados tamanhos devidamente equipadas e adequadas para o emprego de novas metodologias de ensino" (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p. 11).

O CAD 1, Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais, é distribuído em quatro blocos de concreto armado que permitem diversidade de uso com soluções ambientais que priorizam iluminação e ventilação natural. Possui área de 8.662 metros quadrados contendo 3 auditórios e mais de 20 salas de aula (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p. 11). A entrada pode ser vista na Figura 7 a seguir.

[5] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim: UFMG aprova adesão ao REUNI. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1589/6.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2018.

Figura 7 – CAD 1: Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais (UFMG)

Fonte: a autora (18/07/2018).

O prédio do CAD 2 (FIG. 8), Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas, tem uma área de 12.949 metros quadrados. A sua estrutura conta com mais de 30 salas de aula e 2 auditórios. Ambos foram inaugurados no período da implantação do REUNI na universidade. Outras reformas e construções foram realizadas e iniciadas no campus Pampulha, entre elas a ampliação dos estacionamentos, devido ao crescimento do fluxo de automóveis (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2011, p. 9).

Figura 8 – CAD 2: Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas (UFMG)

Fonte: a autora (18/07/2018).

Por último, o CAD 3 (FIG. 9), Centro de Atividades Didáticas de Ciências Exatas, é composto por uma área de 10.874 metros quadrados, com 2 blocos de 4 e 8 auditórios para disciplinas de grande porte com 150 lugares (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2011, p. 10). A previsão para entrega do CAD 3 era no ano de 2015, porém com os cortes orçamentários em 2014 os trabalhos foram interrompidos e retomados em dezembro de 2016, sendo concluído em março de 2018 (BOLETIM nº 2.008, 2018, p. 3).

Figura 9 – CAD 3: Centro de Atividades Didáticas de Ciências Exatas (UFMG)

Fonte: a autora (18/07/2018).

Os CADs são vinculados à Pró-Reitoria de Graduação e foram criados para uso compartilhado de todos os cursos de graduação da UFMG. Foram definidos como um: "estímulo à incorporação de atividades acadêmicas de cunho multidisciplinar, que permitissem a aproximação de alunos vinculados a áreas e cursos distintos" (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p. 4).

Quadro 2 – Resumo das salas de aula dos CADs

(Continua)

Edifício	Espaços	Capacidade
CAD 1	10 salas de 80 lugares	2.072 lugares por turno (manhã, tarde e noite)
	2 salas de 70 lugares	
	2 salas de 60 lugares	
	12 salas de 50 lugares	
	2 auditórios de 206 lugares	
	1 auditório de 700 lugares	

(Conclusão)

Edifício	Espaços	Capacidade
CAD 2	9 salas de 45 lugares	3.255 lugares por turno
	4 salas de 45 computadores	
	12 salas de 90 lugares	
	18 salas de 60 lugares	
	2 auditórios de 255 lugares	
CAD 3	22 salas de 70 lugares	2.890 lugares por turno.
	3 salas de 50 lugares	
	8 auditórios de 150 lugares	

Fonte: Programa de Obras do REUNI – UFMG – campus da Pampulha, 2011.

Assim, demandou-se um modelo de flexibilização curricular racional, no uso dos recursos humanos disponíveis, capaz de possibilitar um atendimento sempre mais qualificado e quantitativamente mais extensivo ao corpo discente (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010, p. 4). Como panorama geral, a Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam uma visão dos cursos de graduação implantados na UFMG durante o período do REUNI:

Tabela 1 – Cursos de graduação implantados na UFMG entre 2008 e 2012

(Continua)

Cursos	Vagas	Turno
Administração – noturno (Montes Claros)	40	N
Antropologia	40	N
Aquacultura	40	D
Arquivologia	40	N
Biomedicina	40	N
Engenharia de Alimentos (Montes Claros)	40	N
Ciência do Estado	50	D
Ciências Socioambientais	50	N
Cinema de Animação e Artes Digitais	40	N

(Conclusão)

Cursos	Vagas	Turno
Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis	30	D
Controladoria e Finanças	50	D
Dança	20	N
Design	60	N
Design de Moda	45	N
Engenharia Aeroespacial	50	D
Engenharia Agrícola e Ambiental (Montes Claros)	40	D
Engenharia Ambiental	50	D
Engenharia de Sistemas	50	N
Engenharia Florestal (Montes Claros)	40	D
Licenciatura Intercultural para Educadores Indígenas	35	D
Gestão de Serviços de Saúde	100	N
Gestão Pública	80	N
Licenciatura em Educação do Campo	35	D
Museologia	40	D
Química Tecnológica	40	N
Relações Econômicas Internacionais	50	N
Curso Superior em Tecnologia em Radiologia	80	N

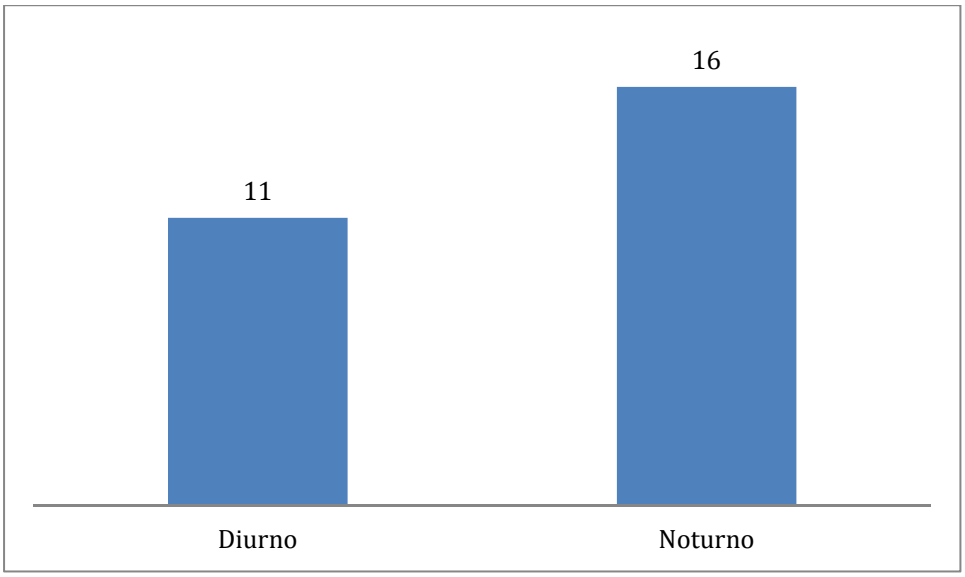
Legenda: N = noturno; D = diurno.

Fonte: adaptado de Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Observa-se que dos 27 cursos implantados, 4 são do Campus Montes Claros- ICA (Administração, Ciência de Alimentos, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola e Ambiental). O percentual maior de 59,25% dos cursos – 16 cursos – têm suas aulas no período noturno e 40,74% – 11- no diurno. Do total de 1.275 vagas ofertadas para a implantação de novos cursos, 815 (63,92%) foram direcionadas ao noturno (GRAF. 2). Isso

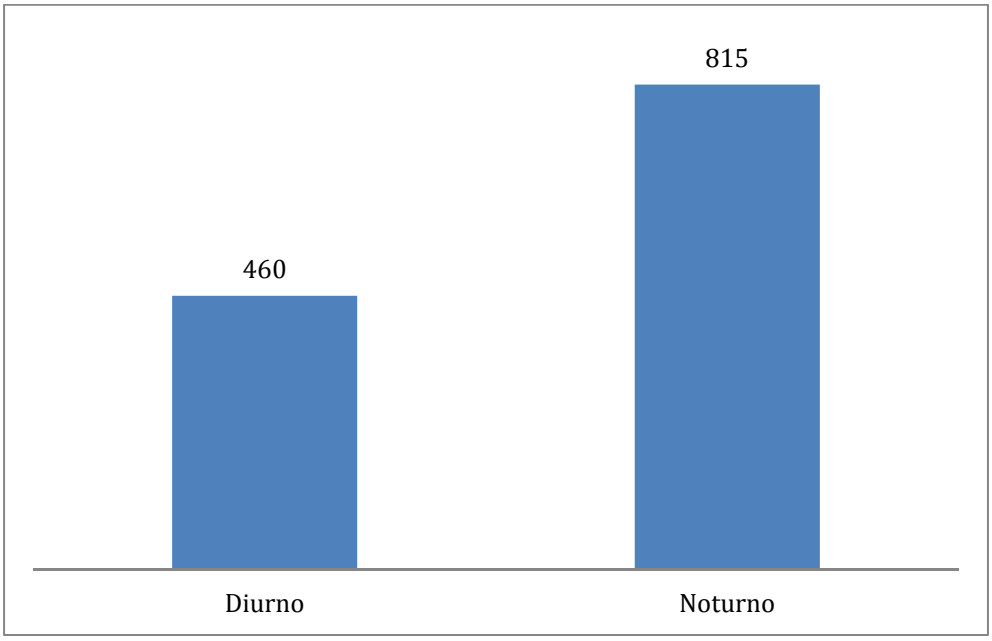
demonstra o atendimento da UFMG à diretriz do Programa que buscava ampliar o acesso ao ensino superior nas IFES durante o período noturno.

Gráfico 1 – Quantidade de cursos implantados por turno na UFMG – 2008 a 2012



Fonte: adaptado de Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Gráfico 2 – Quantidade de vagas implantadas por turno UFMG – 2008 a 2012

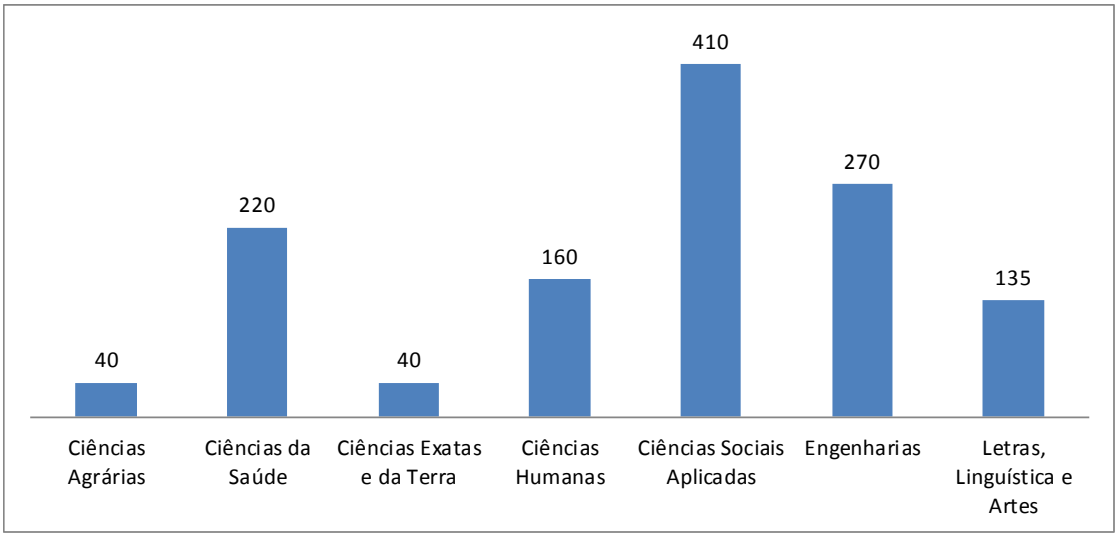


Fonte: adaptado de Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Especificamente, nesse momento, a Escola de Belas Artes teve 4 cursos implantados pelo Programa (Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, Cinema de Animação e Artes Digitais, Dança e Design de moda) o que corresponde a 14,81% do total.

Em relação às grandes áreas do conhecimento estabelecidas pela CAPES às universidades[6], observou-se nesse procedimento de implantação que houve um aumento em 32,15% (410) no número de vagas na área de Ciências Sociais Aplicadas; 21,17% (270) na área de Engenharias; 17,25% (220) nas Ciências da Saúde; 12,54% (160) nas Ciências Humanas e 10,58% (135) na área de Linguística, Letras e Artes. O Gráfico 3 demonstra os dados supracitados:

Gráfico 3 – Quantitativo de vagas implantadas por grandes áreas – UFMG – 2008 a 2012



Fonte: adaptado de Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Essa ampliação de vagas foi discutida pela comissão implantada pela Portaria 75 de 18 de maio de 2006 que elaborou um relatório diagnóstico de todos os cursos da universidade após discussão com os membros da comunidade acadêmica e encaminhou para o CEPE e Conselho Universitário (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

A Tabela 2 apresenta uma visão dos cursos que tiveram as vagas ampliadas na UFMG durante o período do REUNI:

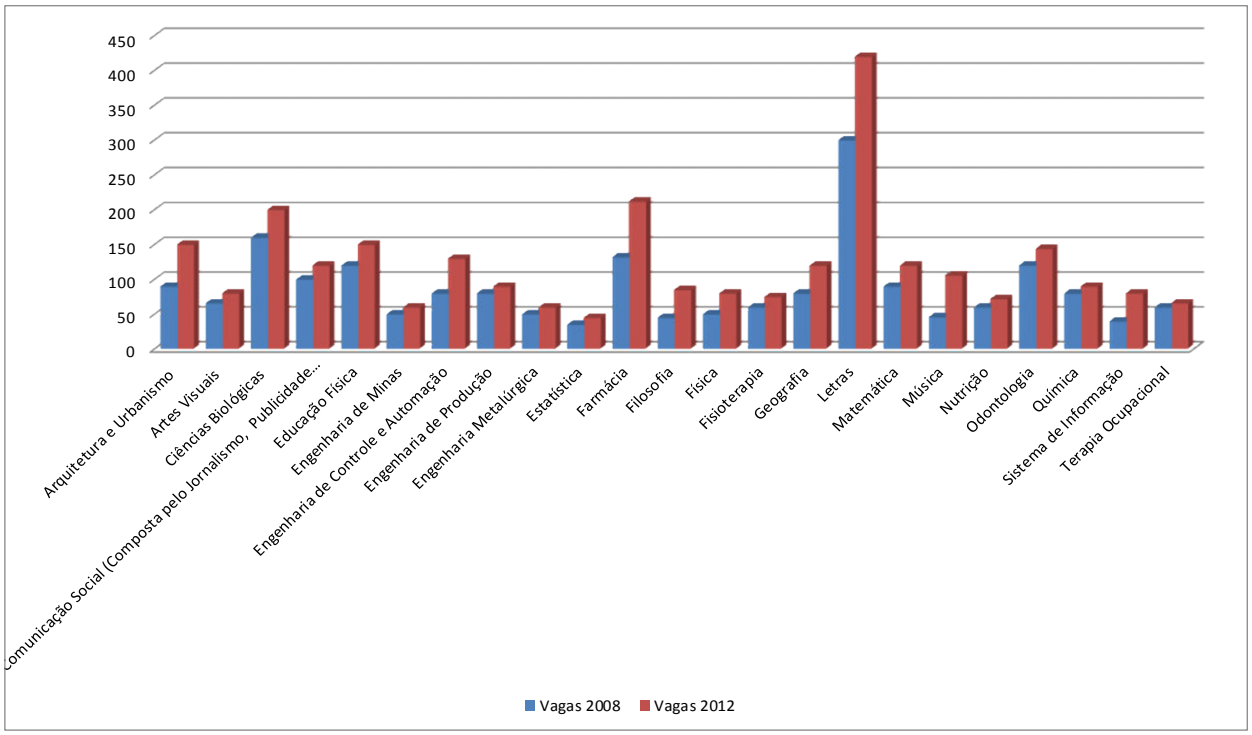
[6] A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia (BRASIL. Ministério da Educação. Fundação CAPES. Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 4 mar. 2018).

Tabela 2 – Cursos de graduação com vagas ampliadas na UFMG entre 2008 e 2012

Cursos	Vagas 2008	Vagas 2012	Turno e vagas ampliadas
Arquitetura e Urbanismo	90	150	60 N
Artes Visuais	66	80	14 D
Ciências Biológicas	160	200	20 D 20 N
Comunicação Social (Composta pelo Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas)	100	120	20 N
Educação Física	120	150	30 N
Engenharia de Minas	50	60	10 D
Engenharia de Controle e Automação	80	130	50 N
Engenharia de Produção	80	90	10 D
Engenharia Metalúrgica	50	60	10 D
Estatística	35	45	10 D
Farmácia	132	212	80 N
Filosofia	45	85	40 N
Física	50	80	30 D
Fisioterapia	60	75	15 D
Geografia	80	120	40 N
Letras	300	420	120 N
Matemática	90	120	30 D
Música	46	106	76 D 30N
Nutrição	60	72	12 D
Odontologia	120	144	24 D
Química	80	90	10 D
Sistema de Informação	40	80	40 N
Terapia Ocupacional	60	66	06 D

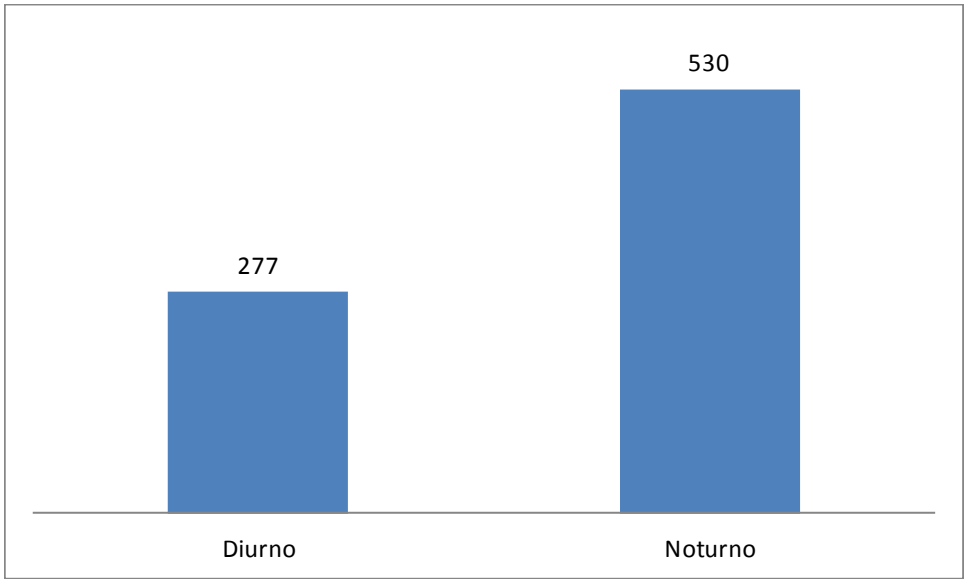
Fonte: adaptado de Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Gráfico 4 – Cursos com vagas ampliadas pelo REUNI na UFMG – 2008 a 2012



Fonte: adaptado de Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Gráfico 5 – Soma das vagas ampliadas pelo REUNI na UFMG – 2008 a 2012



Fonte: adaptado de Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Demonstra-se no Gráfico 5 que do total de vagas ampliadas (807) um percentual de 65,67% (530) destinou-se ao turno noturno. O curso de Letras teve o maior aumento no número de vagas totais GRAF.4 (120), ficando o curso de farmácia em seguida (80) e os

cursos de Música e Arquitetura e Urbanismo em terceiro lugar (60). O curso de Artes Visuais, pertencente à EBA-UFMG, aumentou 14 vagas, correspondente à 1,73% do total.

Essa expansão de cursos e vagas ocasionou o investimento de R$72.830.312,90 (setenta e dois milhões e oitocentos e trinta mil e trezentos e doze reais e noventa centavos) destinados aos programas de moradia, saúde, alimentação, mobilidade e extensão. Permitiu também que fossem criadas políticas de inserção, construção, expansão e readequação de prédios e a melhoria da infraestrutura (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2012).

Houve o incremento na contratação de novos servidores docentes e técnicos administrativos, conforme os dados abaixo nas Tabelas 3, 4 e 5:

Tabela 3 – Cargos docentes na UFMG em 2011

Cargos ocupados	Cargos de provimento	Cargos vagos
2.712	244	210

Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Tabela 4 – Cargos técnico-administrativos na UFMG em 2011

Cargos ocupados	Cargos de provimento
4.052	221

Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (2012) *apud* Lima e Machado (2016).

Tabela 5 – Cargos docentes e técnico-administrativos na UFMG em 2013

Cargos docentes na UFMG em 2013	Cargos técnicos na UFMG em 2013
3.151	4.335

Fonte: adaptado de *Relatório de gestão UFMG* (UFMG, 2014).

O relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA-UFMG) em 2014 demonstrava através de um quadro a estimativa de crescimento da UFMG com o REUNI:

Tabela 6 – Estimativa de crescimento da UFMG com REUNI

	UFMG (2009)	UFMG após expansão (2012)
Docentes	2.450	2.800
Matrículas na graduação	25.500	32.000
Alunos da pós-graduação	7.000	8.500

Fonte: adaptado do Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional. CPA-UFMG.2014.

Dessa forma, é possível observar na Tabela 6 que a meta em relação ao número de docentes foi alcançada e ultrapassada em seu valor total de 2.800 para 3.151 docentes em 2012 (RELATÓRIO CPA, 2014).

No relatório de autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) realizado em março de 2014, observa-se que a oferta de vagas nos cursos de graduação da universidade cresceu de 4.715 vagas, em 2008, para 5.950, em 2009, até atingir 6.670 vagas em 2012. Isto corresponde a um aumento de 44% no total em relação ao ano de 2007.

A meta corresponde à matrícula projetada de, no mínimo, 32.000 estudantes nos cursos de graduação. Em 2012 foram realizadas 29.333 matrículas, sendo que a diferença apresentada é de apenas 8,3% da meta estabelecida (RELATÓRIO CPA, 2014).

Entre 2009 e 2012, o número de alunos matriculados no mestrado e no doutorado passou de 3.824 para 4.044 e de 2.897 para 4.163, respectivamente, tendo o número de matriculados no doutorado superado o número dos matriculados no mestrado. O número total de alunos matriculados em 2012 foi de 8.207, atingindo 96,6% do que já foi pactuado como meta do REUNI de 8.500 alunos (RELATÓRIO CPA, 2014).

A expansão do doutorado, em termos absolutos e em relação ao mestrado, se reflete também no número de conclusões. Enquanto no doutorado o aumento foi de 27%, no mestrado foi de 9%. Em relação à pós-graduação lato sensu, dados da Pró-Reitoria de Planejamento indicam que havia 6.157 alunos matriculados em cursos de especialização em 2012. Esse número é 7% inferior ao de matriculados em 2009, embora tenha havido um aumento de 19% nas vagas oferecidas em relação a 2009. Tanto nesse ano como em 2012, o número de novas matrículas foi aproximadamente 26% menor que o número de vagas oferecidas (RELATÓRIO CPA, 2014).

Nos documentos de referência ao REUNI não existem indícios de que o Governo Federal tenha adotado um modelo único para a graduação das universidades federais, respeitando a autonomia universitária. Além disso, a ampliação do acesso, o adequado

aproveitamento da estrutura física e o aumento qualificado no contingente de recursos humanos aliados à reestruturação e expansão, conforme observa-se nos documentos oficias, deveriam realizar-se mantendo-se a qualidade acadêmica.

Por tratar-se, na época, de um programa com tempo delimitado para provisão dos recursos 2008-2012 (quatro anos) torna-se interessante realizar uma análise a posteriori dos reflexos diretamente relacionados com a gestão administrativa dos recursos, tendo por enfoque a estrutura física e de pessoal que foram implementados por meio dessa iniciativa

Realizar uma investigação das possíveis causas para a consecução, ou não, de algumas metas que foram propostas no Programa 5 (cinco) anos após sua implementação envolve recuperar a proposta de adesão, analisá-la e refletir sobre as questões decorrentes dessa decisão. A avaliação dessa pesquisa permitirá observar se a consistência, exequibilidade e exigências do Decreto foram cumpridas pelo plano de reestruturação apresentado no universo da EBA-UFMG.

Souza (2009, p. 11) demonstra que a avaliação pública "consiste na atribuição do valor às políticas, às consequências, ao aparato institucional em que as mesmas se dão e aos próprios atos que pretendem modificar o conteúdo dessas políticas". A realização de avaliações posteriores do impacto gerado pelas políticas públicas para Quirós permitem uma maior participação da sociedade, uma vez que:

> A responsabilização pelos resultados da administração pública sustenta-se na avaliação *ex post* (a posteriori) das políticas e dos programas como meio para medir o seu desempenho e exigir a prestação de contas dos gestores públicos responsáveis tanto pela execução como pelos resultados obtidos. (QUIRÓS, 2006, p. 168)

A confecção do Relatório Técnico como produto tangível desse estudo está baseada em uma avaliação *ex post* que possibilitará ao gestor a análise sob uma perspectiva sistêmica dos fatos observados e das coletas de dados realizados, contribuindo para a observação acerca do quadro geral da situação. Através desse instrumento, poderá averiguar com explicações detalhadas a comprovação do que será exposto e as possíveis recomendações sobre o impacto dessa política pública no contexto universitário.

3 A ESCOLA DE BELAS ARTES DA UFMG: CARACTERIZAÇÃO E ADESÃO AO REUNI

3.1 História da Escola de Belas Artes

Levando-se em consideração a importância de caracterização do objeto de estudo, para além dos dados quantitativos, que adiante serão apresentados em números demonstrando o universo da unidade acadêmica, primou-se, neste trabalho, por revelar a historicidade dessa escola dentro da universidade a qual pertence. Sanfelice, filósofo e professor, traz a seguinte reflexão acerca do assunto:

> Cada instituição possui um quebra-cabeça a ser decifrado. Assim, é preciso "fazer o jogo das peças em busca dos respectivos lugares". Há múltiplas determinações de variadas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, moral, ideológica, entre outros.) interagindo entre si. É preciso observar para além dos muros. (SANFELICE, 2007, p. 77, grifo do autor)

Nas universidades, compostas de diversas escolas superiores (ou unidades acadêmicas), como a UFMG, o processo de construção da memória, através do resgate das lembranças individuais e coletivas, possibilita a atribuição de novas significações da identidade institucional.

Isso pode ser observado nas relações entre o interpretar e o manusear os aspectos legislativos; a disciplina das relações entre os técnico-administrativos e o corpo docente e discente de cada unidade; a própria localização de cada prédio (ver mapa da universidade em Anexo 1), entre outros. As relações da comunidade geram até mesmo situações não previstas e que, localmente, alteram planos oficiais e/ou diretrizes de uma determinada política educacional. Há sempre uma identidade particular e peculiar em cada unidade.

A Universidade de Minas Gerais foi federalizada em 1950, porém foi nomeada Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) somente em 1965. Antes da federalização, a UMG era uma instituição privada, embora beneficiária de subvenções estaduais. Graças ao empenho das congregações da universidade, foi organizada a minuta do projeto de federalização aprovada pelo Conselho Universitário e pelos esforços do senador Fernando Mello Vianna. À época da federalização, a Escola de Arquitetura e as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas já estavam incorporadas à UFMG (DUARTE; STARLING, 2007).

O curso de Belas Artes, inicialmente criado pelo Professor Sylvio de Vasconcelos[7] e formalizado por meio da Resolução da Congregação da Escola de Arquitetura em 5 de abril de 1957, funcionava dentro da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Houve uma rebelião dos alunos do curso de Arquitetura que não aceitaram o funcionamento da Escola de Belas Artes dentro do prédio. Os discentes alegaram que havia irregularidade na criação do curso por não estar enquadrado no Regimento da escola, conforme as regras do Estatuto da Universidade. Diziam também que os alunos do curso de Belas Artes não possuíam o mesmo nível cultural e não tinham se submetido ao mesmo processo de vestibular que os alunos dos demais cursos da universidade (BRITO, 2007, p. 1).

O Reitor, a Congregação da Escola de Arquitetura e o corpo discente reuniram-se para encontrar uma solução em busca de resolver o conflito. A Reitoria, da então Universidade de Minas Gerais, decidiu receber sob sua responsabilidade em 1º de janeiro de 1959 o Curso de Belas Artes, desligando-o da Escola de Arquitetura. Além disso, comprometeu-se a oferecer acomodações condizentes ao funcionamento do curso (MORAES, 1971, p. 325-326).

A duração do curso era de seis anos inicialmente, depois passou para cinco anos e, finalmente para quatro anos, situação vigente. Até o ano de 1963, os alunos se organizaram de tal forma que sempre havia um grupo matriculado por infrequência ou repetência se mantendo no curso. Essa ação foi tomada como preventiva a uma possível extinção do curso de belas artes (BRITO, 2007, p. 3).

Em 1963, por meio de reivindicações e pressões de alunos e professores, o Conselho Universitário junto ao Reitor Orlando de Carvalho aprovou a inclusão do curso à Reitoria e sua transferência para o campus da Pampulha, desvinculando-o totalmente da Escola de Arquitetura (MORAES, 1971, p. 325-326). O curso foi instalado em um grande galpão na entrada do campus à direita, ao lado da Avenida Presidente Antônio Carlos. O local, nas palavras de BRITO (2007, p. 2) “tinha o pé-direito alto, coberto com telhas de amianto, piso de cimento grosso, sem divisórias e sem qualquer característica ou qualidade acadêmica”.

[7] Sylvio de Vasconcelos nasceu em 14 de outubro de 1916. Precursor da arquitetura modernista brasileira em Minas Gerais, exerceu a chefia do distrito de Minas Gerais do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas em 1939. Era professor catedrático da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Tornou-se diretor, mas em pouco menos de um ano de gestão foi preso, à época do Golpe Militar, sendo afastado do cargo. Sylvio permaneceu um ano no Chile e, então, retornou para o Brasil para reassumir a docência na Escola de Arquitetura, após ter sido absolvido do Inquérito Policial Militar (BRASILEIRO, 2008, p. 41-45).

Esse fato não foi considerado empecilho para o trabalho dos professores. Segue uma breve descrição abaixo da rotina à época:

> Sentados em bancos simples, desenhando em pranchetas de mão, trabalhávamos com entusiasmo. Íamos ao Parque Municipal, de ônibus, carregando banquinhos portáteis, cadernos, material de desenho, para desenharmos o que era impossível encontrar ao nosso redor – árvores, plantas, lagos, entre outros. e voltávamos de novo a Pampulha, ao Campus, carregando todo aquele material. Apesar da proximidade com a Lagoa não íamos lá, pois a região não oferecia condições adequadas à realização de um trabalho artístico. A distância do Centro da cidade era considerável e o material que portávamos era volumoso e, às vezes, pesado. O transporte era difícil, também em função dos horários. Havia o ônibus para os funcionários da Reitoria do qual fazíamos uso, em horários restritos, sempre lotados, em que geralmente íamos em pé. Poucos professores possuíam carros, e uns pouquíssimos alunos, que colaboravam transportando colegas e alunos. Em virtude do barulho que nos cercava no galpão e também porque as pranchetas de propriedade da Escola de Arquitetura haviam sido lá colocadas, fomos os primeiros universitários a ocupar o prédio da Reitoria, onde tivemos nossas aulas de História da Arte, com Frederico Moraes e Olívio Tavares de Araújo, e Perspectiva com Professor José Raimundo Martins Neves. A colaboração não se restringia a isso. Muitas vezes, os próprios professores forneciam material aos alunos que porventura não tinham condição de adquiri-lo. Para as próprias aulas compravam giz, papel, réguas, quadro-negro, apagadores e todo e qualquer material específico como frutas, abacaxis, mamões e carambolas para as aulas de desenhos de Naturezas Mortas. (BRITO 2007, p. 2)

Em momento posterior, novos cômodos revestidos de madeira foram incorporados ao galpão onde foi instalada a escultura Vênus de Milo. A biblioteca, secretaria, salas de gravura, perspectiva, desenho, entre outras, a cantina e os banheiros foram aparecendo nessa nova formação do espaço (BRITO, 2007, p. 1-3).

Os anos de 1964, permeados pela ditadura militar, foram penosos para a universidade brasileira. O clima de terror e denúncia rodeava professores e alunos. A reação nesse espaço se deu através da linguagem expressiva da arte. O Festival de Inverno surgiu em resposta a tamanha violência e obteve a participação de estudantes de artes do Brasil e países do mundo inteiro que se destacaram de maneira duradoura na vida cultural e artística brasileira.

A primeira edição do Festival de Inverno foi realizada em 1967, na cidade de Ouro Preto. Ele foi criado por um grupo de professores da Escola de Belas Artes e da Escola de Música da UFMG com a intenção de aproximar o público ao mundo das artes e da música. Nas palavras de Barros (1999):

> Tive a chance de integrar o grupo que planejou o primeiro Festival de Inverno, em 1967. Naquela época de comunicações precárias, a viagem entre Belo Horizonte e Ouro Preto levava quase duas horas. A cidade histórica vivia ainda mergulhada nas tradições e nos rígidos costumes da antiga capital, mas seu espaço barroco era essencial para a proposta renovadora de oferecer a estudantes do Brasil inteiro

> cursos livres de artes plásticas e música, do nível básico às especializações mais alentadas. (BARROS, Boletim UFMG nº 1.239, 1999)[8]

A cidade de Ouro Preto sediou o Festival de Inverno da UFMG até 1979. Nessa época o evento durava cerca de um mês. Outras edições do Festival também já ocorreram em Diamantina, São João Del Rei e Poços de Caldas. Desde 2014, concentrou-se o Festival na cidade de Belo Horizonte (UFMG – 90 ANOS, 2017).

No ano de 2017, o festival completou 50 anos de existência, porém o número de edições estava em 49ª devido a duas ocasiões em que não ocorreu: em 1980, devido ao cerceamento do governo militar, e em 1984, quando uma greve de servidores e docentes inviabilizou o evento (UFMG – 90 ANOS, 2017).

Nomeado como o "celeiro da arte mineira", o Festival contribuiu para o nascimento de grupos artísticos como Galpão, Corpo, Oficcina Multimédia, e Uakti. Sua realização em Belo Horizonte também desencadeou a formação de outros festivais como o Festival Internacional de Dança (FID) e o Festival Internacional de Teatro (FIT)[9].

Em 1965, o curso foi convertido em Escola de Belas Artes, os professores deixaram de ser considerados professores do ensino especializado e integraram o quadro da universidade. Novas condições de trabalho foram oferecidas e aumentado o número de funcionários, alunos e docentes (BRITO, 2007, p. 5).

A Reitoria da universidade oferecia o saguão anualmente para a mostra de trabalhos da Belas Artes, também disponibilizava ônibus propiciando o acesso de visitantes, ampliando a divulgação da arte que era produzida (BRITO, 2007, p. 1-3).

A Escola de Belas Artes passou a funcionar no novo prédio em 1972, onde está alocada até os dias atuais. Ocorreram mudanças na estrutura e alocação de espaços ao longo do tempo e um novo projeto de escola foi criado por meio do REUNI. Esse projeto será descrito a seguir em sua relação- ensino por meio da adesão dos cursos ao Programa e acrescentado aos aspectos referentes à estrutura física e de pessoal da unidade.

3.2 Adesão da Escola de Belas Artes ao REUNI

Em 22 de abril de 2008, reuniu-se uma mesa no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG composta pelos professores Evandro José Lemos da Cunha

[8] BARROS, José Tavares de. Invernos, Ouro Preto, festivais. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1239/pag2.html>. Acesso em: 26 jul. 2018.

[9] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Centro de Comunicação. De outros festivais: os 50 anos do Festival de Inverno da UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/festivaldeinverno-noticias/historias_do_festiva/de-outros-festivais-os-50-anos-do-festival-de-inverno-da-ufmg/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

(diretor da EBA-UFMG), Luiz Antônio Cruz Souza (vice-diretor da EBA-UFMG), Professores Ana Lúcia Pimenta Starling e Ricardo Valério Fenati (membros da comissão geral do REUNI), a senhora Alenka (arquiteta da UFMG) e o Reitor da época Prof. Ronaldo Tadeu Pena. Do total de 62 professores da unidade acadêmica estavam presentes 54 docentes, haviam 14 discentes e 8 técnicos administrativos que compunham o quórum da reunião[10].

O objetivo do encontro era apresentar à EBA a proposta do REUNI que já estava aprovada ao final de 2007 pelo Conselho Universitário da UFMG, exibindo os fundamentos que foram assim definidos:

> [...] expansão integrada e equilibrada da graduação e da pós graduação; expansão da pós graduação associada ao aumento de bolsas nesse nível de ensino; introdução de novas metodologias de ensino que envolvam a formação de equipes integradas pelos professores, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos, professores visitantes e monitores a fim de ministrar o ensino da graduação; uso de tecnologias no ensino à distância e apoio do presencial; incremento do programa de mobilidade estudantil e aumento em cerca de 100% na fração do orçamento da UFMG diretamente destinados às unidades acadêmicas. (ATA CONGREGAÇÃO EBA-UFMG, 2008)

Os departamentos acadêmicos da unidade se manifestaram enviando documentos sistematizados com diversas informações coletadas, por meio de reuniões, com a comunidade acadêmica da EBA a fim de compreender as demandas e os desejos com o intuito de se chegar a uma proposta de ampliação e reforma da escola. Também foram indagadas questões relativas aos novos currículos que deveriam ser implantados e/ou modificados devido ao REUNI.

A previsão para início das obras de expansão culminando na construção de um novo prédio (anexo ao atual) para a escola se daria a partir de março de 2009. A EBA-UFMG seria a primeira a iniciar as obras, paralelamente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (ATA CONGREGAÇÃO EBA-UFMG, 2008).

Após discussões que já estavam sendo realizadas na unidade,(Ofício nº 077/07, sobre a aprovação do Departamento de Artes Plásticas da adesão ao REUNI e Ofício nº 083/07 da diretoria da EBA-UFMG ao Reitor sugerindo ajustes no currículo de Artes Visuais para aderir à proposta, entre outros) ficaram estimados o seguinte quantitativo de recursos iniciais para a escola, bem como o número de docentes inicialmente apresentados para a implantação dos novos cursos:

[10] Declaração em Ata de reunião do dia 22 de abril de 2008 – Secretaria-Geral EBA-UFMG.

Tabela 7 – Recursos inicialmente previstos e número de docentes destinados aos cursos criados pelo REUNI na EBA-UFMG

Curso	Docentes	Recursos financeiros
Cinema de Animação e Artes Digitais	3	130.000,00
Conservação – Restauração de Bens Culturais e Móveis	5	150.000,00
Dança	7	180.000,00
Design de Moda	7	40.000,00
Total	20	700.000,00

Fonte: adaptado do Ofício nº 454/2008 PROPLAN-UFMG.

Dessa maneira, a unidade contaria com 20 professores novos de imediato para compor os novos quadros dos cursos ou complementar a demanda vigente. O total de R$700.000,00 (setecentos mil reais) seria alocado para as primeiras adequações e instalações de espaço físico e equipamentos que se fizessem necessários (TAB.7).

Em maio de 2008, realizou-se outra reunião na escola para discutir os projetos pedagógicos dos novos cursos e apresentá-los às câmaras departamentais para apreciação e aprovação. O Colegiado do Curso de Artes Visuais solicitou a aprovação da proposta do ajuste curricular já implantado em 2006, diante da expansão de vagas (de 66 para 80) e, também, criou uma planilha para levantar a demanda de novos docentes a ser encaminhada à comissão do REUNI.

Em 30 de junho de 2008, por meio do Ofício da PROGRAD nº 486/2008, o pró-reitor de Graduação esclarece ao Colegiado de Graduação de Artes Visuais que o Professor Luís Antônio Cruz Souza, vice-diretor na época da EBA-UFMG, havia solicitado a ampliação de 44 vagas no curso diurno de artes visuais, sem necessidade de alocação de vaga docente. Assim, a ampliação geraria para a unidade apenas os recursos financeiros previstos para o custeio das iniciativas associadas ao Programa REUNI. O Conselho Universitário aprovou a proposta, mencionando claramente que tal iniciativa seria tomada sem qualquer alocação de força de trabalho docente e as novas vagas já seriam incorporadas ao Edital Vestibular de 2009.

Na época, considerou-se a possibilidade de expandir o número de vagas do curso de artes visuais para 110 a partir do ano de 2010. Porém, como o prédio novo não foi

finalizado, os gestores da unidade decidiram por prudência, junto aos docentes, não aceitar tal aumento.

O Ofício nº 601/2007, de 30 de novembro de 2007, do Gabinete do Reitor deu conhecimento sobre a implantação do Projeto REUNI – UFMG e alertou sobre a construção, ampliação e/ou reforma de diversos prédios na UFMG[11]. Por meio desse instrumento, o Reitor discursou sobre o aumento excessivo de vagas previsto para 2009 e 2010 e a rapidez que as ações deveriam ser executadas. Diante disso, o conselho universitário foi convocado em reunião no dia 20/12/2007 para deliberar sobre a matéria e procedimentos relativos ao início do programa em 2008.

Esse documento trouxe a proposta do Plano de Investimentos em Infraestrutura do REUNI – UFMG que subsidiou a reunião do conselho. Na página nove do Plano de Investimentos em Infraestrutura do REUNI-UFMG (2007) estava prevista a ampliação da Escola de Belas Artes em que se colocou a necessidade de construção de uma nova edificação e de mais um pavimento no atual prédio do CECOR.

A soma da área que seria construída era de 2.000,00m^2, sendo parte para ao crescimento vertical (3º pavimento do prédio do CECOR) e a outra parte para a construção de um novo prédio na área contígua ao edifício atualmente existente da escola.

Essas edificações deveriam abrigar salas de aulas para receber entre 40 a 60 alunos, seminários e diversos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão. Também seriam construídos, de acordo com esse plano, gabinetes para professores e para alunos de pós-graduação, salas para bolsistas, para chefias, secretarias, além de espaços para apoio e suporte.

Os edifícios seguiriam o padrão convencional aplicado no campus Pampulha. As características construtivas do prédio novo estimavam o custo do metro quadrado em R$1.600,00 (mil e seiscentos reais) e a estimativa do investimento era da ordem de R$3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais).

O Parecer nº 01-2011, de 17 de março de 2011, citado abaixo, apresenta os relatórios da Comissão de Acompanhamento do Projeto Campus 2010. Nesse documento o retorno sobre o prédio da Escola de Belas Artes foi o seguinte:

> A equipe de arquitetura já realizou diagnóstico, estudos preliminares e anteprojeto. Está discutindo o anteprojeto arquitetônico com a comunidade da unidade acadêmica. Os projetos complementares estão aguardando distribuição dos recursos para contratação. Previsão de conclusão: 225 dias. (Parecer nº 01/2011, UFMG)

[11] Fonte: Campus 2010 – Proposta do Plano de Investimentos em Infraestrutura do REUNI-UFMG – novembro de 2007. 19 p.

Acreditava-se que o prédio seria entregue até o ano de 2012, porém tal evento não ocorreu. No projeto "UFMG em expansão" foi criada uma comissão de acompanhamento das obras que seriam realizadas no campus Pampulha entre os anos de 2010 a 2014. Essa comissão, estabelecida pela Resolução 13/2008, de 18 de setembro de 2008, analisou o projeto e novamente colocou-o em discussão.

Porém, devido às circunstâncias de restrição orçamentária na universidade em 2014, houve a necessidade de se repensar a priorização para realizar obras naquele ano. O Ofício nº 059/2012, de 2 de julho de 2012, da escola emitido pela então Diretora, Maria Beatriz Mendonça, membro titular da comissão de obras e patrimônio do Conselho Universitário da UFMG, descreve todas as reuniões agendadas com o Reitor e a Comissão de Obras e Patrimônio para dar continuidade ao projeto de construção do prédio novo.

Esse documento ainda alertou que deveria ocorrer uma análise criteriosa de viabilidade de execução parcial das obras que haviam sido interrompidas para atender às atividades didáticas essenciais dos cursos advindos e impactados pelo REUNI na unidade acadêmica. Além disso, essas intervenções físicas deveriam se caracterizar como obras emergenciais, observando o art. 3º da Resolução UFMG nº 12/95. As obras foram efetivamente paralisadas no segundo semestre de 2014 e o prédio novo encontra-se abandonado nos dias atuais.

3.3 Panorama Atual dos Cursos da EBA-UFMG

Atualmente, a Escola de Belas Artes (EBA-UFMG) oferta os cursos de graduação em Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, Design de Moda, Teatro e Dança, além dos programas de pós-graduação lato e *stricto sensu*. O curso de especialização em Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis foi o primeiro a ser criado no ano de 1978. Em 1995, criou-se o mestrado em Artes Visuais e o Doutorado em 2006. O curso de especialização em Ensino de Artes Visuais, na modalidade à distância, foi criado em 2007 por meio da Universidade Aberta (UAB).

A seguir, será apresentado uma síntese da história de cada um dos cursos de graduação que compõem a unidade acadêmica. Observar-se-á que a particularidade de cada um deles apresentada em suas origens contribuirá para enriquecer o terreno dessa escola de artes em diferentes trajetórias e momentos.

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), corroborou com o aumento de vagas nos cursos e no quadro de docentes, discentes e funcionários. Inserida nesse novo contexto, a EBA-UFMG vem, continuamente, aplicando esforços para crescer, ampliar e reformar o espaço físico, adquirir equipamentos adequados às salas de aulas e investindo no aumento do quadro de docentes e técnicos administrativos.

3.3.1 Acesso aos cursos da Escola de Belas Artes

O Regimento Geral da UFMG, até o início de 2013, previa a admissão de alunos da graduação mediante processo seletivo, via vestibular, com base nas normas estabelecidas pelo CEPE. A Resolução do Conselho Universitário nº 10/2013 determinou que a entrada nos cursos presenciais de graduação em 2014 seria por meio do Sistema de Seleção Unificada-SISU, do Ministério da Educação – MEC. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se tornou obrigatório para todos os cursos da universidade, inclusive, os pertencentes à Escola de Belas Artes.

Atualmente, são dispostas no *site* da Comissão Permanente de Vestibular – COPEVE[12], as etapas para ingresso na UFMG. A primeira etapa do vestibular corresponde às provas objetivas do ENEM. A nota obtida, segundo os critérios estabelecidos pelo exame, é utilizada para a convocação dos candidatos que se submeterão à etapa seguinte.

O cálculo nessa fase inicial é feito com a soma das provas objetivas do ENEM, após a conversão de cada uma delas para a escala de 20 pontos, segundo critérios estabelecidos no edital e será representada com precisão de 4 casas decimais. A nota máxima da primeira etapa será 80 pontos. Essa nota final será utilizada para a convocação dos candidatos que poderão se submeter à segunda etapa do concurso.

A segunda etapa consta de prova específica de habilidade (desenho, gravuras, encenações) com duração de 3 horas e correspondente a 100 pontos. A nota da redação do ENEM também compõe a nota final nessa fase que será convertida para a escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos, segundo critérios estabelecidos em edital. A nota máxima da Segunda Etapa será de 220 pontos. O resultado é a soma da nota final da primeira etapa à nota final da segunda etapa. Assim, as vagas são preenchidas conforme a ordem de classificação e modalidades de vagas constantes da Resolução nº 10/2013 do CEPE.

---

[12] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Comissão Permanente do Vestibular. *Site* institucional. Disponível em: <https://www.ufmg.br/copeve/site_novo/>. Acesso em: 6 abr. 2018.

São expostos os seguintes critérios para conversão das notas: Nota UFMG Linguagens = Nota do candidato na prova de Linguagens do ENEM, dividida pelo limite superior da prova de Linguagens, multiplicada por 20. Nota UFMG Matemática = Nota do candidato na prova de Matemática do ENEM, dividida pelo limite superior da prova de Matemática, multiplicada por 20. Nota UFMG Ciências Humanas = Nota do candidato na prova de Ciências Humanas do ENEM, dividida pelo limite superior da prova de Ciências Humanas, multiplicada por 20. Nota UFMG Ciências da Natureza = Nota do candidato na prova de Ciências da Natureza do ENEM, dividida pelo limite superior da prova de Ciências da Natureza, multiplicada por 20. Nota final 1ª etapa UFMG = Nota UFMG Linguagens + Nota UFMG Matemática + Nota UFMG Ciências Humanas + Nota UFMG Ciências da Natureza. Elimina-se do Concurso Vestibular UFMG – Habilidades o candidato que obtiver nota 0 (zero) na Prova de Redação do ENEM.

Quadro 3 – Provas específicas de habilidades na segunda etapa do vestibular UFMG

Cursos	Provas específicas	Peso	Duração da prova
Artes Visuais Cinema de Animação e Artes Digitais Design de Moda	Percepção Visual	2	3 horas
Dança	Habilidade Corporal de Dança	1	2 horas e 30 minutos
	Solo de Dança	1	4 minutos
Teatro	Atuação	1	4 minutos
	Audição Didática Coletiva	1	2 horas e 30 minutos

Fonte: edital complementar retificado ao edital do concurso vestibular UFMG 2018 – habilidades[13]. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Comissão Permanente do Vestibular. *Site* institucional. Disponível em: <https://www.ufmg.br/copeve/site_novo/>. Acesso em: 6 abr. 2018.

[13] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Comissão Permanente do Vestibular. *Site* institucional. Disponível em: <https://www.ufmg.br/copeve/site_novo/>. Acesso em: 6 abr. 2018.

3.3.2 Criação dos cursos da EBA-UFMG

As informações descritas a seguir foram retiradas dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) de cada curso a saber: PPC de Artes Visuais – 2013; PPC de Cinema de Animação e Artes Digitais- 2011; PPC de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis – 2014; PPC de Dança – 2009 e PPC de Design de Moda – 2013.

O texto Trajetória da Licenciatura em Teatro da EBA/UFMG: histórico, projeto político e pedagógico e principais desafios (FIGUEIREDO; GUSMÃO; MUNIZ; PEREIRA 2009) serviu de referência para contextualizar o curso de graduação em Teatro.

3.3.2.1 Artes Visuais

O Curso de Belas Artes da UFMG nasceu em 5 de abril de 1957 como curso na Escola de Arquitetura. Inicialmente, havia o Bacharelado e a Licenciatura nas habilitações de Artes Plásticas. Posteriormente, outros cursos e habilitações foram sendo oferecidos, como por exemplo: Licenciaturas em Artes Visuais, Teatro e Dança. O curso de Artes Visuais abrange o ensino e aprendizagem das artes visuais, buscando formar um profissional apto ao domínio da área, seja pela atividade de Licenciado em Artes Visuais, seja pela de Bacharel em Artes Visuais, nas habilitações de Artes Gráficas, Desenho, Escultura, Gravura e Pintura.

Quase 11 anos depois, em 28 de janeiro de 1968, foi instituída a Escola de Belas Artes que, aprovada pelo Decreto nº 62.317, passou a constituir-se numa unidade acadêmica autônoma da UFMG, com Bacharelado em Belas Artes. A escola só mudou para um prédio próprio, em 1972, no Campus Pampulha, construído especialmente para abrigá-la.

Em 1969, o Colegiado de Curso propôs e aprovou um novo currículo, com duas áreas, precedidas por um ciclo comum: a de Artes Plásticas e a de Cinema. A área de Cinema deveria ter a duração de quatro semestres, organizados em torno de três disciplinas básicas: linguagem e história; técnica e cinema de animação. Para a época, a proposta era muito avançada e acabou fazendo com que o Colegiado voltasse atrás e a rejeitasse. O Cinema ficou reduzido a apenas duas disciplinas de caráter optativo.

Em 1971, foi implantado o Departamento de Comunicação Visual, que passou a se chamar Departamento de Fotografia e Cinema, em 1975. Já em 1976, os professores do Departamento tentavam criar uma habilitação em Cinema, projeto que não chegou a termo, por dificuldades com a direção da escola e com os Departamentos de Desenho e de Artes Plásticas.

Em 1978, foi enviado ao Conselho de Graduação da UFMG um projeto de reforma curricular, que propunha oito habilitações para o curso de Belas Artes: Desenho, Pintura, Gravura, Escultura, Artes Gráficas, Tapeçaria e Cerâmica, Azulejaria e Audiovisual.

Em 1979, foi encaminhado novo projeto de reformulação curricular para o curso de Belas Artes. Nessa versão, a proposta era a de que houvesse apenas um curso de Bacharelado em Artes Plásticas, com dez áreas de concentração, compostas pelas oito anteriores, além de Restauração de Pinturas e Esculturas e Teatro de Bonecos, incluídas em função de vários professores da EBA-UFMG atuarem nestas atividades.

Foram também instituídos os ateliês em quatro semestres obrigatórios de 300 horas cada. Para cada área de concentração havia uma disciplina introdutória correspondente na qual eram fornecidos os conhecimentos básicos específicos. O Conselho de Graduação aprovou apenas a implantação dos ateliês nas quatro modalidades já existentes, ou seja, Desenho, Escultura, Gravura e Pintura.

Na década de 1980, foi feito um convênio entre o Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e o National Film Board of Canada (NFB), que resultou na formação de um Núcleo de Animação, composto por alunos e professores do Departamento. Logo em seguida, foi criada, no Bacharelado em Belas Artes, a habilitação em Cinema de Animação, única no Brasil até os anos 2000 – um passo fundamental para o crescimento da área de Cinema junto à Escola de Belas Artes. Em 1998, a escola incorporou o Curso de Graduação em Artes Cênicas como parte do Departamento de Fotografia e Cinema que, então, passou a se chamar Fotografia, Teatro e Cinema.

Em 2001, iniciaram os trabalhos de discussão para uma reformulação do currículo do Bacharelado, que teve como resultado um projeto colocado em funcionamento a partir de 2006. O novo currículo estabelecia que os alunos se formassem em Artes Visuais e, ao invés dos dois anos de formação básica para todas as habilitações, especificava apenas um ano de básico, sendo que nos outros três anos, os alunos seguiriam os percursos de cada habilitação escolhida. Até 2008, o curso de Artes Visuais contou com as seguintes habilitações: Cinema de Animação, Desenho, Artes Gráficas, Escultura, Gravura e Pintura.

Em 26 de setembro de 2007, conforme decisão da Câmara Departamental, o Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema (DFTC) propôs, como adesão ao REUNI, a criação do curso de Animação e Artes Interativas que, após reuniões da Comissão destinada à elaboração do Projeto do novo curso, passou a ser denominado de Cinema de Animação e Artes Digitais (CAAD).

Tendo como unidade sede a Escola de Belas Artes da UFMG, o novo curso pretendeu contar com a participação da Escola de Música e com o Departamento de Ciência da Computação do Instituto de Ciências Exatas da UFMG (DCC/ICEX). A duração de integralização do curso foi prevista para quatro anos e meio no turno noturno. O número de entrada de alunos também foi modificado de 70 para 40 alunos anuais, em entrada única. Além disso, a previsão de início para o ano de 2010 foi antecipada para 2009, momento em que a habilitação em Cinema de Animação foi extinta do curso de Artes Visuais.

O curso está programado para ser integralizado no mínimo em sete e no máximo em quatorze semestres. No Bacharelado o aluno tem uma carga horária de 2.775 horas, perfazendo 185 créditos. Destes, na Habilitação em Pintura, na Habilitação em Artes Gráficas e na Habilitação em Desenho, 2.145 horas, ou seja, 143 créditos são obrigatórios e 570 horas, equivalendo a 38 créditos, são optativas; na Habilitação em Escultura 2.085 horas, ou seja, 139 créditos são obrigatórios e 630 horas, equivalendo a 42 créditos, são optativas; na Habilitação em Gravura e na Habilitação em Cinema de Animação, 2.070 horas, ou seja, 138 créditos são obrigatórios e 645 horas, equivalendo a 43 créditos, são optativas. Na Licenciatura, o aluno tem uma carga horária de 2.955 horas, perfazendo 197 créditos. Destes, 2.130 horas, ou seja, 142 créditos são obrigatórios. Em ambas as modalidades, o aluno tem por obrigação matricular-se em, no mínimo, 14 créditos por semestre. A matriz curricular do curso, distribuída em oito períodos está estruturada em três ciclos distintos: básico, intermediário e aprofundamento. Ao final do segundo período, o aluno deverá optar entre licenciatura ou bacharelado.

O primeiro ano do curso de Artes Visuais é denominado básico. Nele o aluno tem oportunidade de construir conhecimentos que serão necessários para sua formação em Arte, qualquer que seja sua opção posterior por cursar uma habilitação. Neste ciclo são oferecidas duas turmas para cada disciplina, com 20 alunos cada, à exceção das disciplinas eminentemente teóricas, que possuem turma única. Ao final do segundo semestre, o aluno fará sua opção por uma das habilitações oferecidas no Bacharelado, ou pela Licenciatura.

O segundo ano denomina-se intermediário, pois é feita a base específica para a Licenciatura ou para a Habilitação do Bacharelado escolhida. Para os alunos das diversas Habilitações haverá o aprofundamento das questões relativas à conceituação da área escolhida, suas técnicas e materiais, assim como a iniciação à postura de um artista/pesquisador em arte, pelo acesso à metodologia de pesquisa e à formatação de um projeto a ser desenvolvido nos ateliês.

O terceiro e quarto anos são de aprofundamento. O aluno sistematizará seus conhecimentos nas bases teóricas do ensino de arte e os trabalhará de forma integrada ao processo artístico de ateliê. Em todas as habilitações, o aluno deve desenvolver paulatinamente uma produção artística individual, sistematizando um trabalho de pesquisa que integra uma prática em diálogo com a teoria.

Nesse sentido, forma e conteúdo, metodologia e temática, interagem ao longo de todo processo de aprendizagem, de tal modo que a adoção desses percursos preserva a unidade de uma formação universalizada, generalista, cujo perfil geral é uno. Note-se que as nomenclaturas das disciplinas, na matriz curricular, são apresentadas de maneira globalizante, possibilitando flexibilidade na elaboração das ementas dos conteúdos programáticos, adequação da bibliografia e facilitando as mudanças sempre que se faça necessário sua atualização. A atualidade é assegurada por ajustes/reformas curriculares sistemáticas e por atividades acadêmicas de conteúdo variável – tópicos, se houver, bem como pelas revisões de ementas e programas. Todas as disciplinas obrigatórias para as habilitações são optativas para as demais.

Ao integralizar um percurso, seja no Bacharelado ou na Licenciatura, o aluno pode pedir continuidade de estudos para o outro percurso, desde que seu tempo de permanência na UFMG não ultrapasse 14 semestres. Atualmente, o curso de Artes Visuais possui cinco habilitações: Artes Gráficas, Desenho, Escultura, Gravura e Pintura. A entrada é de 40 alunos por semestre, totalizando 80 alunos anualmente.

3.3.2.2 Design de Moda

O primeiro projeto, desenvolvido em 1984 por professores da Escola de Belas Artes e por profissionais convidados da área de moda, previa um curso com duração de quatro anos com opções de especialização em Estilismo, em Modelagem e em Desenho Têxtil, contemplando uma carga horária de 1.444 horas/aula e 600 horas de estágio orientado. O corpo docente seria composto por professores da escola e por Profissionais/Estilistas atuantes no mercado de moda, conjugando as experiências acadêmica e profissionalizante. Suas disciplinas foram programadas como módulos, o que de certa forma flexibilizava a atuação de seu corpo docente.

Após vários estudos, o curso foi implementado em 1986 com duração de dois anos no período noturno na forma de curso de extensão. O corpo docente tinha membros

internos e externos à universidade. Ressalte-se, ainda, que esse curso foi o primeiro a ser instalado no Brasil, a nível superior.

O curso de graduação em Design de Moda nasceu por meio do REUNI, através da proposta de expansão da Escola de Belas Artes. A portaria da EBA-UFMG, de 9 de abril de 2007, criou a comissão proponente do curso. Em 11 de dezembro de 2008, o diretor da unidade encaminhou à comissão do REUNI, na Pró-Reitoria de Graduação, o projeto pedagógico do curso aprovado pela Congregação da escola na data de 10 de dezembro de 2008. O projeto foi protocolado na secretaria da PROGRAD em 12 de dezembro de 2008.

São oferecidas 45 vagas anuais, em uma única entrada no vestibular. As disciplinas teóricas são oferecidas para todos os alunos e as disciplinas práticas divididas em duas turmas A e B para que haja equipamentos e máquinas necessários a atuação direta no objeto a ser estudado e, principalmente, a orientação individual do professor ao aluno.

3.3.2.3 Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

Pioneira no ensino e na pesquisa da conservação e restauração no Brasil, em 1978, a EBA-UFMG criou o Curso de Especialização em Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Inicialmente financiado pelo Programa de Cidades Históricas (PCH) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o curso teve a participação de professores convidados do Brasil e do Exterior, tornou-se marco referencial da formação de restauradores no país.

Em 1980, passou a funcionar em ambiente mais adequado às suas especificidades com a criação do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR). Sua sede foi construída em convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e ampliada posteriormente por meio de parceria com o Ministério da Cultura (MinC).

O Curso de Bacharelado em Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis (CCR) foi o primeiro curso do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), autorizado através da Resolução nº 14/2007 do Conselho Universitário da UFMG, implantado já no vestibular de 2008.

Contribuiu para a consolidação da área a atuação efetiva dos professores na pesquisa e extensão por meio de vários projetos, entre eles: restauração dos retábulos de Aleijadinho em Nova Lima e restauração do Museu Padre Toledo em Tiradentes. Estes projetos demonstram a contribuição da UFMG para a sociedade que, através do referido

curso, vem fortalecer a formação do profissional da preservação do patrimônio local, regional e nacional.

A UFMG é detentora de um vasto patrimônio cultural, como a Casa Padre Toledo em Tiradentes-MG; a Casa da Glória em Diamantina-MG e o Centro Cultural, imputando à universidade grande responsabilidade no que tange à sua tutela e preservação. Instituições de memória, como o Museu de Ciências Morfológicas; o Espaço do Conhecimento; os Centros de Memória; o Museu Vivo-Memória Gráfica e os Centros de Referência, além das áreas que integram patrimônio natural e patrimônio cultural, como o Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB) e a Estação Ecológica abrigam acervos de ciência, história, artes e cultura.

Por meio da atuação do CECOR, a escola tem contribuído sistematicamente nas políticas institucionais da UFMG quanto a preservação desse vasto patrimônio. São oferecidas 30 vagas anuais, em uma única entrada no vestibular para ingresso no curso.

3.3.2.4 Dança

A Licenciatura em Dança organiza-se a partir de uma filosofia pedagógica fundamentada também em disciplinas de conteúdo artístico. A capacitação do licenciado em Dança está aliada à formação docente a partir de práticas, vivências e reflexões estéticas e pedagógicas, voltadas tanto para a docência no ensino básico quanto para a pesquisa e para a extensão, no âmbito de suas respectivas competências.

No meio acadêmico, há mais de 20 anos existem programas nos quais a dança se insere como linha de pesquisa em nível de mestrado e doutorado. Nacionalmente, a dança possui representatividade nos grupos de pesquisa em artes cênicas nacionais que tem se apresentado nas reuniões científicas e congressos da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE).

A partir das instruções da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que se constitui o Curso de Graduação, grande área Linguística, Letras e Artes e Área de Dança, isto é, Dança na modalidade Licenciatura, com possibilidade futura de criação de um Bacharelado. O referido projeto pedagógico foi elaborado a partir de uma comissão que incluiu professores de distintas áreas das Artes: Lúcia Pimentel (Artes Visuais – Gravura), Mônica M. Ribeiro (Teatro – Estudos Corporais) e Arnaldo Leite de Alvarenga (Teatro – Estudos Corporais).

O curso de Dança foi reconhecido em 10/09/2009 através do parecer da Câmara de Graduação nº 342/2009. O documento do MEC intitulado Resolução CNE/CES nº 3, de 8

de março de 2004, aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso. O curso de Graduação em Dança é ministrado na Escola de Belas Artes, no período noturno, e oferece 20 vagas em uma entrada anual.

3.3.2.5 Cinema de Animação e Artes Digitais

A proposta de criação do curso de Cinema de Animação e Artes Digitais (CAAD) teve sua origem na necessidade de expansão da habilitação em Cinema de Animação do Curso de Artes Visuais da Escola de Belas Artes.

A inclusão de um percurso em Artes Digitais foi consequência da necessidade de suprir um espaço vazio existente na UFMG nesta área, embora já houvesse um grupo de professores com pesquisas na Pós-graduação em Artes Visuais da EBA. Não obstante," um pungente desejo dos alunos da graduação que optavam pela habilitação em Cinema de Animação, principalmente em relação a formações complementares para jogos computacionais e mídias interativas", já havia a percepção de uma crescente demanda da sociedade por uma graduação voltada para a área de Artes Digitais.

Dessa forma, o curso estruturou-se a partir de duas vertentes: Cinema de Animação – por sua história e tradição junto à Escola de Belas Artes – e Artes Digitais – que trata do grande campo emergente transdisciplinar das artes interativas produzidas e/ou mediadas pelos sistemas computacionais.

Em 26 de setembro de 2007, conforme decisão da Câmara Departamental, o Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema (DFTC) propôs, como adesão ao REUNI, a criação do curso de Animação e Artes Interativas que, após reuniões da Comissão destinada à elaboração do Projeto do novo curso, passou a ser denominado de Cinema de Animação e Artes Digitais (CAAD).

A unidade sede é a Escola de Belas Artes da UFMG e conta com a participação da Escola de Música e com o Departamento de Ciência da Computação do Instituto de Ciências Exatas da UFMG (DCC/ICEx) em seus programas de disciplinas. A duração de integralização é prevista para quatro anos e meio, o horário de funcionamento é noturno. O número de entrada de alunos é de 40 anuais, em entrada única.

3.3.2.6 Teatro

Em 1990, ainda não havia um lugar de destaque para a formação docente em Teatro na cidade de Belo Horizonte. A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) era a única

instituição pública que oferecia a licenciatura em educação artística com habilitação em artes cênicas no Estado de Minas Gerais em 1994 (FIGUEIREDO; GUSMÃO; MUNIZ; PEREIRA 2009).

Na década de 1980, iniciou-se uma discussão liderada pelos professores do Teatro Universitário da UFMG (TU) sobre a possibilidade de se criar um curso superior de Teatro. Nessa época, os professores Otávio Cardoso e Paulo César Bicalho, juntamente com a estudante do curso de formação de atores Maria Beatriz Mendonça, entregaram um projeto de criação do curso superior de teatro à Reitoria da UFMG. Porém, esse projeto não teve ressonância nos órgãos deliberativos da universidade e somente uma década mais tarde é que foi instalada oficialmente uma comissão para elaborar o projeto de criação de um curso superior de Artes Cênicas na UFMG (BRAGA, 2009, p. 10).

Em 1996, a Reitoria criou comissão para avaliar a proposta de criação do curso de graduação em Artes Cênicas composta por professores de distintas unidades acadêmicas. Em 1998, foi designada pela Reitoria a comissão para concluir o processo de criação. O curso foi implantado em 1999. Em 2009, houve uma proposta de reforma curricular que alterou o nome para curso de graduação em Teatro e, atualmente possui duas modalidades: Licenciatura em Teatro e Bacharelado em Interpretação Teatral (FIGUEIREDO; GUSMÃO; MUNIZ; PEREIRA, 2009).

O curso de graduação em Teatro é ministrado na Escola de Belas Artes no período diurno e oferece 20 vagas por semestre com duas entradas anuais. É o único curso da EBA-UFMG que não sofreu impactos do REUNI (FIGUEIREDO; GUSMÃO; MUNIZ; PEREIRA, 2009). A tabela a seguir demonstra a relação de cursos criados/impactados pelo REUNI na EBA-UFMG:

Tabela 8 – Cursos impactados/criados pelo REUNI na EBA-UFMG

(Continua)

Curso	Vagas 2007	Vagas 2008	Vagas 2009	Vagas 2010	Vagas 2011	Vagas 2012
Artes Visuais*	66	66	80	80	80	80
Cinema de Animação e Artes Digitais**	-	40	40	40	40	40
Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis**	-	30	30	30	30	30

(Conclusão)

Dança**	-	20	20	20	20	20
Design de Moda**	-	45	45	45	45	45

Legenda: *Curso com vagas ampliadas pelo REUNI. **Cursos criados pelo REUNI.

Fonte: adaptada do Relatório de Atividades UFMG 2008 a 2012.

Por meio da Tabela 8, é possível verificar que o curso de Artes Visuais teve o número de vagas aumentadas de 66 para 80, crescendo aproximadamente 20%, a partir de 2008, alterando o quantitativo de candidatos por semestre a quarenta vagas no vestibular.

Os demais cursos foram criados pelo REUNI e, como dito anteriormente, o de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis já teve as primeiras vagas preenchidas no vestibular de 2008. Os cursos de Dança, Cinema de Animação e Artes Digitais e Design de Moda iniciaram-se a partir de 2009.

3.3.3 Pós-graduação na Escola de Belas Artes

A Pós-Graduação da EBA-UFMG é constituída de três níveis: especialização, mestrado e doutorado. Neste item apresentar-se-á cada um dos níveis em separado para melhor entendimento do leitor.

3.3.3.1 Mestrado e doutorado

O Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes) da Universidade Federal de Minas Gerais é um dos mais antigos e bem estabelecidos na área de Artes no país, tendo conceito seis na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[14].

Desde sua criação, em 1995 a nível de mestrado, e em 2006, doutorado, até a data de janeiro de 2018 o Programa já formou 403 mestres e 124 doutores. Possui uma única área de concentração, Artes, que se subdivide em seis linhas de pesquisa. O Processo de Seleção é realizado por cada linha de pesquisa que dispõe seu rol de disciplinas e campos de orientação específicos a saber:

1) Linha 1: Artes da Cena.

2) Linha 2: Arte e Experiência Interartes na Educação.

[14] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Programa de Pós-Graduação em Artes: Sobre o Programa. Disponível em: <https://eba.ufmg.br/pos/?page_id=38>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

3) Linha 3: Artes Visuais, Plásticas e Interartes.

4) Linha 4: Cinema.

5) Linha 5: Preservação do Patrimônio Cultural.

6) Linha 6: Poéticas Tecnológicas.

No ano de 2007, o Ofício nº 081/07, de 10 de outubro de 2007, encaminhado à Reitoria da universidade apresentou as bolsas de custeio da pós-graduação para os novos cursos da EBA dentro da proposta do REUNI. A Tabela 9 demonstra o quantitativo de bolsas por curso:

Tabela 9 – Quantitativo de bolsas de estágio para docência na pós-graduação da EBA-UFMG

Curso	Tipo de bolsa	Quantitativo
Dança	Mestrado	5
	Doutorado	3
	Visitante	2
Design de Moda	Mestrado	10
	Doutorado	1
	Visitante	3
CAAD	Mestrado	8
	Doutorado	1
CCR	Mestrado	6
	Visitante	2

Fonte: adaptado do Relatório de Gestão do Departamento de Pós-graduação. EBA-UFMG. 2008-2012.

Os valores anuais enviados para concessão das bolsas foram de: R$11.280,00 (onze mil e duzentos e oitenta reais) para o mestrado, R$16.728,00 (dezesseis mil e setecentos e vinte e oito reais) para o doutorado e para professor visitante, R$39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais). Assim, o valor total para o curso Design de Moda era de R$262.500,00 (duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais)/ano, para o de CCR R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)/ano, Dança R$187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais)/ano e CAAD R$112.000,00 (cento e doze mil reais)/ano.

Em 2017, foram registrados 41 docentes participantes do Programa. Desse universo, 06 docentes são bolsistas de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e/ou Pesquisador Mineiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)[15].

Destaca-se uma efetiva participação dos docentes como artistas em eventos de relevância nacional e internacional. A maioria dos doutores e mestres formados pelo Programa atua na área acadêmica.

São atraídos para o Programa talentos de todas as partes do Brasil, assim como de diversos países incluindo Argentina, Colômbia, Espanha, e muitos outros.

> O objetivo do Programa de Pós-Graduação em Artes é formar mestres e doutores em Artes que possuam um amplo conhecimento tanto da área como um todo quanto específico da sua linha de pesquisa e, ao mesmo tempo, que fomentem a realização de pesquisas de qualidade e de reconhecimento nacional e internacional, as quais devem ter relevância artística, intelectual e social. (REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES DA UFMG. 2017)

Atividades e eventos como: Bienal de Arte de São Paulo, Museu da Imagem e do Som, Editora Javali, Festival Internacional de Teatro de Belo Horizonte, Festival de Inverno da UFMG, Inverno Cultural da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Festival de Inverno da Universidade Federal de Ouro Preto(UFOP), entre outros, contam com a participação de artistas e/ou curadores que formam o quadro docente.

3.3.3.2 Mestrado Profissional em Artes – PROF-ARTES

O PROF-ARTES é um programa de Mestrado Profissional (*stricto sensu*) em Artes com área de concentração em Ensino de Artes, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Este curso é oferecido em formato semipresencial com obrigatoriedade de assistência às aulas nos Campi das Instituições de Ensino Superior Associadas. A Escola de Belas Artes é a unidade responsável pela recepção das atividades do programa no âmbito da UFMG[16].

Organizado pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), o curso possui uma estrutura semipresencial ofertando duas disciplinas de fundamentação à distância,

---

[15] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Programa de Pós-Graduação em Artes: Sobre o Programa. Disponível em: <https://eba.ufmg.br/pos/?page_id=38>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

[16] Instituições de Ensino Superior Associadas: Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

quatro disciplinas obrigatórias (incluindo a realização de trabalho de conclusão orientado de forma presencial) e duas optativas.

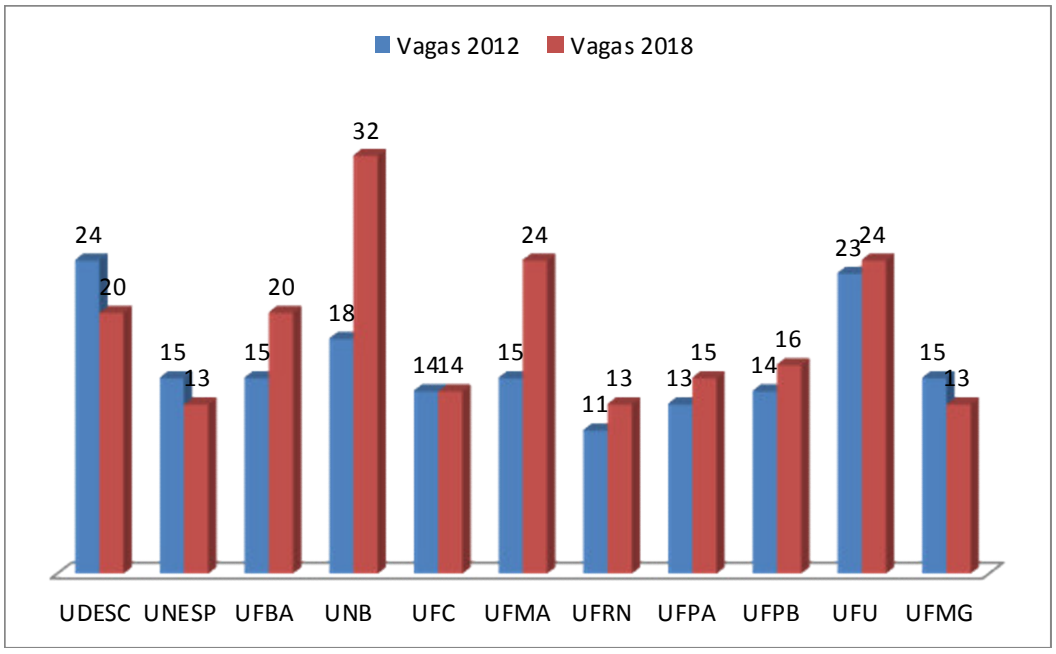
A participação no PROF-ARTES é permitida aos candidatos docentes concursados na Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio), portadores de diploma de nível superior reconhecidos pelo MEC em qualquer área do conhecimento. Esses professores deverão estar ministrando aulas de artes (Artes Cênicas, Artes Visuais e Música) em Instituições Escolares Públicas. É necessário manter as atividades docentes na escola enquanto realizam o curso de Mestrado Profissional.

A área de Concentração é ensino de artes e as linhas de pesquisa são: processos de ensino, aprendizagem e criação em artes e abordagens teórico-metodológicas das práticas docentes. As resoluções que aprovaram o projeto do curso e suas reformas são: 040/2016 e 08/2016 – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que aprovou a reforma curricular do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Artes – PROFARTES, do Centro de Artes – CEART, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina; 021/2013 – Conselho Universitário (CONSUNI) referenda "in totum" a Resolução nº 002/2013, de 3 de abril de 2013, que aprovou o Projeto de Curso de Mestrado Profissional em Artes, a ser oferecido, na modalidade semipresencial, em rede nacional, no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB, sob a coordenação da UDESC, com a participação de Instituições de Ensino Superior associadas e, por último, a 002/2013 também do CONSUNI que aprovou o Projeto de Curso de Mestrado Profissional em Artes, a ser oferecido, na modalidade semipresencial, em rede nacional, no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB, sob a coordenação da UDESC, com a participação de Instituições de Ensino Superior associadas[17].

Ocorreram duas seleções até o ano de 2018. Na primeira, em 2015, as vagas oferecidas foram: 177, já na segunda, em 2018, ofertaram 204 vagas. O Gráfico 6 demonstra de forma detalhada as vagas ofertadas por universidade.

[17] Fonte: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. Sobre o Prof-Artes. Disponível em: <https://www.udesc.br/ceart/profartes/sobre>. Acesso em: 9 abr. 2018.

Gráfico 6 – Vagas ofertadas no Prof-Artes – 2012 e 2018



Fonte: adaptado de <https://www.udesc.br/ceart/profartes/sobre>. Acesso em 9 de abril de 2018.

O programa tem como objetivo capacitar professores da rede pública de ensino, na área de Artes, para o exercício da docência na Educação Básica com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País. Além disso, busca através da formação continuada discutir o papel do ensino da arte na escola e nas comunidades.

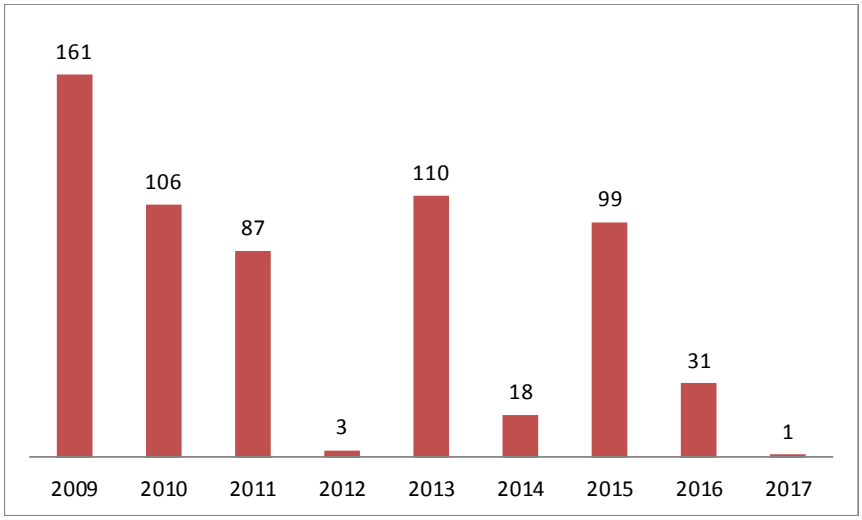
3.3.3.3 Especialização

Originado em 2007, o Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas (CEEAV-TC) teve seu projeto pedagógico baseado no currículo do Curso de Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFMG com aprofundamento para um curso de especialização. Foi criado por meio de parceria entre a UFMG e o programa UAB. O curso é ministrado na modalidade à distância e, em 2017, possuía um quantitativo de 616 alunos titulados desde a sua criação (REGULAMENTO CEEAV-TC, 2014).

O objetivo do curso é "propiciar a especialização de profissionais da Educação Básica e de Ensino Superior visando à apropriação de competências e conhecimentos necessários tanto ao exercício da ação docente quanto às ações de pesquisa". Busca desenvolver "atitudes de reflexão, análise e investigação sobre a atuação pedagógica e formar profissionais especializados, envolvidos no processo de produção, pesquisa e ensino de Artes Visuais" (PROJETO CEEAV-TC, 2012).

O curso tem a duração mínima de um ano letivo e máxima de dois anos, prorrogável a juízo da comissão coordenadora. São ofertadas em média de 200 a 300 vagas por ano em várias cidades polos – Araçuaí, Araxá, Bom Despacho, Campos Gerais, Conceição do Mato Dentro, Confins, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Corinto, Formiga, Governador Valadares, Ipanema, Itabira, Jaboticatubas, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Teófilo Otoni, Tiradentes e Uberaba (REGULAMENTO CEEAV-TC, 2014).

Gráfico 7 – Alunos titulados no CEEAV-TC de 2009-2017



Fonte: adaptado de Relatório CEEAV – 2009 – 2017.

O Gráfico 7 demonstra o quantitativo de alunos titulados no CEEAV, observando-se os maiores números em 2009, 2013 e 2015. Os processos de educação envolvidos, bem como as possibilidades de intervenção na formação docente dentro deste contexto estão sendo pesquisados, visando ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa em educação em arte utilizando novas tecnologias (REGULAMENTO CEEAV-TC, 2014).

Dessa forma, novas ferramentas tecnológicas apropriadas à formação de professores poderão surgir, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras sob essa forma de mediação. Além disso, novos saberes no campo da pesquisa em educação em arte aliados à educação à distância serão desvelados (PROJETO CEEAV-TC, 2012)[18].

[18] Fonte: Regulamento CEEAV-TC, de 2 de dezembro de 2014. EBA-UFMG e Projeto CEEAV-TC, de 18 de abril de 2012 – EBA-UFMG.

3.4 Infraestrutura da Escola de Belas Artes

A infraestrutura da EBA-UFMG será descrita neste tópico abordando-se os espaços externos utilizados pelos cursos Design de Moda e Artes Visuais e, em seguida, serão vistos os espaços internos do prédio principal, os anexos (CECOR E T.U.) e o prédio novo em construção.

3.4.1 Espaços externos utilizados pela EBA-UFMG

A EBA-UFMG possui dois espaços descentralizados, fora do campus Pampulha, mas em suas proximidades, onde estão instalados o Centro de Estudos e Pesquisas em Moda (curso de Design de Moda – noturno) e a Casa da Gravura (Curso de Artes Visuais – diurno)[19].

Esses espaços são mantidos pela universidade que arca com os custos de manutenção e aluguel. O deslocamento oferecido aos alunos para esses locais ocorre da seguinte maneira: no período diurno, a rota do ônibus interno da UFMG atende à Casa da Gravura. Já no período noturno, o acesso ao Centro de Estudos e Pesquisas em Moda é realizado por meio das vans que a Escola de Belas Artes disponibiliza por meio de contrato de aluguel.

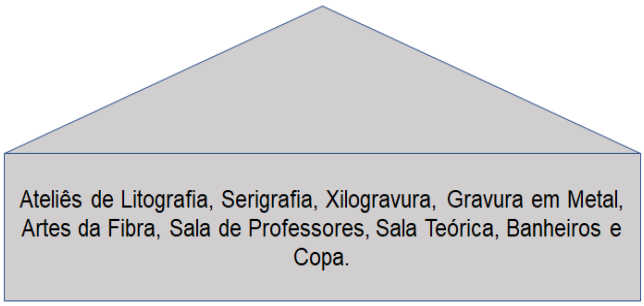
Os valores gastos em aluguel são de R$9.000,00 (nove mil reais) para a Casa da Gravura, conforme consta no Processo Administrativo nº 23072.017732/2012 (DLO-UFMG) referente ao oitavo termo de apostilamento – e R$18.588,90 (dezoito mil quinhentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) segundo o Processo Administrativo 23072,050395/2010-23 (DLO-UFMG) para o Centro de Estudos e Pesquisas em Moda .

A necessidade desses espaços surgiu na expansão do Programa REUNI que implantou o curso de Design de Moda e ocasionou a ampliação de vagas do curso de Artes Visuais. Tal evento não pôde ser absorvido no espaço então existente da unidade acadêmica.

Existe uma discussão a respeito da possibilidade de se alocar esses espaços dentro da estrutura do campus Pampulha em prédios internos. Porém, até o momento não foram apresentadas soluções efetivas para viabilizar esse procedimento. A seguir, apresenta-se a divisão entre os espaços internos e fotos destes dois locais (FIG. 10 a FIG. 13).

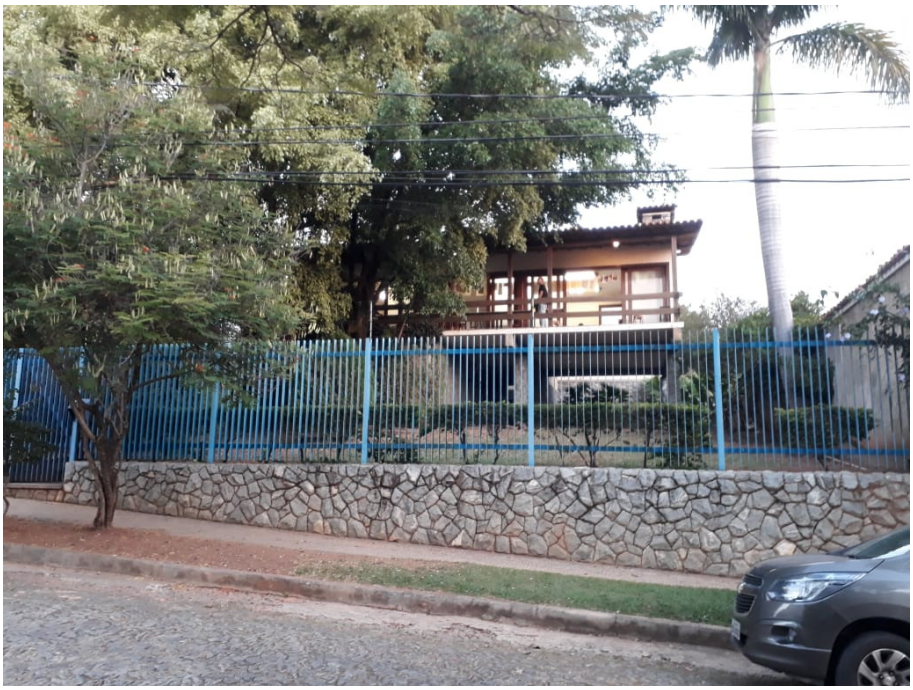
[19] Endereço do Prédio da Moda – Rua Leopoldino dos Passos, nº 33 – Bairro São José. Belo Horizonte. CEP: 31.275-010. Endereço da Casa da Gravura – Alameda dos Jacarandás, nº 1.165. Bairro São Luiz. Belo Horizonte. CEP: 31.275-060.

Figura 10 – Espaço Casa da Gravura



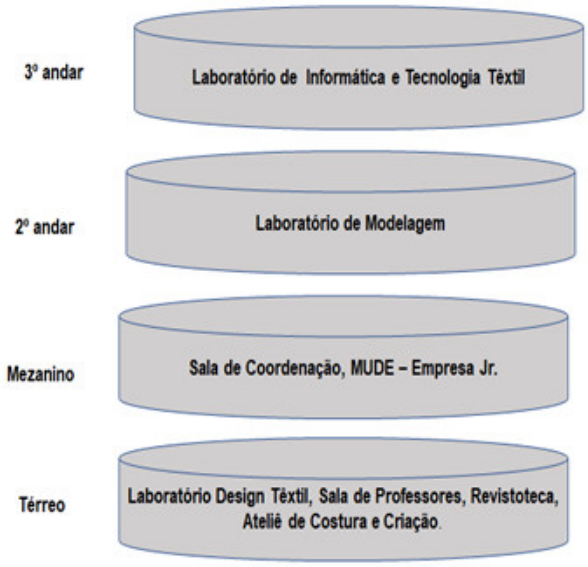
Fonte: adaptado de *Relatório de ocupação predial* (SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EBA-UFMG, 2017).

Figura 11 – Casa da Gravura



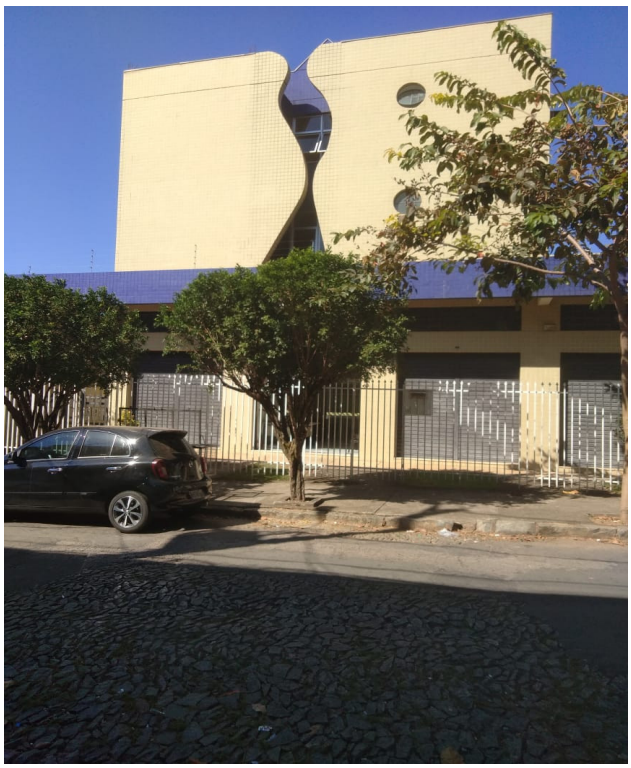
Fonte: a autora (18/07/2018).

Figura 12 – Centro de Estudos e Pesquisas em Moda (esquema estrutural)



Fonte: adaptado de *Relatório de ocupação predial* (SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EBA-UFMG, 2017).

Figura 13 – Centro de Estudos e Pesquisas em Moda (foto)

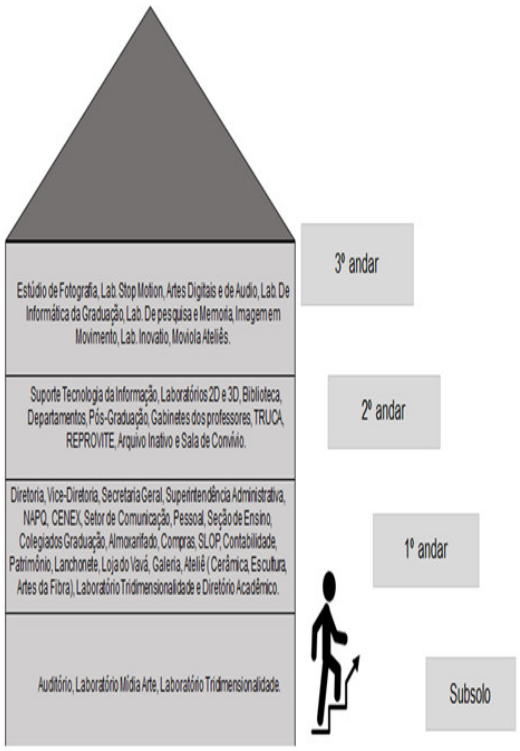


Fonte: a autora (18/07/2018).

3.4.1.1 Espaços internos da EBA-UFMG

A apresentação dos espaços internos é descrita por meio da Figura 14, a seguir, a fim de facilitar a visualização do leitor. O prédio da EBA-UFMG divide-se em subsolo e três andares.

Figura 14 – Espaço interno EBA-UFMG



Fonte: adaptado de *Relatório de ocupação predial* (SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EBA-UFMG, 2017).

Figura 15 – EBA-UFMG

Fonte: a autora (18/07/2018).

O auditório Álvaro Apocalypse encontra-se no subsolo do prédio e serve para a recepção de grandes eventos da escola como congressos, simpósios, recepção de calouros, entre outros. É utilizado, ainda, como espaço para ministrar aulas em disciplinas com grandes números de alunos e para palestras, seminários no período diurno e/ou noturno[20].

Além dos espaços descritos, a escola possui banheiros em todos os andares e copa e banheiros destinados especificamente aos serventes da limpeza e porteiros. Locais como o Núcleo de Assessoramento à Pesquisa – NAPQ, Centro de Extensão – CENEX, Setor de Logística Operacional – SLOP, salas TRUCA e REPROVIT (esses dois últimos têm estes nomes devido aos equipamentos que eram utilizados para reprodução de fotografia e edição de filmes com tal denominação) foram representados por meio de siglas para facilitar a inserção na figura ora apresentada.

O programa REUNI previa que o novo prédio das Belas Artes seria entregue 2012, porém, com a paralisação das obras em virtude de problemas judiciais com a empresa

[20] Professor Emérito no curso de Belas Artes, Álvaro Brandão Apocalypse viveu grande parte da vida em Belo Horizonte. Nasceu em Ouro Fino (MG), estudou gravura em metal e litografia na Escola Guignard e, em 1959, passou a lecionar na recém-criada Escola de Belas Artes da Faculdade de Arquitetura da UFMG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Lançamento do Livro Álvaro Apocalyse de Márcio Sampaio. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/cenex/wp/?p=1871>. Acesso em: 13 de mar. 2018).

contratada, a Construtora Brasil Central Araguaia Ltda – BCA-, o novo prédio não chegou a ser finalizado, permanecendo abandonado ao lado do prédio atual.

O Ofício nº 154/2016, da Pró-Reitoria de Administração, afirma que a obra foi unilateralmente paralisada pela BCA em 24/03/2014, após a empresa recusar-se a assinar o Termo Aditivo de Prazo Contratual, alegando divergências entre o prazo proposto por ela e o prazo aceito pela universidade.

Durante a vigência contratual, a contratada manifestou-se por meio de notificações extrajudiciais pleiteando aditivos, pagamentos de medições e reajuste contratual para imputar à contratante a culpa pela morosidade do processo, no entanto, sem apresentar justificativa que comprovasse as referidas alegações. O processo judicial encontra-se em andamento sem data prevista para conclusão (OFÍCIO PRA nº 243/2016 – UFMG).

A alternativa viável para o reinício da obra seria um novo processo licitatório, o qual ainda não foi viabilizado. Esse novo processo deverá passar pelo Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração, Departamento de Orçamento e Controle e pela Comissão de Obras e Patrimônio do Conselho Universitário. A EBA-UFMG repassou por meio do Ofício nº 25/2016 as discussões realizadas com a Congregação da unidade e reiterou a entrega do Programa de Necessidades e Projetos Básicos definidos e aprovados pela escola à Diretoria de Projetos da Universidade. O cronograma de ações para a execução do prédio ainda não foi estabelecido.

Essa situação ocasionou alguns transtornos com relação ao espaço vigente que é extremamente reduzido para atender à expansão no número de docentes, técnicos e alunos da escola. A Figura 16, a seguir, demonstra o prédio novo que está interrompido aguardando novas orientações sobre a retomada das obras.

Figura 16 – Prédio da EBA-UFMG em obras

Fonte: a autora (18/07/2018).

A ideia era destinar o uso do prédio atual quase em sua totalidade para espaços de aula. O novo acolheria, em sua grande parte, os setores administrativos. A escola possui também diversos laboratórios que servem de suporte para as aulas práticas e salas especializadas para ensino descritos a seguir:

3.4.1.2 Laboratórios da EBA-UFMG[21]

Laboratório Experimentação e Criação em Artes Cênicas-LECA; Laboratório de Iluminação Cênica – LIC; Laboratório de artes digitais – 1maginari0; Laboratório de Imagem, foto e revelação; Laboratório de vídeo; Laboratório de Ciência da Conservação-LACICOR; Laboratório de documentação científica por imagem; Laboratório de pintura e escultura; Laboratório Inovatio LMC; Laboratório Áudio Intersignos; Laboratório Mídia Arte; Laboratório de tridimensionalidade; Laboratório TCC; Laboratório Conservação preventiva; Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos e Fílmicos-LAGRAFI e Laboratório de Escultura.

[21] Levantamento de dados realizado pelos técnicos administrativos em educação Carolina Lage Gualberto, Leonardo Souza e Sávio Vieira Rocha, em janeiro de 2018 para apresentação à Diretoria da EBA-UFMG.

3.4.1.3 Salas especializadas para ensino

Laboratório Licenciatura; Laboratório de Artes Gráficas (GRAFO) e dois Laboratórios de imagem em 3D.

3.4.1.3.1 Laboratórios do prédio do Design de Moda

Laboratório de Criação e Produção/Costura; Laboratório de Tecnologia Têxtil; Laboratório de Design Têxtil; Laboratórios de Modelagem/Moulage; Laboratórios/Ateliês de Desenho e Laboratórios de Informática.

3.4.1.3.2 Laboratórios da Casa da Gravura

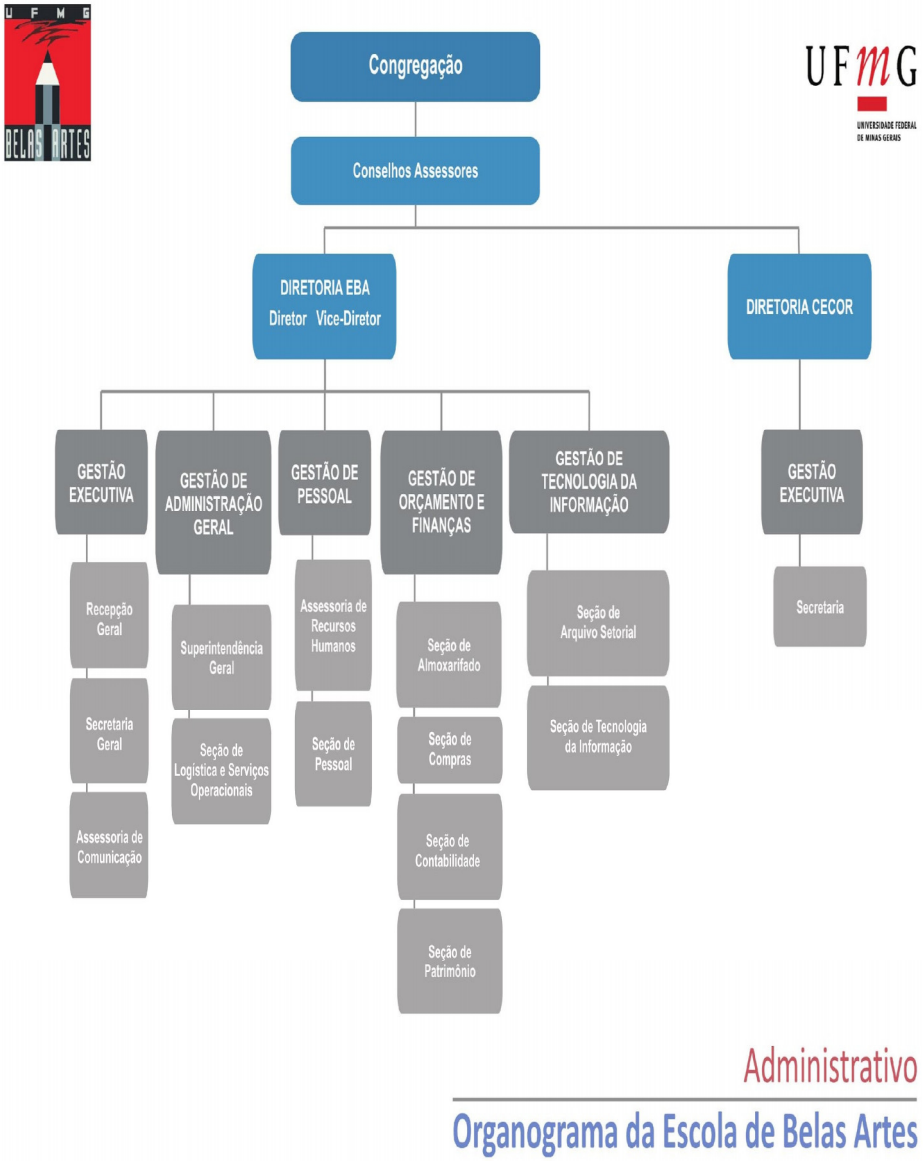
Laboratório de Impressão Digital; Laboratório de Fotografia Digital; Laboratório de alunos (base química).

Há uma boa infraestrutura de ateliês artísticos que também apoiam as atividades didáticas, são os Ateliês de Pintura, Desenho, Cerâmica e Escultura. Existe um Laboratório de Informática da Graduação – LIG/EBA – implantado pelo REUNI para apoio aos cursos de graduação. Funciona na Sala 3014 da Escola de Belas Artes e comporta 22 alunos. Este espaço do LIG/EBA é usado tanto como Laboratório de Ensino para os alunos das Licenciaturas, quanto para a pesquisa na graduação.

O espaço de trabalho para a coordenação dos cursos de graduação e provimento de serviços acadêmicos ocorre em uma área destinada pela diretoria ao funcionamento compartilhado das cinco secretarias dos cursos de graduação. A unificação da área de atendimento buscou a otimização do espaço e a aproximação entre os cursos, funcionários e alunos. Essa dinâmica era prevista para o funcionamento das secretarias dos cursos de graduação no prédio novo financiado por meio da verba REUNI.

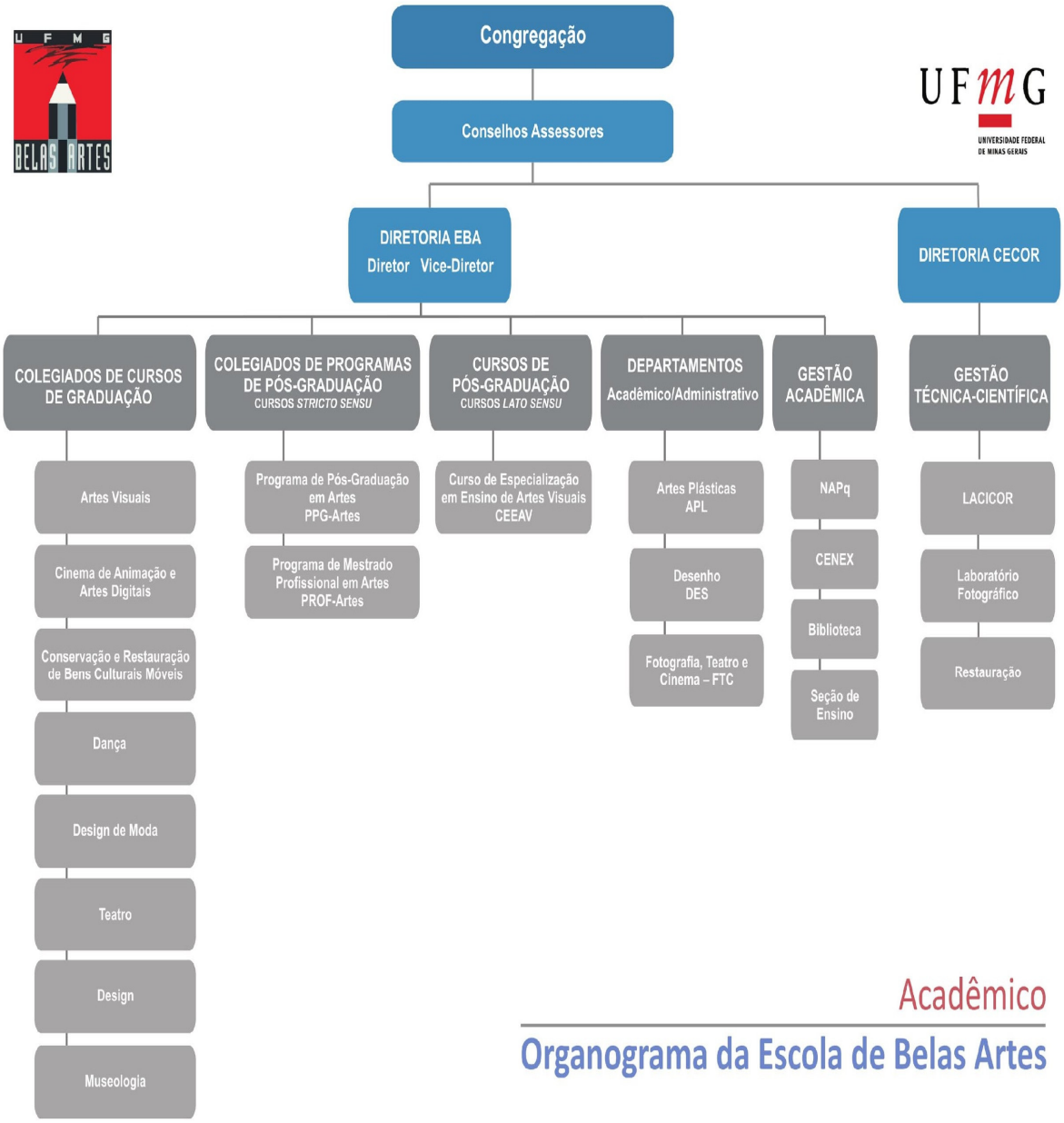
A seguir, as Figuras 17 e 18 apresentam os organogramas (administrativo e acadêmico) da EBA-UFMG demonstrando como os setores e atividades se relacionam dentro da estrutura da unidade acadêmica.

Figura 17 – Organograma administrativo da EBA-UFMG



Fonte: *Relatório de ocupação predial* (SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EBA-UFMG, 2017).

Figura 18 – Organograma acadêmico da EBA-UFMG



Fonte: *Relatório de ocupação predial* (SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EBA-UFMG, 2017).

3.4.1.3.3 CECOR – Unidade complementar da EBA-UFMG

O Centro de Conservação – Restauração de Bens Culturais (CECOR) é um órgão complementar da Escola de Belas Artes da UFMG[22]. O prédio fica dentro do loteamento da unidade acadêmica, possuindo estrutura própria para desenvolver suas atividades. É composto de três andares, conforme demonstrado nas Figuras 19 e 20.

[22] Os Órgãos Complementares são vinculados às Unidades Acadêmicas da UFMG. Eles são criados pelo Conselho Universitário da Universidade e possuem regimento interno aprovado pela Congregação da Unidade de lotação (Estatuto da UFMG, art. 65).

Figura 19 – Espaço Interno CECOR

Fonte: adaptado de *Relatório de ocupação predial* (SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EBA-UFMG, 2017).

Figura 20 – Foto do CECOR

Fonte: a autora (18/07/2018).

A Universidade Federal de Minas Gerais construiu três Centros de Atividades Didáticas (CAD 1, CAD 2 e CAD 3) especialmente para abrigar os novos cursos e atender a demanda de vagas do Programa de Reestruturação das Universidades Federais. As

informações apresentadas a seguir foram retiradas do Projeto Pedagógico do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (CCR) de 2014.

Assim, todas as disciplinas teóricas do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (CCR) funcionam nas dependências do CAD 2 a partir da demanda de espaço encaminhada às áreas administrativas, conforme previsão de oferta de disciplinas para cada semestre. Todas as salas de aula são equipadas com estrutura multimídia, como tela interativa, computador, DVD, data show e tela de projeção.

O CAD2 possui 4 laboratórios de informática, com capacidade para 50 alunos cada destinado às aulas com acompanhamento do professor e 2 auditórios, com capacidade para 250 pessoas cada, equipados com sistema de som e projeção. Alguns desses laboratórios são utilizados pelos cursos de Cinema de Animação e Artes Digitais, Design de Moda e Artes Visuais a fim de atender às demandas que não têm como serem alocadas nos espaços físicos da EBA-UFMG. Recentemente, algumas disciplinas foram alocadas também no CAD1 para auxiliar nessa distribuição de esforços.

Já as disciplinas práticas do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, em sua maioria, funcionam no prédio do CECOR. Anteriormente à implantação da graduação, as aulas práticas eram ministradas nos Ateliês de Papel, Pintura, Escultura, Laboratório de Química e Sala de Aula Teórica que abrigavam as aulas do Curso de Especialização em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, valendo-se de toda infraestrutura organizada ao longo de trinta anos.

O Ofício nº 07, de 17 de junho de 2016, afirma que os laboratórios existentes no CECOR não abrigam todas as disciplinas práticas do curso. Há a necessidade de utilização de laboratórios e ateliês externos ao CECOR como ocorre, por exemplo, nas disciplinas de Química – cuja parte prática acontece no prédio da Química – de Microbiologia aplicada a Bens Culturais – cujas aulas são ministradas no Instituto de Ciências Biológicas – ICB –, e Técnicas de Impressão e Técnicas pictóricas sobre papel que ocorrem na Casa da Gravura. Há cinco laboratórios didáticos especializados: o Lacicor – Laboratório de Ciência da Conservação; o iLAB – Laboratório de Documentação Científica por Imagem; o LaP – Laboratório de Conservação-Restauração de Pintura; Labografi – Laboratório de Conservação-Restauração de Documentos Gráficos e Fílmicos – e o LaboRE – Laboratório de Conservação-Restauração de Escultura.

Através de verba advinda do REUNI foi criado um terceiro andar e reformado os dois até então existentes do prédio do CECOR. Considerando esta ampliação no escopo da

formação acadêmica, o curso que antes formava no máximo 15 alunos a cada dois anos ao nível de especialização passou a graduar 120 alunos anualmente.

O curso possui em média quatro bolsistas por ano desde a implantação do REUNI em 2008. Esses alunos vêm de Programas de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado da UFMG relacionados com a interdisciplinaridade do curso, especialmente com as áreas de Química, História, Arquitetura, Artes e Ciências Sociais.

3.4.2 Teatro Universitário

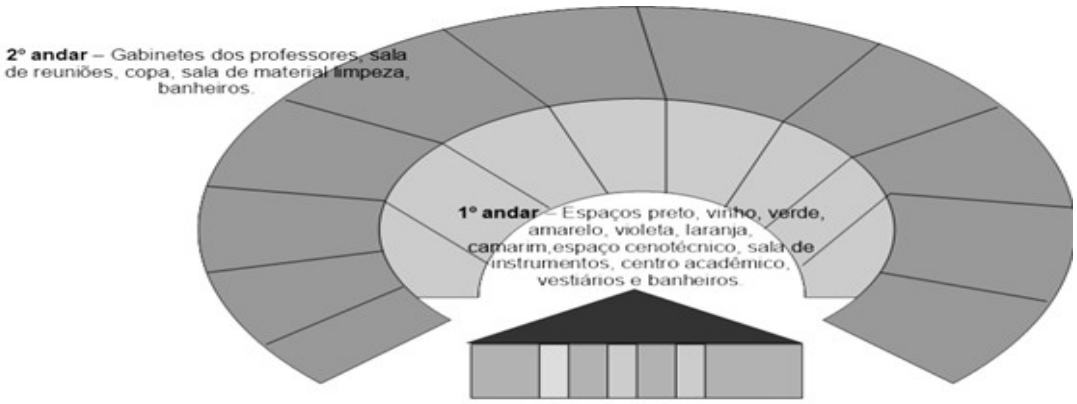
Os cursos de graduação em Dança e Teatro têm suas aulas ministradas no prédio do Teatro Universitário (T.U.) que se encontra bem ao lado do prédio principal da EBA-UFMG (FIG. 21):

Figura 21 – Foto do T.U.

Fonte: a autora (18/07/2018).

A Figura 22 apresenta os espaços internos do prédio. As aulas ocorrem nas salas denominadas espaços pretos, vinho, verde, amarelo, violeta e laranja.

Figura 22 – Espaço interno do T.U.



Fonte: adaptado de *Relatório de ocupação predial* (SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EBA-UFMG, 2017).

De acordo com Góes (2017, p. 29), o T.U. nasceu em 09 de dezembro de 1947 partindo da criação, pelo Conselho Universitário, do Grupo de Teatro de Estudantes. Este grupo era formado em sua maioria por estudantes dos cursos superiores da UFMG que tinham o desejo de pesquisar, fazer e produzir teatro na cidade de Belo Horizonte no final da década de 1940.

Em 1961, por indicação do crítico Sábato Magaldi, Haydée Bittencourt[23] transferiu-se para Belo Horizonte para assumir a direção artística e reestruturar o Teatro Universitário da UFMG. Neste momento, o T.U. vivia uma série de dificuldades relacionadas a conflitos na antiga direção e era desprovido de estabilidade institucional junto à universidade (FEDERICCI, 2010).

Durante os primeiros anos de sua atuação como diretora do T.U., Haydée estruturou o Curso de Formação de Atores (CFA). "Nesse processo produziu uma grade curricular que serviu, inclusive, de modelo para o MEC criar a resolução que estabeleceu as matérias básicas para os cursos profissionalizantes da área, na década de 1980" (GOES, 2017, p. 30).

O CFA foi aprovado como um curso de extensão da UFMG em 1977. Essa autorização do Conselho de Extensão (posterior Pró-Reitoria de Extensão da UFMG) auxiliou no processo de fortalecimento do vínculo do T.U. com a universidade.

[23] Haydée Nunes Bittencourt nasceu na cidade de São Paulo, no dia 13 de setembro de 1921. Descendente de portugueses e brasileiros, ainda muito criança morou em Portugal, onde teve seus primeiros contatos com o teatro. Ela foi atriz, radioatriz, diretora, produtora e professora de interpretação teatral. Em 1953, Bittencourt ingressou na Royal Academy of Dramatic Art (RADA) de Londres, onde foi admitida com relativo destaque, e estando de volta ao Brasil, alguns anos mais tarde, foi convidada por Alfredo Mesquita a lecionar na Escola de Arte Dramática (EAD) de São Paulo.

> Haydée Bittencourt teve atuação fundamental, moldando os rumos da criação cênica em Belo Horizonte e em todo o estado de Minas Gerais. Por meio dos mais de trinta espetáculos que dirigiu no Teatro Universitário, a diretora buscou implementar aquilo que ela mesma denominou de um "ensino apaixonado e rigoroso ao mesmo tempo". (FEDERICCI, 2010, p. 170)

Através da Portaria nº 85, de 18 de outubro de 1989, da Secretaria de 2º grau do MEC, o T.U. recebeu autorização para funcionamento do curso e aprovação da grade curricular dessa habilitação.

O Regimento Interno do T.U. foi legitimado por meio da Portaria nº 20, de 16 de janeiro de 1990, da mesma secretaria e declarada a regularidade dos estudos de teatro em nível de 2º grau. O CEPE aprovou, em 3 de dezembro de 1992, a grade curricular do Curso de Formação de Ator do Teatro Universitário – a nível técnico da UFMG (GOES, 2017, p. 30).

Com a aprovação da Resolução nº 05/2007 pelo Conselho Universitário da UFMG que regulamenta a criação da supracitada Unidade Especial denominada Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG (EBAP/UFMG), o Teatro Universitário juntamente com o Colégio Técnico e o Centro Pedagógico passaram a integrar centros de ensino.

Em 2009, o curso foi transferido para o Campus Pampulha. O endereço anterior era na rua Carangola nº 300, bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte. Pertencendo, então, à estrutura organizacional da UFMG, o T.U. ingressou no Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas as Universidades Federais/CONDETUF em 2010, que "possibilitou um espaço de troca das políticas públicas educacionais e novas possibilidades de recursos e investimentos para a escola" (GOES, 2017, p. 35).

O CFA, atualmente denominado Curso Técnico em Teatro, é composto de 3000 horas/aulas. A duração do curso é de três anos, com aulas de 2ª à 6ª feira no período da noite e aos sábados de manhã. A grade curricular baseia-se em disciplinas de interpretação, improvisação, literatura dramática, expressão vocal e corporal, produção teatral, visualidades do espetáculo e história do teatro (GOES, 2017, p. 36).

Durante as últimas seis décadas o T.U. vem contribuindo para a preparação artística e profissional de várias gerações de atores do teatro brasileiro, que atuam no âmbito nacional e internacional, conforme apresentado no estudo de Souza (2010) por meio dos depoimentos dos membros do Grupo Galpão (MG):

> O tema da formação é recorrente em todos os depoimentos dos sujeitos entrevistados (membros do Grupo Galpão), sendo explicitado principalmente por vocábulos como *cursos livres,* T.U., *Palácio, Artes Cênicas, faculdade e graduação* e pelo nome próprio de outras escolas. [...] A inserção no sistema de ensino institucionalizado é representada implicitamente como um caminho natural a ser seguido por aqueles que se interessam pelas artes e pelo teatro. (SOUZA, 2010, p. 114)

A vinda para o Campus Pampulha proporcionou uma maior integração do curso técnico com o nível da graduação, promovendo um maior alcance das atividades desenvolvidas pelo T.U. junto à comunidade acadêmica.

3.5 Quantitativo de Alunos por Curso da EBA-UFMG

Os dados abaixo demonstram o relatório de alunos da EBA-UFMG em março de 2018:

Tabela 10 – Relatório de Alunos EBA-UFMG em 2018

Cursos	Número de alunos
Artes Visuais	414
Cinema de Animação e Artes Digitais	237
Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis	138
Dança	112
Design de Moda	241
Teatro	225

Fonte: Sistema Acadêmico da Graduação e Pós-Graduação UFMG – SIGA (2018).

O quantitativo da Tabela 10 considera todos os alunos que estão regularmente matriculados no 1º semestre de 2018. Os alunos que estão em intercâmbio ou realizaram o trancamento do semestre até a presente data, foram excluídos da contagem. Dessa forma, é possível perceber o quantitativo total de 1.367 alunos que fazem parte da Escola de Belas Artes, atualmente.

O capítulo 3 apresentou o histórico de criação da unidade acadêmica em estudo e sua participação nas discussões sobre a implantação do REUNI na UFMG, bem como os dados sobre a pactuação da Escola de Belas Artes com o programa. Demonstrou-se os recursos inicialmente previstos, o número de docentes, a criação de cada curso da unidade acadêmica tendo em foco os atingidos pelo REUNI.

Ainda foram exibidos os cursos de pós-graduação da unidade (lato sensu e stricto sensu); o quantitativo de bolsas para docência nesse nível de ensino que foram distribuídas entre os cursos criados pelo Programa e a infraestrutura da escola, dos prédios anexos (Centro

de Estudo e Pesquisas em Moda e Casa da Gravura), do prédio em construção, e também do Teatro Universitário e do Centro de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis.

Esses dados foram expostos no intuito de se ter uma visão ampla da EBA-UFMG no contexto de implementação dessa política pública no ensino superior. O próximo capítulo discorrerá a respeito dos ajustes curriculares realizados nos cursos para se adequar às novas demandas apresentadas pelo REUNI.

4 AJUSTES CURRICULARES DEMANDADOS NOS CURSOS IMPACTADOS PELO REUNI

As alterações curriculares nos cursos de graduação são amparadas pelo dispositivo da LDB (1996) art. 53, onde se lê:

> [...] no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.

As propostas de alteração observam o padrão de qualidade e as condições em que ocorreram a autorização e credenciamento de cada curso da EBA-UFMG pelo MEC, a saber: Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis – Resolução nº 14/2007; Artes Visuais, documento 62.317 de 28/02/1968; Design de Moda, documento Parecer CG nº 343/2008; Dança – Resolução do MEC de 25 de outubro de 2007, Cinema de Animação e Artes Digitais Parecer CG nº 005/2009 e Teatro – Resolução nº 10 de 9/07/1998.

Tais ajustes visam seguir as Diretrizes do Parecer CNE/CES nº 583/2001 que afirmam a necessidade de os cursos de graduação contemplarem o perfil do formando/egresso/profissional – conforme o projeto pedagógico, além de orientarem o currículo para um perfil profissional desejado baseado nas Competências/habilidades/atitudes bem como as habilitações e ênfases (percurso/campo de estudo)[24].

4.1 Ajustes Curriculares do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

As discussões a respeito da revisão curricular foram estruturadas em 2014 no documento intitulado "Proposta de Reformulação do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis", encaminhado para a Pró-Reitoria de Graduação da UFMG. Este documento norteou as informações a seguir sobre os ajustes curriculares do curso.

O objetivo era alterar principalmente a carga horária de disciplinas obrigatórias e optativas a partir da análise do Núcleo Docente Estruturante – NDE. A Resolução CONAES nº 01/2010, de 17 de junho de 2010, normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Define que este se constitui por "um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de

[24] BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior [consulta UFMG]. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1>. Acesso em: 19 mar. 2018.

acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso".

Por meio da avaliação do currículo foi constatado que era preciso rever a natureza optativa da maioria das disciplinas do curso, uma vez que essas eram responsáveis por gerar competências específicas.

Considerou-se também o Parecer CNE nº 776/97, que indicava os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem. O documento afirma que os currículos devem evitar ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas. O quantitativo de horas em disciplinas optativas não poderá exceder 50% da carga horária total dos cursos. As disciplinas obrigatórias privativas da área permitem ao aluno atingir uma sólida formação para que possa vir a superar os desafios relacionados ao exercício profissional e de produção do conhecimento.

O caráter multidisciplinar da formação, com disciplinas de distintas áreas – Artes, História, Biologia, Química, Física, Arquitetura, Museologia – permite variados tipos de formação nesse mesmo programa. A flexibilização foi considerada no âmbito das disciplinas optativas, eletivas (formação livre) e dos conteúdos das obrigatórias.

A Proposta de Reforma Curricular foi resultado de uma discussão coletiva do projeto político pedagógico do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis e contempla a constituição de um núcleo característico da identidade do curso, em torno do qual, é possível visualizar a flexibilização em vários momentos distintos.

Primeiramente, buscou tornar menos rígido o conteúdo das disciplinas obrigatórias que, por excelência, admitem o acesso do aluno a distintos objetos de pesquisa, espaços patrimoniais e processos de estudo autônomo. Valorizou-se a autonomia do aluno em poder optar a partir do 5º período do curso entre duas ênfases na flexibilização gerada pelo eixo da Formação Complementar composto por disciplinas eletivas relacionadas à vivência extraclasse e por meio da disciplina obrigatória do Estágio em Conservação e /ou em Restauração.

Prezou-se pelo desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso autoral cujo objeto final de análise depende da escolha do aluno e da viabilização de acesso à objetos de pesquisa e prática variáveis, disponíveis pela tutoria. E, por fim, optou-se pela flexibilização disponível na autonomia do aluno ao escolher entre disciplinas optativas, de formação complementar e formação livre, em um total de 495h ou 18,5% da carga horária total do curso.

Em 17 de janeiro de 2018, através do Parecer CG nº 011/2018 foi deferido pelo Colegiado os ajustes referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso para atender os seguintes instrumentos normativos: a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; a Resolução CNE/CP nº 1 de, 30 de maio de 2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação ambiental.

Dessa forma, a ementa de dez atividades de natureza obrigatória e duas optativas foram alteradas, conforme os Quadros 4,5 e 6 abaixo:

Quadro 4 – Ajustes curriculares CCR, relações étnico-raciais

Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004	
APL 051- Artes Visuais I	Obrigatória
APL 052 – Técnicas e Materiais de Bens Culturais	Obrigatória
APL 053 – Artes Visuais II	Obrigatória
APL021 – Artes Visuais no Brasil I	Obrigatória
APL 029 – Artes Visuais no Brasil II	Obrigatória
APL 057 – Seminário: Sociologia	Obrigatória
APL 070 – Iconografia Religiosa	Obrigatória

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 011/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Quadro 5 – Ajustes curriculares CCR, direitos humanos

Resolução CNE/CP nº 1 de 30/05/2012	
APL 050- História e Teoria da Restauração	Obrigatória
APL 057 – Seminário: Sociologia	Obrigatória
APL 093 – Ética e Deontologia	Optativa

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 011/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Quadro 6 – Ajustes curriculares CCR, educação ambiental

	Resolução CNE/CP nº 2 de 15/06/2012
APL 050 – História e Teoria da Restauração	Obrigatória
APL 055 – Seminário: Insetos	Obrigatória
APL 058 – Conservação Preventiva	Obrigatória
APL 060 – Causas da Deterioração de Bens Culturais	Obrigatória
APL 093 – Ética e Deontologia	Optativa

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 011/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Os documentos da Reforma Curricular ainda estão sendo apreciados e aguardam aprovação na Pró-Reitoria de Graduação da UFMG[25].

4.1.1 Ajustes Curriculares do Curso de Artes Visuais

O currículo do curso foi implantado em 2006 dentro dos parâmetros de flexibilização estabelecidos pela UFMG. Durante esta reforma o nome do curso, até então Curso de Belas Artes, foi alterado para Curso de Artes Visuais (PROJETO PEDAGÓGICO, 2006).

Propostos por meio do Ofício nº 38/2016 do Colegiado de Artes Visuais datado de 30 de junho de 2016 os ajustes curriculares do curso de Artes Visuais consistiram na extinção de duas disciplinas Forma, Cor e Composição (DES005) e Imagem técnica (FTC070) – ambas com carga horária de 75 horas.

Houve a inclusão das disciplinas Estudo da Forma – carga horária 60 horas, Cor – carga horária 60 horas e Composição – carga horária 60 horas. Essas três novas disciplinas foram originadas do desmembramento da antiga DES005. Acrescentou-se, ainda, Artes Gráficas – carga horária 60 horas. A disciplina Fotografia Básica (FTC 303) – 60 horas– passou de natureza optativa para natureza obrigatória no 1º período.

As disciplinas Ateliê de Artes Gráficas II (DES017), Ateliê de Artes Gráficas III (DES019), Ateliê de Desenho II (DES016), Ateliê de Desenho III (DES018) – Ateliê de

[25] Proposta de Reformulação do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, 2014.

Escultura II (APL036), Ateliê de Escultura III (APL039), Ateliê de Gravura II (APL037), Ateliê de Gravura III (APL040), Ateliê de pintura II (APL035), Ateliê de pintura III (APL038) passaram a ter carga horária de 150 horas ao invés de 225 horas.

Assim, o Parecer CG nº 118/2016, emitido pela PROGRAD, em 31 de agosto de 2016, autorizou os ajustes curriculares do curso de Artes Visuais registrados na nova versão curricular 2017/1.

4.1.2 Ajustes curriculares do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais

Os ajustes curriculares do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais foram realizados por meio de diversos ofícios encaminhados à PROGRAD no ano de 2016. O Ofício nº 02/2016, de 21 de março de 2016, discorreu sobre a inclusão das disciplinas Tópicos Interdisciplinares em Arte e Cultura I, II e III na grade curricular do curso como disciplinas de natureza optativa. Já o Ofício nº 03/2016, de 13 de maio de 2016, abordou sobre as atividades que contemplam conteúdos de Direitos Humanos, Educação Ambiental e Relações Étnicos Raciais nos currículos de graduação.

Dessa forma, duas disciplinas sofreram alterações em ementas para atender aos temas de educação ambiental e relações étnico-raciais, conforme Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre educação ambiental e Parecer CNE/CP nº 03/2004, o qual estabelece a exigência das disciplinas Educação das Relações Étnicos Raciais e Cultura Afro-brasileira pelo INEP-MEC.

A disciplina Design de Interface – DES067 – sofreu alteração de ementa para desenvolvimento de propostas em design de interação. Teve uma abordagem mais direcionada à crítica da relação humano-computador e suas interfaces culturais, estéticas, ambientais e sociais. A Disciplina Crítica e Produção para a Web – DES 068 – teve sua ementa voltada para reflexões sobre o desenvolvimento histórico, estético e político na rede mundial de computadores e discussões sobre direitos humanos e relações étnicos-raciais na web.

Em 4 de agosto de 2016, por meio do Ofício nº 05/2016, houve a retirada do pré-requisito de Produção Colaborativa via web – EBA 048- tornando essa disciplina de natureza optativa apenas para os percursos de cinema de animação.

Para entender a dinâmica dos percursos curriculares no curso e os ajustes posteriores realizar-se-á uma breve explicação a seguir: todos os alunos, ao entrar no Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais, são registrados no percurso curricular da área CAAD, conhecida como percurso híbrido. Nessa área são ofertadas disciplinas da habilitação em

Cinema de Animação e em Artes Digitais, com Formação Complementar Aberta – FCA (detalhada a seguir)[26].

A partir do segundo período da grade curricular, os alunos podem solicitar a mudança de percurso pela primeira vez, que aprovada pelo Colegiado, entra em vigor no período seguinte. Nesse momento, em cada semestre subsequente, os alunos podem requerer, por meio de formulário próprio disponível no Colegiado e no *site* do curso, a mudança entre os percursos (Resolução nº 02/2016).

Para cada ano de entrada, serão reservadas, no total, 10 vagas para cada área específica (Cinema de Animação ou Artes Digitais), em quaisquer dos percursos possíveis. Não há restrição de vagas para os percursos da área CAAD (Resolução nº 02/2016).

A cada semestre, as vagas serão redistribuídas pelo Colegiado de acordo com a demanda apresentada pelos alunos, da seguinte maneira: o total de alunos solicitantes somados aos alunos já pertencentes a uma determinada área pretendida constituirá um grupo de pretendentes às vagas na área específica para o semestre seguinte. Esse grupo de pretendentes será avaliado e selecionado de acordo com os critérios abaixo descritos, respeitando a seguinte ordem de prioridade: maior carga horária integralizada, média de Rendimento Global Semestral (RSG), último RSG e menor número de reprovações (Resolução nº 02/2016).

Findo o prazo, as solicitações protocoladas são organizadas por ano de entrada de acordo com a matrícula do aluno e por área pretendida, sendo elas: CAAD, Cinema de Animação ou, ainda, Artes Digitais. Atualmente, cada uma das áreas oferece três opções adicionais nos percursos: Formação Complementar Aberta (F.C.A); Formação pré-estabelecida em Jogos (FCE); e Formação Livre – F.L. (Resolução nº 02/2016).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (2011, p. 27-28), a Formação Complementar pré-estabelecida em Jogos surgiu de um acordo entre a oferta de disciplinas compartilhadas no curso de Cinema de Animação e Artes Digitais e o ICEX. A FCE permite ao discente atuar no mercado como programador, analista e desenvolvedor de sistemas de jogos para computador e/ou consoles. O DCC compromete-se a oferecer 5 vagas para alunos do curso no 4º período curricular. Nos períodos subsequentes, os alunos deverão cumprir disciplinas específicas no curso e no DCC, dentro de um processo de formação do conhecimento em jogos. As disciplinas que compõem a FCE são Geometria Analítica e Álgebra Linear, Cálculo Diferencial e Integral I, Matemática Discreta, Computação Gráfica,

[26] Resolução da Coordenação Didática do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais nº 02/2016, de 8 de junho de 2016.

Programação para Jogos, Projetos Orientados de Jogos e Tópicos do DCC. A formação complementar pré-estabelecida em jogos pode ser conjugada com qualquer um dos três percursos: Cinema de Animação, Artes Digitais ou percurso Híbrido (PROJETO PEDAGÓGICO, 2011).

Já a Formação Complementar Aberta permite ao aluno selecionar atividades que "ampliem sua formação em áreas próximas do campo de estudo ao qual pertence". Portanto, o discente deverá buscar os conteúdos fora de sua unidade acadêmica sendo o Colegiado responsável por aprovar ou não o seu pedido. É imprescindível preservar-se uma "conexão conceitual com a linha básica de atuação do percurso de opção do aluno". São 24 créditos – 360 horas, exigidos para certificação da Formação Complementar Aberta (PROJETO PEDAGÓGICO, 2011).

A Formação Livre é o conjunto de atividades livres (antigamente denominadas eletivas) que oferece ao aluno "a possibilidade de ampliar sua formação em qualquer campo do conhecimento com base, estritamente, em seu interesse individual. Essa modalidade visa a atender às aspirações individuais por algum tipo de conhecimento particular". Além disso, por propiciar maior versatilidade à formação discente, é capaz de "responder a um anseio de fundamentação acadêmica do aluno e, desse modo, atender às demandas da sociedade". O aluno poderá obter créditos em quaisquer atividades acadêmicas curriculares da UFMG (PROJETO PEDAGÓGICO, 2011).

O Memorando nº 05/2016, de 27 de abril de 2016, solicitou ao Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema a anuência para trocar o código FTC207 da disciplina fotografia básica para FTC303. A ideia era uniformizar um código único para a oferta dessa disciplina nos cursos da EBA-UFMG, uma vez que quase todos os cursos da escola demandam vagas nessa disciplina.

A disciplina Introdução ao TCC foi solicitada por meio do Memorando nº 11/2016, de 24 de maio de 2016, com o intuito de tratar da concepção da monografia, definições de pesquisa, validação de referências bibliográficas e formatação.

Alterou-se a disciplina design sonoro II para o 7º período dos percursos de cinema, a disciplina panorama da arte digital para o 5º período do percurso artes digitais e por fim, a disciplina de introdução às narrativas interativas para o 3º período em todos os percursos.

4.1.3 Ajustes curriculares do Curso de Dança

Os ajustes curriculares do Curso de Dança, encaminhados por meio do Ofício nº 24, de 18 de outubro de 2017, apresentou propostas de alterações, extinções e criação de disciplinas visando atender às novas demandas do MEC por meio da Resolução nº 02, de 1 de julho de 2015.

A resolução define "as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada". Os Quadros 7 e 8 demonstram as propostas de nova grade curricular do curso:

Quadro 7 – Disciplinas retiradas do currículo atual de Dança

Dança no Brasil	OB	O desenvolvimento da dança cênica no Brasil: condições político-sociais do seu desenvolvimento.
Pesquisa em Dança	OB	Procedimentos metodológicos de pesquisa em dança: dimensões teóricas e/ou práticas. Elaboração de projeto.
Dança e Necessidades Especiais I	OP	Conceito de necessidades especiais. Estudo da Declaração de Salamanca. Aspectos psíquicos, cognitivos, motores e perceptivos de portadores de necessidades especiais e sua avaliação específica.
Dança e Necessidades Especiais II	OP	Estágio curricular optativo em ONGs, Escolas Especiais, Projetos Culturais que abordem a prática da dança para alunos com necessidades especiais.
Dança e Longevidade	OP	Estágio curricular optativo em ONGs, Escolas Especiais, Projetos Culturais que abordem a prática da dança para alunos de maior idade.
Análise da Prática e Estágio Supervisionado em Dança I	OB	Ensino da arte nos ensinos infantil e fundamental (Primeiro Segmento): Teorias e práticas. Atuação em espaços de educação formal por meio da observação e análise crítica de prática professoral em unidades de ensino da educação básica. Elaboração de relatório.

Legenda: OB – obrigatória; OP – optativa.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Dança (2017, p. 12).

Quadro 8 – Disciplinas criadas para atender ao ajuste curricular da Resolução MEC nº 2, de julho de 2015

Dança e Sociedade II	OB	Percurso histórico da Dança Teatral nos séculos XX e XXI a partir de uma perspectiva multicultural. Origens e desenvolvimento da Dança Teatral no Brasil: condições político-sociais do seu desenvolvimento.
Pesquisa em Dança I	OB	Aprofundamento nos procedimentos de pesquisa: dimensões teóricas e/ou práticas. Elaboração de projetos.
Pesquisa em Dança II	OB	Elaboração e consolidação do projeto de TCC.
Portfólio	OB	Reflexões e prática de portfólio do processo formativo do aluno ao longo do curso: concepções, formatos e sistematização.
Materiais Didáticos para o ensino de Dança	OB	Investigação, elaboração e utilização de materiais e procedimentos didáticos destinados ao estímulo do ensino-aprendizagem em dança.
Inserção da Dança na Educação Básica	OB	Análise do processo de inserção da Dança como Campo de Conhecimento no contexto escolar: diretrizes da legislação brasileira (federal, estadual, municipal).
Processos de Composição e Criação em Dança	OB	Reflexão e prática sobre os modos de criação, composição e organização de partituras coreográficas relacionadas aos processos formativos em dança, com ênfase na Educação Básica.
Dança e Diferença I	OP	Estudo sobre as representações da pessoa em situação de deficiência em diferentes espaços e épocas: implicações éticas e estéticas na abordagem da prática docente.
Dança e Diferença II	OP	Experiências no contexto da prática docente em dança, na educação formal e não formal, com pessoas em situação de deficiência: implicações éticas e estéticas; proposição, análise e partilha.
Dança e Longevidade: poéticas do tempo	OP	Introdução aos estudos sobre as diferentes representações da velhice: implicações éticas e estéticas; prática da dança e iniciação à docência.
Análise da Prática e Estágio Supervisionado em Dança III	OB	Atuação em espaços de educação formal: regência de classes, análise e avaliação de prática pedagógica em dança.

Legenda: OB – obrigatória; OP – optativa.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Dança (2017, p. 13).

Em 7 de agosto de 2017, o Ofício nº 18/2017 salientou a inclusão das seguintes disciplinas no curso de dança através de ordem da PROGRAD aos Colegiados de Licenciatura da UFMG: Educação Inclusiva, Gestão Escolar, Educação Ambiental e Direitos Humanos.

O Projeto Pedagógico do Curso vigente é do ano de 2009. Os ajustes pretendem integralizar a Licenciatura em Dança com 3.200 horas, sendo 2415 horas de disciplinas obrigatórias e 785 horas de optativas. Os documentos para ajustes, no presente momento, estão sendo apreciados e aguardam aprovação na Pró-Reitoria de Graduação da UFMG.

4.1.4 Ajustes curriculares do Curso de Design de Moda

Em 2 de fevereiro de 2018, através do Parecer CG nº 019/2018 deferido pela PROGRAD, foram realizados ajustes referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso para atender aos seguintes instrumentos normativos: a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; a Resolução CNE/CP nº 1 de, 30 de maio de 2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação ambiental.

Os referidos conteúdos foram contemplados em nove disciplinas obrigatórias e três optativas do curso, conforme os Quadros 9, 10 e 11:

Quadro 9 – Ajustes curriculares em Design de Moda, relações étnico-raciais

Resolução CNE/CP nº 1 de 17/06/2004	
UNI 012 – Panorama do Vestuário Moderno e Contemporâneo	Obrigatória
EBA 042 – Atividade Prática Integradora A	Obrigatória
EBA 043 – Atividade Prática Integradora B	Obrigatória
EBA 044 – Atividade Prática Integradora C	Obrigatória
EBA 045 – Atividade Prática Integradora D	Obrigatória
DES 049 – Cultura e Moda	Optativa

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 019/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Quadro 10 – Ajustes curriculares em Design de Moda, direitos humanos

Resolução CNE/CP nº 1 de 30/05/2012	
DES 032 – Pesquisa de Moda I	Obrigatória
EBA 042 – Atividade Prática Integradora A	Obrigatória
EBA 043 – Atividade Prática Integradora B	Obrigatória
EBA 044 – Atividade Prática Integradora C	Obrigatória
EBA 045 – Atividade Prática Integradora D	Obrigatória

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 019/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Quadro 11 – Ajustes curriculares em Design de Moda, educação ambiental

Resolução CNE/CP nº 2 de 15/06/2012	
DES 031 – Conceitos, Materiais e Processos do Design de Moda	Obrigatória
DES 037 – Estamparia	Obrigatória
DES 046 – Tecnologia Têxtil	Obrigatória
EBA 042 – Atividade Prática Integradora A	Obrigatória
EBA 043 – Atividade Prática Integradora B	Obrigatória
EBA 044 – Atividade Prática Integradora C	Obrigatória
EBA 045 – Atividade Prática Integradora D	Obrigatória
DES 048 – Conceitos e Técnicas Aplicadas na Compra de Moda	Optativa
DES 051 – Materiais e Processos de Fabricação	Optativa

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 019/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (2013), a estrutura didática do curso de Design de Moda está dividida em três eixos, a saber: a) Linguagens: nesse eixo estão agrupadas as disciplinas de conteúdo básico de introdução ao design do vestuário e aos elementos plásticos das formas em geral e do vestuário em particular, que se avizinham das Artes Visuais; b) Operacional: a partir da iniciação básica, o aluno será preparado para o estudo da moda e do vestuário de modo mais especifico, com disciplinas obrigatórias de

formação intermediária e c) Autoral: na terceira fase, constituída pelos dois últimos períodos, uma formação mais aprofundada e específica e desenvolvida, através de disciplinas obrigatórias que fornecem sustentação ao TCC, que por sua vez capacita o ingresso do aluno no mercado de trabalho com competência e sólida formação.

O curso é integralizado com 2.400 horas e sua composição curricular abrange varias áreas do conhecimento, consideradas imprescindíveis a formação do designer de moda. A estrutura do curso atende aos princípios da flexibilização curricular estabelecida pela UFMG organizada em três bases: núcleo de formação específica, núcleo de formação complementar aberta e um núcleo de formação livre.

A carga horária total é distribuída em oito períodos. As disciplinas obrigatórias perfazem um total de 1.545 horas aula e as optativas um total de 855 horas aula. As disciplinas optativas são divididas em: Grupo 01 (G1), que e o conjunto de disciplinas especificas da área de moda e vestuário, oferecidas exclusivamente pelo curso de Design de Moda; Grupo 02 (G2), que e um conjunto de disciplinas correlatas dos cursos de Artes Visuais, Teatro, Filosofia, Comunicação, Ciências Sociais, Administração e Arquitetura e também de Atividades Complementares e eletivas, que são quaisquer outras disciplinas oferecidas pelos cursos da UFMG.

Para garantir maior flexibilidade a matriz curricular, a versão atual possui um percurso de integralização (Bacharelado/Formação Complementar Aberta/Formação Livre) em duas opções curriculares: 2009/1 e 2009/3. A opção curricular 2009/1 e constituída por 1545 horas aula de disciplinas obrigatórias, 300 horas aula de disciplinas optativas do Grupo 01, 75 horas aula de disciplinas optativas do Grupo 02 e 480 horas aula de disciplinas eletivas, perfazendo um total de 855 horas de disciplinas optativas. A opção curricular 2009/3 e constituída por 1545 horas aula de disciplinas obrigatórias, 300 horas aula de disciplinas optativas do Grupo 01, 510 horas aula de disciplinas optativas do Grupo 02 e 45 horas aula de disciplinas eletivas, perfazendo um total de 855 horas de disciplinas optativas

O curso de Design de Moda está discutindo demais ajustes necessários, no âmbito do Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante, em sua estrutura curricular. Até o momento da realização deste trabalho ainda não haviam sido estabelecidas as demandas formalmente a serem encaminhadas à PROGRAD.

Encerrando o capítulo 4, é possível observar que a concepção flexibilizada na formação acadêmica, mediante a adoção de itinerários formativos diversificados foi contemplada em todos os cursos atingidos pelo REUNI na EBA-UFMG. Os cursos de Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Design de Moda e Conservação – Restauração

de Bens Culturais Móveis possuem ciclos de formação específica a serem escolhidos pelos alunos sob o formato de percursos.

Dessa forma, esperava-se diversificar as modalidades dentro do ensino da graduação, buscando superar a profissionalização precoce e especializada. Para que esse objetivo fosse alcançado era necessário revisar a estrutura acadêmico curricular dos cursos em busca da melhoria da qualidade.

5 DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA REUNI NA EBA-UFMG: DADOS E DISCUSSÕES

A análise dos desdobramentos do REUNI na EBA-UFMG é realizada por etapas. Inicialmente serão avaliadas as movimentações orçamentárias da unidade acadêmica no período REUNI, em seguida o quantitativo de ingressantes, concluintes e evadidos da escola e por curso; o corpo técnico administrativo e docente e, por último, as contribuições da pós-graduação na graduação, aproximando esses dois níveis de ensino.

5.1 Análise da Movimentação de Crédito Orçamentário da EBA-UFMG no Período REUNI

Nesta sessão apresentar-se-ão as definições de bens permanentes e bens de consumo utilizadas para descrever a movimentação de crédito orçamentário em um órgão público. Esses conceitos auxiliarão a compreensão dos gráficos ora apresentados.

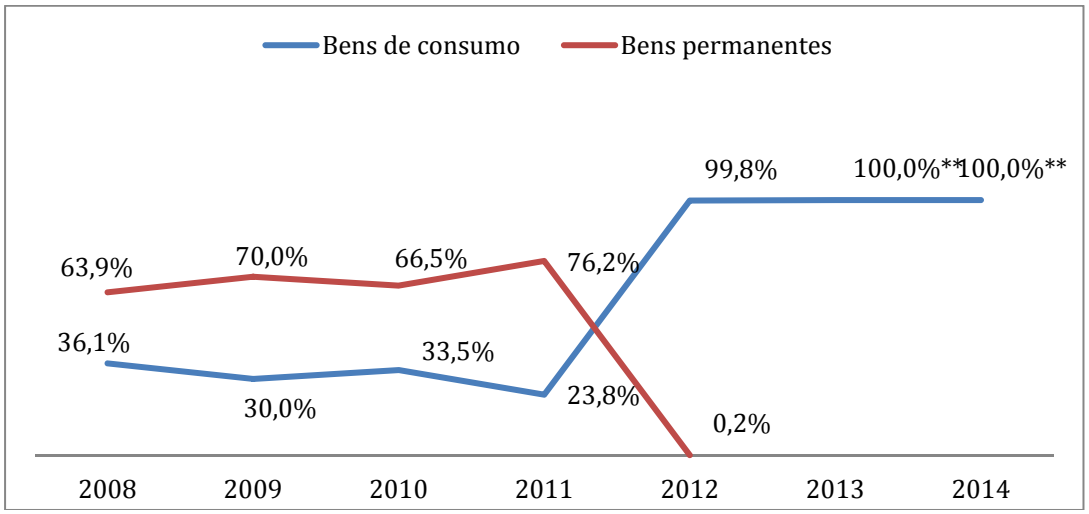
Pode-se entender como bens permanentes aqueles que em razão do seu uso corrente não têm sua identidade física comprometida e sua durabilidade ultrapassa os dois anos de vida útil. São exemplos: bens móveis, computadores, veículos. Já os bens de consumo, são bens com vida útil de até dois anos e que possuem determinado grau de fragilidade em sua estrutura, denota perecibilidade, incorporabilidade e transportabilidade. Como exemplos, podemos citar material de escritório, peças de reposição de equipamentos e máquinas, produtos de limpeza, gêneros alimentícios, entre outros (MANUAL DO PATRIMÔNIO – UFMG, 2008).

Ainda, segundo a Norma Brasileira de Contabilidade TSP 08[27], existe também o conceito de bens intangíveis. Esses podem ser entendidos como conhecimento científico ou técnico, desenho e implantação de novos processos ou sistemas, licenças de softwares, propriedade intelectual e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações).

A exemplo de itens que se enquadram nessas categorias amplas pode-se citar softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, licenças de pesca, quotas de importação adquiridas e demais relacionamentos com usuários de um serviço. Nesse estudo, os bens intangíveis e os serviços encontram-se contabilizados junto aos bens de consumo. Dito isso, passa-se à análise dos gráficos.

[27] Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 08, de 22 de setembro de 2017. p. 17-25. Brasília, 2017.

Gráfico 8 – Movimentação de crédito orçamentário da EBA-UFMG – 2008 a 2014



Fonte: adaptado do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Exercício 2008 a 2014.

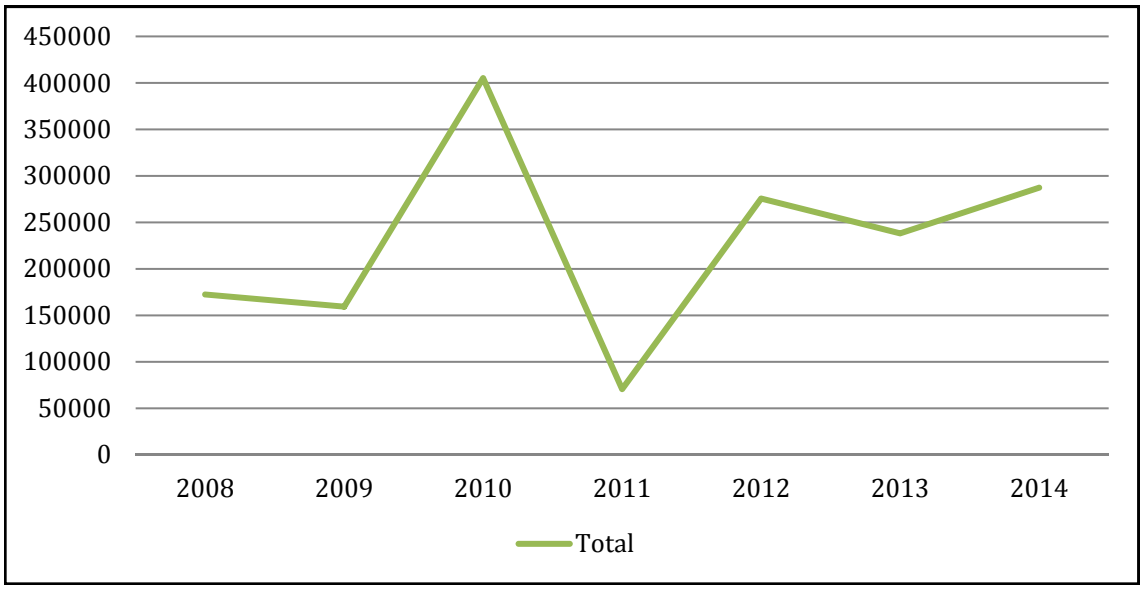
Inicialmente, observa-se no Gráfico 8 que a maior parte dos bens de consumo (manequins, tecidos, pranchas para desenho, softwares e outros materiais para as aulas práticas das diversas habilidades do curso de Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais e de Design de Moda) foram adquiridos entre 2011 e 2014[28].

Durante os quatros anos do REUNI, a ênfase foi a compra de bens permanentes como equipamentos e máquinas para composição dos laboratórios. Isso causava uma série de complicações, pois os alunos dispunham das máquinas, mas não tinha os recursos para utilizá-las como softwares, linhas de tecelagem, entre outros[29].

Conclui-se que os recursos destinados à EBA-UFMG foram empenhados, então, na compra dos bens permanentes e de consumo destinados a compor os laboratórios dos cursos implementados e impactados pelo Programa.

[28] Ata reunião de Colegiado do Curso de Artes Visuais de 29 de setembro de 2011; EBA-UFMG. Ata de reunião de Colegiado do Curso Design de Moda de 16 de agosto de 2012; EBA-UFMG. Ata de reunião do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais de 28 de agosto de 2013. EBA. UFMG.
[29] *Idem*.

Gráfico 9 – Movimentação de crédito total da EBA-UFMG – 2008 a 2014



Fonte: adaptado do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Exercício 2008 a 2014.

No Gráfico 9, verifica-se que em 2008 foram repassados em torno de R$172.500,00 (cento e setenta dois mil e quinhentos reais) à unidade acadêmica para dar início à adesão ao Programa REUNI. Entre 2009 a 2012, foram transferidos aproximadamente R$909.000,00 (novecentos e nove mil reais) para a EBA-UFMG. Houve ainda dois aportes, em 2013 e 2014, de recursos originários do planejamento orçamentário destinado ao Programa, colaborando com aproximadamente R$525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais).

No total, foram entregues à unidade aproximadamente R$1.606.500,00 (um milhão e seiscentos e seis mil e quinhentos reais) entre 2008 a 2014. Porém, isso não ocorreu de maneira uniformemente distribuída entre os anos, conforme observa-se nos picos de recursos transferidos à escola em 2010 e 2012. Para entender com mais clareza o montante dos recursos foram levantados os valores médios que a EBA-UFMG recebeu no orçamento custeio – capital (O.C.C) entre 2008 a 2014.

O orçamento custeio – capital engloba os recursos de capital conhecidos como investimentos. São aplicados no patrimônio como obras, construções, instalações e aquisições de equipamentos e materiais permanentes que são incorporados à universidade. Já os recursos de custeio são aplicados em despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, bolsas aos estudantes, entre outros[30].

[30] UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. Transparência UFBA: O que significa recursos de custeio e recursos de capital? Disponível em: <https://transparencia.ufba.br/o-que-significa-recursos-de-custeio-e-recursos-de-capital>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Encontraram-se os valores aproximados entre 2008 a 2012 de R$150.449,37 (cento e cinquenta mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos) repassados por ano à EBA-UFMG. A média de recursos recebidos entre 2008 a 2014 (R$1.606.500,00 dividido pelo período de 7 anos – 2008 a 2014) é de R$229.500,00 (duzentos e vinte nove mil e quinhentos reais). Observa-se assim que houve um aumento de aproximadamente 52% em relação aos recursos totais repassados à unidade durante o período REUNI (SIAFI, 2008-2014).

Faz-se necessário pontuar que os recursos referentes às obras do prédio novo da unidade acadêmica não estão contabilizados neste valor total, uma vez que as obras do REUNI eram custeadas diretamente pela Reitoria da universidade. Não foi possível ter acesso a esses dados no presente estudo.

Vale destacar que foi previsto, pelo governo federal, o quantitativo de R$2.379,82 (dois mil e trezentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos) por aluno aos cursos impactados pelo Programa. Esse valor era destinado a cada curso anualmente para utilização em custeio ou infraestrutura. Assim, eram presumidos inicialmente, por ano, os valores abaixo:

Tabela 11 – Previsão de recursos financeiros do REUNI para EBA-UFMG

(Continua)

Curso	**Ano**	**Nº de alunos**	**Recursos financeiros repassados por ano**	**Previsão de recursos a serem repassados de:** **2009-2012**
Cinema de Animação e A. Digitais	2009	40	R$2.379,82 x 40 alunos = **R$95.192,80 por ano**	R$95.192,80 x 4 anos = **R$380.771,20**
Dança	2009	20	R$2.379,82 x 20 alunos= R$**45.596,40 por ano**	2009-2012 R$45.596,40 x 4 anos = **R$182.385,60**

(Conclusão)

Curso	Ano	Nº de alunos	Recursos financeiros repassados por ano	Previsão de recursos a serem repassados de: 2009-2012
Design de Moda	2009	45	R$2.379,82 x 45 alunos= **R$107.091,90 por ano**	2009-2012 R$107.091,90 x 4 anos = **R$428.367,60**
Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis	2008	30	R$2.379,82 x 30 alunos= **R$71.394,60 por ano**	2008-2012 R$71.394,60 x 5 anos = **R$356.973,00**
				Total projetado = **R$1.348.497,40**

Fonte: adaptado do Ofício nº 454/2008 PROPLAN- UFMG.

Analisando-se a Tabela 11 verifica-se que anualmente deveriam ter sido repassados à unidade R$1.348.497,40 (um milhão e trezentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos) até o final do período REUNI. Efetivamente foram transferidos R$1.081.500,00 (um milhão e oitenta e um mil e quinhentos reais) até 2012, logo após foram repassados R$525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais) em 2013 e 2014 de remanescentes. Ao avaliar-se o valor final de R$1.606.500,00 (um milhão e seiscentos e seis mil e quinhentos reais) entre 2008 a 2014, percebe-se que houve um acréscimo de R$258.002,60 (duzentos e cinquenta e oito mil e dois reais e sessenta centavos) sob o valor total projetado inicialmente (SIAFI, 2008-2014).

Atualmente, a escola recebe em torno de R$167.559,48 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos) por ano para lidar com as despesas em seu O.C.C. (SIAFI, 2018). Após o período REUNI houve uma queda no repasse de recursos do poder executivo federal às universidades. Desde 2015 estão sendo realizados cortes orçamentários drásticos nas IFES. O cenário se tornou mais preocupante a

partir do ano de 2017, quando se iniciou um desmonte no ensino público brasileiro promovido pelo Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018).

O campus da UFMG na Pampulha possui obras paralisadas, falta de materiais e redução de alguns serviços básicos como segurança e limpeza devido ao corte de 10% (aproximadamente R$17 milhões de reais) em seu orçamento decretado pelo Poder Executivo Federal.

Diante desse cenário há uma diminuição na aquisição de materiais para pesquisa, pagamento de fornecedores, serviços de manutenção, pagamento de bolsas, fomento em pesquisa e paralisação por tempo indeterminado das obras no campus, inclusive o prédio novo da EBA-UFMG. A administração da universidade, segundo Ramirez (2017)[31], ficará prejudicada e "os recursos serão suficientes apenas para as despesas cotidianas como insumos e serviços terceirizados por um espaço breve de tempo". Assim, o orçamento de custeio da UFMG, em 2017, é cerca de 10% inferior ao de 2016 – R$173,2 milhões frente aos R$191,8 milhões do ano anterior.

Os benefícios de assistência estudantil e pagamento de bolsas também ficam comprometidos pela situação. "Se o governo federal mantiver a liberação de recursos no patamar de 85% do previsto, não só a UFMG, mas todas as outras Federais vão ficar em situação grave até o fim do ano", advertiu Ramírez (2017).

O Projeto de Lei Orçamentária Anual elaborado pelo governo Federal e que tem por objetivo definir os destinos das verbas públicas para 2018 já está em vigor. Nesse primeiro ano, a diferença de investimentos nas universidades públicas é bem perceptível: no ano de 2018 foram estimados R$22,6 milhões a menos para a UFMG quando comparado a 2017.

A sustentação da universidade está comprometida de maneira negativa diante da atual política brasileira, porém são mantidos sucessivos esforços a fim de manter as atividades e, principalmente, a não interrupção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a manutenção das bolsas acadêmicas com recursos próprios.

[31] Entrevista concedida ao Portal UFMG, à Rádio UFMG Educativa e à TV UFMG – Reitor Jaime Arturo Ramirez. 8 de agosto de 2017.

5.2 Análise da Dimensão 1 do Programa REUNI – Ampliação de Vagas: Ingresso, Conclusão e Evasão

Tendo em vista, primeiramente, demonstrar um panorama geral da EBA-UFMG, optou-se por colocar os gráficos gerais que apontam as distribuições percentuais de ingressantes, concluintes e evadidos na unidade acadêmica e, logo após a apresentação destes, proceder-se-á à observação em cada um dos cursos perante as mesmas variáveis

5.2.1 Análise geral da EBA-UFMG na Dimensão 1

Nos gráficos a seguir estão expressos os números de discentes ingressantes, concluintes e evadidos em cada um dos cursos de graduação da Escola de Belas Artes-UFMG. É importante informar ao leitor que os anos de início de cada curso variam conforme a sua implantação ou impacto gerado pelo REUNI, na unidade acadêmica.

O curso de Artes Visuais é analisado a partir de 2008, quando teve suas vagas ampliadas de 66 para 80 semestralmente; o de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis foi criado pelo Programa em 2008. O de Cinema de Animação e Artes Digitais iniciou-se em 2009, juntamente com o de Design de Moda. O curso de Dança foi o último a ser implantado pelo REUNI, no ano de 2010. Independentemente das variações no período inicial de cada curso, o ano final para as análises será 2016, estabelecido como recorte temporal da pesquisa.

Para maiores esclarecimentos, opta-se por explicar cada forma de ingresso antes da apresentação dos dados. O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é a principal forma de ingresso na UFMG. Aberto aos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes que deverão realizar o ENEM.

O concurso Vestibular-Habilidades é realizado após a participação do candidato no ENEM. É aplicado para as vagas nos cursos de Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Dança, Design de Moda, Música Bacharelado, Música Licenciatura e Teatro. Há ainda processos seletivos específicos para os cursos de Formação Intercultural para Educadores Indígenas e de Licenciatura em Educação do Campo.

A Transferência Comum ocorre com a mudança de um estudante de outra IFES para a UFMG. É necessário realizar o ENEM e haverá um edital específico com datas estabelecidas para o procedimento.

A Rematrícula é permitida ao aluno que excluído da universidade decide retornar às atividades acadêmicas. Deverá ter cumprido 50% dos créditos do seu curso anterior, na

versão curricular mais recente à época e não pode ter ultrapassado o tempo máximo para integralizar o curso. Esse processo é condicionado à existência de vagas remanescentes definidas pelos Colegiados de Curso.

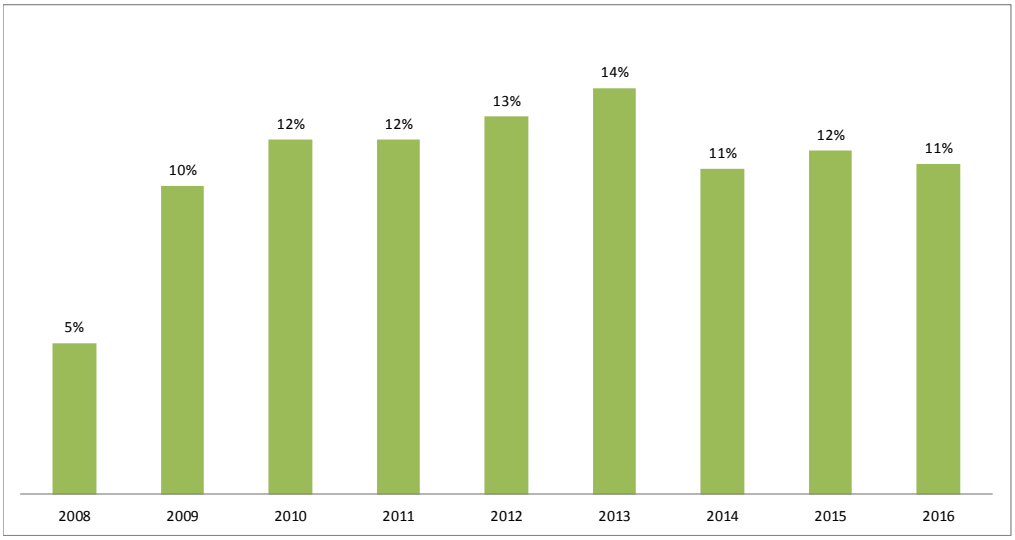
A Reopção ocorre quando o aluno migra para outro curso. O procedimento é permitido se o discente tiver integralizado de 35% a 75% dos créditos do seu currículo. Por fim, a Obtenção de Novo Título permite aos portadores de diploma de curso superior ingressar em novo curso na UFMG e ocorre por meio do ENEM.

O maior quantitativo de entrada de alunos nos cursos da EBA-UFMG se dá em consonância com a forma de ingresso predominante nos outros cursos da universidade: processo seletivo que abrange o ENEM/SISU e, nesse caso específico, aliado ao vestibular de habilidades.

O número de ingressantes é bem reduzido quando se trata das modalidades de Transferência Comum, Reopção e Obtenção de Novo Título. O único curso que recebeu alunos por meio de Convênios estabelecidos entre a universidade e instituições de ensino superior internacionais, durante o período REUNI, foi o de Artes Visuais, em 2012.

Será apresentado o gráfico de ingressantes dos cursos entre o período de 2008 a 2016. Os dados percentuais foram calculados sob a referência do total de alunos da escola no ano de 2016 que era de 1.142 (hum mil cento e quarenta e dois) estudantes.

Gráfico 10 – Distribuição percentual de ingressantes na EBA-UFMG – 2008 a 2016



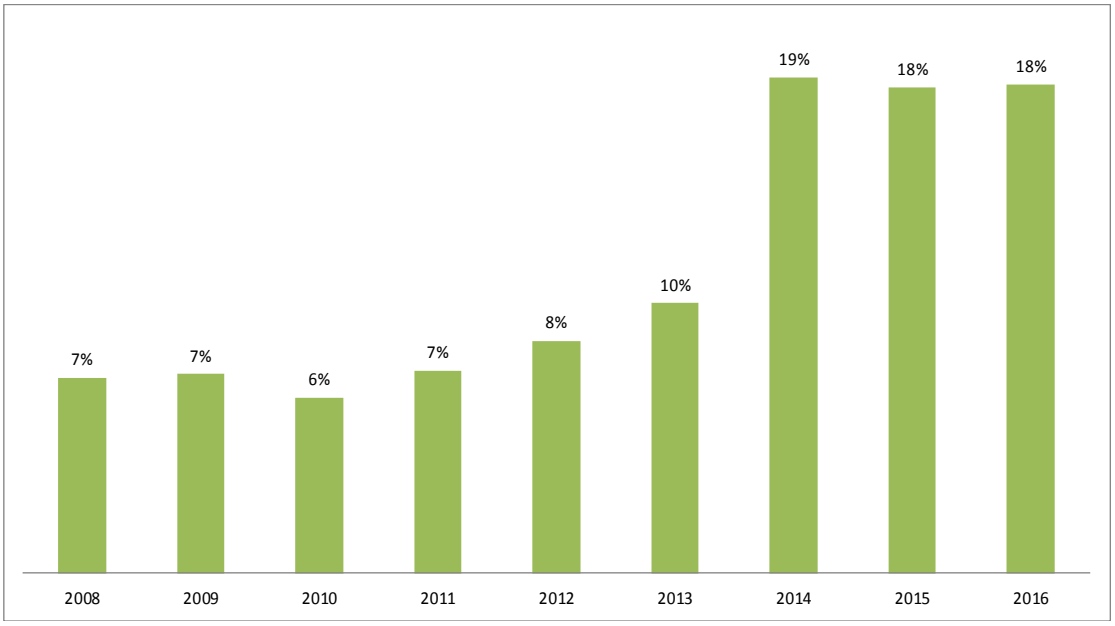
Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

De acordo com o Gráfico 10, entre 2008 a 2012, houve um ingresso de 52% no total de alunos da unidade. Portanto, verifica-se que 594 discentes ingressaram durante o

período do Programa REUNI. Esse fato corrobora o alcance da meta principal do programa na Dimensão 1: aumento do número de ingressantes na graduação.

Em 2013, observa-se uma entrada maior de alunos quando comparada aos demais períodos, totalizando 159 (14%) discentes. É necessário pontuar que nesse ano ocorreu em todos os cursos da unidade acadêmica um aumento no número de vagas remanescentes advindas do período REUNI. Tal fato, culminou nos ingressos por meio das variadas modalidades como Reopção, Obtenção de Novo título, entre outros. A partir de 2013, observa-se uma diminuição percentual por ano no ingresso dos discentes.

Gráfico 11 – Distribuição percentual de concluintes na EBA-UFMG – 2008 a 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

A respeito do quantitativo de concluintes da graduação por ano, o Gráfico 11 demonstra que os números aumentaram expressivamente nos anos de 2014 a 2016. Do universo de 1.142 alunos, pôde-se verificar que 399 (35%) concluíram o curso de 2008 a 2012 e 743 (65%) concluíram de 2013 a 2016. Destes 743 que concluíram entre 2013 a 2016, o relatório demonstra que 312 (42%) eram ingressantes do período REUNI.

Mello (1991, p. 32) afirma que um fator de importância para o sucesso de qualquer política pública é a qualidade do desempenho dos beneficiários nas instituições para as quais receberam alguma vantagem no acesso. No caso das universidades, o autor menciona que os benefícios dependem do número de beneficiários que conseguiram concluir o seu curso quando comparado com o número de beneficiários que não obtêm sucesso.

Polydoro (2000, p. 38) assevera que, para diversos autores, a entrada na universidade é uma transição bastante significativa para o indivíduo, é o período sincronizado com as mudanças e adaptações peculiares da adolescência e vida. Trata-se de um fenômeno multifacetado, tendo três grandes elementos que o influenciam: condições pessoais, características institucionais e grupos de interação.

Granado (2004, p. 14) sustenta que o construto integração universitária é definido por dois componentes: por um lado, a troca entre as expectativas, habilidades e demais características dos estudantes; por outro lado, os componentes da universidade, isto é, sua comunidade, sua estrutura e elementos organizacionais. Neste sentido, o ajustamento ao contexto universitário deve ser considerado como um processo multifacetado, construído no cotidiano das relações estabelecidas entre o aluno e a instituição.

Este cenário apresenta uma possibilidade rica de análise, em estudos futuros, sobre a qualidade do desempenho do REUNI enquanto uma ação afirmativa que tem por objetivo maior a igualdade de acesso ao direito fundamental da educação. Através do acompanhamento individual dos ingressantes dentro do período do Programa até sua conclusão ou evasão, ademais, as suas expectativas em relação aos cursos e projeções na carreira, poderão ser estudadas a fim de se estabelecer a relação entre os beneficiários que tiveram ou não sucesso no andamento dos estudos.

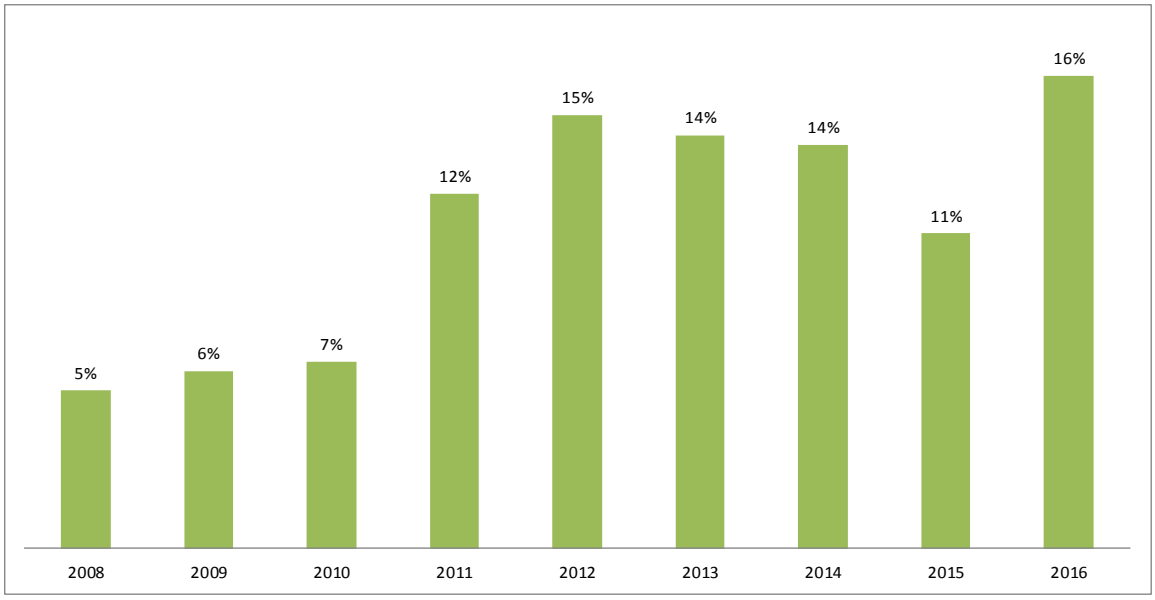
Dando continuidade à investigação, serão analisados a seguir os percentuais de evasão entre 2008 a 2016 na unidade acadêmica. Antes de adentrar-se aos dados coletados, breves definições acerca do tema evasão serão demonstradas para melhor contextualizar o leitor deste trabalho. Para se obter êxito em seu relacionamento com a sociedade, cumprindo sua função social, a universidade pública brasileira se posiciona e se compromete a combater os elevados índices de evasão em seus cursos.

Souza e Filho (2008, p. 32) alerta que o sucesso obtido pelo aluno em sua formação contribui para que a universidade cumpra sua missão junto à sociedade sistematizando, socializando o conhecimento e o saber e formando profissionais capazes de contribuir para formar-se uma sociedade justa e igualitária.

Para o MEC evasão é conceituada como “a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (MEC-SESU e ABRUEM, 1996, p. 19). Polydoro (2000) considera que existe a evasão do curso advinda do abandono do curso sem a sua conclusão e a evasão do sistema, que é o abandono do sistema universitário. De acordo com Gomes (1998, p. 82), são necessárias definições mais claras a respeito do termo evasão escolar no ensino superior.

A palavra “evasão” tem sua origem no latim *evasio* e significa abandono, desistência, fuga, fracasso. Essas nomenclaturas variam conforme os estudos apresentados. Quando se deseja definir evasão escolar não há um consenso entre os estudiosos e teóricos do assunto, uma vez que o termo é empregado em contextos diversos e com diferentes significados, pois muitas vezes está vinculado a um acontecimento abrangente e decorrente do cruzamento de diversas variáveis como as de ordem política, econômica, social e individual de cada aluno. Neste trabalho, as definições serão adotadas no sentido de representar a não conclusão de um curso de graduação na universidade, seja por meio de desligamento, cancelamento ou saída do curso.

Gráfico 12 – Distribuição percentual de evadidos na EBA-UFMG – 2008 a 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

O Gráfico 12 aponta os maiores percentuais de evasão nos anos de 2012 a 2014 e no ano de 2016 (14% a 16% – em torno de 171 alunos, em média). A retenção de alunos em 2016 na unidade acadêmica era de 267 discentes provenientes do período REUNI.

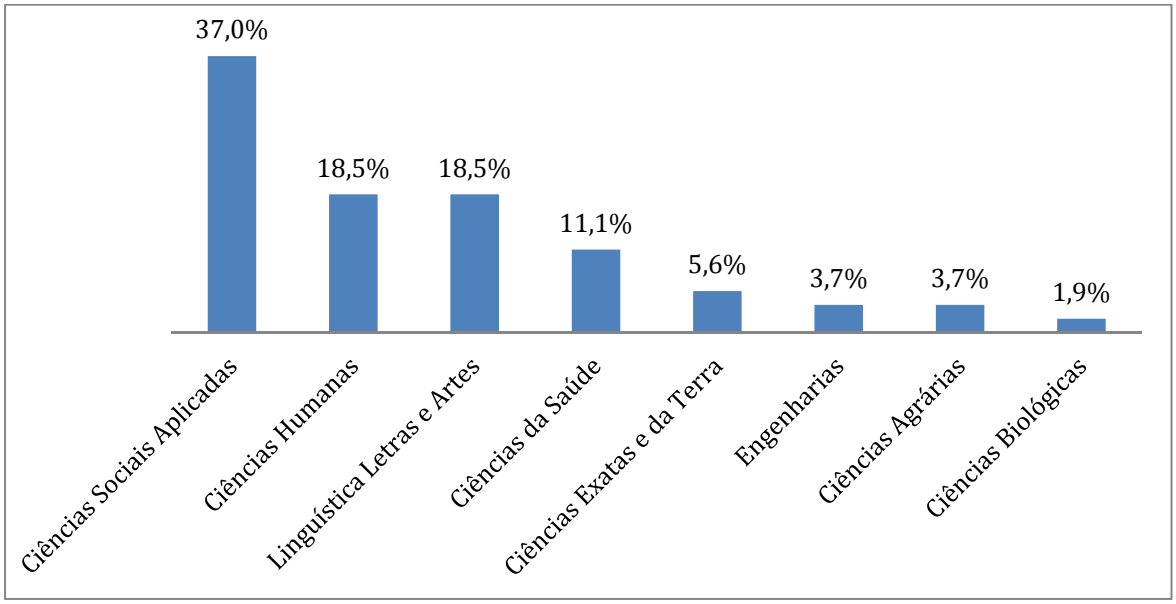
A meta estabelecida pela comissão de estudo da evasão instituída pelo MEC, recomenda que as IFES alcancem em médio prazo, redução dos índices de evasão de curso para aproximadamente 20,0%, índice considerado de sucesso.

Calculando a taxa percentual nos anos apresentados, observa-se que os cursos da EBA-UFMG apresentam uma taxa média de evasão de 10,8% (123 alunos), estando em níveis abaixo do parâmetro mínimo estabelecido pelo MEC. As taxas individuais também demonstram que o percentual está abaixo dos 20%, pois variam de 5% a 16%.

No Projeto Final REUNI-UFMG (2007), a meta estabelecida era de que houvesse uma eficiência de 90% na formação de graduando, ou seja reduzir à evasão a, no máximo, 10%. Dessa maneira, a meta foi atingida nos cursos da EBA-UFMG em relação a esse indicador previsto na esfera do MEC na Dimensão 1 do Programa. O ano de 2015 se aproxima do desempenho almejado pela universidade em 2007, tendo o valor de 11% na evasão.

Além dos quantitativos da evasão, é possível observar, através do Gráfico 13, as grandes áreas contempladas com o reingresso dos discentes que evadiram de qualquer um dos cursos da EBA-UFMG.

Gráfico 13 – Curso de destino dos alunos da EBA que evadiram entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Observa-se no Gráfico 13 que dos 54 alunos que evadiram entre 2008 a 2016 dos cursos da unidade acadêmica, 37% (20 alunos) foram para a área de Ciências Sociais Aplicadas, 36% (18% ou 10 alunos em cada) se dividiram entre Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e os demais foram para áreas de Ciências da Saúde, Engenharia, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas.

Estudos como os de Dalongaro e Azzolin (2016, p. 14) demonstram a empregabilidade dos cursos de graduação no país apoiados nos índices divulgados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2015. O Instituto, por meio do relatório "Radar: Perspectivas Profissionais – Níveis Técnico e Superior", listou os cursos superiores com maior taxa de ocupação. Esses dados foram coletados demonstrando pessoas entre 15 e 65

anos que estão empregadas/ocupadas naquela profissão. O primeiro lugar na lista foi o curso de Medicina, com 97,07% de profissionais empregados, em segundo lugar Odontologia com 96,22% de profissionais inseridos no mercado de trabalho e o terceiro lugar ficou Engenharia Civil, com 95,72% de profissionais trabalhando. No último lugar, apareceu Contabilidade e Atuárias, com 93,87% dos profissionais (DALONGARO; AZZOLIN, 2016, p. 10-12).

O IPEA realizou um levantamento das áreas que mais geraram vagas de emprego entre 2009 e 2015. Entre os 10 cursos analisados obteve-se as seguintes colocações: em primeiro lugar Tecnologia da Informação (TI), em segundo Enfermagem, em terceiro Relações Públicas, Publicidade e Mercado e Negócios, em quarto Secretariado Executivo, em quinto Farmácia, em sexto Administração, em sétimo Engenharia Civil em oitavo Recursos Humanos, em nono Advocacia e em décimo Magistério (DALONGARO; AZZOLIN, 2016, p. 10-12).

Por último, o trabalho apresentou a relação do IPEA sobre os cursos com alta empregabilidade, observou-se o seguinte ranking: em primeiro lugar Administração, em segundo Direito, em terceiro Ciências Contábeis, em quarto Estatística, em quinto Gestão da Informação, em sexto Engenharia da Produção, em sétimo Tecnologia da Informação em oitavo Recursos Humanos, em nono Marketing e em décimo logística (DALONGARO; AZZOLIN, 2016, p. 10-12).

Levando-se em consideração os dados do estudo de Dalongaro e Azzolin (2016) é possível que esses discentes tenham buscado as áreas de Ciências Sociais Aplicadas onde se concentram cursos como Administração, Comunicação Social, Direito, Terapia Ocupacional; a área de Engenharias; Ciências Exatas; Ciências da Saúde, entre as demais apresentadas, devido à maior empregabilidade quando comparada à área de Artes. Porém, a confirmação desses dados somente seria possível através de uma nova pesquisa abordando esse tema e utilizando-se de métodos e instrumentos direcionados à análise dessa situação em particular.

5.3 Análise por Curso da EBA-UFMG: Alunos Ingressantes, Concluintes, Evadidos – Período REUNI

Prosseguindo com as investigações, a próxima análise será a respeito dos ingressantes, concluintes e evadidos em cada um dos cursos impactados pelo REUNI na EBA-UFMG entre 2008 a 2016. É importante apontar que o maior número de ingressantes nos cursos é realizado por meio do processo seletivo (Vestibular de Habilidades aliados ao ENEM/SISU).

Faz-se necessário relembrar que os períodos de início de cada curso da unidade acadêmica são diferentes devido ao momento de ingresso/impacto no Programa: Cinema de Animação e Artes Digitais, 2009; Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, 2008; Dança, 2010 e Design de Moda, 2009. O curso de Artes Visuais teve o impacto no aumento de vagas em 2008.

Os gráficos referentes ao número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso em determinado período da EBA-UFMG sofreram limitações em relação aos dados coletados nos relatórios dos cursos de graduação da PROGRAD. Nestes relatórios os cursos são avaliados dentro de um determinado período, no caso de 2007 a 2017, não permitindo a separação dos discentes por ano ou semestre. Optou-se por utilizar estes dados para demonstrar em quais semestres ocorrem os maiores índices de desistência dos alunos e o tempo demandado para conclusão de cada curso.

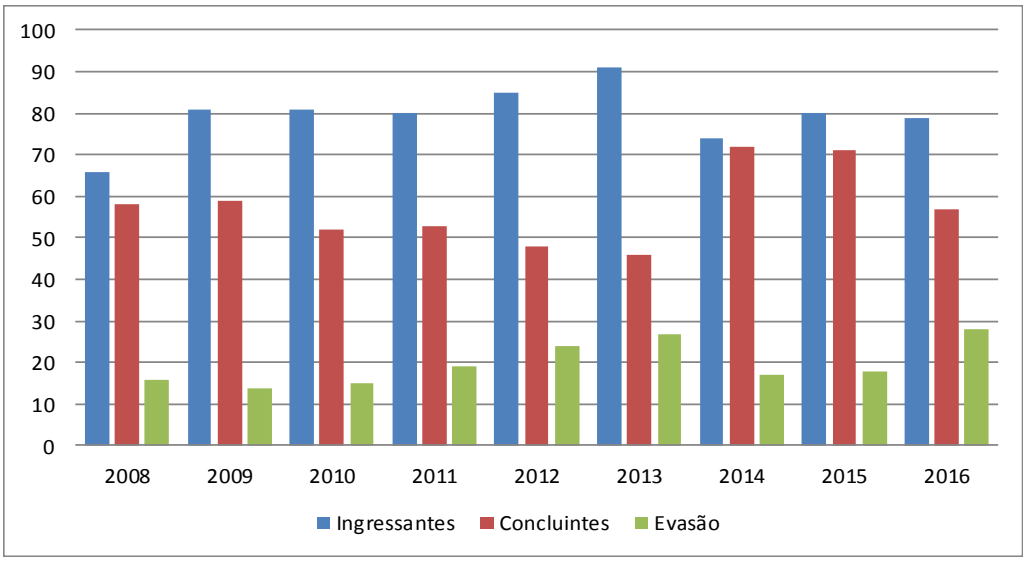
5.3.1 Curso de Artes Visuais

O quantitativo de vagas para cada curso é definido em critérios estabelecidos pela Resolução nº 13/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, sendo ajustado de forma a manter o equilíbrio entre o quantitativo de alunos ingressantes e desligados dos cursos.

De acordo com a Resolução nº 13/2014, o quantitativo de vagas de determinado curso corresponde ao total de vagas ofertadas nos últimos n períodos letivos, sendo n correspondente ao tempo de duração padrão do curso. Já o número de vagas remanescentes apuradas será a diferença entre o quantitativo de vagas ofertadas no curso e o número de seus alunos, considerando-se os turnos de funcionamento.

As vagas remanescentes computadas pelo DRCA no primeiro período letivo de cada ano, para provimento no segundo período, são definidas em consonância com os procedimentos estabelecidos analisando-se os casos de Reopção e Rematrícula.

Gráfico 14 – Distribuição dos alunos de Artes Visuais entre 2008 e 2016



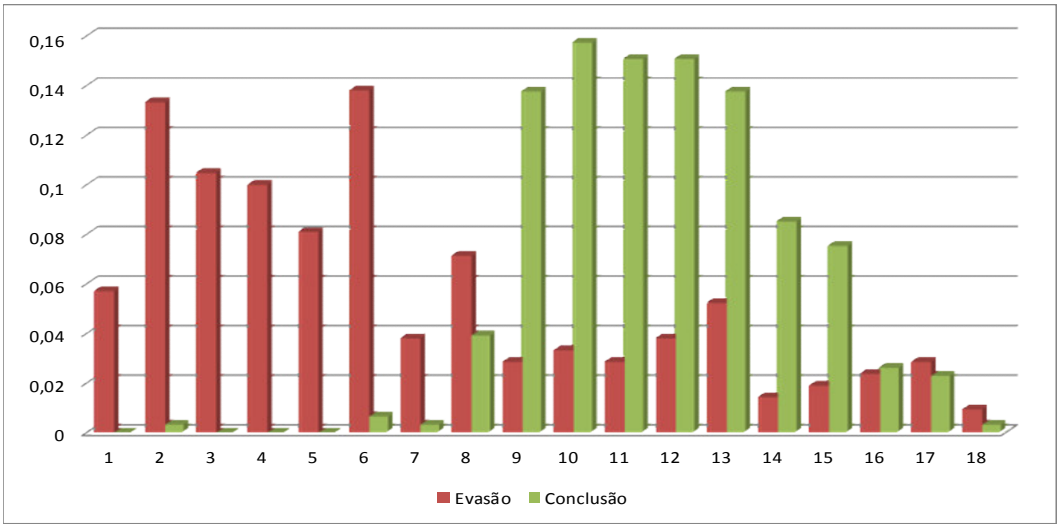
Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Observa-se no Gráfico 14 que o curso de Artes Visuais recebia 66 alunos antes do Programa REUNI. A partir de 2009 houve um aumento no quantitativo de vagas para 80 ingressantes. Em 2013 o curso recebeu 91 alunos por meio dos procedimentos de Obtenção de Novo Título, Transferência Comum, Reopção e Convênio proveniente de vagas remanescentes

Os maiores números de concluintes do curso evidenciam-se nos anos de 2014 e 2015, sendo de 72 alunos e a evasão mantém-se em torno de 15 a 17 alunos por ano, tendo um pico em 2013 e 2016 entre 27 e 28 alunos. Para maior esclarecimento dos dados acerca da evasão, o Gráfico 15 apresenta o número de semestres em que ocorrem os maiores índices desta modalidade, bem como a média de tempo demandado pelo discente para conclusão do curso.

Faz-se necessário relembrar que todos os cursos apresentados possuem tempo mínimo e máximo para integralização. O curso de Artes Visuais possui o tempo mínimo de 8 semestres (4 anos) e o tempo máximo de 14 semestres (7 anos).

Gráfico 15 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Artes Visuais



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

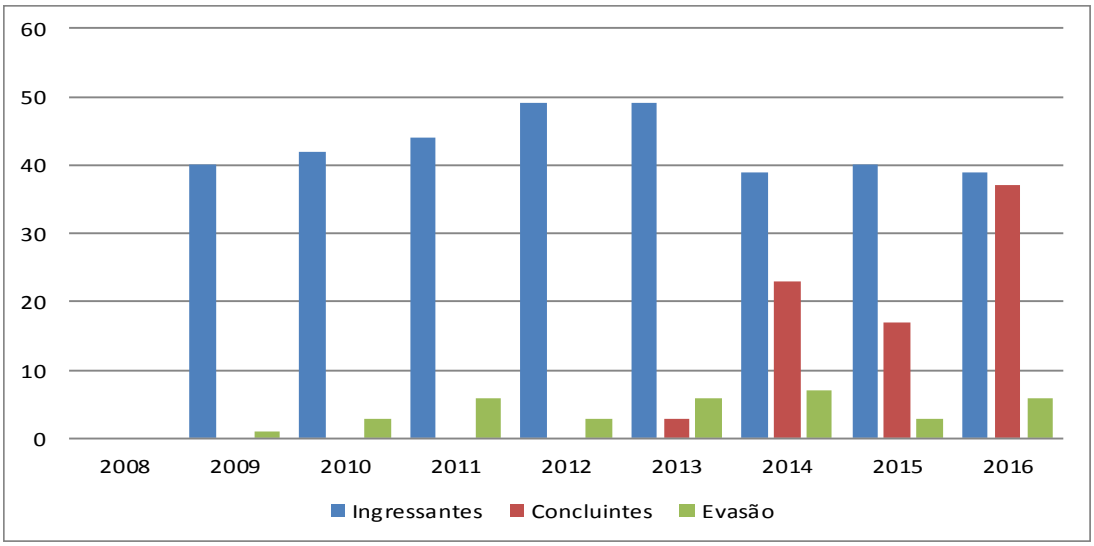
No curso de Artes Visuais, o Gráfico 15 demonstra que os alunos demoram em média de 10 a 13 semestres (5 anos a 6 anos e 6 meses) para concluírem o curso e o número de semestres cursados pelos que evadiram tem seu maior índice entre dois a seis semestres (1 a 3 anos), sendo os picos no primeiro ano e no terceiro ano, respectivamente.

A duração prevista para término do curso é de 8 semestres (4 anos) sendo que o ciclo básico de disciplinas é de 2 semestres e o restante (6 semestres) são de específicas para que o aluno alcance a habilitação pretendida.

5.3.2 Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais

O curso de Cinema de Animação e Artes Digitais, implantado em 2009, apresenta uma entrada anual de aproximadamente 40 alunos, conforme estabelecido na criação do curso.

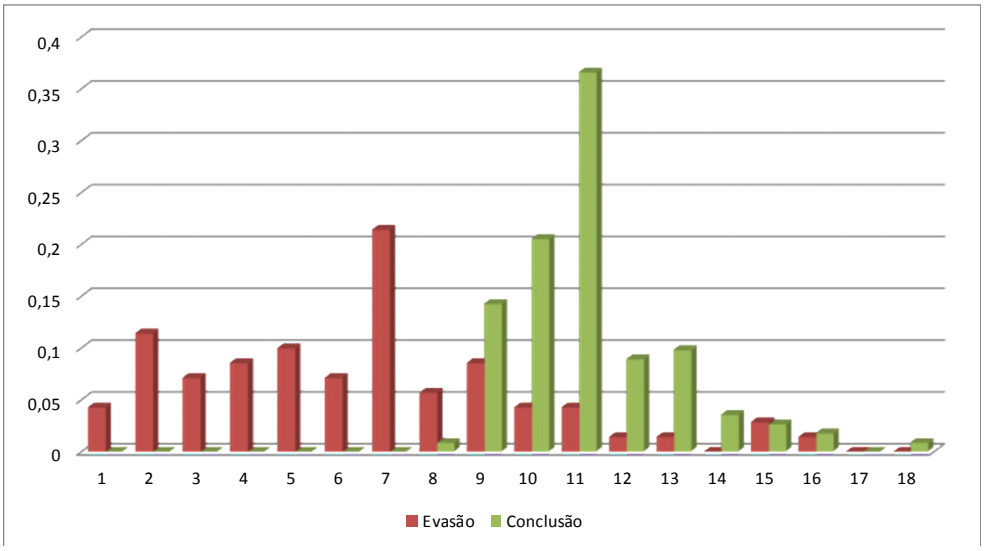
Gráfico 16 – Distribuição dos alunos de Cinema Animação A. Digitais entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Por meio do Gráfico 16 percebe-se que nos anos de 2012 e 2013 ocorreram picos de entrada no curso por meio de vagas remanescentes, totalizando 49 alunos. O número de evasões estabelece-se em torno de 6 alunos anuais e o de concluintes teve seu maior registro em 2016 com 37 alunos.

Gráfico 17 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2009/1 a 2016/2 – Cinema de Animação e Artes Digitais



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

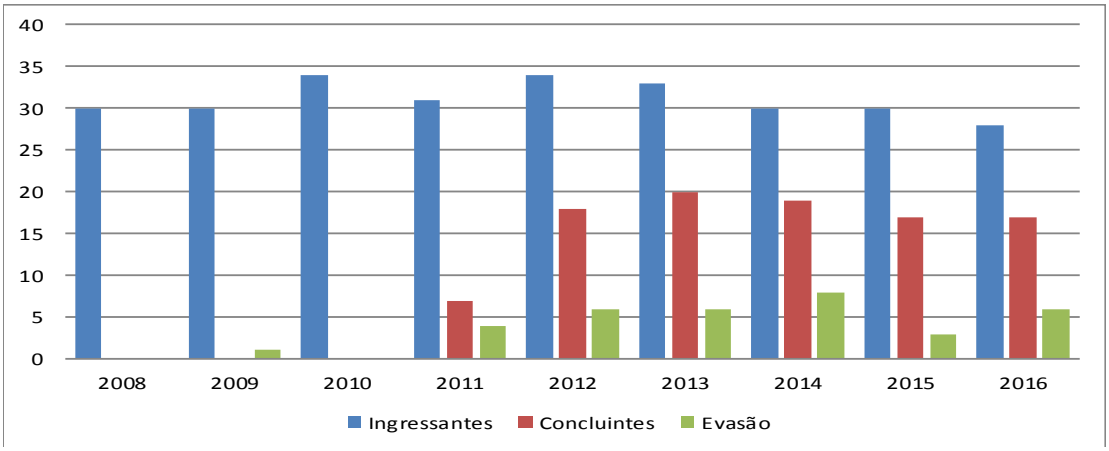
No curso de Cinema de Animação e Artes Digitais observa-se através do Gráfico 17 que a conclusão do curso demora 11 semestres (5 anos e 6 meses) e os alunos que evadiram o curso o fizeram em sua maioria no 7º semestre (3 anos e 6 meses de curso).

O curso é previsto para ser concluído em 4 anos e 6 meses e o tempo máximo de integralização é 15 semestres (7 anos e 6 meses).

5.3.3 Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

O curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis mantém-se próximo do quantitativo de ingressantes de 30 alunos estabelecido na criação do curso.

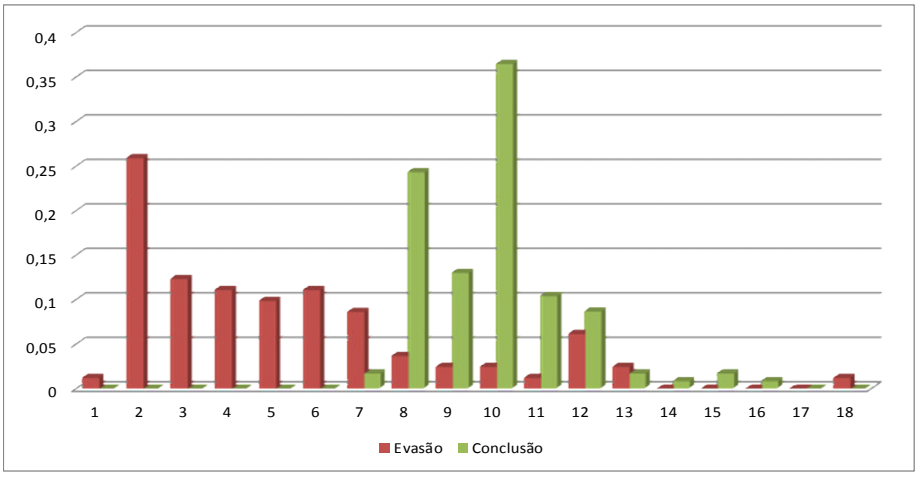
Gráfico 18 – Distribuição dos alunos de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

O Gráfico 18 demonstra que ocorreram picos de ingressantes em 2010 e 2012 com 34 alunos de entrada. Os maiores números de concluintes foram observados em 2013 e 2014 em torno de 20 alunos e a evasão manteve-se entre 4 a 6 alunos por ano.

Gráfico 19 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2009/1 a 2016/2 – Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

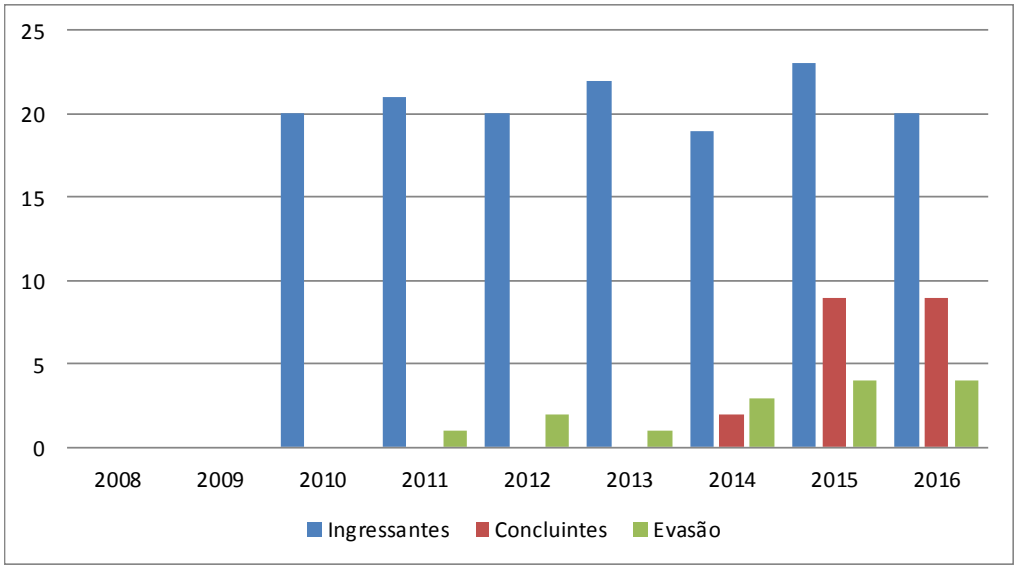
O curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, de acordo com o Gráfico 19, apresenta o tempo médio para integralização de 10 semestres (5 anos), sendo 1 ano além do previsto pela grade curricular. O maior índice de evasão do curso ocorre nos períodos iniciais – 2º semestre (1 ano). Destaca-se que do 1º ao 4º período ocorre a formação básica de "instrumentação, sensibilização e dedicação à preparação acadêmica do curso" (PROPOSTA DE REFORMA CURRICULAR, 2014).

Ao final do 4º período o aluno formaliza a escolha de um percurso curricular junto ao Colegiado que poderá abranger as seguintes formações: Conservação-Restauração de Esculturas, Conservação-Restauração de Papel, Conservação-Restauração de Pinturas e Conservação Preventiva. Assim do 5º ao 7º período o aluno dedica-se à formação específica dentro do percurso escolhido, tendo liberdade na composição do seu currículo de acordo com sua necessidade e interesse. O 8º período é para a elaboração do TCC (PROPOSTA DE REFORMA CURRICULAR, 2014).

5.3.4 Curso de Dança

No curso de Dança as vagas disponibilizadas por processo seletivo mantêm-se próximo do quantitativo de 20 alunos, estabelecido na criação do curso. O valor mais elevado de ingressantes ocorreu em 2015, conforme pode ser observado no Gráfico 20, com a entrada de 23 alunos.

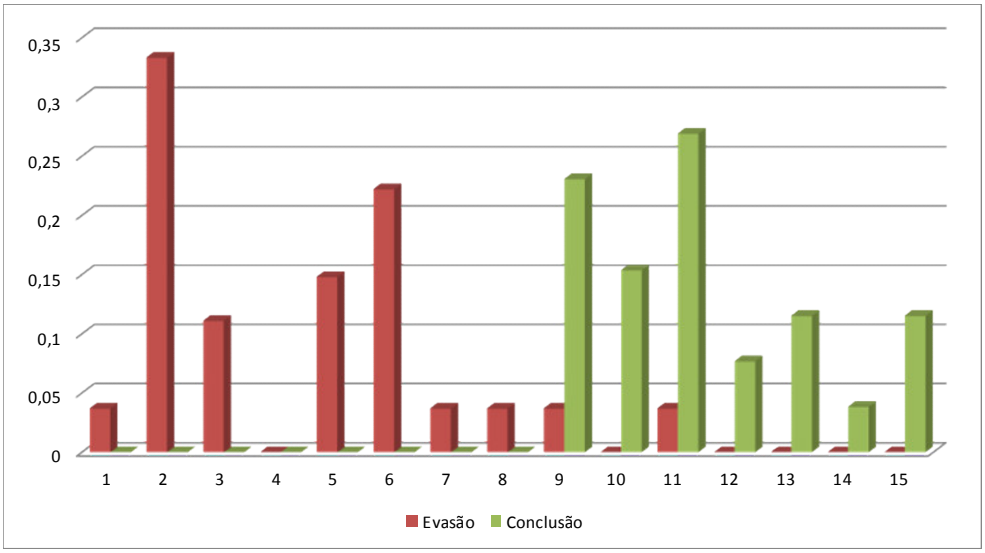
Gráfico 20 – Distribuição dos alunos de Dança entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

O Gráfico 20 demonstra que a maior taxa de alunos concluintes do curso de Dança ocorreu nos anos de 2015 e 2016 (9 alunos) e a média de evasão é entre 3 a 4 alunos anualmente.

Gráfico 21 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Dança



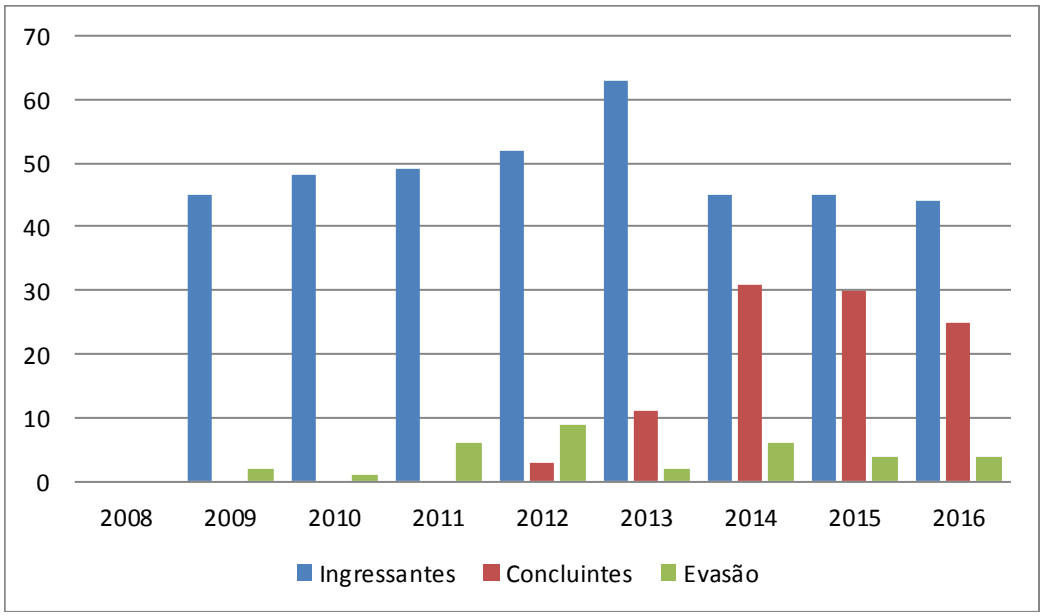
Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Observa-se no Gráfico 21 que no curso de Dança a maior parte dos alunos finalizam o curso entre 9 e 11 semestres (5 anos e 5 anos e 6 meses) ou seja, um ano a mais que o tempo previsto. A maior taxa de evasão acontece no 2º semestre (1 ano), no período inicial do curso. Logo depois, nos 5º e 6º semestres (2 anos e 6 meses e 3 anos) há uma considerável saída de alunos.

5.3.5 Curso de Design de Moda

Observa-se no Gráfico 22 que as vagas oferecidas por processo seletivo se mantêm próximo do quantitativo de 45 alunos estabelecido na criação do curso, exceto pelos anos de 2012 e 2013 que o curso recebeu uma média de 55 alunos através de vagas remanescentes.

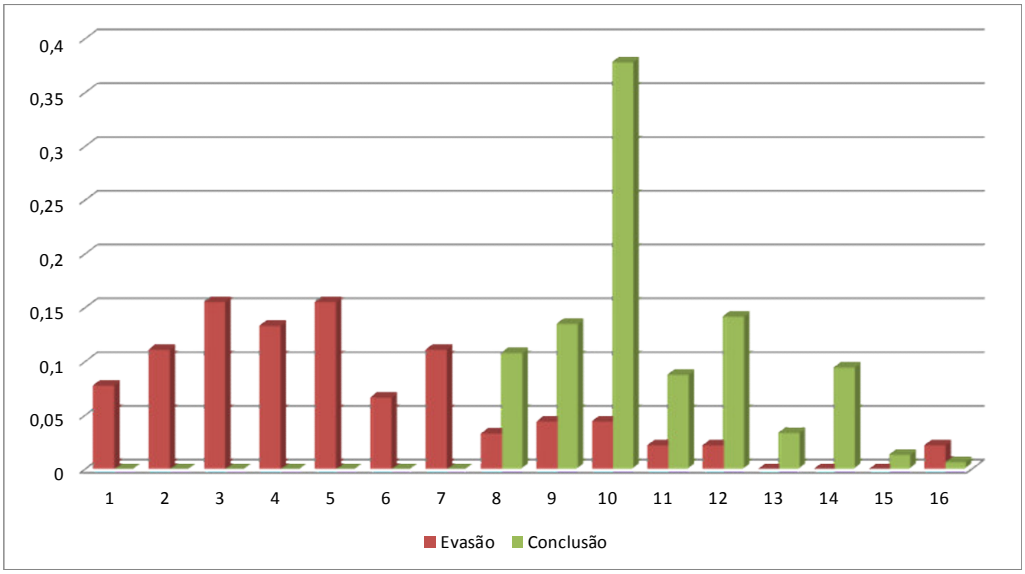
Gráfico 22 – Distribuição dos alunos de Design de Moda entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Verifica-se no Gráfico 22 também que o maior número de concluintes foi verificado nos anos de 2014 a 2016 (28 alunos aproximadamente por ano) e a evasão é de 5 a 7 alunos por ano.

Gráfico 23 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Design de Moda



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

O Gráfico 23 do curso Design de Moda demonstra que os alunos levam, em sua maioria, 10 semestres para concluir o curso (5 anos) sendo que o prazo previsto seriam 4

anos. Já a saída não tem um padrão de semestre definido ocorrendo em um percentual maior, conforme demonstrado, nos períodos iniciais do curso (1º ao 5º período).

5.4 Conclusões Gerais sobre o perfil de Alunos Ingressantes, concluídos e evadidos nos cursos da EBA-UFMG

Estudos apresentados por Aranha, Pena e Ribeiro (2012, p. 317-345) demonstram os impactos no processo de seleção da UFMG após a implantação do REUNI, analisando-se a inclusão social, a educação pregressa e por faixa de renda. Observou-se que até o vestibular de 2009 a proporção de negros aprovados estava abaixo da proporção de inscritos.

O percentual de inscritos que se declaravam negros entre 2003 a 2008 variava entre 23% a 28%, já em 2009 ultrapassou 40% e aumentou para 45% nos vestibulares de 2010 a 2012. Dados demonstraram que em 2009 o número de candidatos aprovados que se declararam negros aumentou substancialmente (de 35% subiu para 45%) e que até a adoção do Programa REUNI a escola pública era "sub-representada" entre os aprovados da UFMG (ARANHA; PENA; RIBEIRO, 2012, p. 324).

O perfil socioeconômico avaliado demonstrou que houve um crescimento da proporção de inscritos com renda familiar de até cinco salários mínimos à época. Nos vestibulares de 2011 e 2012 essa proporção era de 55% enquanto em 2002 era de 35% (ARANHA; PENA; RIBEIRO, 2012, p. 324).

Essas afirmações permitem demonstrar que houve uma transformação no perfil do aluno ingressante da UFMG após a implantação do REUNI. No entanto, faz-se necessária a realização de um estudo específico para avaliar se esta mudança adveio do Programa ou de outras ações afirmativas que a universidade oferecia à época aos ingressantes de escola pública.

É necessário lembrar que o Programa REUNI foi uma política pública cujo objetivo maior era concretizar o ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação. Neste estudo, observou-se que o número de concluintes da graduação aumentou na EBA-UFMG tendo os maiores índices apresentados nos anos de 2014 a 2016 em todos os cursos. Como limitação dos dados investigados, não há possibilidade de se avaliar com precisão essa qualidade de desempenho da EBA-UFMG, pois seria necessário acompanhar a vida acadêmica de cada aluno desde sua entrada no período REUNI até a sua conclusão do curso, não respeitando os limites temporais do estudo. Essa análise poderá ser realizada em futuras pesquisas sobre o tema na unidade acadêmica.

Para muitos jovens adultos, o fim de um curso universitário significa a promessa de uma nova fase de vida, marcada pelo início do exercício da profissão escolhida. No entanto, um dos principais problemas com os quais os recém-formados se deparam é a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho de suas profissões.

Entre os aspectos que contribuem para a permanência foram citados por Gerdes e Mallinckrodt (1994): bom desempenho escolar, senso de desenvolvimento intelectual e congruência de valores com professores e pares. Juntamente com os aspectos acadêmicos também contribuem a integração social dos alunos e o ajustamento emocional.

A manutenção de vínculos estudantis com a universidade (através de especializações, ênfases, mestrados) pode ser interpretada como estratégias de viabilização da identidade, tanto no plano intra quanto no interpessoal.

Através destes vínculos, os jovens estabelecem uma referência identitária relativamente segura que lhes permite continuarem a exploração de si mesmos e de seus ambientes, implementando suas identidades emergentes (TEIXEIRA; GOMES, 2004, p. 49)

Para Tinto (1975, p. 122) e Bean (1985, p. 345) a evasão se relaciona aos anseios individuais, às intenções relacionadas ao curso e ao processo de se adaptar à instituição. É necessário considerar que outros fatores como contexto social, familiar e institucional também contribui para que o aluno opte por abandonar o curso.

Adachi (2009, p. 184) considera que para além do perfil e as condições individuais de cada aluno, há também as expectativas criadas em relação à carreira escolhida. Caso essas expectativas sejam frustradas ao longo do curso, aumenta-se as possibilidades de abandono.

Bourdieu (*in* Nogueira e Catani, 1998, p. 87) afirma que as chances de acesso e permanência são distintas, pois um discente pode escolher um curso e ser aprovado no vestibular, mas não conseguir dar seguimento nos estudos. Além da motivação para ser aprovado, é necessário, segundo o autor, algo a mais como a possibilidade de ascensão social através da formação superior.

Percebe-se que além dos fatores econômicos, existem outros fatores que colaboram de maneira significativa para a evasão no ensino superior, como a escolha do curso, expectativas de mercado de trabalho, grau de satisfação com a instituição, com o curso e questões de desempenho.

Baggi e Lopes (2010, p. 357) afirmam que questões como ausência de capital cultural, reflexões acerca do projeto de vida e desencanto com o curso escolhido aparecem no processo de autoavaliação das instituições quando se trata de evasão e, portanto, “devem fazer

parte das medidas tomadas pelos gestores para corrigir o rumo da instituição e elevar a qualidade do ensino pretendida".

Os dados analisados demonstram que, embora as taxas de evasão na EBA-UFMG serem baixas, é necessário realizar uma análise, em estudo posterior, sobre os motivos que levam esses alunos desistirem de prosseguir com os estudos na graduação a fim de se obter os dados qualitativos, para se aliar aos quantitativos, descrevendo de maneira pormenorizada este cenário.

A retenção no ensino superior é colocada por Berger e Lyon (2005, p. 3) como a "habilidade de uma IES de graduar com sucesso os estudantes que se matriculam inicialmente na instituição". Assim, pode-se dizer que mensurar os índices de evasão se torna um pré-requisito para uma gestão eficaz da retenção de alunos (HERZOG, 2005, p. 39).

Rivas *et al.* (2007 p. 46) afirmam que índices de evasão são efetivamente maiores em alunos recém-matriculados ou nos primeiros anos do curso, diminuindo a cada ano que o estudante renova a sua matrícula até a conclusão da graduação. Isto foi observado nos cursos de Dança, Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis e Artes Visuais em que os maiores índices de evasão ocorreram no 1º ano do curso.

Os autores Murtaugh; Burns; Schuster e Tinto (1999) demostram que tratar a retenção, tendo em vista o estudante de primeiro ano, é fundamental para a persistência do mesmo na universidade. Os autores sugerem programas de orientação e imersão para que esses estudantes se motivem e se sintam parte da nova comunidade.

Ao estudar a relação custo-benefício financeiro do investimento em programas de retenção de alunos, Simpson (2005, p. 67) confirmou que IES que se utilizaram desta ferramenta conseguiram retornos de 450% a 650% em cima dos custos aplicados nos referidos programas. Garrido (2012, p. 168) afirma a importância que os programas e ações de assistência estudantil têm para a manutenção do estudante na vida acadêmica, sendo por muitas vezes, os responsáveis para que o discente seja capaz de finalizar o curso.

Após analisar as informações sobre, ingresso, conclusão e evasão dos cursos na EBA-UFMG, a pesquisa buscou no item 5.4.1 traçar o perfil socioeconômico dos alunos em relação à renda familiar e recebimento de auxílio estudantil na graduação da EBA-UFMG.

5.4.1 Perfil socioeconômico dos alunos da EBA-UFMG assistidos pelas bolsas da FUMP

A Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) tem por objetivo realizar a política de assistência estudantil definida pela UFMG. Através desse processo, é capaz de

garantir ao estudante plenas condições socioeconômicas e culturais a fim de que o discente possa concluir o seu curso, diminuindo as diferenças de oportunidades pregressas ao seu ingresso na Universidade.

Para se ter acesso aos benefícios da FUMP[32] o estudante deve estar regularmente matriculado e frequente na UFMG. A análise econômica será realizada após o preenchimento dos documentos solicitados pela fundação em até 30 (trinta) dias. O resultado pode classificar o aluno em: nível I: estudantes que apresentam grande dificuldade para se manter na Universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar); nível II: estudantes que apresentam nível de dificuldade intermediária para se manter na Universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar) e nível III: estudantes que apresentam baixo grau de dificuldade para se manter na Universidade. Após o resultado, o estudante adquire acesso automático aos Restaurantes Universitários com preço reduzido, ou de maneira gratuita, conforme sua classificação e ao Programa de Assistência à Saúde da FUMP. As bolsas de auxílio financeiro, bem como o Programa Moradia Universitária serão solicitadas por novas inscrições que os alunos deverão fazer ao longo dos editais de chamada.

Os Programas Assistenciais oferecidos pela Fundação são assim classificados:

• *1) Programa Bolsa Auxilio Transporte* – Valor de R$165,00 mensais para despesas com o deslocamento para a UFMG;

• *2) Programa Bolsa de Manutenção Baeta Vianna* – Valores entre R$240,00 e R$400,00 mensais destinado aos estudantes classificados em nível I e que estejam em sua primeira graduação. Além disso, devem apresentar situação de vulnerabilidade social e risco de evasão acadêmica.

• *3) Programa Bolsa Auxílio Moradia* – Valor de R$500,00 mensais destinado aos estudantes de graduação inscritos no Programa Permanente de Moradia Universitária e classificados nos níveis I, II e III. Este programa auxilia na manutenção de despesas com moradia, pagamento de uma república ou pensão, enquanto aguardam a seleção de vagas para a moradia universitária.

• *4) Programa Bolsa Auxílio à Educação Pré-escolar* – Valor de R$200,00 mensais destinado a estudantes de graduação classificados nos níveis I, II e III que necessitam de apoio financeiro para garantir o cuidado educacional do(s) filho(s) com idade de 0 a 5 anos e 11 meses enquanto frequentam as atividades acadêmicas.

[32] Fonte: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL – FUMP. Bolsas de Auxílio Financeiro. Disponível em: <http://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=65>. Acesso em: 18 set. 2018.

• *5) Programa Bolsa de Apoio Acadêmico Mendes Pimentel* é um benefício não reembolsável no valor de R$180,00 (parcial) e de R$300,00 (integral) mensais, destinado a estudantes de graduação classificados nos níveis II ou III, para custeio de despesas acadêmicas.

• *6) Programa Bolsa Apadrinhamento* é destinada aos estudantes de primeira graduação, classificados socioeconomicamente no nível I. Devem apresentar bom desempenho acadêmico. A bolsa mensal tem o valor de R$400,00 mensais.

• *7) Programa Bolsa de Acesso ao Livro* – Valor de R$250,00 por ano. É destinada para estudantes assistidos nos níveis I, II e III.

• *8) Programa Bolsa de Acesso ao Material Escolar* – Valor de R$200,00 ao ano. É destinada aos estudantes assistidos nos níveis I, II e III.

• *9) Programa de Acesso à Informação Digital* – Possibilita ao aluno adquirir um notebook para facilitar a inclusão digital e realizar as atividades acadêmicas necessárias. É limitado a um único acesso ao programa durante a trajetória na vida acadêmica. Caso o aluno desista da vaga antes de dois anos do curso, ele deverá devolver o equipamento de imediato à fundação, que providenciará sua doação.

• *10) Programa Bolsa Auxílio Óculos*- Valor de no máximo R$250,00 anual. É um benefício para aquisição de óculos de Grau.

• *11) Programa Bolsa de Manutenção Bernardo Álvares* – Destinado aos estudantes do Ensino Médio do Colégio Técnico (Coltec) e aos estudantes de graduação classificados socioeconomicamente no nível I. Os estudantes de graduação devem apresentar bom rendimento acadêmico, segundo a análise do último Rendimento Semestral Global (RSG) publicado pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) da UFMG e pela secretaria do Coltec. Valor de R$200,00 para os estudantes do Ensino Médio do Coltec e de R$400,00 mensais para os estudantes de graduação.

• *12) Programa de Acesso a Material Acadêmico* – Valores entre R$200,00 e R$400,00 anual para que os alunos adquiram material acadêmico básico, facilitando a realização das atividades acadêmicas necessárias à sua formação.

Após as breves explicações, analisar-se-ão os dados coletados na FUMP em relação a renda *per capita*, gênero, autodeclaração de raça/cor e faixa etária no período de 2014 a 2016. A Fundação não dispunha destas informações referentes ao Período REUNI (2008 a 2012), porém a pesquisadora acredita que realizar uma análise do cenário atual dos

alunos da unidade, mantendo-se o lapso temporal da pesquisa (2007 a 2016) que inclusive, por si só, abrange um breve período do Pós-REUNI, é interessante para a complementação dos conclusões apresentadas no item 5.4.

Tabela 12 – Dados sobre a renda *per capita* dos estudantes da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016

	2014	2015	2016
Abaixo de 1 SM	54	71	111
De 01 a 02 SM	22	19	46
De 02 a 05 SM	13	13	13
De 05 a 10 SM	1	1	1
Acima de 10 SM	0	1	0

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG (2018).

A renda familiar *per capita* é calculada através da divisão do total da renda pelo número de moradores da residência. Soma-se a renda bruta do mês e divide-se pelo número de integrantes que compõem a família[33].

Através da Tabela 12, observa-se que nos anos de 2014 a 2016 aumentou significativamente o número de alunos assistidos cuja renda *per capita* era abaixo de 1 salário mínimo (de 54 alunos para 111) até 2 salários mínimos (de 22 alunos para 46). No ano de 2016, é possível auferir que dos 1.142 alunos da unidade, aproximadamente 10% (171 alunos) eram assistidos pela FUMP, deste total 111 estudantes (65%) possuíam renda *per capita* abaixo de 1 salário mínimo e 46 alunos (27%) eram assistidos com renda *per capita* entre 1 e 2 salários mínimos. Demonstra-se, assim, 92% dos alunos assistidos com renda de zero a dois salários mínimos.

Tabela 13 – Gênero dos alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016

	2014	2015	2016
Feminino	61	66	108
Masculino	29	39	63

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG (2018).

[33] Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Renda e pobreza – Medidas per capita versus adulto equivalente. Disponível em: <//www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0609.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

Na Tabela 13, observa-se que a maioria dos alunos assistidos pela FUMP em 2016 pertencem ao gênero feminino (108 alunas – 63%). Esse cenário também é observado nos anos anteriores (2014 e 2015) em que o número de mulheres ultrapassa em aproximadamente 50% o número de homens.

Tabela 14 – Autodeclaração de cor/raça alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016

	2014	2015	2016
Amarela	0	0	4
Branco	27	26	52
Indígena	0	0	0
Não deseja declarar	11	14	24
Outra	1	0	1
Pardo	41	49	60
Preto	10	16	30

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG (2018).

Em relação à autodeclaração de cor/ raça, por meio da Tabela 14, observa-se que no ano de 2016, dos 171 discentes assistidos pela FUMP, 30% (52 alunos) se autodeclararam brancos; 35% (60 alunos), pardos e 18% (30 alunos), preto.

O termo cor assume dentro do nexo discursivo os conceitos de raça e cultura. Tal termo é utilizado seja no processo de construção da identidade nacional brasileira, seja no de elaboração das identidades étnico-raciais. (HASENBALG, 1988)

A Classificação de cor para o IBGE é Branca, Preta, Parda, Amarela e Indígena. O colorismo ou a pigmentocracia é a discriminação pela cor da pele e é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. (WALKER, 1982).

O colorismo no Brasil apresenta uma especificidade, considera, além da cor da pele, também os aspectos ligados ao fenótipo como cabelo crespo, nariz arredondado ou largo, entre outras características físicas que a cultura do país associa à descendência africana. (DJOKIC, 2015).

Devido ao colorismo, as pessoas consideradas negras são aquelas que se autodeclaram pretas ou pardas. Nesse sentido, somando esses dados (53%), os negros são a maioria dos discentes atendidos pela assistência da FUMP.

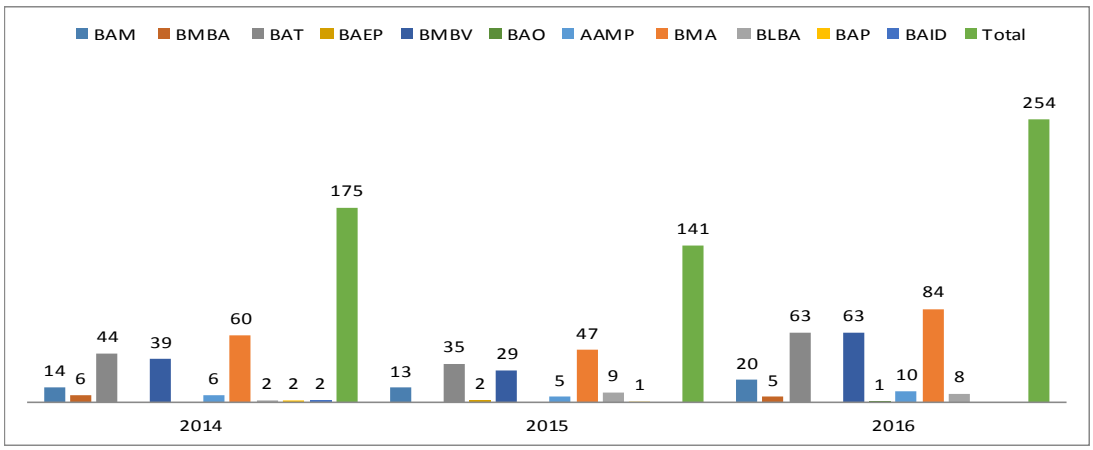
Tabela 15 – Faixa etária dos alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016

	2014	2015	2016
Abaixo de 18 anos	0	0	0
De 18 a 20 anos	0	0	3
De 21 a 24 anos	15	23	52
De 24 a 27 anos	32	43	55
De 28 a 35 anos	36	30	41
Acima de 36 anos	7	9	20

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG (2018).

Na Tabela 15, verifica-se que o maior quantitativo de alunos assistidos pela FUMP dentro da EBA-UFMG, no ano de 2016, está na faixa etária entre 21 a 27 anos (107 alunos – 63%). O segundo maior valor está na faixa de 28 a 35 anos (41 alunos – 24%). Sendo assim, a faixa etária, predominante, dos alunos da unidade que recebem bolsas da FUMP é entre 21 a 35 anos (87%).

Gráfico 24 – Bolsas FUMP distribuídas aos alunos EBA-UFMG – 2014 a 2016



Legenda:

BAM – Bolsa Auxílio Moradia

BMBA – Bolsa Manutenção Bernardo Álvares

BAT – Bolsa Auxílio Transporte

BAEP – Bolsa Auxílio à Educação Pré-Escolar

BMBV – Bolsa Manutenção Baeta Viana

BAO – Bolsa Auxílio Óculos

AAMP – Apoio Acadêmico Mendes Pimentel

BMA – Bolsa Auxílio Material Acadêmico

BLBA – Bolsa Acesso ao Livro Bernardo Álvares

BAP – Bolsa Apadrinhamento

BAID – Bolsa de Acesso à Informação Digital

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG. 2018

De acordo com o Gráfico 24, foram concedidas o seguinte quantitativo de bolsas durante o período entre 2014 a 2016: 47 – Auxílio Moradia; 11 – Manutenção Bernardo Alvares; 142 – Transporte; 2 – Auxilio Pré-Escolar; 131- Manutenção Baeta Viana; 1 – Auxílio Óculos; 21 – Apoio Acadêmico; 191 – Auxilio Material Acadêmico; 19 – Acesso ao Livro; 3 – Apadrinhamento e 2 – Acesso a Informação Digital. No total foram concedidas 570 bolsas da FUMP para a EBA-UFMG.

Percebe-se que o maior quantitativo de bolsas da unidade foi destinado, entre 2014 a 2016, para Auxilio Transporte (25%), Manutenção (25%) e Material Acadêmico (37%). Os outros 13% foi distribuído entre as demais espécies de bolsas.

5.4.2 Breves conclusões acerca dos dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos da EBA-UFMG assistidos pelas bolsas da FUMP

A Universidade Federal de Minas Gerais, visando garantir aos estudantes as condições necessárias para manutenção em sua vida acadêmica, possui uma política de assistência estudantil (elaborada pela Pró-Reitoria de Assuntos Educacionais) executada pela Fundação Universitária Mendes Pimentel.

Essa política é integrada por uma série de ações, as quais se destacam: o acesso aos restaurantes universitários, às moradias estudantis, ao transporte, à aquisição de material escolar, à assistência à saúde, ao enriquecimento cultural, à expansão da formação acadêmica, entre outras. É mantida com recursos da própria universidade e do financiamento anual do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O Programa tem por objetivo apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior, viabilizando a igualdade de oportunidades, além de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico através de medidas efetivas que permitam combater situações de repetência e evasão.

A permanência escolar relacionada aos programas e ações de assistência estudantil pode ser compreendida como a promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, bem como o seu acesso aos recursos infra estruturais e pedagógicos disponíveis na instituição de ensino (GARRIDO, 2012, p. 198).

Como se verifica, o tema permanência escolar está absolutamente vinculado à própria estrutura da Assistência Estudantil, especialmente no tocante ao seu aspecto material (comer, morar, vestir, transportar-se, etc.), embora a dimensão simbólica (ser reconhecido,

fazer parte do grupo, coexistir enquanto estudante) não possa ser negligenciada (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 198).

Considerando o exposto pelos autores acima, observa-se que os maiores quantitativos de bolsas FUMP aos alunos da EBA-UFMG, no período analisado, foram destinados a transporte, manutenção e material acadêmico. Percebe-se que o aspecto material tem uma importância significativa para que os alunos possam dar andamento ao curso, afinal, precisam se deslocar, adquirir os materiais para as aulas práticas e teóricas e alimentar-se durante o período em que estiverem na universidade.

Aranha, Pena e Ribeiro (2012, p. 317-345), conforme demonstrado no item 5.1 do Capítulo 5, realizaram investigações apontando os impactos no processo de seleção da UFMG após a implantação do REUNI. Os autores coletaram dados sobre a inclusão social, a educação pregressa e por faixa de renda.

No quesito faixa de renda houve um crescimento da proporção de inscritos com renda familiar de até cinco salários mínimos à época. Os dados de renda *per capita* dos alunos da EBA-UFMG que receberam bolsas da FUMP demonstram que das 171 bolsas distribuídas no ano de 2016, 170 foram destinadas a alunos com renda entre 0 e 5 salários mínimos.

Vargas (2010, p. 151) afirma que as probabilidades de acesso ao ensino superior para os estudantes oriundos das classes populares são mais baixas, enquanto o risco de retenção e evasão é maior para estes indivíduos quando comparados aos que pertencem às classes médias e altas.

Estudos realizados por Mello (2007, p. 83) demonstrou a influência nas probabilidades de ingresso discente na educação superior e nos riscos de evasão de acordo com determinadas características como renda familiar, escolaridade paterna e ocupação do chefe da família. O autor pontua que a "escolaridade do chefe da família é também elemento fortemente relacionado às possibilidades de evasão, uma vez que quanto menos instruído o provedor, maior a ocorrência do fenômeno".

De acordo com o Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras da FUMP em 2016[34], o maior número de estudantes atendidos na UFMG entre os anos de 2010 a 2016 classificam-se no nível I. Esses indivíduos apresentam baixa renda, condição socioeconômica desfavorecida que restringe oportunidades de capacitação e inclusão, indícios de

[34] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG; FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL – FUMP. **Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras da FUMP 2016**. 130. p. Disponível em: <http://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=16>. Acesso em: 29 set. 2018.

vulnerabilidade social com possibilidade de abandonar o curso logo no início da trajetória acadêmica.

Quanto a procedência dos assistidos, o relatório aponta que metade eram estudantes de Belo Horizonte e outra grande parte do interior de Minas Gerais, sendo apenas 7% proveniente de outros estados brasileiros. Em relação ao estado civil, 87% são solteiros. Grande parte dos estudantes (82%) cursaram o ensino fundamental e/ou médio em escola pública e mais de 80% são assistidos ao nível de graduação.

Vargas (2010, p. 153) afirma que "quanto à área do conhecimento, as ciências humanas, principalmente as licenciaturas, reúnem o maior número de alunos atendidos pela FUMP, enquanto carreiras como arquitetura e medicina têm poucos alunos bolsistas". A autora ainda sinaliza que os assistidos pela Fundação precisam pensar sobre as necessidades básicas (transporte, alimentação, moradia, aquisição de material didático), enquanto os alunos que não apresentam dificuldades financeiras tendem a concentrar-se na expectativa de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, para os ex-bolsistas, o diploma adquire o significado de uma possível ascensão social, uma vez que na economia brasileira se evidencia que os rendimentos pagos aos trabalhadores se relacionam, entre outros fatores, ao nível de escolaridade.

Dentro de um panorama geral, entre 2014 a 2016, percebe-se que a grande maioria dos estudantes assistidos da EBA-UFMG se encontra com a renda *per capita* entre 0 e 2 salários mínimos (92%), o gênero predominante é feminino (63%) e na autodeclaração em relação a cor/raça 53% dos indivíduos são classificados como negros. O maior quantitativo de alunos bolsistas se encontra na faixa etária de 21 a 27 anos (63%) e o maior número de bolsas da unidade acadêmica foi destinado para auxilio transporte(25%), manutenção (25%) e material acadêmico (27%).

No estudo apresentado por Vargas (2010, p. 163) a autora destaca que "caso a UFMG não disponibilizasse os programas de assistência estudantil, é razoável supor que parcela significativa dos universitários não pudesse concluir a graduação". Dentro deste viés, os baixos índices que a universidade possui de abandono e retenção registrados no sistema federal de ensino superior, conforme afirma Serpa (1997, p. 18) se vinculam à solidez do programa oferecido.

As conclusões aqui apresentadas, por ora, dão conta de alguns aspectos observados nos dados fornecidos pela Fundação para complementar a pesquisa nas discussões apresentadas no item 5.4 do capítulo 5. A implementação de políticas baseadas em ações afirmativas, como o Programa REUNI, suscita reflexões sobre o suporte socioeconômico que

pode ser necessário aos estudantes das classes populares. Considerando os dados apresentados, é possível cogitar se para além de possibilitar o ingresso na carreira acadêmica não seja necessário também que se planeje adequadamente, junto a estas ações, uma política de manutenção do aluno nas Instituições Federais de Ensino Superior até a conclusão do curso.

A assistência estudantil é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394/96. Complementa, ainda, o conjunto de iniciativas que promovem a democratização do acesso ao ensino superior e os seus efeitos estão para além da diminuição dos índices de evasão e retenção no ensino superior. A assistência colabora para que os alunos de baixa renda tenham a oportunidade de concluir um curso de graduação e possibilite a sua família deixar os estratos mais empobrecidos da hierarquia social, conquistando melhores empregos e renda. A longo prazo, poderá diminuir ou até mesmo, reverter, o círculo reprodutivo das desigualdades sociais no país.

Encerra-se, neste item, as discussões apresentadas sobre os impactos do Programa REUNI no corpo discente da EBA-UFMG. Os dados coletados sobre o perfil socioeconômico dos alunos da unidade assistidos pela FUMP afloram a possibilidade de inúmeras discussões que poderão ser alcançadas em estudos posteriores.

5.5 Análise do Quantitativo de Técnicos-administrativos em Educação da EBA-UFMG

A carreira de Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) é determinada pela Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005. Nesse plano, os cargos se dividem em nível A, B, C, D e E. Os cargos de nível A e B eram compostos por indivíduos que possuíam nível fundamental incompleto, esses dois cargos foram posteriormente revogados e os servidores redistribuídos em funções de nível C e D. Os cargos de nível C e D exigem nível médio para entrada e os de nível E, diploma de ensino superior, e em alguns casos, solicita-se registro no conselho profissional competente.

O Tribunal de Contas da União por meio DECISÃO TCU nº 408/2002-PLENÁRIO em parceria com as Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC e Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, estabeleceu diversos indicadores de gestão das IFES. Dentre eles, existe a equação denominada Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente e Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente (FEPE). O indicador Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente informa a quantidade de funcionários para cada professor contando com os alocados nos Hospitais Universitários. De

forma semelhante ao indicador anterior, pode-se analisar o funcionário equivalente com ou sem Hospital Universitário (BOYNARD, 2015, p. 245).

Os servidores das IFES têm como único objetivo a formação qualificada do aluno. Essa relação entre número de funcionários e de professores indica uma relação entre o tamanho do corpo de apoio indireto ao professor. O indicador Funcionário Equivalente sem H.U./Professor Equivalente retrata quantos funcionários por professor as IFES dispõem, sem contar com aqueles destinados a prestar suas atividades nos Hospitais Universitários – H.U.- (BOYNARD, 2015, p. 245).

Tabela 16 – Indicador de Funcionário Equivalente sem H.U./Professor Equivalente EBA-UFMG

Ano	Nº de Docentes Equivalentes	Nº de Funcionários Equivalentes na unidade	Indicador de Funcionário Equivalente sem H.U./Professor Equivalente
2008	40	32	0.8
2009	41	40	0.97
2010	48	45	0.93
2011	50	46	0.92
2012	55	47	0.85

Fonte: Relatórios de Gestão Departamento de Artes Plásticas, Desenho e Fotografia, Teatro e Cinema (EBA-UFMG, 2018).

No presente estudo, a Tabela 16 apresenta o cálculo do indicador Funcionário equivalente sem H.U/ Professor Equivalente para se ter uma ideia dos índices apresentados na EBA-UFMG durante o período REUNI. Observa-se que o índice fica abaixo de 1 técnico administrativo por professor na unidade acadêmica.

O cálculo do indicador Funcionário foi realizado considerando-se os efetivos e temporários e excluindo-se os afastados para capacitação e os cedidos para outros órgãos / entidades da administração pública. O indicador de eficiência Funcionário Equivalente/Professor Equivalente, quantifica a composição dos recursos humanos, relacionados às atividades meio e fim da instituição. É de grande importância o suporte oferecido administrativamente por essa classe ao quadro docente. Os TAEs atuam muito nas

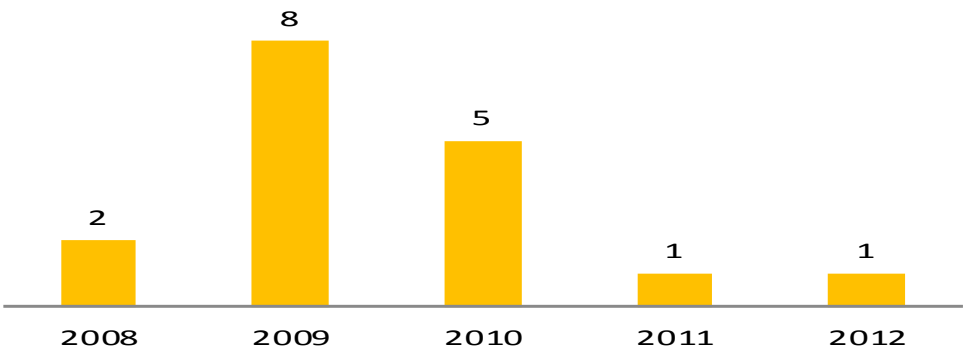
atividades meio da universidade, porém, gradativamente, é inserida sua participação nas atividades fins relacionados diretamente ao ensino, pesquisa e extensão.

Estudos realizados em universidades como a UFMA, UFBA, UNIFAP e UFF (RODAPE) demonstraram indicadores entre 1.21 e 1.59, já na EBA-UFMG, os índices foram mais baixos, observando-se menos de 1 técnico administrativo em educação por docente na escola durante o período REUNI.

Esse cenário presume uma maior sobrecarga de trabalho ao corpo administrativo que precisou superar as demandas no quadro de criação dos cursos e ampliação de vagas. Silva et.al (2014, p. 8) afirma que a sobrecarga funcional é um dos principais agentes estressores que se sustentada por muito tempo pode desencadear além do estresse ocupacional o afastamento do servidor.

Os gestores devem identificar os agentes estressores nos respectivos ambientes de trabalho, bem como o nível de estresses dos seus colaboradores. Dessa forma, serão capazes de promover ações que minimizem ou anulem esses agentes, o que beneficiará os servidores e a instituição.[35]

Gráfico 25 – Entrada de TAEs na EBA-UFMG – 2008 a 2012

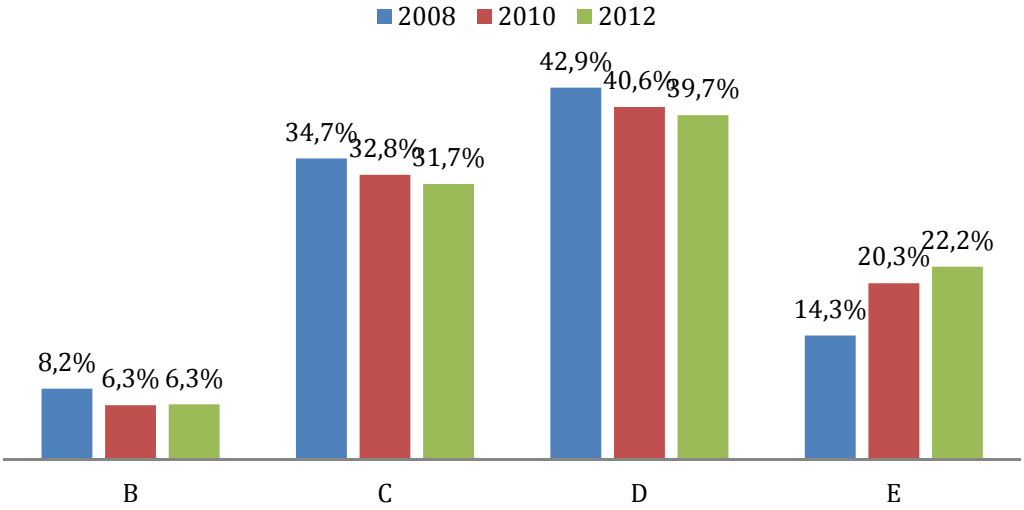


Fonte: adaptado dos Relatórios de Atividades 2008 a 2016 (PROPLAN-UFMG).

No Gráfico 25, verifica-se que nos anos de 2008 a 2012 há uma variação no quantitativo de Técnicos Administrativos em Educação na EBA-UFMG, sendo o pico de maior entrada no início do REUNI, em 2009, com (30%) do total apresentado de 17 técnicos administrativos em educação.

[35] BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Relatório de gestão do exercício de 2016. https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. Carta de Serviços ao Usuário. Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/tcu_manual_indicadores_2010>. Acesso em: 26 jul. 2018. http://www2.unifap.br/numeros/files/2017/02/BE_05_2017

Gráfico 26 – Classe dos TAEs na EBA-UFMG – 2008 a 2012



Fonte: adaptado dos Relatórios de Atividades 2008 a 2016 (PROPLAN-UFMG).

Constata-se no Gráfico 26 que dos dezessete TAEs ingressantes na unidade acadêmica entre 2008 e 2012, a grande maioria pertencia à classe C e D (nível médio completo). Faz-se necessário apontar que as reposições de vagas originadas de vacâncias, aposentadorias, exonerações foram excluídas dessa análise, considerando-se apenas as vagas provenientes do programa REUNI.

5.6 Análise do Quantitativo de Docentes da EBA-UFMG e as Contribuições da Pós-graduação na Graduação

Nesse momento analisar-se-á o quantitativo de docentes que ingressaram na unidade acadêmica entre 2008 a 2012. Antes de se proceder a análise, porém, os termos designados a essa categoria profissional como Adjunto, Assistente e Titular serão explicitados para facilitar a compreensão das informações.

De acordo com as Leis nºs 12.772 de 28/12/2012 e 12.863 de 24/09/2013, as classes da Carreira de Magistério Superior recebem as denominações a seguir, conforme a titulação do cargo: Classe A – Professor Adjunto, se portador de título de doutor, Professor Assistente, se portador de título de mestre e Professor Auxiliar, se graduado ou especialista; Classe B – Professor Assistente; Classe C – Professor Adjunto; Classe D – Professor Associado e Classe E – Professor Titular[36].

[36] Segundo a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, a denominação Titular será dada ao docente que possuir o título de doutor; ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e lograr aprovação de memorial que

Tabela 17 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Artes Plásticas

	2008	2009	2010	2011	2012
Assistente	1		2	2	
Adjunto	4	3	3	2	
Titular					1
Total	5	3	5	4	1

Fonte: Relatórios de Gestão Departamento de Artes Plásticas (EBA-UFMG, 2018). Adaptado.

Tabela 18 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema

	2008	2009	2010	2011	2012
Assistente	1		1	2	
Adjunto	1	4	2	2	2
Titular					
Total	2	4	3	4	2

Fonte: Relatórios de Gestão Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema (EBA-UFMG, 2018). Adaptado.

Tabela 19 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Desenho

	2008	2009	2010	2011	2012
Assistente	4	8	12	6	1
Adjunto	3	2	4	2	2
Titular					1
Total	7	10	16	8	4

Fonte: Relatórios de Gestão Departamento de Desenho (EBA-UFMG, 2018). Adaptado.

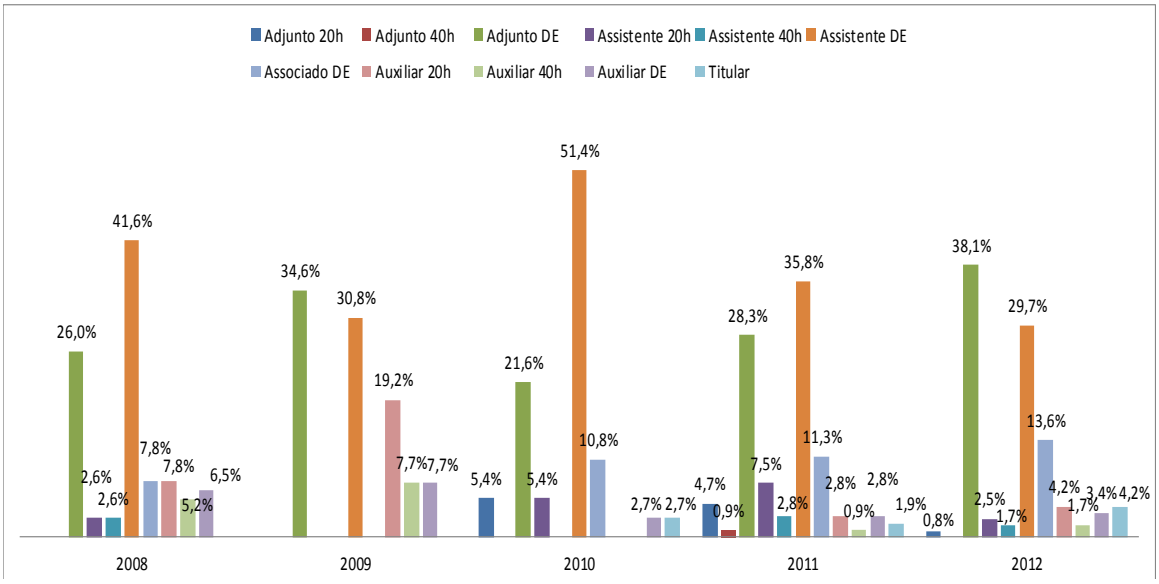
As Tabelas 17, 18 e 19 demonstram o quantitativo que cada departamento da EBA-UFMG recebeu de docentes no período REUNI. Verifica-se que o Departamento de Artes Plásticas recebeu 12 professores da categoria Adjunto (Doutores), 5 Assistentes

deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

(Mestres) e 1 Titular. O Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema acolheu 11 professores Adjuntos (Doutores) e 4 Assistentes (Mestres) e o de Desenho obteve 27 Adjuntos (Doutores), 17 Assistentes (Mestres) e 1 Titular no período de 2008 a 2012.

O maior período de entrada de docentes nos três departamentos da EBA-UFMG (Artes Plásticas, Desenho e Fotografia, Teatro e Cinema) sucedeu-se durante o Programa. Dos 20 docentes esperados inicialmente, a unidade acabou por receber 78 professores para suprir as necessidades dos cursos impactados/criados pelo REUNI (TABELAS 11 a 13). Tal fato se deve aos ajustes demandados ao longo da ampliação/criação de vagas na graduação que eram pertinentes ao quantitativo estabelecido pelo REUNI de 18 alunos por professor.

Gráfico 27 – Entrada de docentes na EBA-UFMG – 2008 a 2012



Fonte: adaptado dos Relatórios de Atividades 2007 a 2013 (PROPLAN-UFMG).

Constata-se, no Gráfico 27 que os maiores quantitativos de entrada no quadro de professores da unidade entre 2007 e 2013 pertenciam à classe de Assistente (Mestres) com Dedicação Exclusiva (43,8% em 2007; 51,4% em 2010; 35,8% em 2011 e 30,3% em 2013). Em seguida, apareceram os maiores percentuais em Adjunto (Doutores) com Dedicação Exclusiva, ficando as demais classes segmentadas em números menores. Durante o período REUNI, dos 78 docentes ingressantes no Programa, 12 atuavam também como docentes na Pós-Graduação (RELATÓRIO DOCÊNCIA PÓS-GRADUAÇAO EBA, 2013).

Observando-se os relatórios de gestão dos departamentos da EBA-UFMG nos anos de 2008 a 2012, constata-se que ocorreram 5 afastamentos para Doutorado no Departamento de Artes Plásticas, 4 no Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema e 3 no Departamento de Desenho. Dessa forma, observa-se que os professores das Artes Plásticas e

da área de Fotografia, Teatro e Cinema que ingressaram na classe Assistente (Mestre) se qualificaram em sua totalidade, já no Desenho apenas 3 professores haviam se qualificado até o final de 2012.

Os afastamentos para qualificação foram executados, em sua grande maioria, sem a realização de concurso para professor substituto. Dessa forma, os encargos didáticos dos professores afastados foram redistribuídos entre os demais colegas do departamento a que pertence. Esse procedimento ocasionou um aumento na carga horária do docente, muitas vezes tornando-a extenuante.

Necessário faz-se pontuar ainda o possível comprometimento na qualidade do ensino diante de tal fato, o que não condiz com os objetivos propostos pelo Programa. Recuperando-se uma das propostas do REUNI, observa-se que a meta era associar a expansão universitária à reestruturação acadêmica e curricular, a fim de "consolidar e aperfeiçoar o sistema público de educação superior, com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos, visando flexibilizar e melhorar a sua qualidade" (BRASIL, 2007, p. 9).

O aumento do número de vagas deveria seguir parâmetros que permitissem a manutenção e a ampliação do padrão de qualidade do ensino superior público. Porém, uma reflexão sobre as diferenças significativas no trabalho docente, entre classes de 25 ou 50 alunos, com carga horária semanal de 8 ou 16 horas, podem contribuir para uma redução em sua qualidade (TONEGUTTI, MARTINEZ 2007, p. 12).

Além disso, vale lembrar que o atendimento aos estudantes não se restringe ao tempo despendido na sala de aula e o quantitativo discente tem um peso importante, também, na qualidade do ensino. Portanto, os afastamentos ao mesmo tempo em que beneficiam a instituição, por meio da qualificação do docente que está se capacitando, as prejudicam, pois, o docente que assume o lugar daquele que está afastado fica sobrecarregado em suas atividades didáticas.

As reestruturações curriculares realizadas pelos cursos impactados/criados pelo REUNI na EBA-UFMG foram realizadas para atender as novas características que apresentaram os alunos ingressantes, seu perfil, e os impactos que isso pôde representar para o Plano de Desenvolvimento Institucional, e para cada projeto pedagógico dos cursos.

Novas propostas de ensino foram apresentadas dentro da UFMG como a criação da Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior (GIZ), que tinha por objetivo atender "às necessidades no que se refere ao compromisso assumido pela UFMG ao aderir ao REUNI, com ações inerentes às novas medidas de gestão pedagógico-administrativas e formação docente" (LOURDES COELHO, 2014, p. 12). Estudos demonstraram que as ações

formativas do GIZ atendiam tanto ao aumento significativo de cursos e de alunos quanto às necessidades de formação demandadas, de forma inovadora, no emprego das tecnologias e metodologias de ensino (LOURDES COELHO, 2014, p. 22).

O GIZ deu suporte à implantação dos novos cursos por meio de reuniões didáticas na EBA-UFMG, realizando atividades formativas, a fim de preparar seu corpo docente para reformular as propostas dos cursos de graduação (PROJETO PEDAGÓGICO CCR, 2014).

Lourdes Coelho (2014, p. 13) afirma ainda que a adoção de metodologias de ensino era necessária para o trabalho com turma de tamanhos variados e, sob a liderança de professores, os estudantes da pós-graduação receberam bolsas para se dedicarem de maneira integral aos cursos e atividades na universidade, limitadas a 8 horas/aula semanais (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2010, p. 5).

Essa formação das equipes didáticas destacou-se como um relevante diferencial na proposta da UFMG, pois contemplou a integração da graduação à pós-graduação e possibilitou a inserção dos mestrandos e doutorandos na prática do ensino superior.

Tabela 20 – Quantitativo de bolsas de estágio-docência na pós-graduação *stricto sensu* – EBA-UFMG, 2008 a 2012

Curso	Tipo de bolsa	Quantitativo
Dança	Mestrado	5
	Doutorado	3
Design de Moda	Mestrado	10
	Doutorado	1
CAAD	Mestrado	8
	Doutorado	1
CCR	Mestrado	6

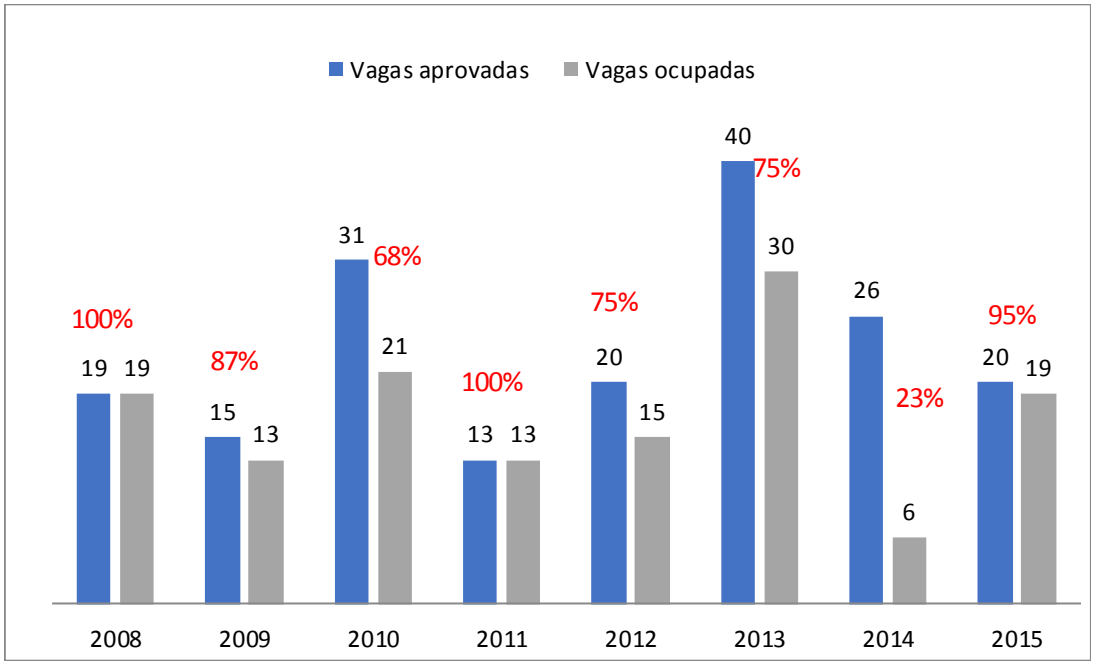
Fonte: Relatório Docência Pós-Graduação EBA-UFMG, 2008 a 2013.

De acordo com a Tabela 20, verifica-se que a EBA-UFMG recebeu 34 bolsistas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) entre 2008 a 2012. Todos foram distribuídos para auxiliar nas atividades de docência dos cursos criados pelo Programa. O art. 54 do Regimento Geral

da UFMG expõe que “a pesquisa é atividade básica da universidade, indissociável do ensino, devendo ser estimulada a aplicação de seus resultados”.

Lourdes Coelho (2014, p. 41) aponta que a preparação para o ensino, muitas vezes, não ocorria de maneira sistematizada, e a formação do pesquisador era privilegiada em detrimento da formação do professor. Tendo em vista esse cenário, o REUNI buscou por meio da reestruturação universitária a aproximação entre esses dois níveis de ensino e os discentes da pós-graduação da EBA-UFMG foram inseridos na nova estrutura, cumprindo a meta de aproximação da pós-graduação e a graduação.

Gráfico 28 – Vagas aprovadas e ocupadas na pós-graduação *stricto sensu* da EBA-UFMG – 2008 a 2015

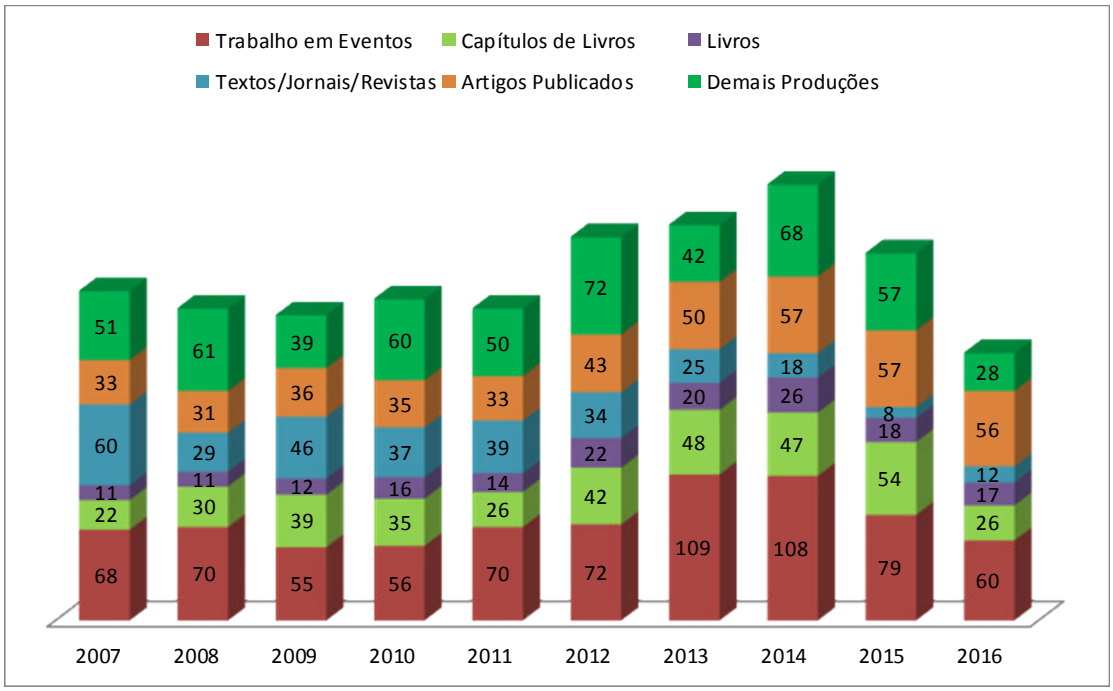


Fonte: adaptado do Sistema Acadêmico da Pós-Graduação – SIGA – UFMG. 2008 a 2015.

Observa-se no Gráfico 28 que as taxas de ocupação de vagas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) da EBA-UFMG dentro do período REUNI (2008 a 2012) se mantiveram entre 68% e 100%.

Um maior número de vagas foi ofertado em 2013 em decorrência do aumento de ingressantes na graduação da unidade no período de 2008 a 2012 pelo Programa. Em 2014 há uma diminuição considerável na ocupação das vagas e valores próximos a 100% aumentam novamente em 2015. Anteriormente demonstrado no item 5.2 do presente trabalho, pôde-se certificar que esse aumento em 2015 coincide com o período em que ocorrem os maiores índices de conclusão de curso em nível da graduação na unidade acadêmica.

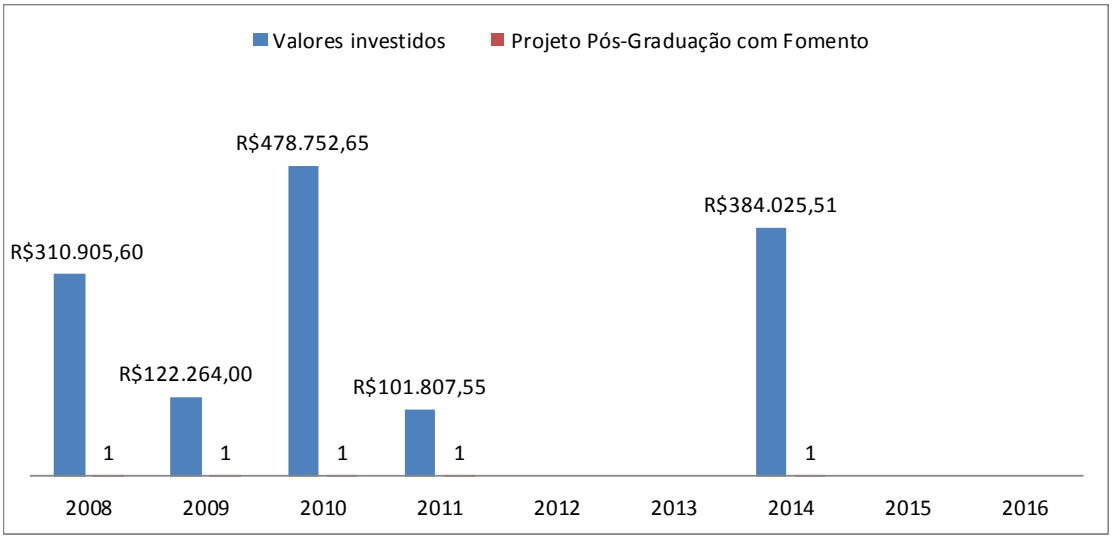
Gráfico 29 – Produção científica da pós-graduação *stricto sensu* EBA-UFMG – 2007 a 2016



Fonte: adaptado de <http://somos.ufmg.br/unidade/escola-de-belas-artes>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Sobre a produção científica na unidade acadêmica observamos no Gráfico 29 que os quantitativos aumentam expressivamente entre 2012 a 2014, mas não há aumentos significativos durante o período REUNI quando comparada ao total produzido, os maiores índices de produção ocorrem em 2014. Há um ligeiro aumento entre 2008 a 2012 na produção de artigos, capítulos de livros e demais tipos de produções como pareceres, elaboração de materiais, exposições, entre outros.

Gráfico 30 – Valores investidos e quantidade de projetos com fomentos na pós-graduação *stricto sensu* EBA-UFMG – 2008 a 2016



Fonte: adaptado do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Exercício 2008 a 2016.

O Gráfico 30 apresenta os valores investidos nos projetos de Pós-Graduação Stricto Sensu com fomento na EBA-UFMG. Observa-se que foram investidos o valor de R$1.397.755,31(um milhão e trezentos e noventa e sete mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos) em 5 projetos desenvolvidos entre 2008 a 2014. Estes projetos não receberam recursos advindos do REUNI e sim da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq), a qual promove chamadas internas para a seleção de projetos para composição de propostas de pesquisa institucionais, apresentados em resposta a chamadas e editais públicos direcionados às Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) com concessão de recursos não reembolsáveis originários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Em 7 de outubro de 2014, o CEPE elaborou a Resolução nº 18/2014 que tinha por objetivos: maior integração dos níveis de ensino de graduação e pós-graduação; permitir aos alunos uma formação em maior grau de aproveitamento durante a graduação; incentivar os alunos egressos da graduação a prosseguir na formação em nível de pós-graduação; abreviar o tempo necessário para conclusão do mestrado e promover o maior aproveitamento das bolsas de Mestrado disponíveis, aumentando o fluxo na formação de Mestres.

Esse documento permitiu que disciplinas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado ou Doutorado) fossem disponibilizados para que os estudantes da graduação integralizassem seus créditos nos cursos, em substituição às disciplinas da graduação. Assim,

caso houvesse aproveitamento suficiente e os discentes ingressassem nos cursos de pós-graduação, ocorreria a dispensa dos créditos já cursados.

A finalidade dessa integração foi constituir currículos com maior grau de aprofundamento, permitindo ao graduando uma formação mais sólida e direcionada para o ingresso nas carreiras acadêmicas.

A EBA-UFMG iniciou a aplicação da Resolução nos Colegiados de Graduação em 2015. Através de uma maior participação nas discussões, implantou efetivamente o procedimento em 2016, permitindo mais uma ação que integrasse esses dois níveis de ensino.

Finalizando o capítulo 5, observa-se que de maneira geral a EBA-UFMG atingiu os objetivos propostos nas dimensões do Programa REUNI, como também em sua estrutura de pessoal considerando-se as análises pertinentes ao corpo docente e técnico administrativo. A movimentação orçamentária demonstrou o uso dos recursos para a implantação dos laboratórios e salas práticas dos cursos atingidos pelo Programa. A infraestrutura, embora tenha sido ampliada por meio da descentralização do Centro de Estudos e Pesquisas em Moda e da Casa da Gravura, não foi finalizada devido a não construção do prédio novo da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, representa, nos últimos anos, uma das mais recentes políticas públicas implantadas pelo Governo Federal na educação superior brasileira.

Em conjunto com as demais ações do Ministério da Educação, esse programa permitiu a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior para a redução das desigualdades sociais. O MEC cumpria, assim, a sua missão institucional de ampliar a oferta de ensino superior e atuar em todos os segmentos da educação de forma integrada (BRASIL, 2008).

A ampliação com a readequação da infraestrutura física das universidades federais e a interiorização das instituições federais de educação superior foram propostas para o alcance dos objetivos do REUNI. Verbas foram repassadas para despesas de custeio, contratação de pessoal, bem como aquisição, instalação e manutenção de equipamentos, construção, adequação e recuperação de instalações físicas, visando melhorar a infraestrutura das IFES (Decreto nº 6.096/07, art. 3º).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) manifestou adesão ao Programa em 29 de outubro de dois mil e sete, após a decisão autorizativa do Conselho Universitário em 25 de outubro do mesmo ano. A EBA-UFMG possui quatro cursos que foram criados através do REUNI: Cinema de Animação e Artes Digitais, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, Dança e Design de Moda. O curso de Artes Visuais teve o número de vagas aumentado.

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a gestão administrativa referente à estrutura física e de pessoal nas três dimensões do Programa REUNI dentro da EBA-UFMG.

A primeira dimensão, relacionada à ampliação da oferta de educação superior pública, contabilizou os quantitativos de discentes ingressantes, diplomados e evadidos nos cursos que foram atingidos pelo REUNI dentro da unidade acadêmica. Dos quatro novos cursos implantados na escola, três deles pertencem ao período noturno (Cinema de Animação e Artes Digitais, Dança e Design de Moda), sendo apenas um (Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis) no turno diurno.

A respeito do quantitativo de ingressantes, observou-se que houve um crescimento significativo em cada um dos cursos durante os anos de 2008 a 2012, tendo a unidade recebido 52% do quantitativo discente em 2016 (1.142 alunos) do período REUNI.

Observou-se que os maiores percentuais de evasão na unidade acadêmica ocorreram nos anos de 2012, 2013 e 2016. No universo de 1.142 alunos à época na unidade, 123 alunos evadiram os cursos, sendo que 45 eram provenientes do Programa. Os resultados demonstraram que os índices de evasão da unidade foram mínimos, cumprindo a meta de 20% estabelecida pelo MEC na criação do REUNI em 2007. Em relação ao quantitativo de discentes concluintes dos cursos de graduação, verificou-se que dos 743 alunos que colaram grau entre 2013 a 2016, 312 advieram do Programa entre 2008 a 2012.

Haja vista a discussão apresentada no capítulo 5, ao observar o quantitativo de semestres cursados por discentes que saíram do curso, foram averiguados os maiores índices de evasão durante o primeiro ano de curso na Dança, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Artes Visuais. Averiguou-se também que os alunos demoram no mínimo 1(um) ano a mais do que o tempo previsto para conclusão em todos os cursos impactados na unidade acadêmica, independentemente de ser ofertado no período noturno ou diurno.

Esses dados demonstram que em todos os cursos há uma breve retenção na vida acadêmica do discente, pois em nenhum deles o período mínimo para conclusão do curso foi alcançado. Em 2016 a unidade possuía 267 alunos retidos (24% do total), contabilizando-se todos os cursos. Acredita-se que novos estudos possam identificar melhor os fatores relacionados à esta retenção em todos os cursos da EBA-UFMG buscando maneiras de diminuí-la e promover um maior índice de conclusão na graduação dentro do período estipulado pelo currículo.

A segunda dimensão, análise da reestruturação acadêmico curricular, avaliou os impactos nos cursos em quantitativo de vagas e ajustes curriculares demandados (alterações de itinerários formativos, readequação de grade curricular; estrutura física dos laboratórios e das salas de aula práticas).

Os cursos que já tiveram suas demandas atendidas pelos ajustes curriculares na PROGRAD-UFMG foram Artes Visuais e Cinema de Animação e Artes Digitais. Esses ajustes tinham por objetivo aumentar a oferta no fluxo das disciplinas a fim de que os alunos pudessem reduzir o tempo investido nos percursos curriculares, consequentemente, diminuindo a retenção nos cursos. Estudos futuros poderão investigar o cenário a partir dos ajustes curriculares, verificando se ocorreram mudanças significativas a ponto de influenciar a duração prevista para o curso.

Em relação à infraestrutura física, as readequações espaciais mais relevantes ocorridas no período foram o deslocamento dos alunos do curso Design de Moda para o Centro de Estudos e Pesquisas em Moda e dos alunos da habilitação Gravura, do curso de

Artes Visuais, para a Casa da Gravura. As demais realocações foram realizadas dentro do próprio prédio da unidade, alterando espaços internos com divisórias para criação de laboratórios, promovendo o compartilhamento de alguns espaços entre docentes dos variados cursos, entre outros.

A terceira e última dimensão, o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, permitiu a investigação por meio dos procedimentos que foram tomados na EBA-UFMG aproximando esses dois níveis de ensino.

Verificou-se nesse nível de ensino que as taxas de ocupação durante o período REUNI estiveram próximas do preenchimento total. No ano de 2015 ocorreram os maiores índices de conclusão de curso em nível de graduação na unidade acadêmica e a ocupação da pós-graduação foi próximo aos 100% no período.

Logo após o REUNI, em 2014, houve a criação da Resolução CEPE nº 18/2014 que promoveu uma maior integração entre a graduação e a pós-graduação, permitindo aos alunos realizarem disciplinas entre esses dois níveis. Currículos mais flexíveis e com maior grau de aprofundamento foram construídos, permitindo aos discentes da graduação e da pós-graduação uma formação mais sólida e direcionada à carreira acadêmica.

A respeito da gestão administrativa da EBA-UFMG durante o período REUNI levantou-se, ainda nesse estudo, dados sobre o quantitativo de docentes, TAEs, área ocupada/construída pela unidade no campus Pampulha e recursos orçamentários repassados à escola. Inicialmente, foram previstas 20 vagas para docentes que assumiriam os encargos didáticos dos cursos criados/impactados pelo Programa. Durante os anos de 2008 a 2012 foram recebidos na EBA-UFMG 78 professores (contabilizando-se os três departamentos existentes na unidade), sendo a maioria da classe Assistente em Dedicação Exclusiva (Mestres), seguidos pela classe Adjunto em Dedicação Exclusiva (Doutores). O corpo técnico administrativo da unidade acadêmica foi incrementado durante o período do Programa com 17 técnicos sendo o maior percentual das classes C e D (nível médio completo).

Em relação à área ocupada/construída pela escola não houve variações significativas, uma vez que o prédio novo não foi concluído e encontra-se com as obras paralisadas até o momento de encerramento desse estudo. O PDI-UFMG (2013-2017) estabeleceu metas para consolidar a necessidade de expansão da graduação, completando o programa de construção das instalações física pendentes e avaliando os resultados da expansão, ajustando o que fosse necessário. Porém, o prédio da EBA-UFMG não teve as obras retomadas devido aos inúmeros fatores documentados nesse estudo e a escola permanece em seu local atual com um número de alunos, docentes e TAEs bem expandido.

Por fim, a movimentação dos recursos orçamentários permitiu avaliar os valores repassados à EBA-UFMG advindos do Programa REUNI e a aquisição de bens permanentes e de consumo ao longo do tempo destinados aos cursos atingidos na unidade. Verbas remanescentes ainda foram repassadas nos anos de 2013 e 2014. Observa-se que, após esse período, ocorreu um declínio no repasse orçamentário à escola.

Após a análise dos dados coletados, percebe-se, no desenvolvimento da análise da pesquisa em questão, que o aumento no número de vagas para ingresso nos cursos, a revisão da estrutura acadêmica e reorganização dos cursos de graduação, bem como a readequação dos espaços físicos, a expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação e o aumento do quantitativo docente e técnico administrativo da unidade contribuíram positivamente para o quadro de recursos humanos e de infraestrutura da EBA-UFMG.

Ocorreu, assim, um enriquecimento do patrimônio humano e do capital intelectual da unidade com a chegada de novos docentes, alunos e técnico-administrativos através do plano de expansão, porém algumas dificuldades precisaram ser superadas, principalmente, devido à ausência de um adequado espaço físico.

Levando-se em consideração os fatos apresentados, esta pesquisa buscou analisar o Programa REUNI no contexto recente de desenvolvimento social e nas diversas transformações que ocorreram nas universidades brasileiras nos últimos anos através de ações junto ao poder estatal.

A implantação desse programa teve por meta principal trazer o expressivo quantitativo de jovens sem acesso à educação superior para as instituições federais. Isso tinha por objetivo contribuir para a ampliação dos quadros de formação científica, tecnológica e cultural, possibilitando ao País o alcance do tão sonhado desenvolvimento.

Percebe-se que, na UFMG, tentou-se aproveitar ao máximo os valores sustentados pelo REUNI para a expansão estratégica de vagas nos cursos superiores, a saber: o incentivo a novas tecnologias didáticos-metodológicas; o suporte para medidas capazes de sustentar os currículos, tornando-os qualificados e modernizados; a criação dos percursos curriculares variados; o estreitamento de laços entre a graduação e pós-graduação e os recursos orçamentários destinados a sua execução.

A Escola de Belas Artes teve o infortúnio das obras do prédio novo não serem concluídas devido a problemas judiciais gerados pela empresa contratada com a universidade, o que ocasionou atrasos na disponibilização dos espaços físicos. Cabe lembrar que as conclusões apresentadas neste estudo dão conta somente de alguns aspectos envolvidos na implementação desta política pública e referem-se somente à amostra examinada, não

devendo ser generalizada para as demais unidades acadêmicas da UFMG, nem para outras Instituições Federais de Ensino Superior.

De maneira geral, a universidade obteve ganhos altamente positivos na rearticulação acadêmica, permitindo avanços no conhecimento e se tornando uma instituição mais qualificada, mais inovadora e aumentando, ainda mais, sua relevância. Por consequência, as suas unidades acadêmicas, como a EBA-UFMG também se beneficiaram desses proveitos.

É necessária uma reflexão para que o caráter dessa política pública educacional não se limite apenas à esfera operacional, tornando a universidade meramente executora de normas gerais. As manifestações sociais, advindas de programas sociais, colaboram para que se compreenda a universidade como instituição social que tem sua referência baseada em valores que asseguram a cidadania (CHAUÍ, 2003, p. 3).

A pesquisadora acredita que seja pertinente lembrar que a universidade deve ser uma ação social, fundada no conhecimento público de suas atribuições. É preciso ter cuidado ao observar apenas os critérios de produtividade e eficácia organizacional aplicados nesses programas para que não se sobreponham aos objetivos enquanto instituição social, os quais são a formação de sujeitos históricos emancipados culturalmente (CHAUÍ, 2003, p. 6).

Debates sobre o projeto de universidade que é desejada são emergentes e afloram discussões como "autonomia, participação democrática, condições de trabalho, infraestrutura adequada, qualidade dos produtos, sob o viés social e procedimentos na formação, entre outros" (LIMA; MACHADO, 2016, p. 406).

Caracteriza-se a avaliação pública por meio de uma análise e esclarecimento de um critério determinante em alguma política. Além disso, avaliam-se as razões que tornam essa política preferível às outras (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 32). Essas razões precisam ser relevantes e contribuírem para um aumento ou melhor distribuição de bem-estar e cidadania. Estudos posteriores podem articular vivências, reflexões e juízos de valor para melhor explicar os processos e os benefícios das relações sociais advindas dessa política pública.

Sobre o processo de avaliar-se uma política pública, embora essa pesquisa tenha buscado estabelecer um diálogo entre os marcos teóricos e políticos na educação superior – em termos internacionais e particulares à sociedade brasileira, ainda há questionamentos a serem coletivamente construídos e discutidos por todos envolvidos pelo Programa REUNI.

Acredita-se que, com o aprofundamento dos estudos no tema políticas públicas para a educação superior no cenário educacional brasileiro, trabalhos futuros possam criar

subsídios para que haja uma maior compreensão e exploração desse assunto na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

• LITERATURA TÉCNICA E FONTES GERAIS

ABRUCIO, F. L. Os avanços e os dilemas dos modelos pós-burocráticos: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **A reforma do Estado e a administração pública gerencial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003. p. 173-199.

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da UFMG**. 2009. 214 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ALMEIDA FILHO, N. **Universidade nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o "espírito do toyotismo" na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.revista/c_v5n1_Jo.htm >. Acesso em: 2 out. 2018.

AMARAL, N. C. **Financiamento da Educação Superior**: Estado X Mercado. Vol. 1. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 2003.

ANDRADE, A. C. **Os governos FHC e Lula e a ressignificação do neodesenvolvimentismo**: o Reuni. 2013. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Programas de inclusão na UFMG: o efeito do Bônus e do REUNI nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência. **Educação em Revista**, v. 28, n. 4, 2012.

ARANHA, Antônia Vitória Soares; PENA, Carolina Silva; RIBEIRO, Sérgio Henrique Rodrigues. Programas de inclusão na UFMG: o efeito do bônus e do Reuni nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência. **Educ. rev.** [online], v. 28, n. 4, p. 317-345, 2012.

ARANTES, A. R. V. Políticas Educacionais no Brasil: visão geral da Educação Superior. **Revista de Magistro de Filosofia**, Anápolis, v. 3, 2006.

ARAUJO, M. A. D.; PINHEIRO, H. D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010.

AZEVEDO, J. M. L. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação (RAIES – Revista da Avaliação da Educação Superior)**, Campinas/Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414- 40772011000200007>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades de conocimiento**: nuevos desafíos para la educación terciaria. Banco Mundial, 2003.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Banco Mundial, 1995.

BARDAGI, M. P.; LASSANCE, M. C. P.; PARADISO, A. C. Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 4(1), p. 153-166, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Personal, 1977

BARDIN, L. **Analise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José Tavares de. Invernos, Ouro Preto, festivais. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1239/pag2.html>. Acesso em: 26 jul. 2018

BEAN, J. P. The application of a model of turnover in work organizations to the student attrition process. **Review of Higher Education**, New York, n. 6, p. 129-148, 1985.

BEAN, J. P.; METZNER, B. S. A conceptual model of nontraditional undergraduate student attrition. **Review of Educational Research**, 55(4), 1985. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3102/00346543055004485>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BENEVIDES, Cláudia do Valle. **Um Estado de bem-estar social no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

BERRONES, R. U. El fortalecimiento de la vida democrática: la nueva relación de la sociedad y el Estado. **Revista del CLAD**, Caracas, Venezuela, n. 20, p. 141-170, jun. 2001.

BERTOLIN, J. C. G. Qualidade em educação superior: da diversidade de concepções a inexorável subjetividade conceitual. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 127-149, mar. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000100007>. Acesso em: 2 jun. 2017.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKY, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu:** escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 127-144.

BOYNARD, Katia Maria Silva; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Indicadores de gestão em conflito com indicadores de qualidade? Lições econômicas para a gestão universitária. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 4, p. 237-258, 2015.

BRAGA, Bya. Nas asas dos ventos teatrais na UFMG. **CADERNO DE ENCENAÇÃO/Publicação do Curso de Graduação em Teatro**, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 8-28, ago. 2008.

BRASILEIRO, V. B. **Sylvio de Vasconcellos**: um arquiteto para além da forma. 2008. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BRASILEIRO, Vanessa B. **Sylvio de Vasconcellos**: um arquiteto para além da forma. 2008. Tese (Doutorado), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

BRITO, Érico Henrique Garcia de; MENDES, Áquilas. Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90. **Revista Faap**, 2012. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/garcia.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRITTO, P. P. O desejo que move a criação de uma escola (2007). In: TAVARES, Mariana; PIMENTEL, Lucia; CUNHA, Evandro José Lemos (Org.). **60 Anos de Ensino da Arte**: Escola de Belas Artes da UFMG, área de pesquisa: Artes e Experiência Interartes na Educação e Cinema – Imagem como documento. (Trabalho de Pós-Doutorado de Mariana Tavares/em andamento).

CARDOSO, F. H. Industrialização, dependência e poder na América Latina. In: CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Souza Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**, v. 22, n. 28, p. 125-140, 2006.

CERVO, A. L. *et al*. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p. 5-15, 2003.

CHIAVENATO, I. **Administração Geral e Pública**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos na empresa**: pessoas, organizações e sistemas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

COSTA, Ana Paula Delgado da *et al*. **O Reuni na Universidade Federal de Juiz de Fora**: uma análise dos bacharelados interdisciplinares. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

DALONGARO, R. B.; RAMOS, C. S.; AZZOLIN, R. F. Estudo sobre a empregabilidade dos cursos de graduação no Brasil (Org.). Encontro Missioneiro de Estudos Interdisciplinares em Cultura-EMiCult. **Anais...**, São Luiz Gonzaga, v. 2, 2016.

DANTAS, E.; SOUSA JÚNIOR, L. Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2009. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5581--int.pdf.>. Acesso em: 6 set. 2017.

DE LIMA MUNIZ, Mariana *et al*. Trajetória da Licenciatura em Teatro da EBA/UFMG: histórico, projeto político e pedagógico e principais desafios. **Lamparina-Revista de Ensino de Artes Cênicas**, v. 1, n. 1, p. 7-20, 2012.

DE OLIVEIRA, Gleice Emerick; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015.

DE PROENÇA, José João Gonçalves. Declaração de Bolonha. Lusíada. **Direito**, n. 3, p. 363-369, 2014.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. Declaração conjunta dos ministros da educação europeus, assinada em Bolonha. Disponível em: <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf>. 1999.

DEMERVAL, S. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felicias R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: Políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. O Processo de Bolonha. In: PEREIRA, Elisabeth Monteiro de Aguiar; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto (Org.). **Universidade contemporânea**: Políticas do processo de Bolonha. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 131-154.

DJOKIC, Aline. **Colorismo: o que é, como funciona**. 2017.

DOMINGUES, I. O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 225-250, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 dez. 2017.

DOS SANTOS BAGGI, Cristiane Aparecida; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 2, 2011.

DUARTE, R. H.; STARLING, H. M. M. **Cidade Universitária da UFMG**: história e natureza. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FAVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, O.; HORTA, J. S. B.; FRIGOTTO, G. Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 83, p. 5-14, 2013.

FEDERICCI, G. **Haydée Bittencourt**: o esplendor do teatro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

FERREIRA, M. M. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, 2000.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. As reformas da educação superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. 2010.

FERREIRA–UEG, Suely. **Reforma da educação superior no Brasil e na Europa**: em debate novos papéis sociais para as universidades. 2010.

FIGUEIREDO, M; FIGUEIREDO, A. M. B. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Cadernos IDESP**, São Paulo, n. 15, 1986.

FILARDI, André Moura Blundi *et al*. **As contradições do Programa REUNI**: o caso das Ciências Sociais na UFSCar. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

FONSECA, A. M.; RICHTER, L. M.; DE FÁTIMA VALENTE, L. Regulação do trabalho docente: a presença da avaliação externa/Regulation of teaching work: presence of external evaluation. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 1, n. 2, 2013.

FORIGO, M. V. **Crise do Estado do bem-estar social e neoliberalismo**: Relações Internacionais no mundo atual. Curitiba, 2003.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. O Desafio Brasileiro: Ensaios sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda. Rio de Janeiro: Ed.34,1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: EDART, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. **Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GARRIDO, Edleusa Nery. Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. In: **Anais...** Seminário Universidade Sociedade. Semana Kirimurê, 2012, 31/10 a 01/11. Cachoeira/BA, 2012.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GERDES, H.; MALLINCKRODT, B. Emotional, social and academic adjustment of college students: A longitudinal study of retention. **Journal of Counseling and Development**, 72, 281-288, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Amostragem na pesquisa social. In: GIL, Antonio Carlos (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 90-109.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOÉS, Jefferson Vieira de. **A metáfora da família nas organizações**: o caso do teatro universitário da UFMG. Trabalho de Conclusão de Curso, 17 jul. 2017.

GOMES, A. A. **Evasão e evadidos**: o discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura. 1998. 175 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1998.

GOUVEIA, A. J. **Democratização do ensino e oportunidades de emprego**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

HASENBALG, C. A. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Iuperj, 1988. cap. 6, p.164-182. (Grande Brasil: veredas, v. 7).

HERZOG, Serge. Measuring determinants of student returns vs. dropout/stopout vs. transfer: a first-to-second year analysis of new freshman. **Research in Higher Education**, v. 46, n. 8, p. 883-928, 2005.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES** [online], Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 3 maio 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Renda e pobreza – Medidas per capita versus adulto equivalente. Disponível em: <//www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0609.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **O Plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC/INEP, 2008. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/O+Plano+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+raz%C3%B5es,+princ%C3%ADpios+e+programas/3c6adb19-4c2e-4c60-9ccb-3b476bed9358?version=1.6>. Acesso em: 20 maio 2017.

LEITE, D. *et al*. **Universidade e ensino de graduação**: memória e caracterização na UFRGS e na UFPEL. Pelotas: Ed. Gráfica Universitária. UFPEL, 1997.

LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. S. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 383-406, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623654765>. Acesso em: 20 maio 2017.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. **Avaliação educacional**: desatando e reatando nós. EDUFBA, 2009.

LOURDES COELHO, Maria de. O programa Reuni na UFMG: contexto, adesão, implantação, criação do Giz e suas ações formativas. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 4, p. 3-46, 2014.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora EPU, 1986.

MAGALHÃES, G. E.; NORONHA, R.; OSORIO, P. H. **Pesquisa com alunos egressos da graduação UFMG (1975-2000).** Belo Horizonte: Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos**: História das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MALISKA, M. A. Max Weber e o estado racional moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, Curitiba, dez. 2006. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14830>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

MEC; SESU; ANDIFES; ABRUEM. 1996. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Avaliação**, 1(2), p. 55-65.

MELLO, G. N. de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991

MELLO, J. C. R. S. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, v.5, n 2, p. 69-83, 2007. Disponível em: <http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art6.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

MEYER JR., V. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. **Revista Universidade em Debate**, Curitiba, v. 2, n. 1, 2014.

MIGUEL, M. E. B. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al*. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 31-57.

MINAYO, M. C. Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, E. R. A. **História da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte**. Vol. 2. Imprensa Universitária, 1971.

MOROSINI, M. C. O Ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 296-323.

MURTAUGH, Paul A.; BURNS, Leslie D.; SCHUSTER, Jill. Predicting the retention of university students. **Research in Higher Education**, v. 40, n. 3, p. 355-371, 1999.

NERI, M. **Retornos da educação no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acesso em: 21 ago. 2018.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**: Pierre Bourdieu. Petrópolis, Vozes, 1998.

NÓVOA, Antônio. Para uma análise das instituições escolares. In. _____ (Org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 13-42.

OLIVEIRA, M. O.; HERNÁNDEZ, F. (Org.). **A formação do professor e o ensino das artes visuais.** 2. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

OLIVEIRA, O. S.; DRABACH, N. P. Reforma no Estado e implicações para a Gestão Educacional. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, n. 96, p. 1-7, 2009.

OLIVEIRA, R. F.; HORVATH, E.; TAMBASCO, T. C. C. **Manual de Direito Financeiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JR., J. R. S.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Org.). **Reforma universitária**: dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2006.

OTRANTO, S. R. A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança. **Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1-2, dez. 1996.

PACHANE, G. G. A experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal do aluno. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (Org.). **Estudante universitário**: Características e experiências de formação. São Paulo: Cabral Ed. e Livraria Universitária. 2004. p. 155-186.

PALLOCCI FILHO, Antonio. **A imaginação a serviço do Brasil**: Programa de Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2002.

PARO, V. H. **Significado da escola na sociedade contemporânea e seu papel na formação do sujeito.** Cortez Editora, 2009. Disponível em: <http://www.cortezeditora.com.br/artigo_vitor_paro.php>. Acesso em: 9 maio 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. Uma Escola do Tamanho do Brasil. Programa de Governo 2002 – coligação Lula Presidente. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001806.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG**. Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 129-152, jul. 2001.

POLYDORO, S. A. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário**: condições de saída e de retorno à instituição. 2000. 145 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

QUIROS, M. M. Responsabilização pelo controle de resultados. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C.; GORISMAN. E. **Responsabilização na administração pública.** São Paulo: CLAD/Fundap, 2006. p. 165-216.

RAMIREZ, Reitor Jaime Arturo. Entrevista concedida ao Portal UFMG, à Rádio UFMG Educativa e à TV UFMG. Belo Horizonte, 8 ago. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, 2006.

RIVAS, R. *et al*. Proactive Student Retention: building an early warning system. Working Paper 2007-04, Richard J. Wehle School of Business. Canisius College, 2007.

RODRIGUES, M. A. M. **Gestão da qualidade total na administração pública municipal**: avaliação do estágio gerencial da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre sob a ótica do modelo de avaliação do programa gaúcho da qualidade e produtividade. MBA em Gestão Pública (PMPA). Porto Alegre: [s.n.], 2008.

ROSA, C. M. Marcos Legais e a Educação Superior no Século XXI. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 236-250, 2014.

SABÓIA, Raimunda Monteiro *et al*. **O REUNI na UFAM**: repercussões na gestão pedagógica. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SANDER, B. **Políticas públicas e gestão democrática da educação.** Brasília: Líber Livro, 2005.

SANFELICE, J. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al*. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SANTIAGO, R. O conceito de qualidade no Ensino Superior. In: **A avaliação na administração pública**. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1999. p. 355-380.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al*. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 3-27.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: Investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 [1971].

SILVA JR., J, R. Breve ensaio sobre o processo civilizatório atual. **Revista Avaliação**, Campinas, Unicamp, p. 9-36, set. 2003.

SILVA JR., J. R. Reforma da educação superior: a produção da ciência engajada ao mercado e de um novo pacto social. In: DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M. (Org.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 53-80.

SILVA JR.; SGUISSARDI, V. A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 29, maio/ago. 2005.

SILVA, Aurélio Ferreira da. **O Reuni entre a expansão e a reestruturação: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular**. 2014. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, C. O. **O programa REUNI na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2014.

SILVA, Jane Santos da *et al*. **Estresse dos servidores de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2014.

SIMPSON, Ormond. The costs and benefits of student retention for students, institutions and governments. **Studies in Learning, Education, Innovation and Development**, v. 2, n. 3, p. 34-43, 2005.

SOUSA, A. P.; JOSÉ FILHO, M. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 44, v. 7, 10 jan. 2008.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Revista Quadrimestral de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidade da Universidade Federal da Bahia**, Caderno CRH 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, C.; CARVALHO, I. M. M. Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 48, p. 187-212, 1999.

SOUZA, L. G. Avaliação de políticas educacionais: Contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (Org.). **Avaliação educacional**: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 17-29.

SOUZA, M. M. P. **O teatro como forma de se colocar no mundo**: a formação de identidades nos Grupos Galpões. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera de. **O programa REUNI na Universidade Federal de Uberlândia (2008-2012)**. 2013. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

STOER, S. Educação e globalização: entre regulação e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 33-45, out. 2002.

TEIXEIRA, F. J. S. **O capital e suas formas de produção de mercadorias**: rumo ao fim da economia política. Fortaleza, 1999. (Não publicado).

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Estou me formando...e agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 5(1), p. 47-62, 2004.

TEIXEIRA, Marco Antonio Pereira; CASTRO, Graciele Dotto; DA ROSA PICCOLO, Luciane. Adaptação à universidade em estudantes universitários: um estudo correlacional. **Interação em Psicologia**, v. 11, n. 2, 2007.

THIESEN, I. Memória institucional. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Educação. Vol. 2, 1995, Valinhos. **Anais...** Valinhos: PUCCAMP, 1995. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/417>. Acesso em: 1º de jun. 2017.

TINTO, V. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, 45(1), 1975. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3102/00346543045001089>. Acesso em: 26 jul. 2018.

TINTO, Vincent. Taking retention seriously: rethinking the first year of college. **NACADA Journal**, v. 19, n. 2, p. 5-9, 1999.

TONEGUTTI, Claudio Antonio; MARTINEZ, Milena. **A universidade nova, o REUNI e a queda da universidade pública**. Universidade Federal do Paraná – Departamento de Química, 2007.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: Visão e Ação. Paris: UNESCO, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Centro de Comunicação. De outros festivais: os 50 anos do Festival de Inverno da UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/festivaldeinverno-noticias/historias_do_festiva/de-outros-festivais-os-50-anos-do-festival-de-inverno-da-ufmg/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Lançamento do Livro Álvaro Apocalyse de Márcio Sampaio. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/cenex/wp/?p=1871>. Acesso em: 13 de mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Levantamento de dados sobre salas/laboratórios da EBA-UFMG realizado pelos técnicos administrativos em educação Carolina Lage Gualberto, Leonardo Souza e Sávio Vieira Rocha para apresentação à Diretoria. Belo Horizonte, 23 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. O Projeto Final REUNI. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/reuni/conteudo/o-projeto-final-enviado/>. Acesso em: 8 ago. 2018.

VARGAS, M. L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 1, 2010.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, Rio de Janeiro, p. 383-386, set./out. 2007.

WALKER, Alice. The Color Purple. 1982. **New York: Pocket**, 1985.

WERLE, F. O. C. História das Instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de História da Educação**, n. 3, p. 109-119, 2004.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

• LEGISLAÇÃO CONSULTADA

• Legislação do Ministério da Educação

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1937.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Poder Executivo, Brasília, 11 abr. 1931.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 18 ago. 2018

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, 28 de dezembro de 2012.

BRASIL. Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013. Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, 24 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 5.540. Reforma Universitária de 1968.

BRASIL. Lei nº 5.692. Lei da Reforma de 1º e 2º graus de 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 14 de dezembro de 1996. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 abr. 1999, 5 p.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968. Autorização do Curso Belas Artes. Brasília, 28 fev. 1968. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação CAPES. Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 4 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Gráfica do Senado, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CG nº 005, de 12 de janeiro de 2009. Autorização do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais modalidade Bacharelado. Brasília, 12 jan. 2009. 1 p. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CG nº 11, de 17 de janeiro de 2018. Autorização dos ajustes curriculares referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Brasília, 17 jan. 2018, 4 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CG nº 342, de 18 de janeiro de 2009. Reconhecimento do Curso de Dança modalidade Licenciatura. Brasília, 18 jan. 2009. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CG nº 343, de 16 de dezembro de 2008. Autorização do Curso de Design de Moda modalidade Bacharelado. Brasília, 16 dez. 2008. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 85, de 04 de abril de 2001. Aprova o funcionamento e a grade curricular do Curso de Formação de Atores da UFMG. Brasília, 4 abr. 2001, 3 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 10 mar. 2004, 21 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 20, de 16 de janeiro de 1990. Aprova o Regimento Interno da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG – Teatro Universitário. Brasília, 16 jan. 1990, 4 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 85, de 18 de outubro de 1989. Aprova o funcionamento e a grade curricular do Curso de Formação de Atores da UFMG. Brasília, 18 out. 1989, 2 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Sesu nº 552, de 25 de junho de 2007. Cria o Grupo Assessor ao MEC do Programa REUNI. Brasília, 25 jun. 2007, 1 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília: 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 08 de março de 2004. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências. Brasília, 8 mar. 2004, 3 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. CONAES. Brasília, 17 jun. 2010, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 17 jun. 2004, 2 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 30 maio 2012, 3 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 15 jun. 2012, 7 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 1º jul. 2015, 4 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 10, de 09 de julho de 1998. Autorização do Curso de Teatro modalidade Bacharelado/Licenciatura. Brasília, 09 jul. 1998. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 14, de 06 de setembro de 2007. Autorização do Curso Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis modalidade Bacharelado. Brasília, 06 set. 2007. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 25, de outubro de 2007. Autorização do Curso de Dança modalidade Licenciatura. Brasília, 25 out. 2007. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portal SIAFI. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/index_conheca_SIAFI.asp>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. Parecer nº 776, de 03 de dezembro de 1997. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 03 dez. 1997, 4 p.

BRASIL. Secretaria de Estado de Fazenda. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 08, de 22 de setembro de 2017. Brasília, 2017. p. 17-25.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 1/02. Brasília, 18 fev. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 2/02. Brasília, 19 fev. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 1/06. Brasília, 5 maio 2006.

• Normativas da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG Relatórios de Atividades, Pró-Reitoria de Planejamento. Belo Horizonte, 2008-2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG Relatórios dos cursos de graduação Pró-Reitoria de Graduação. Belo Horizonte, 2015-2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim nº 1.239 – ano 25, 07.07.1999. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim nº 1.583 – ano 33, 24.9.2007. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim nº 1.589 – ano 33, 05.11.2007. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim nº 2.008 – ano 44, 12.03.2018. Belo Horizonte; Imprensa Universitária, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim: UFMG aprova adesão ao Reuni. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1589/6.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Campus 2010 – Proposta do Plano de Investimentos em Infraestrutura do REUNI-UFMG. Belo Horizonte, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Comissão Permanente do Vestibular. *Site* institucional. Disponível em: <https://www.ufmg.br/copeve/site_novo/>. Acesso em: 6 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Ata da reunião realizada no dia 21 de março de 1963. Belo Horizonte, 1963.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Departamento de Serviços Gerais. Divisão de Material. **Manual do Patrimônio**. Belo Horizonte, 2008. 71 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Estatuto. Belo Horizonte, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. O Projeto Final REUNI. Disponível em: <https://www.ufmg.br/reuni/conteudo/o-projeto-final-enviado/>. Acesso em: 8 de ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Parecer nº 01/2011 – Comissão de Acompanhamento do Projeto Campus 2010. Belo Horizonte, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013 a 2017. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/pdi_ufmg>. Acesso em: 20 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Portal SIGA – Sistema Acadêmico da Graduação e Pós-Graduação UFMG. Disponível em: <www.minha.ufmg.br>. Acesso em: 23 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatório de Gestão**: 2010 a 2014. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/relatoriodegestao/2010-2014>. Acesso em: 30 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatórios de Atividades**: 2008 a 2016. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan/gestao-da-informacao/relatorio-de-atividades/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Regimento Geral. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral>. Acesso em: 8 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Relatórios de Atividades Pró-Reitoria de Planejamento. Belo Horizonte, 2007-2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Relatórios dos cursos de graduação. Pró-Reitoria de Graduação. Belo Horizonte, 2015-2018.

• Portarias, Pareceres, Ofícios e Memorandos da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Gabinete da Reitoria. Ofício nº 601, de 30 de novembro de 2007. Implantação do Projeto REUNI na UFMG. Belo Horizonte, 30 nov. 2007, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Gabinete da Reitoria. Parecer nº 01, de 17 de março de 2011. Relatório da Comissão de acompanhamento do projeto campus 2010. Belo Horizonte, 17 mar. 2011, 9 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Gabinete do Reitor. Portaria nº 75, de 18 de maio de 2006. Cria a comissão para análise e estudos da ampliação de vagas na graduação do Programa REUNI. Belo Horizonte,18 maio 2006, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Parecer CG nº 19, de 2 de fevereiro de 2018. Autorização dos ajustes curriculares referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso de Design de Moda da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 19 fev. 2018, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Administração. Ofício nº 154, de 14 de abril de 2016. Esclarecimentos sobre a paralisação das obras do prédio novo da Pró-Reitoria de Administração à Diretoria da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 14. abr. 2016, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Administração. Ofício nº 243, de 6 de junho de 2016. Minuta do relatório de reunião da Pró-Reitoria de Administração e a Diretoria da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 6 jun. 2016, 5 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 454, de 8 de agosto de 2008. Recursos inicialmente previstos pelo REUNI na EBA-UFMG. Belo Horizonte, 8 de ago. 2008, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 18, de 7 de agosto de 2017. Inclusão das disciplinas Educação Inclusiva, Gestão Escolar, Educação Ambiental e Direitos Humanos no curso de Dança. Belo Horizonte, 7 ago. 2017, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Parecer nº 118, de 31 de agosto de 2016. Autoriza os ajustes curriculares do curso de Artes Visuais registrados na nova versão curricular 2017/1. Belo Horizonte, 31 ago. 2016, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 486, de 30 de junho de 2008. Ampliação de vagas Curso de Artes Visuais – REUNI. Belo Horizonte, 8 ago. de 2008, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 18, de 7 de agosto de 2017. Inclusão das disciplinas Educação Inclusiva, Gestão Escolar, Educação Ambiental e Direitos Humanos no curso de Dança. Belo Horizonte, 7 ago. 2017, 3 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 454, de 8 de agosto de 2008. Recursos inicialmente previstos pelo REUNI na EBA-UFMG. Belo Horizonte, 8 ago. 2008, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 81, de 10 de outubro de 2007. Bolsas de custeio da pós-graduação para os novos cursos da EBA dentro da proposta do REUNI. Belo Horizonte, 10 out. 2007, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Parecer CG nº 19, de 2 de fevereiro de 2018. Autorização dos ajustes curriculares referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso de Design de Moda. Belo Horizonte, 2 de fev. 2018, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG; FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL – FUMP. **Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras da FUMP 2016**. 130. p. Disponível em: <http://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=16>. Acesso em: 29 set. 2018.

• Resoluções da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução nº 18, de 07 de outubro de 2014. Regulamenta os Grupos de Disciplinas de Formação Avançada. Belo Horizonte, 3 maio 2007, 14 p. Disponível em:

<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 8 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 18, de 7 de outubro de 2014. Regulamenta os Grupos de Disciplinas de Formação Avançada. Belo Horizonte, 7 out. 2014. 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 13, de 23 de setembro de 2014. Dispõe sobre o provimento de vagas remanescentes nos cursos de graduação da UFMG e revoga a Resolução do CEPE 07/2013, de 5 de novembro de 2013. Belo Horizonte, 23 set. 2014. 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 18, de 07 de outubro de 2014. Regulamenta os Grupos de Disciplinas de Formação Avançada. Belo Horizonte, 7 out. 2014, 8 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/docs/CEPE18>. Acesso em: 10 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 10, de 5 de dezembro de 2013. Retifica as normas do Concurso Vestibular de 2014 da UFMG. Belo Horizonte, 5 dez. 2013, 20 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 14, de 6 de setembro de 2007. Cria o Curso de Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, de interesse da Escola de Belas-Artes. Belo Horizonte, 6 de set. 2007. 1 p. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 8 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 05, de 14 de abril de 2009. Autoriza o estabelecimento de contrato temporário entre a UFMG e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), vinculado ao Projeto Campus 2010, objetivando a gestão e execução de obras civis do Projeto REUNI nos campi da UFMG, reeditando, com alterações a Resolução nº 12/2008, de 18/09/2008. Belo Horizonte, 14. abr. 2009, 4. p. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 6 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 05, de 03 de maio de 2007. Aprova o Regimento Interno da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG. Belo Horizonte, 3 maio 2007, 12 p. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 8 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 07, de 30 de junho de 2005. Estabelece normas para o Concurso Vestibular de 2006 da UFMG. Belo Horizonte, 30 jun. 2005, p. 1-25. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 7 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 13, de 18 de setembro de 2008. Cria a Comissão de Acompanhamento do Projeto Campus 2010. Belo Horizonte, 18 set. 2008, 2 p. Disponível em:

<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 9 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 12, de 30 de novembro de 1995. Estabelece os critérios para a prestação de serviços no âmbito da UFMG. Belo Horizonte, 30 nov. 1995, p. 1-4.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 07, de 30 de junho de 2005. Estabelece normas para o Concurso Vestibular de 2006 da UFMG. Belo Horizonte, 30 jun. 2005, p. 1-25. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 7 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Resolução nº 3, de 1º de abril de 2018. Regimento Geral. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral>. Acesso em: 10 ago. 2018.

• Normativas da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata de Reunião do dia 22 de abril de 2008. Belo Horizonte, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatório Docência Pós-Graduação. Belo Horizonte, 2008 a 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 38, de 30 de junho de 2016. Proposta de Ajustes Curriculares do Curso de Artes Visuais. Colegiado de Graduação em Artes Visuais. Belo Horizonte, 30 jun. 2016, 5 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 2, de 21 de março de 2016. Inclusão de disciplinas Tópicos interdisciplinares em Arte e cultura I, II e III na grade curricular do curso de Cinema de Animação e Artes Digitais. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais. Belo Horizonte, 21 mar. 2016, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 3, de 13 de maio de 2016. Inclusão dos conteúdos de Direitos Humanos, Educação Ambiental e Relações Étnico Raciais na grade curricular do curso de Cinema de Animação e Artes Digitais. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais. Belo Horizonte, 13 maio, 2016, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Memorando nº 11, de 24 de maio de 2016. Solicitação ao Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema da disciplina Introdução ao TCC. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais. Belo Horizonte, 24 maio, 2016, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 20, de 20 de fevereiro de 2014. Comunicado de Paralisação das obras do prédio novo pela BCA à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Belo Horizonte, 20 fev. 2014, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 32, de 06 de maio de 2015. Solicita esclarecimentos sobre a paralisação das obras do prédio novo à Pró-Reitoria de Administração. Belo Horizonte, 20 de fev. 2014, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 100, de 20 de outubro de 2014. Solicita retorno sobre a paralisação das obras do prédio novo à Pró-Reitoria de Administração. Belo Horizonte, 20 out. 2014, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 59, de 2 de julho de 2015. Proposta de priorização de obras na UFMG. Belo Horizonte, 20 out. 2014, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 07, de 17 de junho de 2016. Laboratórios do CECOR e demanda do curso. Colegiado Graduação em Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 17 jun. 2016, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 05, de 4 de agosto de 2016. Retirada do pré-requisito de Produção Colaborativa via web da grade curricular do curso. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 04 de ago. 2016, 3 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Colegiado de Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes. Ofício nº 28, de 30 de junho de 2016. Proposta de Ajustes Curriculares no Curso de Artes Visuais. Belo Horizonte, 30 de jun. 2016, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Colegiado de Graduação em Dança da Escola de Belas Artes. Ofício nº 24, de 18 de outubro de 2017. Solicitação de Ajustes Curriculares no curso de Dança. Belo Horizonte, 18 out. 2017, 9 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais da Escola de Belas Artes. Memorando nº 05, de 27 de abril de 2016. Solicitação ao Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema a anuência para trocar o código FTC207 da disciplina fotografia básica para FTC303. Belo Horizonte, 27 abr. 2016, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Departamento de Artes Plásticas da Escola de Bels Artes. Ofício nº 77, de 30 de junho de 2007. Aprovação do Departamento de Artes Plásticas sobre a adesão ao REUNI. Belo Horizonte, 30 de jun. 2007, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Artes Visuais. Belo Horizonte, 2006; 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais. Belo Horizonte, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Dança. Belo Horizonte, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Design de Moda. Belo Horizonte, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Proposta de reformulação do curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatório de ocupação predial – Superintendência Administrativa. Belo Horizonte, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Regulamento CEEAV-TC de 2 de dezembro de 2014. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto CEEAV-TC, de 18 de abril de 2012. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata da reunião realizada no dia 5 de abril de 1957. Belo Horizonte, 1957.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata da reunião realizada no dia 7 de fevereiro de 1965. Belo Horizonte, 1965.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Congregação. Ata da reunião realizada em 22 de abril de 2008. Belo Horizonte, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata Reunião de Colegiado do Curso de Artes Visuais de 29 de setembro de 2011. Belo Horizonte, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata de Reunião de Colegiado do Curso Design de Moda de 16 de agosto de 2012. Belo Horizonte, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata de Reunião do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais de 28 de agosto de 2013. Belo Horizonte, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatórios de Gestão Departamento de Desenho. Belo Horizonte, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatórios de Gestão Departamento de Artes Plásticas. Belo Horizonte, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatórios de Gestão Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema. Belo Horizonte, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Resolução da Coordenação Didática do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais nº 02/2016, de 8 de junho de 2016. Belo Horizonte, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Programa de Pós-Graduação em Artes: Sobre o Programa. Disponível em: <https://eba.ufmg.br/pos/?page_id=38>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Regulamento do Programa de Pós-graduação em Artes da UFMG. 2017. Disponível em: <https://eba.ufmg.br/pos/?page_id=38>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Secretaria-Geral da Escola de Belas Artes. Ofício nº 25, de 02 de setembro de 2016. Discussões realizadas com a Congregação da unidade e reiteração da entrega do Programa de Necessidades e Projetos Básicos definidos e aprovados pela escola à Diretoria de Projetos da Universidade. Belo Horizonte, 2 set. 2016, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Secretaria-Geral da Escola de Belas Artes. Ofício nº 83, de 2 de agosto de 2007. Sugestões ao Reitor sobre ajustes no currículo de Artes Visuais para aderir à proposta REUNI. Belo Horizonte, 2 ago. 2007, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Teatro Universitário. Projeto Pedagógico do Teatro Universitário. Belo Horizonte, 2009.

• Normativas de outras instituições de Ensino Superior

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Relatório de gestão do exercício de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. Relatório de Gestão 2016. Salvador, 2016. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/relatorios-gestao>. Acesso em: 18 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. Transparência UFBA: O que significa recursos de custeio e recursos de capital? Salvador, 2012. Disponível em: <https://transparencia.ufba.br/o-que-significa-recursos-de-custeio-e-recursos-de-capital>. Acesso em: 13 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP. Relatório de Gestão 2013. Amapá, 2013. Disponível em: <http://www2.unifap.br/proplan/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. Carta de Serviços ao Usuário. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/tcu_manual_indicadores_2010>. Acesso em: 26 jul. 2018.

APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional em Educação

Bárbara Aparecida Rocha

RELATÓRIO TÉCNICO

OS IMPACTOS DO PROGRAMA REUNI NA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA DE BELAS ARTES – UFMG

Diamantina
2018

Bárbara Aparecida Rocha

RELATÓRIO TÉCNICO

OS IMPACTOS DO PROGRAMA REUNI NA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA DE BELAS ARTES – UFMG

Relatório apresentado a partir da Dissertação elaborada para o programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Geruza de Fátima Tomé Sabino

Diamantina
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal de Minas Gerais, em especial a unidade acadêmica Escola de Belas Artes (EBA-UFMG) por ser palco desta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos à Diretoria da EBA-UFMG, aos amigos e colegas dos setores de contabilidade, departamentos acadêmicos, secretarias de colegiados de graduação e pós-graduação, secretaria-geral, biblioteca, superintendência, compras e licitações, patrimônio, seção de pessoal, seção de logística e seção de ensino que me auxiliaram com a coleta dos dados investigados. Acredita-se que esse relato seja de grande valia para contribuição acadêmica nos estudos referentes à gestão administrativa em organizações de educação superior no Brasil.

RESUMO

Esta pesquisa relata o histórico da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (EBA-UFMG), a sua participação no Programa REUNI (Decreto nº 6.096/07) e, em especial, avalia três dimensões da implantação desse projeto. Inicia-se analisando o aumento de vagas, contabilizando-se os quantitativos de discentes ingressantes, diplomados e evadidos dos cursos contemplados. Segue com a avaliação da reestruturação acadêmico curricular, dos recursos humanos e das alterações de infraestrutura física. Por último, averiguou-se o suporte da pós-graduação no desenvolvimento qualitativo dos cursos de graduação, aproximando esses níveis de ensino. A metodologia foi de natureza documental com estudo de caso e abordagem quantitativa. Como resultado, de modo geral, o REUNI contribuiu positivamente na ampliação da oferta, na reestruturação dos recursos humanos e na infraestrutura da EBA-UFMG.

Palavras-chave: Gestão EBA-UFMG. Ensino Superior. Políticas públicas. REUNI.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Universidade Federal de Minas Gerais 245

Figura 2 – Organograma acadêmico da Escola de Belas Artes-UFMG 246

Figura 3 – Organograma administrativo da Escola de Belas Artes-UFMG 247

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vagas ofertadas no Prof-Artes – 2012 e 2018 255

Gráfico 2 – Alunos titulados no CEEAV-TC – 2009 a 2017 256

Gráfico 3 – Movimentação de crédito orçamentário da EBA-UFMG – 2008 a 2014..... 280

Gráfico 4 – Movimentação de crédito total da EBA-UFMG – 2008 a 2014..... 281

Gráfico 5 – Distribuição percentual de ingressantes na EBA-UFMG – 2008 a 2016..... 286

Gráfico 6 – Distribuição percentual de concluintes na EBA-UFMG – 2008 a 2016 287

Gráfico 7 – Distribuição percentual de evadidos na EBA-UFMG – 2008 a 2016 289

Gráfico 8 – Curso de destino dos alunos da EBA que evadiram entre 2008 e 2016 290

Gráfico 9 – Distribuição dos alunos de Artes Visuais entre 2008 e 2016 293

Gráfico 10 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Artes Visuais 294

Gráfico 11 – Distribuição dos alunos de Cinema Animação A. Digitais entre 2008 e 2016 295

Gráfico 12 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2009/1 a 2016/2 – Cinema de Animação e Artes Digitais 295

Gráfico 13 – Distribuição dos alunos de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis entre 2008 e 2016 296

Gráfico 14 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2009/1 a 2016/2 – Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis 296

Gráfico 15 – Distribuição dos alunos de Dança entre 2008 e 2016 297

Gráfico 16 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Dança 298

Gráfico 17 – Distribuição dos alunos de Design de Moda entre 2008 e 2016 299

Gráfico 18 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Design de Moda 299

Gráfico 19 – Bolsas FUMP distribuídas aos alunos EBA-UFMG – 2014 a 2016 307

Gráfico 20 – Entrada de TAEs na EBA-UFMG – 2008 a 2012 313

Gráfico 21 – Classe dos TAEs na EBA-UFMG – 2008 a 2012 314

Gráfico 22 – Classe de docentes ingressantes na EBA-UFMG – 2008 a 2012 316

Gráfico 23 – Vagas aprovadas e ocupadas na pós-graduação *stricto sensu* da EBA-UFMG – 2008 a 2015 319

Gráfico 24 – Produção científica da pós-graduação *stricto sensu* EBA-UFMG – 2007 a 2016 320

Gráfico 25 – Valores investidos e quantidade de projetos com fomentos na pós-graduação *stricto sensu* EBA-UFMG – 2008 a 2016 321

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ajustes curriculares CCR, relações étnico-raciais 267

Quadro 2 – Ajustes curriculares CCR, direitos humanos 267

Quadro 3 – Ajustes curriculares CCR, educação ambiental 268

Quadro 4 – Disciplinas retiradas do currículo atual de Dança 272

Quadro 5 – Disciplinas criadas para atender ao ajuste curricular da Resolução MEC nº 2, de julho de 2015 273

Quadro 6 – Ajustes curriculares em Design de Moda, relações étnico-raciais 274

Quadro 7 – Ajustes curriculares em Design de Moda, direitos humanos 275

Quadro 8 – Ajustes curriculares em Design de Moda, educação ambiental 275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos inicialmente previstos e número de docentes destinados aos cursos criados pelo REUNI na EBA-UFMG 250

Tabela 2 – Cursos impactados/criados pelo REUNI na EBA-UFMG 253

Tabela 3 – Quantitativo de bolsas de estágio para docência na pós-graduação da EBA-UFMG 254

Tabela 4 – Relatório de Alunos EBA-UFMG em 2018 262

Tabela 5 – Previsão de recursos financeiros do REUNI para EBA-UFMG 282

Tabela 6 – Dados sobre a renda *per capita* dos estudantes da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016 305

Tabela 7 – Gênero dos alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016 305

Tabela 8 – Autodeclaração de cor/raça alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016 306

Tabela 9 – Faixa etária dos alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016 306

Tabela 6 – Indicador de Funcionário Equivalente sem H.U./Professor Equivalente EBA-UFMG 312

Tabela 7 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Artes Plásticas 315

Tabela 8 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema 315

Tabela 9 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Desenho 315

Tabela 10 – Quantitativo de bolsas de estágio-docência na pós-graduação *stricto sensu* – EBA-UFMG, 2008 a 2012 318

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMP – Apoio Acadêmico Mendes Pimentel

ABRACE – Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas

BAEP – Bolsa Auxílio à Educação Pré-Escolar

BAID – Bolsa de Acesso à Informação Digital

BAM – Bolsa Auxílio Moradia

BAO – Bolsa Auxílio Óculos

BAP – Bolsa Apadrinhamento

BAT – Bolsa Auxílio Transporte

BLBA – Bolsa Acesso ao Livro Bernardo Álvares

BM – Banco Mundial

BMA – Bolsa Auxílio Material Acadêmico

BMBA – Bolsa Manutenção Bernardo Álvares

BMBV – Bolsa Manutenção Baeta Viana

CAAD – Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais

CAD – Centro de Atividades Didáticas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCR – Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

CECOR – Centro de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

CEEAV-TC – Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DCC – Departamento de Ciência da Computação

DFTC – Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema

DLO – Departamento de Logística de Suprimentos e Serviços Operacionais.

DRCA – Departamento de Registro e Controle Acadêmico

EBA – Escola de Belas Artes

EBA-UFMG – Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUMP – Fundação Universitária Mendes Pimentel

ICA – Instituto de Ciências Agrárias

ICEX – Instituto de Ciências Exatas

ICTs – Instituições Científicas e Tecnológicas

IEAT – Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LULA – Luiz Inácio Lula da Silva

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

MHNJB – Museu de História Natural e Jardim Botânico

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNE – Plano Nacional da Educação

PPGArtes – Pós-Graduação em Artes

PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação

PRA – Pró-Reitoria de Administração

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento

PRORH – Pró-Reitoria de Recursos Humanos

PROUNI – Programa Universidade para todos

PRPq – Pró-Reitoria de Pesquisa

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RSG – Rendimento Semestral Global

SESU/MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCH – Teoria do Capital Humano

TU – Teatro Universitário

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UMG – Universidade de Minas Gerais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

USFJ – Universidade Federal de São João Del Rei

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO GERAL DO RELATÓRIO 231

2 DESENVOLVIMENTO 235

2.1 Objetivo Geral 235

2.2 Objetivos Específicos 235

2.3 Metodologia e Procedimentos 235

3 PERFIL DA INSTITUIÇÃO 237

3.1 Instituição 237

3.2 Forma de Atuação 238

3.3 Histórico da Escola de Belas Artes 238

3.4 Descrição das Finalidades e da Visão da Universidade Federal de Minas Gerais e da Escola de Belas Artes 239

3.4.1 Finalidades 239

3.4.2 Visão 240

3.5 Informações Sobre o Porte da UFMG e da EBA-UFMG 240

3.5.1 População universitária 241

3.5.2 Ensino de Graduação 241

3.5.3 Pesquisa e inovação 242

3.5.4 Extensão 242

3.5.5 Cooperação internacional 243

3.5.6 Assistência estudantil 243

4 A ESCOLA DE BELAS ARTES DA UFMG: CARACTERIZAÇÃO E ADESÃO AO REUNI 249

4.1 Adesão da Escola de Belas Artes ao REUNI 249

4.2 Panorama Atual dos Cursos da EBA-UFMG 252

4.2.1 Pós-graduação na Escola de Belas Artes 253

4.2.1.1 Mestrado e doutorado 253
4.2.1.2 Especialização 256
4.3 Infraestrutura da Escola de Belas Artes 257
4.3.1 Espaços utilizados pela EBA-UFMG 257
4.3.1.1 CECOR – Unidade complementar da EBA-UFMG 259
4.3.1.2 Teatro Universitário 261
4.4 Quantitativo de Alunos por Curso da EBA-UFMG 262
5 Ajustes Curriculares demandados nos cursos impactados pelo REUNI 265
5.1 Ajustes Curriculares do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis 265
5.1.1 Ajustes curriculares do Curso de Artes Visuais 268
5.1.2 Ajustes curriculares do curso de Cinema de Animação e Artes Digitais 269
5.1.3 Ajustes curriculares do Curso de Dança 272
5.1.4 Ajustes curriculares do Curso de Design de Moda 274
6 COLETA DE DADOS, ANÁLISES E RESULTADOS 279
6.1 Análise da Movimentação de Crédito Orçamentário da EBA-UFMG no Período REUNI 279
6.2 Análise da Dimensão 1 do Programa REUNI – Ampliação de Vagas: Ingresso, Conclusão e Evasão 285
6.2.1 Análise geral da EBA-UFMG na Dimensão 1 285
6.3 Análise por Curso da EBA-UFMG: Alunos Ingressantes, Concluintes, Evadidos – Período REUNI 291
6.3.1 Curso de Artes Visuais 292
6.3.2 Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais 294
6.3.3 Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis 296
6.3.4 Curso de Dança 297
6.3.5 Curso de Design de Moda 298

6.4 Conclusões Gerais sobre os Dados Estatísticos de Alunos Ingressantes, concluídos e evadidos nos cursos da EBA-UFMG.....300

6.4.1 Perfil Socioeconômico dos alunos da EBA-UFMG assistidos pelas bolsas da FUMP.....303

6.4.2 Breves conclusões acerca dos dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos da EBA-UFMG assistidos pelas bolsas da FUMP.....308

6.5 Análise do Quantitativo de Técnicos-administrativos em Educação da EBA-UFMG.....311

6.6 Análise do Quantitativo de Docentes da EBA-UFMG e as Contribuições da Pós-graduação na Graduação.....314

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....323

REFERÊNCIAS 329

ANEXO 1 – MAPA DA UFMG – *CAMPUS* PAMPULHA 353

ANEXO 2 – FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO 355

ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DESTE RELATÓRIO DA PARTE DA EBA-UFMG.....359

1 APRESENTAÇÃO GERAL DO RELATÓRIO

O presente estudo é produto da dissertação produzida no Mestrado Profissional em Educação, na área de concentração em Educação e Gestão de Instituições Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Trata-se da avaliação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado pelo Governo Federal através do Decreto nº 6.096/07. O referido programa estabeleceu objetivos para que as universidades ampliassem o acesso e a permanência na educação superior.

A implantação do REUNI introduziu uma forma de gerenciamento que vinculou o financiamento da educação superior pública às metas que deveriam ser alcançadas, em um prazo determinado – 2008 a 2012 – propondo um modelo de gestão de resultados. Além disso, o programa pleiteava um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes (BRASIL, 2007).

O REUNI também tinha por "objetivo ser uma resposta do Estado à crise do sistema de ensino superior" pelo qual o país havia passado nos anos anteriores e uma forma de "valorizar a introdução de novos arranjos organizacionais e novos mecanismos de gestão". Isso permitiria a eficiência na utilização dos recursos, promovendo efetividade na "gestão dos gastos públicos aliada ao pressuposto de que a contratualização de resultados era a melhor saída para resolver os problemas de expansão do sistema em curto prazo" (ARAUJO; PINHEIRO, 2010, p. 644).

Nos últimos 5 (cinco) anos, é necessário considerar que diversos estudos têm realizado a análise dos impactos do Programa REUNI seja sob a ótica gerencial, seja sob a pedagógica, relatando os pontos positivos e negativos desta política pública implementada[1]. Tendo em vista o alto número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que aderiram ao programa, optou-se pela escolha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, mais especificamente, da unidade acadêmica Escola de Belas Artes (EBA-UFMG), como objeto desse trabalho.

[1] Recentes estudos sobre o REUNI nas Universidades Federais: SOUZA, M. C. S. C. *O programa Reuni na Universidade Federal de Uberlândia*. 2013. SILVA, C. O. *O programa REUNI na Universidade Federal de Santa Catarina*. 2014. ANDRADE, A. C. *Os governos FHC e Lula e a ressignificação do neodesenvolvimentismo*: o Reuni. 2013. COSTA, A. P. D. *O Reuni na Universidade Federal de Juiz de Fora*: uma análise dos bacharelados interdisciplinares. 2014. SABOIA, R. M. *O REUNI na UFAM*: repercussões na gestão pedagógica. 2015. FILARDI, A. M. B. *As contradições do Programa REUNI*: o caso das Ciências Sociais na UFSCar. 2014. SILVA, A. F. *O Reuni entre a expansão e a reestruturação*: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular. 2014.

A EBA-UFMG foi criada em 05 de abril de 1957, inicialmente, sob a forma de Curso de Arte na Escola de Arquitetura da UFMG. Posteriormente, foi transformada em Unidade Acadêmica que se integrou ao sistema de Ensino Superior da Universidade por meio do Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 62.317 de 28 de fevereiro de 1968. Atualmente, essa unidade acadêmica possui quatro cursos que foram criados através do REUNI: Cinema de Animação e Artes Digitais, Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, Dança e Design de Moda.

Este relato tendo por enfoque a gestão administrativa referente à estrutura física e de pessoal avaliará três dimensões do programa. A primeira dimensão relaciona-se à ampliação da oferta de educação superior pública contabilizando os quantitativos de discentes ingressantes, diplomados e evadidos nos cursos que foram atingidos pelo REUNI. Logo após, analisar-se-á na segunda dimensão a reestruturação acadêmico curricular, avaliando os impactos nos cursos em quantitativo de vagas, ajustes curriculares demandados (alterações de itinerários formativos, readequação de grade curricular e estrutura física- laboratórios e salas de aula práticas). Por último, na terceira dimensão, será averiguado o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação analisados por meio dos procedimentos que foram tomados na EBA-UFMG aproximando esses dois níveis de ensino. Os indicadores para o processo avaliativo serão utilizados tendo como referência o Decreto nº 6.096/07.

Serão apresentados o histórico de criação da unidade acadêmica em estudo e sua participação nas discussões sobre a implantação do REUNI na UFMG e os dados sobre a pactuação da EBA-UFMG com o programa, demonstrar a movimentação dos créditos orçamentários, os aspectos relacionados às adequações na infraestrutura e ajustes realizados no corpo docente e técnico administrativo.

O lapso temporal adotado na pesquisa será dos anos de 2007 a 2016, pois se refere à data inicial das discussões para a implantação do programa que teve seu início efetivo na UFMG em 2008 e às remanescências como algumas verbas de cunho financeiro, que advieram do programa após a predeterminação oficial do seu encerramento no ano de 2012.

A base de dados para essa pesquisa foi constituída pelos relatórios de gestão e de atividades dos anos de 2007 a 2016 disponíveis nos endereços eletrônicos que a Universidade possui como meio de transparência das suas ações à sociedade, e nos demais documentos físicos, tais como: relatórios, ofícios, memorandos, atas, decisões, resoluções e comunicados advindos da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento do órgão com referência às demais Pró-Reitorias de: Administração, Graduação e Recursos Humanos. Também como em

documentos que se encontram na Secretaria Geral e nos Departamentos da EBA-UFMG. Complementando a realização da análise de fontes primárias serão verificados ainda os documentos que orientaram o programa dentro da EBA e o plano de adesão na UFMG.

Este relatório contribuirá com o aprofundamento da pesquisa no tema políticas públicas para a educação superior no cenário educacional brasileiro, criando subsídios para que haja, futuramente, uma maior compreensão e exploração desse assunto na sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste primeiro momento serão apresentados os objetivos, metodologia e procedimentos que foram adotados para elaboração do relatório.

2.1 Objetivo Geral

Avaliar o resultado e os desdobramentos das ações propostas pelo REUNI para a gestão administrativa relacionada à estrutura física e de pessoal na EBA-UFMG, considerando três dimensões pactuadas com o governo federal (ampliação da oferta da educação superior pública, reestruturação acadêmico-curricular e suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento quantitativo e qualitativo da graduação).

2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o histórico de criação da unidade acadêmica em estudo e sua participação nas discussões sobre a implantação do REUNI na UFMG.
- Identificar e apresentar os dados sobre a pactuação da EBA-UFMG com o programa, demonstrar a movimentação dos créditos orçamentários, os aspectos relacionados às adequações na infraestrutura e ajustes realizados no corpo docente e técnico administrativo da unidade acadêmica.

2.3 Metodologia e Procedimentos

O encaminhamento metodológico assumiu uma perspectiva de estudo de caso com pesquisa documental e suas etapas, enquadrando-se em uma abordagem quali-quantitativa, com apresentação gráfica e estatística dos dados investigados e posterior reflexões.

Destarte, a análise do conteúdo na presente pesquisa foi subdividida em três etapas. A primeira constituiu-se como **Pré-análise**, na qual, foi realizada uma leitura flutuante através dos documentos levantados na instituição estudada. Através desse procedimento, foi possível realizar a delimitação dos documentos e definição de categorias para análise. A segunda caracterizada como **Exploração do material,** consistiu em uma fase mais aprofundada, em que os documentos foram minuciosamente verificados, classificados em suas categorias no intuito de encontrar uma definição de "núcleos de sentidos", vinculados à pesquisa. Na terceira, e última etapa, realizou-se o **Tratamento dos resultados obtidos**, em

que se identificaram os resultados válidos a partir das inferências e da interpretação das informações obtidas. (BARDIN, 2011, p. 127, grifo nosso).

3 PERFIL DA INSTITUIÇÃO

O perfil da instituição foi traçado baseando-se em dados gerais da Universidade, sua forma de atuação e o histórico da unidade acadêmica em estudo (EBA-UFMG) para situar a instituição perante o leitor.

3.1 Instituição

Para caracterizar o perfil da Instituição os dados foram retirados Relatório de Gestão-UFMG, 2015.

• **Nome completo e oficial do órgão:** Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

• **Número do CNPJ:** CNPJ – 17.217.985/0001-04

• **Natureza Jurídica:** Autarquia de regime especial

• **Vinculação Ministerial:** Ministério de Educação – MEC.

• **Endereço completo da sede:** Avenida Antônio Carlos, nº 6627, Bairro Pampulha, CEP: 31.270-901, Belo Horizonte, MG. Telefones: (31) 3499-5000 e Fax: (31) 3499-4130.

• **Endereço da Página na Internet:** www.ufmg.br

• **Norma de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada:** Criada em 1927 como Universidade de Minas Gerais, por meio da Lei estadual nº 956, de 07.09.1927. Essa lei incorporou escolas e faculdades isoladas existentes em Belo Horizonte na época. No ano de 1949 a Universidade foi federalizada (Lei Federal nº 971, de 16.12.1949) e, em 1965, por determinação do Governo Federal, passou a denominar-se Universidade Federal de Minas Gerais.

• **Unidade Acadêmica Escola de Belas Artes:** A Escola de Belas Artes é uma unidade Gestora da UFMG.

• **Endereço completo:** Avenida Antônio Carlos, nº 6627, Bairro Pampulha, CEP: 31.270-901, Belo Horizonte, MG. Telefone: (31) 34097478/ 34095262.

• **Número do CNPJ:** 17.217.985. /0006-19.

3.2 Forma de Atuação

A Universidade oferece cursos nas diversas áreas do conhecimento em todos os níveis de ensino. O ensino é transformado em um processo contínuo de excelência que abrange as modalidades presencial e à distância. Dessa maneira, privilegia a formação cidadã e ética de todos os envolvidos (PDI, 2013-2017).

A graduação é composta do percurso acadêmico com relativa autonomia para que o aluno direcione o planejamento dos seus estudos, o que lhe proporciona uma formação com peculiaridades da área desejada (PDI, 2013-2017).

Já na pós-graduação, é possível observar o realce dado ao discente nos cenários nacional e internacional através de constante aprimoramento dos cursos em qualidade, relevância, abrangência e diversidade (PDI, 2013-2017).

Há também o ensino básico e profissional, além de cursos na área de extensão, voltados à comunidade externa, e de enriquecimento curricular A Universidade alicerça seu compromisso por meio da política que garante a oferta do ensino público. Entre as ações promovidas com essa intenção destacam-se: a ampliação das vagas, a política de reserva de cotas, a oferta de programas de apoio a permanência de alunos em condições vulneráveis, à igualdade de oportunidades e a melhoria continua da infraestrutura e qualificação do corpo docente (PDI, 2013-2017).

3.3 Histórico da Escola de Belas Artes

A Universidade de Minas Gerais foi federalizada em 1950, porém foi nomeada Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) somente em 1965. Antes da federalização, a UMG era uma instituição privada, embora beneficiária de subvenções estaduais. Graças ao empenho das congregações da universidade, foi organizada a minuta do projeto de federalização, aprovada pelo Conselho Universitário e pelos esforços do senador Fernando Mello Vianna. À época da federalização, a Escola de Arquitetura e as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas já estavam incorporadas à UFMG (DUARTE; STARLING, 2007).

O curso de Belas Artes, inicialmente criado pelo Professor Sylvio de Vasconcelos e formalizado por meio da Resolução da Congregação da Escola de Arquitetura em 05 de abril de 1957, funcionava dentro da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Logo depois, foi transformada em Unidade Acadêmica que se integrou ao sistema de Ensino Superior da Universidade por meio do Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 62.317 de 28 de fevereiro de 1968.

Em 1965 o curso foi convertido em Escola de Belas Artes, os professores deixaram de ser considerados professores do ensino especializado e integraram o quadro da Universidade. Novas condições de trabalho foram oferecidas, e aumentado o número de funcionários, alunos e professores.

A Escola de Belas Artes passou a funcionar no novo prédio, onde está alocada até os dias atuais, em 1972. Ocorreram mudanças na estrutura e alocação de espaços ao longo do tempo e um novo projeto de escola foi criado por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – REUNI.

3.4 Descrição das Finalidades e da Visão da Universidade Federal de Minas Gerais e da Escola de Belas Artes

A visão representa o destino a ser dado a uma determinada realidade. Transmite a imagem que a instituição tem de si e do seu futuro. Caracteriza-se como um plano que descreve o algo concreto a ser alcançado. Serão apresentadas as finalidades e a visão da UFMG em relação à pesquisa, ensino e extensão.

3.4.1 Finalidades

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, bem como suas unidades acadêmicas, como a Escola de Belas Artes (EBA-UFMG), têm por finalidades precípuas:

> A geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. (PDI-UFMG, 2013-2017)

No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais. Constitui-se ainda como um veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como Universidade de classe mundial (PDI-UFMG, 2013-2017).

3.4.2 Visão

Visando ao cumprimento integral das suas finalidades, e ao seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como visão:

> Gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, visando o desenvolvimento econômico, a diminuição de desigualdades sociais e a redução das assimetrias regionais, bem como o desenvolvimento sustentável. (PDI-UFMG, 2013-2017)

3.5 Informações Sobre o Porte da UFMG e da EBA-UFMG

Os dados dos subitens abaixo foram extraídos do documento intitulado RELATO INSTITUCIONAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Tal documento foi elaborado de acordo com a Nota Técnica número 14 de 2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC e Nota Técnica número 062 de 2014 do INEP/DAES/CONAES de autoria da Comissão Própria de Avaliação da UFMG realizado em 07 de março de 2017.

• **Território:** área total de 8.769.690m²; área construída de 639.777m².

• ***Campi* universitários:** 04 (Campus Pampulha e Saúde constituído pela Faculdade de Medicina, pela Escola de Enfermagem e pelo complexo do Hospital das Clínicas, bem como a Faculdade de Direito e a Escola de Arquitetura, estas duas, localizadas em prédios isolados e com perspectivas de, em breve, terem também suas instalações transferidas para o Campus Pampulha – localizados em Belo Horizonte, Campus Cultural da UFMG na cidade de Tiradentes e Campus Instituto de Ciências Agrárias – ICA na cidade de Montes Claros).

• **Unidades acadêmicas:** 19 (Escola de Arquitetura, Escola de Belas Artes, Escola da Ciência da Informação, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Escola de Enfermagem, Escola de Veterinária, Escola de Engenharia, Escola de Música, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Odontologia, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Exatas e Instituto de Geociências.

• **Unidades especiais:** 03 (Centro pedagógico, Colégio Técnico e Núcleo de Ciências Agrárias).

3.5.1 População universitária

- **Alunos:**

  Alunos da graduação (presencial e a distância): 33.242.

  Alunos de pós-graduação: 14.013.

  Educação básica e profissionalizante: 1.694.

  Total de alunos da UFMG: 48.949.

- **Magistério:**

  Magistério superior: 2.818.

  Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: 111.

- **Docentes por titulação:**

  Graduação: 22.

  Especialização: 27.

  Mestrado: 226.

  Doutorado: 2.543.

  Total: 2.818.

- **Técnicos-administrativos:**

  Técnicos-administrativos em Educação: 4.299.

3.5.2 Ensino de Graduação

- **Cursos presenciais:**

  Número de cursos: 77.

  Bacharelado 59.

  Licenciatura: 03.

  Bacharelado e licenciatura: 14.

  Curso Superior de tecnologia: 01.

  Número de alunos: 32.196.

- **Ensino a distância:**

  Cursos ofertados: 5.

  Número de alunos: 946.

  Total de alunos da graduação: 33.242.

• **Ensino de pós-graduação:**

Stricto sensu:

Cursos de doutorado: 63.

Alunos de doutorado: 4.378.

Cursos de mestrado: 77.

Alunos de mestrado: 4.030.

Total de alunos de mestrado e doutorado: 8.527.

Lato sensu – especialização:

Número de cursos: 68.

Número de alunos: 5.605.

Total de alunos de pós-graduação: 14.013.

3.5.3 Pesquisa e inovação

• Grupos de Pesquisa: 755.
• Programas institucionais de fomento à pesquisa: 12.
• Laboratórios: 600.
• Pesquisadores: 2.500.
• Maior depósito de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI): 738.
• Depósitos de patentes em âmbito internacional: 296.
• Contratos de licenciamento (transferência de tecnologia para o setor produtivo) firmados: 78.
• Empresas graduadas em incubadora: 59.
• Empresas incubadas simultaneamente: 10.

3.5.4 Extensão

• Programas: 174.
• Projetos: 1.016.
• Cursos: 228.
• Total de bolsas de extensão implantadas em 2015: 915.
• Bolsas voltadas para ações afirmativas: 119.
• Ações de extensão: 1.944.

3.5.5 Cooperação internacional

• Convênios com instituições no exterior: 425.

3.5.6 Assistência estudantil

• Vagas na moradia universitária (Belo Horizonte e Montes Claros): 740

• Restaurantes universitários: 5.

• Os dados a seguir foram fornecidos pela unidade acadêmica em estudo por meio do ofício 32/2018 da Seção de Pessoal:

Escola de Belas Artes:

Nº de docentes: 112.

Nº de técnicos administrativos: 66.

Nº de alunos: 1.367.

Projetos de extensão: 50.

Laboratórios: 20.

Há também alguns terceirizados que realizam as atividades consideradas meio como faxina e portaria, auxiliando na manutenção do prédio. Dotadas de sede e estruturas administrativas próprias, as unidades acadêmicas da UFMG realizam atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão. Ofertam cursos superiores que tem por objetivo conferir diplomas de Graduação e Pós-Graduação. A organização dessas unidades normalmente é realizada através da estrutura departamental, estabelecida suas relações hierárquicas (PDI – UFMG, 2013-2017).

A Congregação e a Diretoria de cada unidade são responsáveis por administrar essas estruturas. Através da supervisão da política de ensino, pesquisa e extensão a Congregação é formada pelo diretor, vice-diretor e os representantes docentes, discentes e técnico-administrativos. O diretor tem como principal atribuição ser a autoridade administrativa da unidade acadêmica, supervisionar as atividades didático-científicas e dirigir os serviços administrativos, incluindo pessoal, finanças e patrimônio (PDI – UFMG, 2013-2017).

Os Colegiados de curso exercem a função de coordenação didática de Graduação. Como atribuições também realizam as funções de: orientar e coordenar as atividades do curso e propor ao Departamento, ou estrutura equivalente, a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das

atividades acadêmicas curriculares que o compõem; referendar os programas das atividades acadêmicas curriculares que compõem o curso; decidir das questões referentes a matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida as normas pertinentes e coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso (PDI-UFMG, 2013-2017).

Regulamento aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável por estabelecer a composição do Colegiado de Curso. Esse conselho também é responsável por definir a criação de Colegiados Especiais, sujeitos à aprovação pelo Conselho Universitário, com atribuições específicas (PDI-UFMG, 2013-2017).

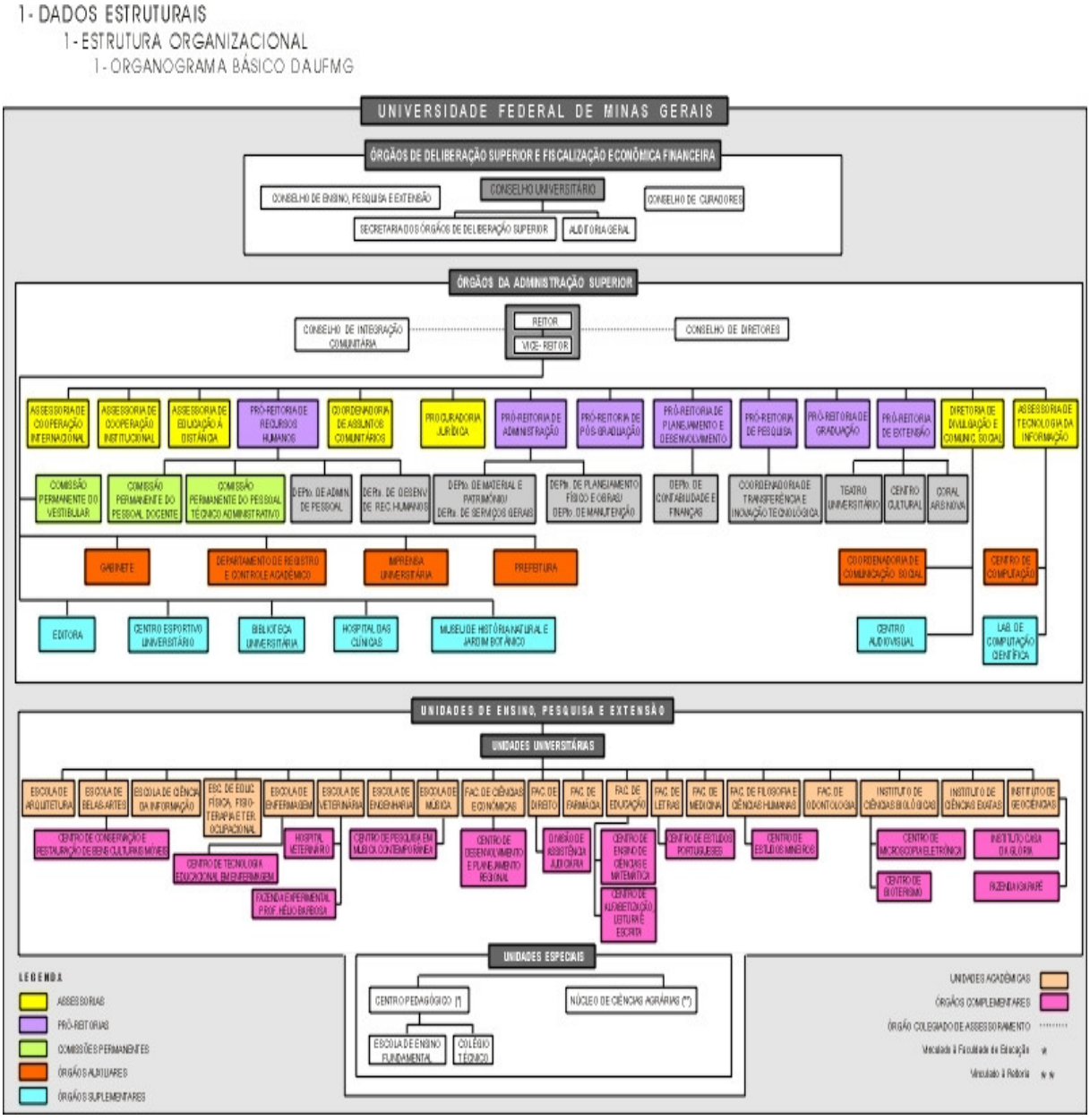
São permitidas pelo Estatuto da UFMG maneiras diversificadas de organização das unidades acadêmicas, porém a estrutura departamental é adotada na maioria, com exceção da Faculdade de Letras e no Instituto de Ciências Agrárias (PDI-UFMG, 2013-2017).

Dentre as atribuições das Câmaras Departamentais, observa-se o planejamento e supervisão da execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Departamentos, bem como a avaliação dos planos de trabalho dos docentes a eles vinculados e atribuição de encargos. São responsáveis também por estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do departamento e propor aos Colegiados de Curso os créditos correspondentes, propor a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações do regime de trabalho desses manifestar-se sobre o desempenho de docentes e de servidores técnico-administrativos, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão (PDI-UFMG, 2013-2017).

As Assembleias Departamentais atuam no âmbito dos Departamentos. A essas competem a eleição do Chefe de Departamento e o exercício de funções consultivas em relação às Câmaras Departamentais (PDI-UFMG, 2013-2017).

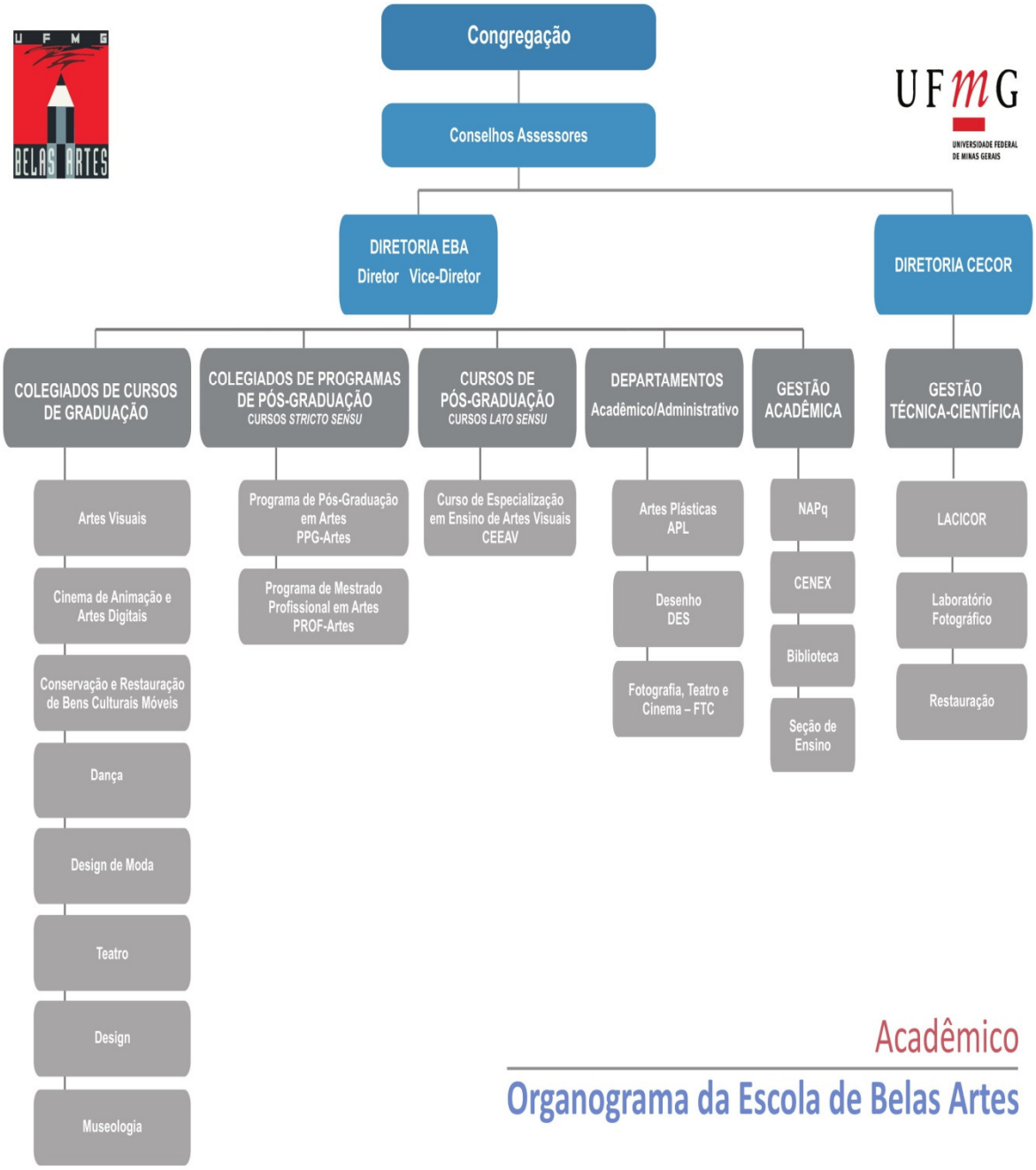
Para melhor compreensão da estrutura hierárquica, bem como da divisão dos setores/funções e suas relações são apresentados os organogramas da Universidade e da Escola de Belas Artes, a seguir:

Figura 1 – Organograma da Universidade Federal de Minas Gerais



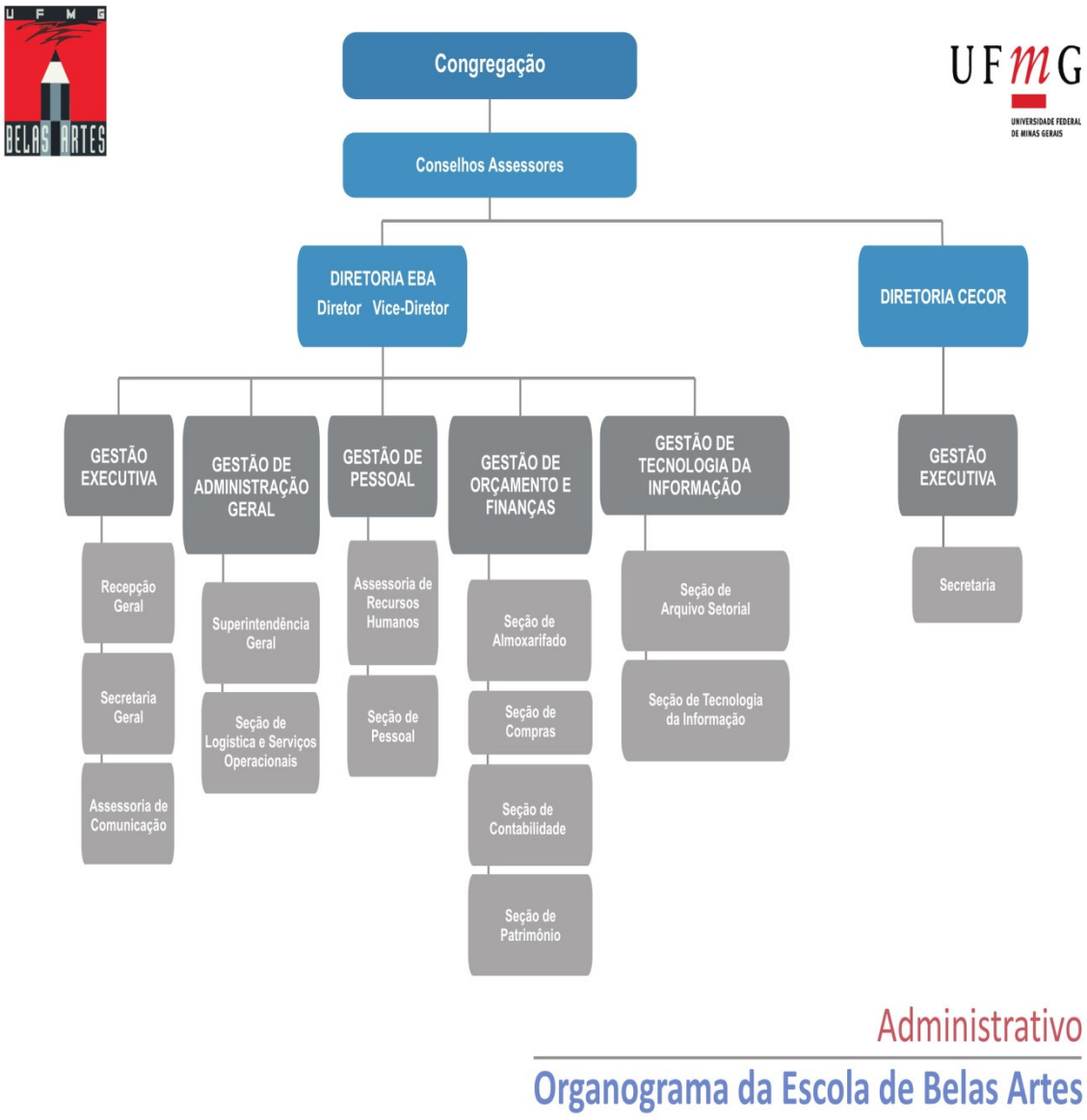
Fonte: Relatório de Gestão UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan/organograma/>. Acesso em: 9 mar. 2018.

Figura 2 – Organograma acadêmico da Escola de Belas Artes-UFMG



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da EBA-UFMG (2014 a 2018).

Figura 3 – Organograma administrativo da Escola de Belas Artes-UFMG



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da EBA-UFMG (2014 a 2018).

4 A ESCOLA DE BELAS ARTES DA UFMG: CARACTERIZAÇÃO E ADESÃO AO REUNI

Neste item serão descritas as características da unidade acadêmica em estudo e as discussões para sua adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

4.1 Adesão da Escola de Belas Artes ao REUNI

Em 22 de abril de 2008, reuniu-se uma mesa no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG composta pelos professores Evandro José Lemos da Cunha (diretor da EBA-UFMG), Luiz Antônio Cruz Souza (vice-diretor da EBA-UFMG), Professores Ana Lúcia Pimenta Starling e Ricardo Valério Fenati (membros da comissão geral do REUNI), a senhora Alenka (arquiteta da UFMG) e o Reitor da época Prof. Ronaldo Tadeu Pena. Do total de 62 professores da unidade acadêmica, estavam presentes 54 docentes, havia 14 discentes e 8 técnicos administrativos que compunham o quórum da reunião[2].

O objetivo do encontro era apresentar à EBA a proposta do REUNI que já estava aprovada ao final de 2007 pelo Conselho Universitário da UFMG. Os departamentos acadêmicos da unidade se manifestaram enviando documentos sistematizados com diversas informações coletadas, por meio de reuniões, com a comunidade acadêmica da EBA a fim de compreender as demandas e os desejos com o intuito de se chegar a uma proposta de ampliação e reforma da escola. Também foram indagadas questões relativas aos novos currículos que deveriam ser implantados e/ou modificados devido ao REUNI.

A previsão para início das obras de expansão culminando na construção de um novo prédio (anexo ao atual) para a escola se daria a partir de março de 2009. A EBA-UFMG seria a primeira a iniciar as obras, paralelamente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (ATA CONGREGAÇÃO EBA-UFMG, 2008).

Após discussões que já estavam sendo realizadas na unidade (Ofício nº 077/07, sobre a aprovação do departamento de artes plásticas da adesão ao REUNI e Ofício nº 083/07 da diretoria da EBA-UFMG ao Reitor sugerindo ajustes no currículo de Artes Visuais para aderir à proposta, entre outros), ficaram estimados o seguinte quantitativo de recursos iniciais para a escola, bem como o número de docentes inicialmente apresentados para a implantação dos novos cursos, conforme a Tabela 1.

[2] Declaração em Ata de Reunião do dia 22 de abril de 2008 – Secretaria-Geral EBA-UFMG.

Tabela 1 – Recursos inicialmente previstos e número de docentes destinados aos cursos criados pelo REUNI na EBA-UFMG

Curso	Docentes	Recursos financeiros
Cinema de Animação e Artes Digitais	3	130.000,00
Conservação e Restauração de Bens Culturais e Móveis	5	150.000,00
Dança	7	180.000,00
Design de Moda	7	40.000,00
Total	20	700.000,00

Fonte: adaptado do Ofício nº 454/2008 PROPLAN-UFMG.

Dessa maneira, a unidade contaria com 20 professores novos de imediato para compor os novos quadros dos cursos ou complementar a demanda vigente e o total de R$700.000,00 (setecentos mil reais) seria alocado para as primeiras adequações e instalações de espaço físico e equipamentos que se fizessem necessários.

Em maio de 2008, realizou-se outra reunião na escola para discutir os projetos pedagógicos dos novos cursos e apresentá-los às câmaras departamentais para apreciação e aprovação. O colegiado do curso de artes visuais solicitou a aprovação da proposta do ajuste curricular já implantado em 2006, diante da expansão de vagas (de 66 para 80) e, também, criou uma planilha para levantar a demanda de novos docentes a ser encaminhada à comissão do REUNI.

Em 30 de junho de 2008, por meio do Ofício da PROGRAD nº 486/2008, o pró-Reitor de Graduação esclarece ao colegiado de graduação de artes visuais que o Professor Luís Antônio Cruz Souza, vice-diretor na época da EBA-UFMG havia solicitado a ampliação de 44 vagas no curso diurno de artes visuais, sem necessidade de alocação de vaga docente. Assim, a ampliação geraria para a unidade apenas os recursos financeiros previstos para o custeio das iniciativas associadas ao Programa REUNI. O Conselho Universitário aprovou a proposta, mencionando claramente que tal iniciativa seria tomada sem qualquer alocação de força de trabalho docente e as novas vagas já seriam incorporadas ao Edital Vestibular de 2009.

Na época, considerou-se a possibilidade de expandir o número de vagas do curso de artes visuais para 110 a partir do ano de 2010. Porém, como o prédio novo não foi

finalizado, os gestores da unidade, decidiram por prudência, junto aos docentes, não aceitar tal aumento.

O Ofício nº 601/2007, de 30 de novembro de 2007, do Gabinete do Reitor deu conhecimento sobre a implantação do Projeto REUNI – UFMG e alertou sobre a construção, ampliação e/ou reforma de diversos prédios na UFMG[3]. Por meio desse, o Reitor discursou sobre o aumento excessivo de vagas previsto para 2009 e 2010 e a rapidez que as ações deveriam ser executadas. Diante disso, o conselho universitário foi convocado em reunião no dia 20/12/2007 para deliberar sobre a matéria e procedimentos relativos ao início do programa em 2008.

Esse documento trouxe a proposta do Plano de Investimentos em Infraestrutura do REUNI – UFMG que subsidiou a reunião do conselho. Na página nove do plano de Investimentos em Infraestrutura do REUNI-UFMG estava prevista a ampliação da Escola de Belas Artes em que se colocou a necessidade de construção de uma nova edificação e de mais um pavimento no atual prédio do CECOR.

A soma da área que seria construída era de 2.000,00m^2, sendo parte para ao crescimento vertical (3º pavimento do prédio do CECOR) e a outra parte para a construção de um novo prédio na área contigua ao edifício atualmente existente na escola.

Essas edificações deveriam abrigar salas de aulas para 40,50 e 60 alunos, seminários e diversos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão. Também seriam construídos, de acordo com esse plano, gabinetes para professores, para alunos de pós-graduação, salas para bolsistas, para chefias, secretarias, colegiados, além de espaços para apoio e suporte.

Os edifícios seguiriam o padrão convencional aplicado no campus Pampulha. As características construtivas do prédio novo estimavam o custo do metro quadrado em R$1.600,00 (mil e seiscentos reais) e a estimativa do investimento era da ordem de R$3.200.000,00 (três bilhões e duzentos mil reais).

O Parecer nº 01-2011, de 17 de março de 2011, citado abaixo, apresenta os relatórios da Comissão de Acompanhamento do Projeto Campus 2010. Nesse documento o retorno sobre o prédio da Escola de Belas Artes foi o seguinte:

> A equipe de arquitetura já realizou diagnóstico, estudos preliminares e anteprojeto. Está discutindo o anteprojeto arquitetônico com a comunidade da unidade acadêmica. Os projetos complementares estão aguardando distribuição dos recursos para contratação. Previsão de conclusão: 225 dias. (Parecer nº 01/2011, UFMG)

[3] Fonte: Campus 2010 – Proposta do Plano de Investimentos em Infraestrutura do REUNI-UFMG – novembro de 2007. 19 p.

Acreditava-se que o prédio seria entregue até o ano de 2012, mas tal evento não ocorreu. No projeto "UFMG em expansão" foi criada uma comissão de acompanhamento das obras que seriam realizadas no campus Pampulha entre os anos de 2010 a 2014. Essa comissão, estabelecida pela Resolução 13/2008, de 18 de setembro de 2008, analisou o projeto e novamente colocou-o em discussão.

Porém, devido às circunstâncias de restrição orçamentária na universidade em 2014, houve a necessidade de se repensar a priorização para realizar obras naquele ano. O Ofício nº 059/2012, de 2 de julho de 2012, da EBA emitido pela então Diretora, Maria Beatriz Mendonça, membro titular da comissão de obras e patrimônio do Conselho Universitário da UFMG, descreve todas as reuniões agendadas com o Reitor e a Comissão de Obras e Patrimônio para dar continuidade ao projeto de construção do prédio novo.

Esse documento ainda alertou que deveria ocorrer uma análise criteriosa de viabilidade de execução parcial das obras que haviam sido interrompidas para atender às atividades didáticas essenciais dos cursos advindos e impactados pelo REUNI na EBA. Além disso, essas intervenções físicas deveriam se caracterizar como obras emergenciais, observando o art. 3º da Resolução UFMG nº 12/95. As obras foram efetivamente paralisadas no segundo semestre de 2014 e o prédio novo encontra-se abandonado nos dias atuais.

4.2 Panorama Atual dos Cursos da EBA-UFMG

Atualmente, a Escola de Belas Artes (EBA-UFMG) oferta os cursos de graduação em Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Conservação e Restauração, Design de Moda, Teatro e Dança, além dos programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. O curso de especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis foi o primeiro a ser criado no ano de 1978. Em 1995, criou-se o mestrado em Artes Visuais e o Doutorado em 2006. O curso de especialização em Ensino de Artes Visuais, na modalidade à distância foi criado em 2007 por meio da Universidade Aberta (UAB).

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) corroborou com o aumento de vagas nos cursos e também no quadro de docentes, discentes e funcionários. Inserida nesse novo contexto, a EBA-UFMG vem, continuamente, aplicando esforços para crescer, ampliar e reformar o espaço físico, adquirir equipamentos adequados às salas de aulas e investindo no aumento do quadro de docentes e técnicos administrativos.

Tabela 2 – Cursos impactados/criados pelo REUNI na EBA-UFMG

Curso	Vagas 2007	Vagas 2008	Vagas 2009	Vagas 2010	Vagas 2011	Vagas 2012
Artes Visuais*	66	66	80	80	80	80
Cinema de Animação e Artes Digitais**	-	40	40	40	40	40
Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis**	-	30	30	30	30	30
Dança**	-	20	20	20	20	20
Design de Moda**	-	45	45	45	45	45

Legenda: *Curso com vagas ampliadas pelo REUNI. **Cursos criados pelo REUNI.

Fonte: adaptada do Relatório de Atividades UFMG 2008 a 2012.

Por meio da tabela 2 é possível verificar que o curso de Artes Visuais teve o número de vagas aumentadas de 66 para 80, crescendo aproximadamente 20%, a partir de 2008, alterando o quantitativo de candidatos por semestre a quarenta vagas no vestibular.

4.2.1 Pós-graduação na Escola de Belas Artes

A seguir, observaremos aspectos referentes à especialização na EBA-UFMG, tanto em sentido estrito (mestrado e doutorado) como em sentido abrangente (especialização).

4.2.1.1 Mestrado e doutorado

A Pós-Graduação da EBA-UFMG é constituída de três níveis: especialização, mestrado e doutorado. O Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes) da Universidade Federal de Minas Gerais é um dos mais antigos e bem estabelecidos na área de Artes no país, tendo conceito seis na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[4].

[4] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Programa de Pós-Graduação em Artes: Sobre o Programa. Disponível em: <https://eba.ufmg.br/pos/?page_id=38>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

Desde sua criação, em 1995, em nível de mestrado, e em 2006, doutorado, até a data de janeiro de 2018, o Programa já formou 403 mestres e 124 doutores. Possui uma única área de concentração, Artes, que se subdivide em seis linhas de pesquisa.

No ano de 2007, o Ofício nº 081/07, de 10 de outubro de 2007, encaminhado à Reitoria da Universidade apresentou as bolsas de custeio da pós-graduação para os novos cursos da EBA dentro da proposta do REUNI. A tabela 3 demonstra o quantitativo de bolsas por curso:

Tabela 3 – Quantitativo de bolsas de estágio para docência na pós-graduação da EBA-UFMG

Curso	Tipo de bolsa	Quantitativo
Dança	Mestrado	5
	Doutorado	3
	Visitante	2
Design de Moda	Mestrado	10
	Doutorado	1
	Visitante	3
CAAD	Mestrado	8
	Doutorado	1
CCR	Mestrado	6
	Visitante	2

Fonte: adaptado do Relatório de gestão do departamento de pós-graduação EBA-UFMG. 2008-2012.

Os valores anuais enviados para concessão das bolsas foram de, R$11.280,00 para mestrado, R$16.728,00 doutorado e professor visitante R$39.600,00. Assim, o valor total para o curso Design de Moda era de R$262.500,00/ano, para o de CCR R$150.000,00/ano, Dança R$187.000,00/ano e CAAD R$112.000,00/ano.

Em 2017, foram registrados 41 docentes participantes do Programa. Desse universo, 06 docentes são bolsistas de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e/ou Pesquisador Mineiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)[5].

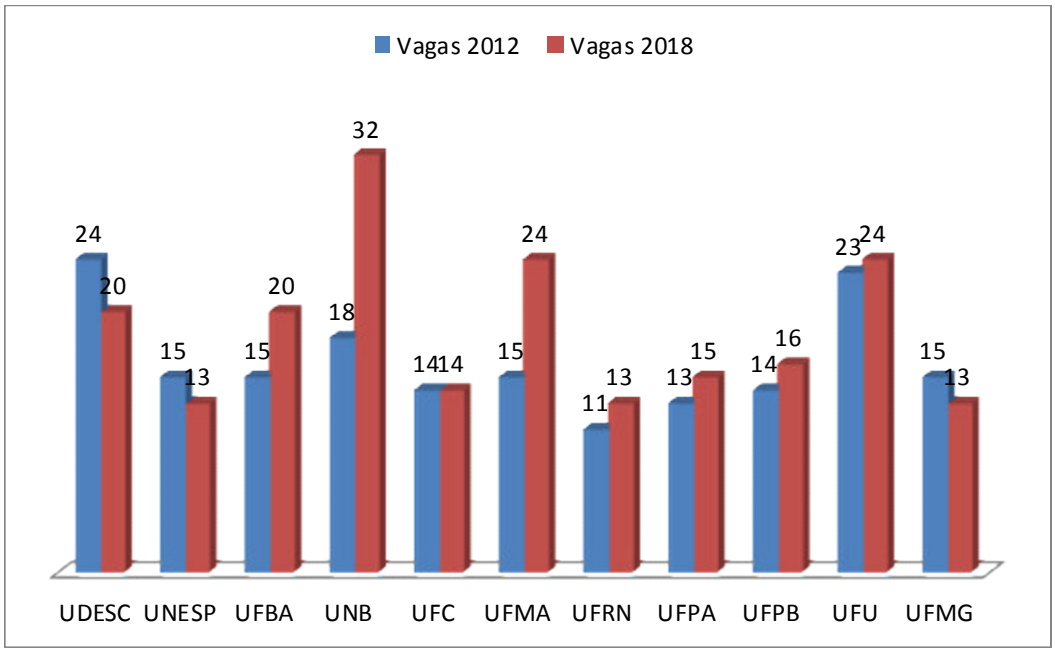
[5] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Programa de Pós-Graduação em Artes: Sobre o Programa. Disponível em: <https://eba.ufmg.br/pos/?page_id=38>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

O PROF-ARTES é um programa de Mestrado Profissional (*stricto sensu*) em Artes com área de concentração em Ensino de Artes, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Este curso é oferecido em formato semipresencial com obrigatoriedade de assistência às aulas nos Campi das Instituições de Ensino Superior Associadas. A Escola de Belas Artes é a unidade responsável pela recepção das atividades do programa no âmbito da UFMG[6].

Organizado pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), o curso possui uma estrutura semipresencial ofertando duas disciplinas de fundamentação à distância, quatro disciplinas obrigatórias (incluindo a realização de trabalho de conclusão orientado de forma presencial) e duas, optativas.

A participação no Prof-Artes é permitida aos candidatos docentes concursados na Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio), portadores de diploma de nível superior reconhecidos pelo MEC em qualquer área do conhecimento. Esses professores deverão estar ministrando aulas de artes (Artes Cênicas, Artes Visuais e Música) em Instituições Escolares Públicas. É necessário manter as atividades docentes na escola enquanto realizam o curso de Mestrado Profissional.

Gráfico 1 – Vagas ofertadas no Prof-Artes – 2012 e 2018



Fonte: a autora.

[6] Instituições de Ensino Superior Associadas: Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

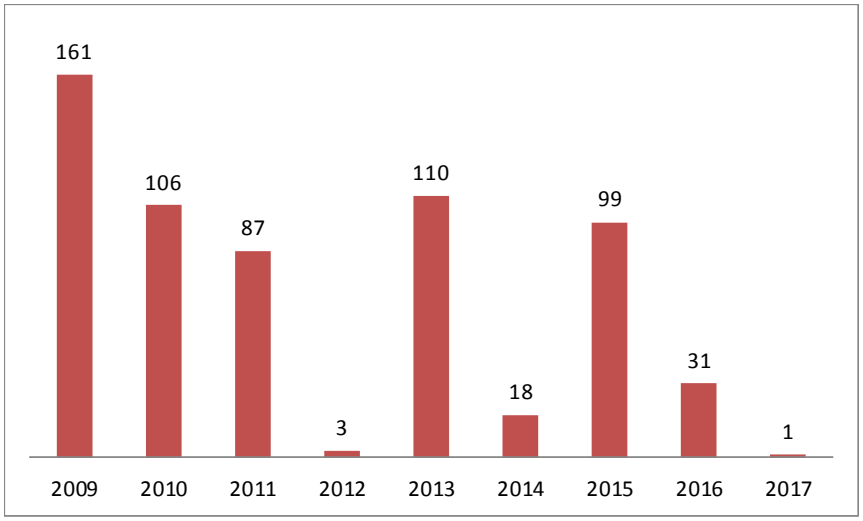
Ocorreram duas seleções até o ano de 2018. Na primeira em 2015 as vagas oferecidas foram: 177, já em 2018 ofertaram 204 vagas. O gráfico 1 demonstra de forma detalhada as vagas ofertadas por universidade.

4.2.1.2 Especialização

Originado em 2007, o Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas (CEEAV-TC) teve seu projeto pedagógico baseado no currículo do Curso de Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFMG, com aprofundamento para um curso de especialização. Foi criado por meio de parceria entre a UFMG e o programa UAB. O curso é ministrado na modalidade à distância e, em 2017, possuía um quantitativo de 616 alunos titulados desde a sua criação (REGULAMENTO CEEAV-TC, 2014).

O curso tem a duração mínima de um ano letivo e máxima de dois anos, prorrogável a juízo da comissão coordenadora. São ofertadas em média de 200 a 300 vagas por ano em várias cidades polos – Araçuaí, Araxá, Bom Despacho, Campos Gerais, Conceição do Mato Dentro, Confins, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Corinto, Formiga, Governador Valadares, Ipanema, Itabira, Jaboticatubas, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Teófilo Otoni, Tiradentes e Uberaba (REGULAMENTO CEEAV-TC, 2014).

Gráfico 2 – Alunos titulados no CEEAV-TC – 2009 a 2017



Fonte: a autora.

O Gráfico 2 demonstra o quantitativo de alunos titulados no CEEAV, observando-se os maiores números em 2009, 2013 e 2015. Os processos de educação envolvidos, bem como as possibilidades de intervenção na formação docente dentro deste contexto estão sendo

pesquisados, visando ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa em educação em arte utilizando novas tecnologias (REGULAMENTO CEEAV-TC, 2014).

4.3 Infraestrutura da Escola de Belas Artes

A infraestrutura da EBA-UFMG será descrita neste tópico abordando-se os espaços externos utilizados pelos cursos Design de Moda e Artes Visuais e em seguida, serão vistos os espaços internos do prédio principal, os anexos (CECOR E T.U.) e o prédio novo em construção.

4.3.1 Espaços utilizados pela EBA-UFMG

A EBA-UFMG possui dois espaços descentralizados, fora do campus Pampulha, mas em suas proximidades, onde estão instalados o curso de Design de Moda (Centro de Estudos e Pesquisas em Moda – noturno) e a Casa da Gravura (Curso de Artes Visuais – diurno)[7].

Esses espaços são mantidos pela Universidade que arca com os custos de manutenção e aluguel. O deslocamento oferecido aos alunos para esses locais ocorre da seguinte maneira: no período diurno, a rota do ônibus interno da UFMG atende à Casa da Gravura. Já no período noturno, o acesso ao Centro de Estudos e Pesquisas em Moda é realizado por meio das vans que a Escola de Belas Artes disponibiliza.

Os valores gastos em aluguel são de R$ 9.000,00 (nove mil reais) para a Casa da Gravura, conforme consta no Processo Administrativo nº 23072.017732/2012 (DLO-UFMG) referente ao oitavo termo de apostilamento – e R$ 18.588,90 (dezoito mil quinhentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) segundo o Processo Administrativo 23072,050395/2010-23 (DLO-UFMG) para o Centro de Estudos e Pesquisas em Moda.

A necessidade desses espaços surgiu na expansão do Programa REUNI que implantou o curso de Design de Moda e ocasionou a ampliação de vagas do curso de Artes Visuais. Tal evento não pôde ser absorvido no espaço então existente da unidade acadêmica.

Existe uma discussão a respeito da possibilidade de se alocar esses espaços dentro da estrutura do campus Pampulha em prédios internos. Porém, até o momento não foram apresentadas soluções efetivas para viabilizar esse procedimento.

---

[7] Endereço do Prédio da Moda – Rua Leopoldino dos Passos, nº 33 – Bairro São José. Belo Horizonte. CEP: 31.275-010. Endereço da Casa da Gravura – Alameda dos Jacarandás, nº 1.165. Bairro São Luiz. Belo Horizonte. CEP: 31.275-060.

O programa REUNI previa que o novo prédio das Belas Artes seria entregue em 2012, porém, com a paralisação das obras, em virtude de problemas judiciais com a empresa contratada, a Construtora Brasil Central Araguaia Ltda. – BCA- o novo prédio não chegou a ser finalizado, permanecendo abandonado ao lado do prédio atual.

O Ofício nº 154/2016 da Pró-Reitoria de Administração afirma que a obra foi unilateralmente paralisada pela BCA em 24/03/2014 após a empresa recusar-se a assinar o Termo Aditivo de Prazo Contratual, alegando divergências entre o prazo proposto por ela e o prazo aceito pela Universidade.

Durante a vigência contratual, a contratada manifestou-se por meio de notificações extrajudiciais pleiteando aditivos, pagamentos de medições e reajuste contratual, para imputar à contratante a culpa pela morosidade do processo, no entanto, sem apresentar justificativa que comprovasse as referidas alegações. O processo judicial encontra-se em andamento sem data prevista para conclusão (OFÍCIO PRA 243/2016 – UFMG).

A alternativa viável para o reinício da obra seria um novo processo licitatório, o qual ainda não foi viabilizado. Esse novo processo deverá passar pelo Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração, Departamento de Orçamento e Controle e pela Comissão de Obras e Patrimônio do Conselho Universitário. A EBA-UFMG repassou por meio do Ofício nº 25/2016 as discussões realizadas com a Congregação da unidade e reiterou a entrega do Programa de Necessidades e Projetos Básicos definidos e aprovados pela escola à Diretoria de Projetos da Universidade. O cronograma de ações para a execução do prédio ainda não foi estabelecido.

Essa situação ocasionou alguns transtornos com relação ao espaço vigente que é extremamente reduzido para atender à expansão no número de docentes, técnicos e alunos da escola. O prédio novo encontra-se com as obras paralisadas aguardando novas orientações sobre a retomada da construção.

A escola possui também diversos laboratórios que servem de suporte para as aulas práticas e salas especializadas como Laboratório Experimentação e Criação em Artes Cênicas-LECA; Laboratório de Iluminação Cênica – LIC; Laboratório de artes digitais – 1maginari0; Laboratório de Imagem, foto e revelação; Laboratório de vídeo; Laboratório de Ciência da Conservação-LACICOR; Laboratório de documentação científica por imagem; Laboratório de pintura e escultura; Laboratório Inovatio LMC; Laboratório Áudio Intersignos; Laboratório Mídia Arte; Laboratório de tridimensionalidade; Laboratório TCC; Laboratório Conservação preventiva; Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos e Fílmicos- LAGRAFI e Laboratório de Escultura;

Laboratório Licenciatura; Laboratório de Artes Gráficas (GRAFO) e dois Laboratórios de imagem em 3D.

Há uma boa infraestrutura de ateliês artísticos que também apoiam as atividades didáticas, são os Ateliês de Pintura, Desenho, Cerâmica e Escultura. Existe um Laboratório de Informática da Graduação – LIG/EBA – implantado pelo REUNI, para apoio aos cursos de graduação. Funciona na Sala 3014 da Escola de Belas Artes e comporta 22 alunos. Esse espaço do LIG/EBA é usado tanto como Laboratório de Ensino para os alunos das licenciaturas, quanto para a pesquisa na graduação.

O espaço de trabalho para a coordenação dos cursos de graduação e provimento de serviços acadêmicos ocorre em uma área destinada pela diretoria ao funcionamento compartilhado das cinco secretarias dos cursos de graduação. A unificação da área de atendimento buscou a otimização do espaço e a aproximação entre os cursos, funcionários e alunos. Essa dinâmica era prevista para o funcionamento das secretarias dos cursos de graduação no prédio novo financiado por meio da verba REUNI.

4.3.1.1 CECOR – Unidade complementar da EBA-UFMG

O Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR) é um órgão complementar da Escola de Belas Artes da UFMG[8]. O prédio fica dentro do loteamento da unidade acadêmica, possuindo estrutura própria para desenvolver suas atividades.

A Universidade Federal de Minas Gerais construiu três Centros de Atividades Didáticas (CAD 1, CAD 2 e CAD 3) especialmente para abrigar os novos cursos e atender a demanda de vagas do Programa de Reestruturação das Universidades Federais – Projeto REUNI (UFMG-REUNI, 2010, p. 11). As informações apresentadas a seguir foram retiradas do Projeto Pedagógico do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (CCR) de 2014.

Todas as disciplinas teóricas do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis (CCR) funcionam nas dependências do CAD 2 a partir da demanda de espaço encaminhada às áreas administrativas, conforme previsão de oferta de disciplinas para cada semestre. Todas as salas de aula são equipadas com estrutura multimídia, como tela interativa, computador, DVD, data show e tela de projeção. Há equipamentos específicos da

[8] Os Órgãos Complementares são vinculados às Unidades Acadêmicas da UFMG. Eles são criados pelo Conselho Universitário da Universidade e possuem regimento interno aprovado pela Congregação da Unidade de lotação (Estatuto da UFMG, art. 65).

Escola de Belas Artes depositados nos setores administrativos, como VHS e caixas de som, que atendem as especificidades do curso.

O CAD2 possui 4 laboratórios de informática, com capacidade para 50 alunos cada, para aulas com acompanhamento do professor; e 2 auditórios com capacidade para 250 pessoas cada, equipados com sistema de som e projeção. Alguns desses laboratórios são utilizados pelos cursos de Cinema de Animação e Artes Digitais, Design de Moda e Artes Visuais para atender às demandas que não têm como serem alocadas nos espaços físicos da EBA-UFMG. Recentemente, algumas disciplinas foram alocadas também no CAD1 para auxiliar nessa distribuição de esforços.

Já as disciplinas práticas do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, em sua maioria, funcionam no prédio do CECOR. Anteriormente à implantação da graduação, as aulas práticas eram ministradas nos Ateliês de Papel, Pintura, Escultura, Laboratório de Química e Sala de Aula Teórica que abrigavam as aulas do "Curso de Especialização em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis", valendo-se de toda infraestrutura organizada ao longo de trinta anos.

O Ofício nº 07, de 17 de junho de 2016, afirma que os laboratórios existentes no CECOR não abrigam todas as disciplinas práticas do curso. Há a necessidade de utilização de laboratórios e ateliês externos ao CECOR como ocorre, por exemplo, nas disciplinas de Química – cuja parte prática acontece no prédio da Química – de Microbiologia aplicada a Bens Culturais – cujas aulas são ministradas no Instituto de Ciências Biológicas – ICB –, e Técnicas de Impressão e Técnicas pictóricas sobre papel que ocorrem na Casa da Gravura. Há cinco laboratórios didáticos especializados: o Lacicor – Laboratório de Ciência da Conservação; o iLAB – Laboratório de Documentação Científica por Imagem; o LaP – Laboratório de Conservação-Restauração de Pintura; Labografi – Laboratório de Conservação-Restauração de Documentos Gráficos e Fílmicos – e o LaboRE – Laboratório de Conservação-Restauração de Escultura.

Através de verba advinda do REUNI, foi criado um terceiro andar e reformado os dois até então existentes, do prédio do CECOR. Considerando esta ampliação no escopo da formação acadêmica, o curso que antes formava no máximo 15 alunos a cada dois anos ao nível de especialização, passou a graduar 120 alunos anualmente.

O curso também conta com bolsistas de Pós-Graduação pelo Programa REUNI, tendo em média quatro bolsistas por ano desde 2008. Esses alunos vêm de Programas de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado da UFMG relacionados com a interdisciplinaridade do

curso, especialmente com as áreas de Química, História, Arquitetura, Artes e Ciências Sociais.

4.3.1.2 Teatro Universitário

Os cursos de graduação em Dança e Teatro têm suas aulas ministradas no prédio do Teatro Universitário (T.U.) que se encontra bem ao lado do prédio principal da EBA-UFMG. De acordo com Góes (2017, p. 29) o T.U. nasceu em 09 de dezembro de 1947 partindo da criação, pelo Conselho Universitário, do Grupo de Teatro de Estudantes. Este grupo era formado em sua maioria por estudantes dos cursos superiores da UFMG que tinham o desejo de pesquisar, fazer e produzir teatro na cidade de Belo Horizonte no final da década de 1940.

Em 1961, por indicação do crítico Sábato Magaldi, Haydée Bittencourt[9] transferiu-se para Belo Horizonte para assumir a direção artística e reestruturar o Teatro Universitário da UFMG. Durante os primeiros anos de sua atuação como diretora do T.U., Haydée estruturou o Curso de Formação de Atores (CFA). "Nesse processo, produziu uma grade curricular que serviu, inclusive, de modelo para o MEC criar a resolução que estabeleceu as matérias básicas para os cursos profissionalizantes da área, na década de 1980" (GOES, 2017, p. 30).

O CFA foi aprovado como um curso de extensão da UFMG em 1977. Essa autorização do Conselho de Extensão (posterior Pró-Reitoria de Extensão da UFMG) auxiliou no processo de fortalecimento do vínculo do T.U. com a Universidade.

Através da Portaria Nº 85, de 18 de outubro de 1989, da Secretaria de 2º grau do MEC, o T.U. recebeu autorização para funcionamento do curso e aprovação da grade curricular dessa habilitação.

O Regimento Interno do T.U. foi legitimado por meio da Portaria nº 20, de 16 de janeiro de 1990, da mesma secretaria e declarada a regularidade dos estudos de teatro em nível de 2º grau. O CEPE aprovou, em 3 de dezembro de 1992, a grade curricular do Curso de Formação de Ator do Teatro Universitário – a nível técnico da UFMG (GOES, 2017, p. 30).

[9] Haydée Nunes Bittencourt nasceu na cidade de São Paulo, no dia 13 de setembro de 1921. Descendente de portugueses e brasileiros, ainda muito criança morou em Portugal, onde teve seus primeiros contatos com o teatro. Ela foi atriz, radioatriz, diretora, produtora e professora de interpretação teatral. Em 1953, Bittencourt ingressou na Royal Academy of Dramatic Art (RADA) de Londres, onde foi admitida com relativo destaque, e estando de volta ao Brasil, alguns anos mais tarde, foi convidada por Alfredo Mesquita a lecionar na Escola de Arte Dramática (EAD) de São Paulo.

Com a aprovação da Resolução nº 05/2007 pelo Conselho Universitário da UFMG que regulamenta a criação da supracitada Unidade Especial denominada Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG (EBAP/UFMG), o Teatro Universitário juntamente com o Colégio Técnico e o Centro Pedagógico passaram a integrar centros de ensino.

Em 2009, o curso foi transferido para o Campus Pampulha. O endereço anterior era na rua Carangola nº 300, bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte. Pertencendo, então, à estrutura organizacional da UFMG, o T.U. ingressou no Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas as Universidades Federais/CONDETUF em 2010, que "possibilitou um espaço de troca das políticas públicas educacionais e novas possibilidades de recursos e investimentos para a escola" (GOES, 2017, p. 35).

O CFA, atualmente denominado Curso Técnico em Teatro, é composto de 3000 horas/aulas. A duração do curso é de três anos, com aulas de 2ª à 6ª feira no período da noite e aos sábados de manhã. A grade curricular baseia-se em disciplinas de interpretação, improvisação, literatura dramática, expressão vocal e corporal, produção teatral, visualidades do espetáculo e história do teatro (GOES, 2017, p. 36).

A vinda para o Campus Pampulha proporcionou uma maior integração do curso técnico com o nível da graduação, promovendo um maior alcance das atividades desenvolvidas pelo T.U. junto à comunidade acadêmica.

4.4 Quantitativo de Alunos por Curso da EBA-UFMG

Os dados demonstram o relatório de alunos da EBA-UFMG em março de 2018:

Tabela 4 – Relatório de Alunos EBA-UFMG em 2018

Cursos	Número de alunos
Artes Visuais	414
Cinema de Animação e Artes Digitais	237
Conservação e Restauração de Bens Móveis	138
Dança	112
Design de Moda	241
Teatro	225

Fonte: Sistema Acadêmico da Graduação e Pós-Graduação UFMG – SIGA.

O quantitativo da tabela 4 considera todos os alunos que estão regularmente matriculados no 1º semestre de 2018. Os alunos que estão em intercâmbio ou realizaram o trancamento do semestre até a presente data, foram excluídos da contagem. Dessa forma, é possível perceber o quantitativo total de 1.367 alunos que fazem parte da Escola de Belas Artes, atualmente.

5 AJUSTES CURRICULARES DEMANDADOS NOS CURSOS IMPACTADOS PELO REUNI

As propostas de alteração observam o padrão de qualidade e as condições em que ocorreram a autorização e credenciamento de cada curso da EBA-UFMG pelo MEC, a saber: Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis – Resolução nº 14/2007; Artes Visuais, documento 62.317 de 28/02/1968; Design de Moda, documento Parecer CG nº 343/2008; Dança – Resolução do MEC de 25 de outubro de 2007, Cinema de Animação e Artes Digitais Parecer CG nº 005/2009 e Teatro – Resolução nº 10 de 9/07/1998.

Tais ajustes visam seguir as Diretrizes do Parecer CNE/CES nº 583/2001 que afirmam a necessidade de os cursos de graduação contemplarem o perfil do formando/egresso/profissional – conforme o projeto pedagógico, além de orientarem o currículo para um perfil profissional desejado baseado nas Competências/habilidades/atitudes bem como as habilitações e ênfases (percurso/campo de estudo)[10].

5.1 Ajustes Curriculares do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

As discussões a respeito da revisão curricular foram estruturadas em 2014 no documento intitulado "Proposta de Reformulação do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis", encaminhado para a Pró-Reitoria de Graduação da UFMG. Este documento norteou as informações a seguir sobre os ajustes curriculares do curso.

O objetivo era alterar principalmente a carga horária de disciplinas obrigatórias e optativas a partir da análise do Núcleo Docente Estruturante – NDE. A Resolução CONAES nº 01/2010, de 17 de junho de 2010, normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Define que este se constitui por "um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso".

Por meio da avaliação do currículo foi constatado que era preciso rever a natureza optativa da maioria das disciplinas do curso, uma vez que essas eram responsáveis por gerar competências específicas.

[10] BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior [consulta UFMG]. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Considerou-se também o Parecer CNE nº 776/97, que indicava os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem. O documento afirma que os currículos devem evitar ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas. O quantitativo de horas em disciplinas optativas não poderá exceder 50% da carga horária total dos cursos. As disciplinas obrigatórias privativas da área permitem ao aluno atingir uma sólida formação para que possa vir a superar os desafios relacionados ao exercício profissional e de produção do conhecimento.

O caráter multidisciplinar da formação, com disciplinas de distintas áreas – Artes, História, Biologia, Química, Física, Arquitetura, Museologia – permite variados tipos de formação nesse mesmo programa. A flexibilização foi considerada no âmbito das disciplinas optativas, eletivas (formação livre) e dos conteúdos das obrigatórias.

A Proposta de Reforma Curricular foi resultado de uma discussão coletiva do projeto político pedagógico do Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis e contempla a constituição de um núcleo característico da identidade do curso, em torno do qual, é possível visualizar a flexibilização em vários momentos distintos.

Primeiramente, buscou tornar menos rígido o conteúdo das disciplinas obrigatórias que, por excelência, admitem o acesso do aluno a distintos objetos de pesquisa, espaços patrimoniais e processos de estudo autônomo. Valorizou-se a autonomia do aluno em poder optar a partir do 5º período do curso entre duas ênfases na flexibilização gerada pelo eixo da Formação Complementar composto por disciplinas eletivas relacionadas à vivência extraclasse e por meio da disciplina obrigatória do Estágio em Conservação e /ou em Restauração.

Prezou-se pelo desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso autoral cujo objeto final de análise depende da escolha do aluno e da viabilização de acesso à objetos de pesquisa e prática variáveis, disponíveis pela tutoria. E, por fim, optou-se pela flexibilização disponível na autonomia do aluno ao escolher entre disciplinas optativas, de formação complementar e formação livre, em um total de 495h ou 18,5% da carga horária total do curso.

Em 17 de janeiro de 2018, através do Parecer CG nº 011/2018 foi deferido pelo Colegiado os ajustes referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso para atender os seguintes instrumentos normativos: a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; a Resolução CNE/CP nº 1 de, 30 de maio de 2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em

direitos humanos e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação ambiental.

Dessa forma, a ementa de dez atividades de natureza obrigatória e duas optativas foram alteradas, conforme os Quadros 1, 2 e 3 abaixo:

Quadro 1 – Ajustes curriculares CCR, relações étnico-raciais

Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004	
APL 051- Artes Visuais I	Obrigatória
APL 052 – Técnicas e Materiais de Bens Culturais	Obrigatória
APL 053 – Artes Visuais II	Obrigatória
APL021 – Artes Visuais no Brasil I	Obrigatória
APL 029 – Artes Visuais no Brasil II	Obrigatória
APL 057 – Seminário: Sociologia	Obrigatória
APL 070 – Iconografia Religiosa	Obrigatória

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 011/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Quadro 2 – Ajustes curriculares CCR, direitos humanos

Resolução CNE/CP nº 1 de 30/05/2012	
APL 050- História e Teoria da Restauração	Obrigatória
APL 057 – Seminário: Sociologia	Obrigatória
APL 093 – Ética e Deontologia	Optativa

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 011/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Quadro 3 – Ajustes curriculares CCR, educação ambiental

	Resolução CNE/CP nº 2 de 15/06/2012
APL 050 – História e Teoria da Restauração	Obrigatória
APL 055 – Seminário: Insetos	Obrigatória
APL 058 – Conservação Preventiva	Obrigatória
APL 060 – Causas da Deterioração de Bens Culturais	Obrigatória
APL 093 – Ética e Deontologia	Optativa

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 011/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Os documentos da Reforma Curricular ainda estão sendo apreciados e aguardam aprovação na Pró-Reitoria de Graduação da UFMG[11].

5.1.1 Ajustes curriculares do Curso de Artes Visuais

O currículo do curso foi implantado em 2006 dentro dos parâmetros de flexibilização estabelecidos pela UFMG. Durante esta reforma o nome do curso, até então Curso de Belas Artes, foi alterado para Curso de Artes Visuais (PROJETO PEDAGÓGICO, 2006).

Propostos por meio do Ofício nº 38/2016 do Colegiado de Artes Visuais datado de 30 de junho de 2016 os ajustes curriculares do curso de Artes Visuais consistiram na extinção de duas disciplinas Forma, Cor e Composição (DES005) e Imagem técnica (FTC070) – ambas com carga horária de 75 horas.

Houve a inclusão das disciplinas Estudo da Forma – carga horária de 60 horas, Cor – carga horária 60 horas e Composição – carga horária 60 horas. Essas três novas disciplinas foram originadas do desmembramento da antiga DES005. Acrescentaram-se, ainda, Artes Gráficas – carga horária 60 horas. A disciplina Fotografia Básica (FTC 303) – 60 horas– passou de natureza optativa para natureza obrigatória no 1º período.

As disciplinas Ateliê de Artes Gráficas II (DES017), Ateliê de Artes Gráficas III (DES019), Ateliê de Desenho II (DES016), Ateliê de Desenho III (DES018) – Ateliê de

[11] Proposta de Reformulação do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, 2014.

Escultura II (APL036), Ateliê de Escultura III (APL039), Ateliê de Gravura II (APL037), Ateliê de Gravura III (APL040), Ateliê de pintura II (APL035), Ateliê de pintura III (APL038) passaram a ter carga horária de 150 horas ao invés de 225 horas.

Assim, o Parecer CG nº 118/2016, emitido pela PROGRAD, em 31 de agosto de 2016, autorizou os ajustes curriculares do curso de Artes Visuais registrados na nova versão curricular 2017/1.

5.1.2 Ajustes curriculares do curso de Cinema de Animação e Artes Digitais

Os ajustes curriculares do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais foram realizados por meio de diversos ofícios encaminhados à PROGRAD no ano de 2016. O Ofício nº 02/2016, de 21 de março de 2016, discorreu sobre a inclusão das disciplinas Tópicos Interdisciplinares em Arte e Cultura I, II e III na grade curricular do curso como disciplinas de natureza optativa. Já o Ofício nº 03/2016, de 13 de maio de 2016, abordou sobre as atividades que contemplam conteúdos de Direitos Humanos, Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais nos currículos de graduação.

Dessa forma, duas disciplinas sofreram alterações em ementas para atender aos temas de educação ambiental e relações étnico-raciais, conforme Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre educação ambiental e Parecer CNE/CP nº 03/2004, o qual estabelece a exigência das disciplinas Educação das Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira pelo INEP-MEC.

A disciplina Design de Interface – DES067 – sofreu alteração de ementa para desenvolvimento de propostas em design de interação. Teve uma abordagem mais direcionada à crítica da relação humano-computador e suas interfaces culturais, estéticas, ambientais e sociais. A Disciplina Crítica e Produção para a Web – DES 068 – teve sua ementa voltada para reflexões sobre o desenvolvimento histórico, estético e político na rede mundial de computadores e discussões sobre direitos humanos e relações étnico-raciais na *web*.

Em 4 de agosto de 2016, por meio do Ofício nº 05/2016, houve a retirada do pré-requisito de Produção Colaborativa via *web* – EBA 048- tornando essa disciplina de natureza optativa apenas para os percursos de cinema de animação.

Para entender a dinâmica dos percursos curriculares no curso e os ajustes posteriores realizar-se-á uma breve explicação a seguir: todos os alunos, ao entrar no Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais, são registrados no percurso curricular da área CAAD, conhecida como percurso híbrido. Nessa área são ofertadas disciplinas da habilitação em

Cinema de Animação e em Artes Digitais, com Formação Complementar Aberta – FCA (detalhada a seguir)[12].

A partir do segundo período da grade curricular, os alunos podem solicitar a mudança de percurso pela primeira vez, que aprovada pelo Colegiado, entra em vigor no período seguinte. Nesse momento, em cada semestre subsequente, os alunos podem requerer, por meio de formulário próprio disponível no Colegiado e no *site* do curso, a mudança entre os percursos (RESOLUÇÃO nº 02/2016).

Para cada ano de entrada, serão reservadas, no total, 10 vagas para cada área específica (Cinema de Animação ou Artes Digitais), em quaisquer dos percursos possíveis. Não há restrição de vagas para os percursos da área CAAD (RESOLUÇÃO nº 02/2016).

A cada semestre, as vagas serão redistribuídas pelo Colegiado de acordo com a demanda apresentada pelos alunos, da seguinte maneira: o total de alunos solicitantes somados aos alunos já pertencentes a uma determinada área pretendida constituirá um grupo de pretendentes às vagas na área específica para o semestre seguinte. Esse grupo de pretendentes será avaliado e selecionado de acordo com os critérios abaixo descritos, respeitando a seguinte ordem de prioridade: maior carga horária integralizada, média de Rendimento Global Semestral (RSG), último RSG e menor número de reprovações (RESOLUÇÃO nº 02/2016).

Findo o prazo, as solicitações protocoladas são organizadas por ano de entrada de acordo com a matrícula do aluno e por área pretendida, sendo elas: CAAD, Cinema de Animação ou, ainda, Artes Digitais. Atualmente, cada uma das áreas oferece três opções adicionais nos percursos: Formação Complementar Aberta (F.C.A.); Formação pré-estabelecida em Jogos (FCE); e Formação Livre – F.L. (RESOLUÇÃO nº 02/2016).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (2011, p. 27-28), a Formação Complementar pré-estabelecida em Jogos surgiu de um acordo entre a oferta de disciplinas compartilhadas no curso de Cinema de Animação e Artes Digitais e o ICEX. A FCE permite ao discente atuar no mercado como programador, analista e desenvolvedor de sistemas de jogos para computador e/ou consoles. O DCC compromete-se a oferecer 5 vagas para alunos do curso no 4º período curricular. Nos períodos subsequentes, os alunos deverão cumprir disciplinas específicas no curso e no DCC, dentro de um processo de formação do conhecimento em jogos. As disciplinas que compõem a FCE são Geometria Analítica e Álgebra Linear, Cálculo Diferencial e Integral I, Matemática Discreta, Computação Gráfica,

[12] Resolução da Coordenação Didática do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais nº 02/2016, de 8 de junho de 2016.

Programação para Jogos, Projetos Orientados de Jogos e Tópicos do DCC. A formação complementar pré-estabelecida em jogos pode ser conjugada com qualquer um dos três percursos: Cinema de Animação, Artes Digitais ou percurso Híbrido (PROJETO PEDAGÓGICO, 2011).

Já a Formação Complementar Aberta permite ao aluno selecionar atividades que "ampliem sua formação em áreas próximas do campo de estudo ao qual pertence". Portanto, o discente deverá buscar os conteúdos fora de sua unidade acadêmica sendo o Colegiado responsável por aprovar ou não o seu pedido. É imprescindível preservar-se uma "conexão conceitual com a linha básica de atuação do percurso de opção do aluno". São 24 créditos – 360 horas, exigidos para certificação da Formação Complementar Aberta (PROJETO PEDAGÓGICO, 2011).

A Formação Livre é o conjunto de atividades livres (antigamente denominadas eletivas) que oferece ao aluno "a possibilidade de ampliar sua formação em qualquer campo do conhecimento com base, estritamente, em seu interesse individual. Essa modalidade visa a atender às aspirações individuais por algum tipo de conhecimento particular". Além disso, por propiciar maior versatilidade à formação discente, é capaz de "responder a um anseio de fundamentação acadêmica do aluno e, desse modo, atender às demandas da sociedade". O aluno poderá obter créditos em quaisquer atividades acadêmicas curriculares da UFMG (PROJETO PEDAGÓGICO, 2011).

O Memorando nº 05/2016, de 27 de abril de 2016, solicitou ao Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema a anuência para trocar o código FTC207 da disciplina fotografia básica para FTC303. A ideia era uniformizar um código único para a oferta dessa disciplina nos cursos da EBA-UFMG, uma vez que quase todos os cursos da escola demandam vagas nessa disciplina.

A disciplina Introdução ao TCC foi solicitada por meio do Memorando nº 11/2016, de 24 de maio de 2016, com o intuito de tratar da concepção da monografia, definições de pesquisa, validação de referências bibliográficas e formatação.

Alterou-se a disciplina design sonoro II para o 7º período dos percursos de cinema, a disciplina panorama da arte digital para o 5º período do percurso artes digitais e por fim, a disciplina de introdução às narrativas interativas para o 3º período em todos os percursos.

5.1.3 Ajustes curriculares do Curso de Dança

Os ajustes curriculares do Curso de Dança, encaminhados por meio do Ofício nº 24, de 18 de outubro de 2017, apresentou propostas de alterações, extinções e criação de disciplinas visando atender às novas demandas do MEC por meio da Resolução nº 02, de 1 de julho de 2015.

A resolução define "as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada". Os Quadros 7 e 8 demonstram as propostas de nova grade curricular do curso:

Quadro 4 – Disciplinas retiradas do currículo atual de Dança

Dança no Brasil	OB	O desenvolvimento da dança cênica no Brasil: condições político-sociais do seu desenvolvimento.
Pesquisa em Dança	OB	Procedimentos metodológicos de pesquisa em dança: dimensões teóricas e/ou práticas. Elaboração de projeto.
Dança e Necessidades especiais I	OP	Conceito de necessidades especiais. Estudo da Declaração de Salamanca. Aspectos psíquicos, cognitivos, motores e perceptivos de portadores de necessidades especiais e sua avaliação específica.
Dança e Necessidades Especiais II	OP	Estágio curricular optativo em ONGs, Escolas Especiais, Projetos Culturais que abordem a prática da dança para alunos com necessidades especiais.
Dança e Longevidade	OP	Estágio curricular optativo em ONGs, Escolas Especiais, Projetos Culturais que abordem a prática da dança para alunos de maior idade.
Análise da Prática e Estágio Supervisionado em Dança I	OB	Ensino da arte nos ensinos infantil e fundamental (Primeiro Segmento): Teorias e práticas. Atuação em espaços de educação formal por meio da observação e análise crítica de prática professoral em unidades de ensino da educação básica. Elaboração de relatório.

Legenda: OB – obrigatória; OP – optativa.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Dança (2017, p. 12).

Quadro 5 – Disciplinas criadas para atender ao ajuste curricular da Resolução MEC nº 2, de julho de 2015

Dança e Sociedade II	OB	Percurso histórico da Dança Teatral nos séculos XX e XXI a partir de uma perspectiva multicultural. Origens e desenvolvimento da Dança Teatral no Brasil: condições político-sociais do seu desenvolvimento.
Pesquisa em Dança I	OB	Aprofundamento nos procedimentos de pesquisa: dimensões teóricas e/ou práticas. Elaboração de projetos.
Pesquisa em Dança II	OB	Elaboração e consolidação do projeto de TCC.
Portfólio	OB	Reflexões e prática de portfólio do processo formativo do aluno ao longo do curso: concepções, formatos e sistematização.
Materiais Didáticos para o ensino de Dança	OB	Investigação, elaboração e utilização de materiais e procedimentos didáticos destinados ao estímulo do ensino-aprendizagem em dança.
Inserção da Dança na Educação Básica	OB	Análise do processo de inserção da Dança como Campo de Conhecimento no contexto escolar: diretrizes da legislação brasileira (federal, estadual, municipal).
Processos de Composição e Criação em Dança	OB	Reflexão e prática sobre os modos de criação, composição e organização de partituras coreográficas relacionadas aos processos formativos em dança, com ênfase na Educação Básica.
Dança e Diferença I	OP	Estudo sobre as representações da pessoa em situação de deficiência em diferentes espaços e épocas: implicações éticas e estéticas na abordagem da prática docente.
Dança e Diferença II	OP	Experiências no contexto da prática docente em dança, na educação formal e não formal, com pessoas em situação de deficiência: implicações éticas e estéticas; proposição, análise e partilha.
Dança e Longevidade: poéticas do tempo	OP	Introdução aos estudos sobre as diferentes representações da velhice: implicações éticas e estéticas; prática da dança e iniciação à docência.
Análise da Prática e Estágio Supervisionado em Dança III	OB	Atuação em espaços de educação formal: regência de classes, análise e avaliação de prática pedagógica em dança.

Legenda: OB – obrigatória; OP – optativa.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Dança (2017, p. 13).

Em 7 de agosto de 2017, o Ofício nº 18/2017 salientou a inclusão das seguintes disciplinas no curso de dança através de ordem da PROGRAD aos Colegiados de Licenciatura da UFMG: Educação Inclusiva, Gestão Escolar, Educação Ambiental e Direitos Humanos.

O Projeto Pedagógico do Curso vigente é do ano de 2009. Os ajustes pretendem integralizar a Licenciatura em Dança com 3.200 horas, sendo 2415 horas de disciplinas obrigatórias e 785 horas de optativas. Os documentos para ajustes, no presente momento, estão sendo apreciados e aguardam aprovação na Pró-Reitoria de Graduação da UFMG.

5.1.4 Ajustes curriculares do Curso de Design de Moda

Em 2 de fevereiro de 2018, através do Parecer CG nº 019/2018 deferido pela PROGRAD, foram realizados ajustes referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso para atender aos seguintes instrumentos normativos: a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; a Resolução CNE/CP nº 1 de, 30 de maio de 2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação ambiental.

Os referidos conteúdos foram contemplados em nove disciplinas obrigatórias e três optativas do curso, conforme os Quadros 6, 7 e 8:

Quadro 6 – Ajustes curriculares em Design de Moda, relações étnico-raciais

Resolução CNE/CP nº 1 de 17/06/2004	
UNI 012 – Panorama do Vestuário Moderno e Contemporâneo	Obrigatória
EBA 042 – Atividade Prática Integradora A	Obrigatória
EBA 043 – Atividade Prática Integradora B	Obrigatória
EBA 044 – Atividade Prática Integradora C	Obrigatória
EBA 045 – Atividade Prática Integradora D	Obrigatória
DES 049 – Cultura e Moda	Optativa

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 019/2018 (PROGRAD-UFMG. 2018).

Quadro 7 – Ajustes curriculares em Design de Moda, direitos humanos

Resolução CNE/CP nº 1 de 30/05/2012	
DES 032 – Pesquisa de Moda I	Obrigatória
EBA 042 – Atividade Prática Integradora A	Obrigatória
EBA 043 – Atividade Prática Integradora B	Obrigatória
EBA 044 – Atividade Prática Integradora C	Obrigatória
EBA 045 – Atividade Prática Integradora D	Obrigatória

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 019/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

Quadro 8 – Ajustes curriculares em Design de Moda, educação ambiental

Resolução CNE/CP nº 2 de 15/06/2012	
DES 031 – Conceitos, Materiais e Processos do Design de Moda	Obrigatória
DES 037 – Estamparia	Obrigatória
DES 046 – Tecnologia Têxtil	Obrigatória
EBA 042 – Atividade Prática Integradora A	Obrigatória
EBA 043 – Atividade Prática Integradora B	Obrigatória
EBA 044 – Atividade Prática Integradora C	Obrigatória
EBA 045 – Atividade Prática Integradora D	Obrigatória
DES 048 – Conceitos e Técnicas Aplicadas na Compra de Moda	Optativa
DES 051 – Materiais e Processos de Fabricação	Optativa

Fonte: adaptado do Parecer CG nº 019/2018 (PROGRAD-UFMG, 2018).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (2013), a estrutura didática do curso de Design de Moda está dividida em três eixos, a saber: a) Linguagens: nesse eixo estão agrupadas as disciplinas de conteúdo básico de introdução ao design do vestuário e aos elementos plásticos das formas em geral e do vestuário em particular, que se avizinham das Artes Visuais; b) Operacional: a partir da iniciação básica, o aluno será preparado para o estudo da moda e do vestuário de modo mais especifico, com disciplinas obrigatórias de

formação intermediária e c) Autoral: na terceira fase, constituída pelos dois últimos períodos, uma formação mais aprofundada e específica e desenvolvida, através de disciplinas obrigatórias que fornecem sustentação ao TCC, que por sua vez capacita o ingresso do aluno no mercado de trabalho com competência e sólida formação.

O curso é integralizado com 2.400 horas e sua composição curricular abrange varias áreas do conhecimento, consideradas imprescindíveis à formação do designer de moda. A estrutura do curso atende aos princípios da flexibilização curricular estabelecida pela UFMG organizada em três bases: núcleo de formação específica, núcleo de formação complementar aberta e um núcleo de formação livre.

A carga horária total é distribuída em oito períodos. As disciplinas obrigatórias perfazem um total de 1.545 horas aula e as optativas um total de 855 horas aula. As disciplinas optativas são divididas em: Grupo 01 (G1), que e o conjunto de disciplinas especificas da área de moda e vestuário, oferecidas exclusivamente pelo curso de Design de Moda; Grupo 02 (G2), que e um conjunto de disciplinas correlatas dos cursos de Artes Visuais, Teatro, Filosofia, Comunicação, Ciências Sociais, Administração e Arquitetura e também de Atividades Complementares e eletivas, que são quaisquer outras disciplinas oferecidas pelos cursos da UFMG.

Para garantir maior flexibilidade a matriz curricular, a versão atual possui um percurso de integralização (Bacharelado/Formação Complementar Aberta/Formação Livre) em duas opções curriculares: 2009/1 e 2009/3. A opção curricular 2009/1 e constituída por 1545 horas aula de disciplinas obrigatórias, 300 horas aula de disciplinas optativas do Grupo 01, 75 horas aula de disciplinas optativas do Grupo 02 e 480 horas aula de disciplinas eletivas, perfazendo um total de 855 horas de disciplinas optativas. A opção curricular 2009/3 e constituída por 1545 horas aula de disciplinas obrigatórias, 300 horas aula de disciplinas optativas do Grupo 01, 510 horas aula de disciplinas optativas do Grupo 02 e 45 horas aula de disciplinas eletivas, perfazendo um total de 855 horas de disciplinas optativas

O curso de Design de Moda está discutindo demais ajustes necessários, no âmbito do Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante, em sua estrutura curricular. Até o momento da realização deste trabalho ainda não haviam sido estabelecidas as demandas formalmente a serem encaminhadas à PROGRAD.

Encerrando o presente item é possível observar que a concepção flexibilizada na formação acadêmica, mediante a adoção de itinerários formativos diversificados foi contemplada em todos os cursos atingidos pelo REUNI na EBA-UFMG. Os cursos de Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Design de Moda e Conservação – Restauração

de Bens Culturais Móveis possuem ciclos de formação específica a serem escolhidos pelos alunos sob o formato de percursos.

Dessa forma, esperava-se diversificar as modalidades dentro do ensino da graduação, buscando superar a profissionalização precoce e especializada. Para que esse objetivo fosse alcançado era necessário revisar a estrutura acadêmico curricular dos cursos em busca da melhoria da qualidade.

6 COLETA DE DADOS, ANÁLISES E RESULTADOS

A análise dos dados é realizada por etapas, inicialmente serão avaliadas as movimentações orçamentárias da unidade acadêmica no período REUNI, em seguida o quantitativo de ingressantes, concluintes e evadidos da escola e por curso; o corpo técnico administrativo e docente e, por último, as contribuições da pós-graduação na graduação, aproximando esses dois níveis de ensino.

6.1 Análise da Movimentação de Crédito Orçamentário da EBA-UFMG no Período REUNI

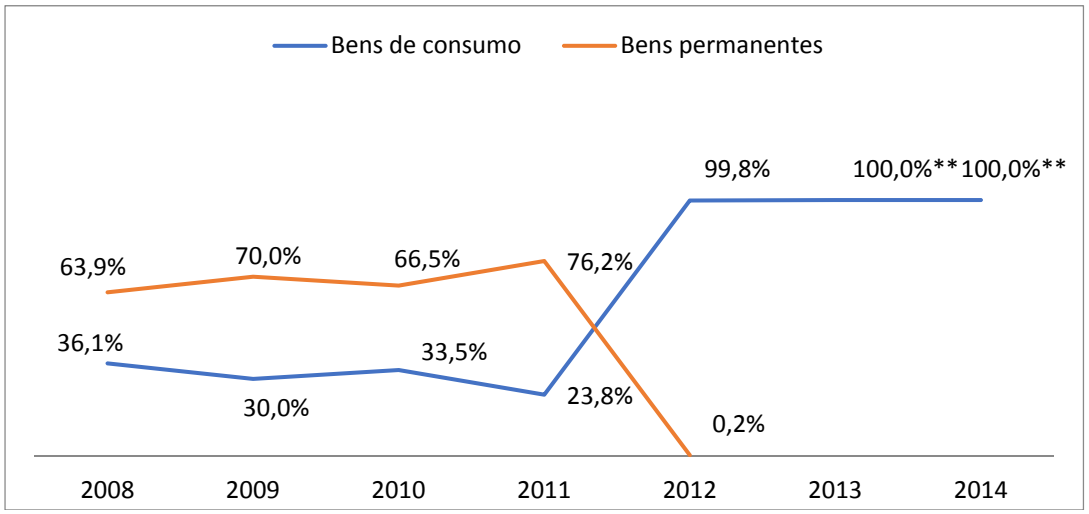
Pode-se entender como bens permanentes aqueles que em razão do seu uso corrente não têm sua identidade física comprometida e sua durabilidade ultrapassa os dois anos de vida útil. São exemplos: bens móveis, computadores, veículos. Já os bens de consumo, são bens com vida útil de até dois anos e que possuem determinado grau de fragilidade em sua estrutura, denota perecibilidade, incorporabilidade e transportabilidade. Como exemplos, podemos citar material de escritório, peças de reposição de equipamentos e máquinas, produtos de limpeza, gêneros alimentícios, entre outros (MANUAL DO PATRIMÔNIO – UFMG, 2008).

Ainda, segundo a Norma Brasileira de Contabilidade TSP 08[13], existe também o conceito de bens intangíveis. Esses podem ser entendidos como conhecimento científico ou técnico, desenho e implantação de novos processos ou sistemas, licenças de softwares, propriedade intelectual e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações).

A exemplo de itens que se enquadram nessas categorias amplas pode-se citar softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, licenças de pesca, quotas de importação adquiridas e demais relacionamentos com usuários de um serviço. Nesse estudo, os bens intangíveis e os serviços encontram-se contabilizados junto aos bens de consumo. Dito isso, passa-se à análise dos gráficos.

[13] Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 08, de 22 de setembro de 2017. p. 17-25. Brasília, 2017.

Gráfico 3 – Movimentação de crédito orçamentário da EBA-UFMG – 2008 a 2014



Fonte: adaptado do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Exercício 2008 a 2014.

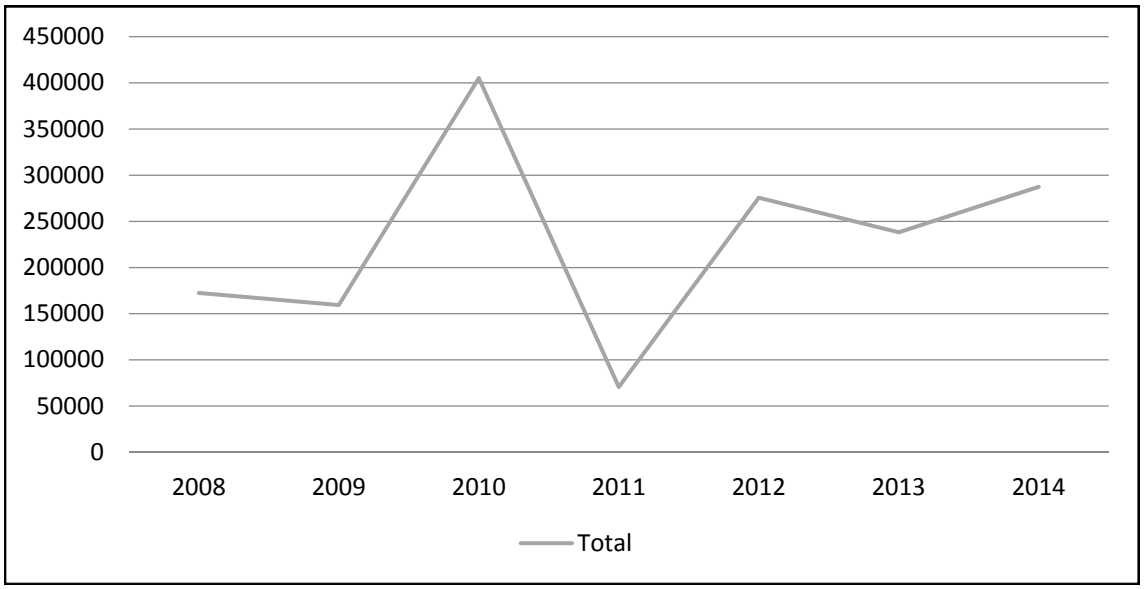
Inicialmente, observa-se no Gráfico 3 que a maior parte dos bens de consumo (manequins, tecidos, pranchas para desenho, softwares e outros materiais para as aulas práticas das diversas habilidades do curso de Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais e de Design de Moda) foram adquiridos entre 2011 e 2014[14].

Durante os quatros anos do REUNI, a ênfase foi a compra de bens permanentes como equipamentos e máquinas para composição dos laboratórios. Isso causava uma série de complicações, pois os alunos dispunham das máquinas, mas não tinha os recursos para utilizá-las como softwares, linhas de tecelagem, entre outros[15].

Conclui-se que os recursos destinados à EBA-UFMG foram empenhados, então, na compra dos bens permanentes e de consumo destinados a compor os laboratórios dos cursos implementados e impactados pelo Programa.

[14] Ata reunião de Colegiado do Curso de Artes Visuais de 29 de setembro de 2011; EBA-UFMG. Ata de reunião de Colegiado do Curso Design de Moda de 16 de agosto de 2012; EBA-UFMG. Ata de reunião do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais de 28 de agosto de 2013. EBA. UFMG.
[15] *Idem*.

Gráfico 4 – Movimentação de crédito total da EBA-UFMG – 2008 a 2014



Fonte: adaptado do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Exercício 2008 a 2014.

No Gráfico 9, verifica-se que em 2008 foram repassados em torno de R$172.500,00 (cento e setenta dois mil e quinhentos reais) à unidade acadêmica para dar início à adesão ao Programa REUNI. Entre 2009 a 2012, foram transferidos aproximadamente R$909.000,00 (novecentos e nove mil reais) para a EBA-UFMG. Houve ainda dois aportes, em 2013 e 2014, de recursos originários do planejamento orçamentário destinado ao Programa, colaborando com aproximadamente R$525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais).

No total, foram entregues à unidade aproximadamente R$1.606.500,00 (um milhão e seiscentos e seis mil e quinhentos reais) entre 2008 a 2014. Porém, isso não ocorreu de maneira uniformemente distribuída entre os anos, conforme observa-se nos picos de recursos transferidos à escola em 2010 e 2012. Para entender com mais clareza o montante dos recursos foram levantados os valores médios que a EBA-UFMG recebeu no orçamento custeio – capital (O.C.C.) entre 2008 a 2014.

O orçamento custeio – capital engloba os recursos de capital conhecidos como investimentos. São aplicados no patrimônio como obras, construções, instalações e aquisições de equipamentos e materiais permanentes que são incorporados à universidade. Já os recursos de custeio são aplicados em despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, bolsas aos estudantes, entre outros[16].

[16] UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. Transparência UFBA: O que significa recursos de custeio e recursos de capital? Disponível em: <https://transparencia.ufba.br/o-que-significa-recursos-de-custeio-e-recursos-de-capital>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Encontraram-se os valores aproximados entre 2008 a 2012 de R$150.449,37 (cento e cinquenta mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos) repassados por ano à EBA-UFMG. A média de recursos recebidos entre 2008 a 2014 (R$1.606.500,00 dividido pelo período de 7 anos – 2008 a 2014) é de R$229.500,00 (duzentos e vinte nove mil e quinhentos reais). Observa-se assim que houve um aumento de aproximadamente 52% em relação aos recursos totais repassados à unidade durante o período REUNI (SIAFI, 2008-2014).

Faz-se necessário pontuar que os recursos referentes às obras do prédio novo da unidade acadêmica não estão contabilizados neste valor total, uma vez que as obras do REUNI eram custeadas diretamente pela Reitoria da universidade. Não foi possível ter acesso a esses dados no presente estudo.

Vale destacar que foi previsto, pelo governo federal, o quantitativo de R$2.379,82 (dois mil e trezentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos) por aluno aos cursos impactados pelo Programa. Esse valor era destinado a cada curso anualmente para utilização em custeio ou infraestrutura. Assim, eram presumidos inicialmente, por ano, os valores abaixo:

Tabela 5 – Previsão de recursos financeiros do REUNI para EBA-UFMG

(Continua)

Curso	**Ano**	**Nº de alunos**	**Recursos financeiros repassados por ano**	**Previsão de recursos a serem repassados de:** **2009-2012**
Cinema de Animação e A. Digitais	2009	40	R$2.379,82 x 40 alunos = **R$95.192,80 por ano**	R$95.192,80 x 4 anos = **R$380.771,20**
Dança	2009	20	R$2.379,82 x 20 alunos= R$**45.596,40 por ano**	2009-2012 R$45.596,40 x 4 anos = **R$182.385,60**

(Conclusão)

Curso	Ano	Nº de alunos	Recursos financeiros repassados por ano	Previsão de recursos a serem repassados de: 2009-2012
Design de Moda	2009	45	R$2.379,82 x 45 alunos= **R$107.091,90 por ano**	2009-2012 R$107.091,90 x 4 anos = **R$428.367,60**
Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis	2008	30	R$2.379,82 x 30 alunos= **R$71.394,60 por ano**	2008-2012 R$71.394,60 x 5 anos = **R$356.973,00**
				Total projetado = **R$1.348.497,40**

Fonte: adaptado do Ofício nº 454/2008 PROPLAN-UFMG.

Analisando-se a Tabela 5 verifica-se que anualmente deveriam ter sido repassados à unidade R$1.348.497,40 (um milhão e trezentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos) até o final do período REUNI. Efetivamente foram transferidos R$1.081.500,00 (um milhão e oitenta e um mil e quinhentos reais) até 2012, logo após foram repassados R$525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais) em 2013 e 2014 de remanescentes. Ao avaliar-se o valor final de R$1.606.500,00 (um milhão e seiscentos e seis mil e quinhentos reais) entre 2008 a 2014, percebe-se que houve um acréscimo de R$258.002,60 (duzentos e cinquenta e oito mil e dois reais e sessenta centavos) sob o valor total projetado inicialmente (SIAFI, 2008-2014).

Atualmente, a escola recebe em torno de R$167.559,48 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos) por ano para lidar com as despesas em seu O.C.C. (SIAFI, 2018). Após o período REUNI houve uma queda no repasse de recursos do poder executivo federal às universidades. Desde 2015 estão sendo realizados cortes orçamentários drásticos nas IFES. O cenário se tornou mais preocupante a

partir do ano de 2017, quando ocorreu um desmonte no ensino público brasileiro promovido pelo governo Temer.

O campus da UFMG na Pampulha possui obras paralisadas, falta de materiais e redução de alguns serviços básicos como segurança e limpeza devido ao corte de 10% (aproximadamente R$17 milhões de reais) em seu orçamento decretado pelo Poder Executivo Federal.

Diante desse cenário há uma diminuição na aquisição de materiais para pesquisa, pagamento de fornecedores, serviços de manutenção, pagamento de bolsas, fomento em pesquisa e paralisação por tempo indeterminado das obras no campus, inclusive o prédio novo da EBA-UFMG. A administração da universidade, segundo Ramirez (2017)[17], ficará prejudicada e "os recursos serão suficientes apenas para as despesas cotidianas como insumos e serviços terceirizados por um espaço breve de tempo". Assim, o orçamento de custeio da UFMG, em 2017, é cerca de 10% inferior ao de 2016 – R$173,2 milhões frente aos R$191,8 milhões do ano anterior.

Os benefícios de assistência estudantil e pagamento de bolsas também ficam comprometidos pela situação. "Se o governo federal mantiver a liberação de recursos no patamar de 85% do previsto, não só a UFMG, mas todas as outras Federais vão ficar em situação grave até o fim do ano", advertiu Ramírez (2017).

O Projeto de Lei Orçamentária Anual elaborado pelo governo Federal e que tem por objetivo definir os destinos das verbas públicas para 2018 já está em vigor. Nesse primeiro ano, a diferença de investimentos nas universidades públicas é bem perceptível: no ano de 2018 foram estimados R$22,6 milhões a menos para a UFMG quando comparado a 2017.

A sustentação da universidade está comprometida de maneira negativa diante da atual política brasileira, porém são mantidos sucessivos esforços a fim de manter as atividades e, principalmente, a não interrupção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a manutenção das bolsas acadêmicas com recursos próprios.

[17] Entrevista concedida ao Portal UFMG, à Rádio UFMG Educativa e à TV UFMG – Reitor Jaime Arturo Ramirez. 8 de agosto de 2017.

6.2 Análise da Dimensão 1 do Programa REUNI – Ampliação de Vagas: Ingresso, Conclusão e Evasão

Tendo em vista, primeiramente, demonstrar um panorama geral da EBA-UFMG, optou-se por colocar os gráficos gerais que apontam as distribuições percentuais de ingressantes, concluintes e evadidos na unidade acadêmica e, logo após a apresentação destes, proceder-se-á à observação em cada um dos cursos perante as mesmas variáveis.

6.2.1 Análise geral da EBA-UFMG na Dimensão 1

Nos gráficos a seguir estão expressos os números de discentes ingressantes, concluintes e evadidos em cada um dos cursos de graduação da Escola de Belas Artes-UFMG. É importante informar ao leitor que os anos de início de cada curso variam conforme a sua implantação ou impacto gerado pelo REUNI, na unidade acadêmica.

O curso de Artes Visuais é analisado a partir de 2008, quando teve suas vagas ampliadas de 66 para 80 semestralmente; o de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis foi criado pelo Programa em 2008. O de Cinema de Animação e Artes Digitais iniciou-se em 2009, juntamente com o de Design de Moda. O curso de Dança foi o último a ser implantado pelo REUNI, no ano de 2010. Independentemente das variações no período inicial de cada curso, o ano final para as análises será 2016, estabelecido como recorte temporal da pesquisa.

Para maiores esclarecimentos, opta-se por explicar cada forma de ingresso antes da apresentação dos dados. O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é a principal forma de ingresso na UFMG. Aberto aos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes que deverão realizar o ENEM.

O concurso Vestibular-Habilidades é realizado após a participação do candidato no ENEM. É aplicado para as vagas nos cursos de Artes Visuais, Cinema de Animação e Artes Digitais, Dança, Design de Moda, Música Bacharelado, Música Licenciatura e Teatro. Há ainda processos seletivos específicos para os cursos de Formação Intercultural para Educadores Indígenas e de Licenciatura em Educação do Campo.

A Transferência Comum ocorre com a mudança de um estudante de outra IFES para a UFMG. É necessário realizar o ENEM e haverá um edital específico com datas estabelecidas para o procedimento.

A Rematrícula é permitida ao aluno que excluído da universidade decide retornar às atividades acadêmicas. Deverá ter cumprido 50% dos créditos do seu curso anterior, na

versão curricular mais recente à época e não pode ter ultrapassado o tempo máximo para integralizar o curso. Esse processo é condicionado à existência de vagas remanescentes definidas pelos Colegiados de Curso.

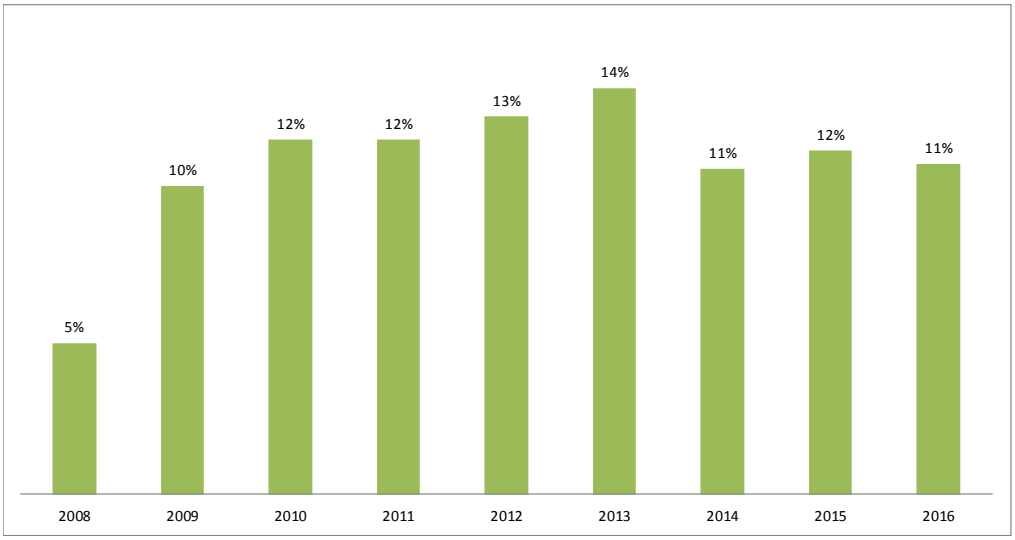
A Reopção ocorre quando o aluno migra para outro curso. O procedimento é permitido se o discente tiver integralizado de 35% a 75% dos créditos do seu currículo. Por fim, a Obtenção de Novo Título permite aos portadores de diploma de curso superior ingressar em novo curso na UFMG e ocorre por meio do ENEM.

O maior quantitativo de entrada de alunos nos cursos da EBA-UFMG se dá em consonância com a forma de ingresso predominante nos outros cursos da universidade: processo seletivo que abrange o ENEM/SISU e, nesse caso específico, aliado ao vestibular de habilidades.

O número de ingressantes é bem reduzido quando se trata das modalidades de Transferência Comum, Reopção e Obtenção de Novo Título. O único curso que recebeu alunos por meio de Convênios estabelecidos entre a universidade e instituições de ensino superior internacionais, durante o período REUNI, foi o de Artes Visuais, em 2012.

Será apresentado o gráfico de ingressantes dos cursos entre o período de 2008 a 2016. Os dados percentuais foram calculados sob a referência do total de alunos da escola no ano de 2016 que era de 1.142 (hum mil cento e quarenta e dois) estudantes.

Gráfico 5 – Distribuição percentual de ingressantes na EBA-UFMG – 2008 a 2016



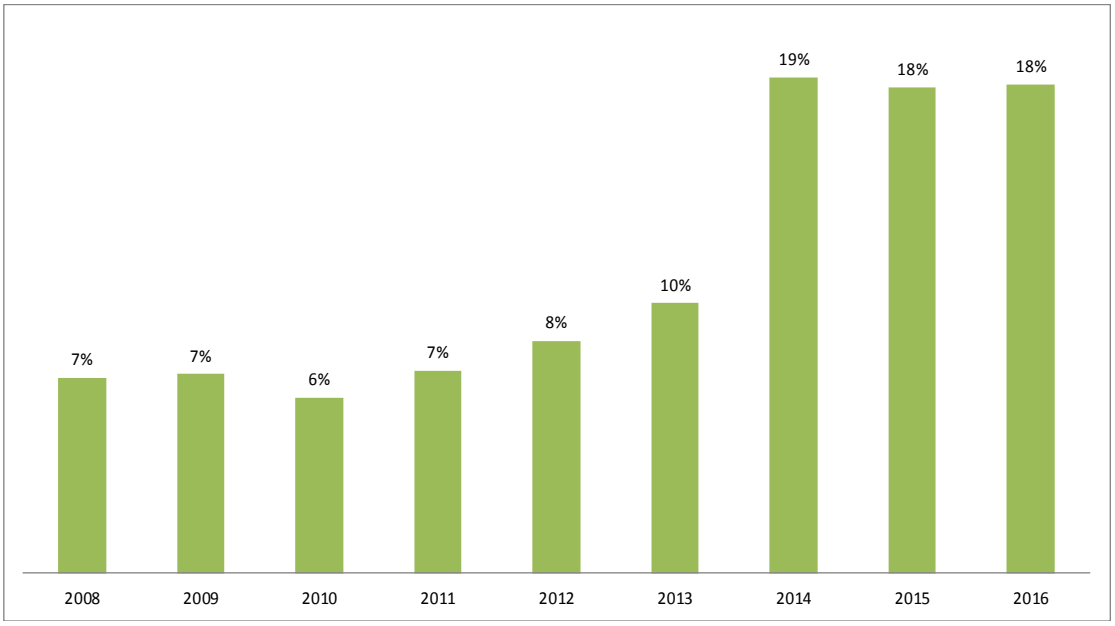
Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

De acordo com o Gráfico 5, entre 2008 a 2012, houve um ingresso de 52% no total de alunos da unidade. Portanto, verifica-se que 594 discentes ingressaram durante o

período do Programa REUNI. Esse fato corrobora o alcance da meta principal do programa na Dimensão 1: aumento do número de ingressantes na graduação.

Em 2013, observa-se uma entrada maior de alunos quando comparada aos demais períodos, totalizando 159 (14%) discentes. É necessário pontuar que nesse ano ocorreu em todos os cursos da unidade acadêmica um aumento no número de vagas remanescentes advindas do período REUNI. Tal fato, culminou nos ingressos por meio das variadas modalidades como Reopção, Obtenção de Novo título, entre outros. A partir de 2013, observa-se uma diminuição percentual por ano no ingresso dos discentes.

Gráfico 6 – Distribuição percentual de concluintes na EBA-UFMG – 2008 a 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

A respeito do quantitativo de concluintes da graduação por ano, o Gráfico 6 demonstra que os números aumentaram expressivamente nos anos de 2014 a 2016. Do universo de 1.142 alunos, pôde-se verificar que 399 (35%) concluíram o curso de 2008 a 2012 e 743 (65%) concluíram de 2013 a 2016. Destes 743 que concluíram entre 2013 a 2016, o relatório demonstra que 312 (42%) eram ingressantes do período REUNI.

Mello (1991, p. 32) afirma que um fator de importância para o sucesso de qualquer política pública é a qualidade do desempenho dos beneficiários nas instituições para as quais receberam alguma vantagem no acesso. No caso das universidades, o autor menciona que os benefícios dependem do número de beneficiários que conseguiram concluir o seu curso quando comparado com o número de beneficiários que não obtêm sucesso.

Polydoro (2000, p. 38) assevera que, para diversos autores, a entrada na universidade é uma transição bastante significativa para o indivíduo, é o período sincronizado com as mudanças e adaptações peculiares da adolescência e vida. Trata-se de um fenômeno multifacetado, tendo três grandes elementos que o influenciam: condições pessoais, características institucionais e grupos de interação.

Granado (2004, p. 14) sustenta que o construto integração universitária é definido por dois componentes: por um lado, a troca entre as expectativas, habilidades e demais características dos estudantes; por outro lado, os componentes da universidade, isto é, sua comunidade, sua estrutura e elementos organizacionais. Neste sentido, o ajustamento ao contexto universitário deve ser considerado como um processo multifacetado, construído no cotidiano das relações estabelecidas entre o aluno e a instituição.

Este cenário apresenta uma possibilidade rica de análise, em estudos futuros, sobre a qualidade do desempenho do REUNI enquanto uma ação afirmativa que tem por objetivo maior a igualdade de acesso ao direito fundamental da educação. Através do acompanhamento individual dos ingressantes dentro do período do Programa até sua conclusão ou evasão, ademais, as suas expectativas em relação aos cursos e projeções na carreira, poderão ser estudadas a fim de se estabelecer a relação entre os beneficiários que tiveram ou não sucesso no andamento dos estudos.

Dando continuidade à investigação, serão analisados a seguir os percentuais de evasão entre 2008 a 2016 na unidade acadêmica. Antes de adentrar-se aos dados coletados, breves definições acerca do tema evasão serão demonstradas para melhor contextualizar o leitor deste trabalho. Para se obter êxito em seu relacionamento com a sociedade, cumprindo sua função social, a universidade pública brasileira se posiciona e se compromete a combater os elevados índices de evasão em seus cursos.

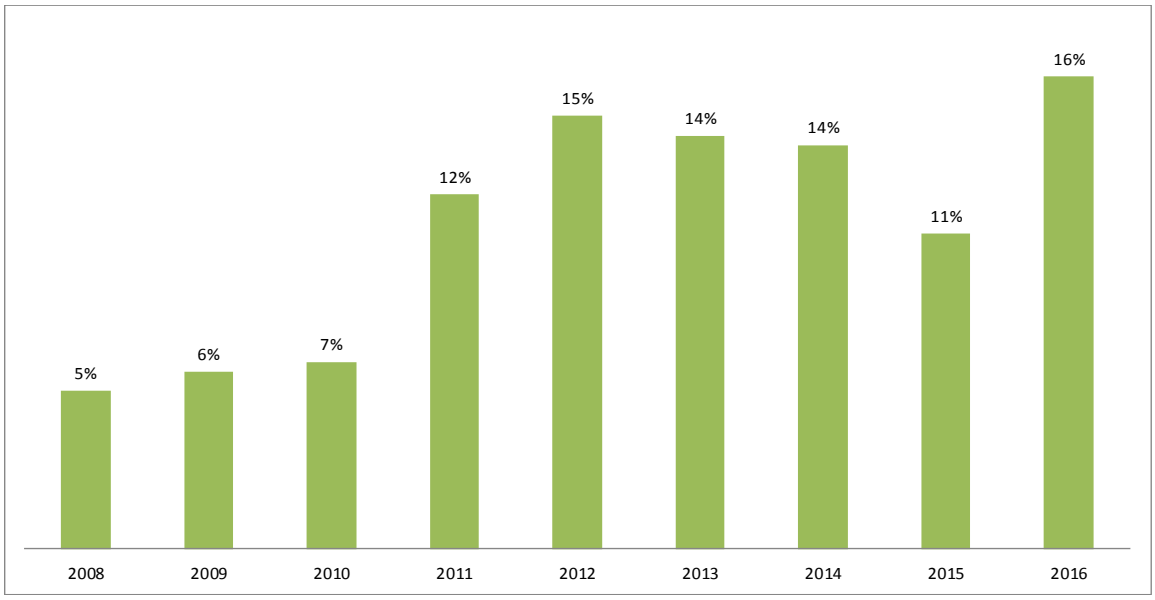
Souza e Filho (2008, p. 32) alerta que o sucesso obtido pelo aluno em sua formação contribui para que a universidade cumpra sua missão junto à sociedade sistematizando, socializando o conhecimento e o saber e formando profissionais capazes de contribuir para formar-se uma sociedade justa e igualitária.

Para o MEC evasão é conceituada como “a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (MEC-SESU e ABRUEM, 1996, p. 19). Polydoro (2000) considera que existe a evasão do curso advinda do abandono do curso sem a sua conclusão e a evasão do sistema, que é o

abandono do sistema universitário. De acordo com Gomes (1998, p. 82), são necessárias definições mais claras a respeito do termo evasão escolar no ensino superior.

A palavra "evasão" tem sua origem no latim *evasio* e significa abandono, desistência, fuga, fracasso. Essas nomenclaturas variam conforme os estudos apresentados. Quando se deseja definir evasão escolar não há um consenso entre os estudiosos e teóricos do assunto, uma vez que o termo é empregado em contextos diversos e com diferentes significados, pois muitas vezes está vinculado a um acontecimento abrangente e decorrente do cruzamento de diversas variáveis como as de ordem política, econômica, social e individual de cada aluno. Neste trabalho, as definições serão adotadas no sentido de representar a não conclusão de um curso de graduação na universidade, seja por meio de desligamento, cancelamento ou saída do curso.

Gráfico 7 – Distribuição percentual de evadidos na EBA-UFMG – 2008 a 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

O Gráfico 7 aponta os maiores percentuais de evasão nos anos de 2012 a 2014 e no ano de 2016 (14% a 16% – em torno de 171 alunos, em média). A retenção de alunos em 2016 na unidade acadêmica era de 267 discentes provenientes do período REUNI.

A meta estabelecida pela comissão de estudo da evasão instituída pelo MEC, recomenda que as IFES alcancem em médio prazo, redução dos índices de evasão de curso para aproximadamente 20,0%, índice considerado de sucesso.

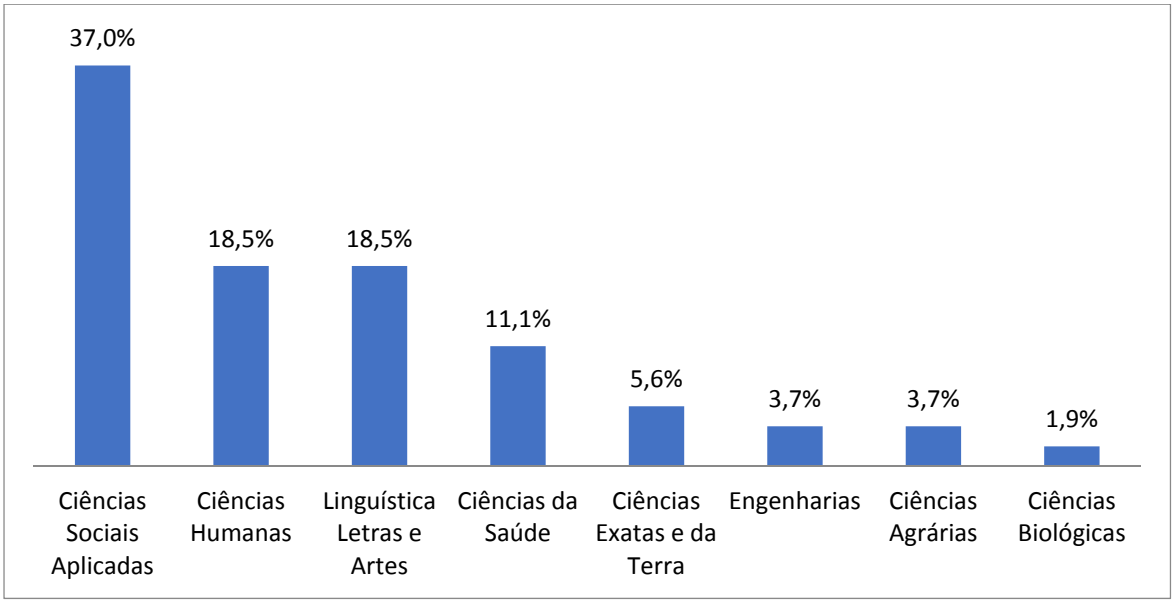
Calculando a taxa percentual nos anos apresentados, observa-se que os cursos da EBA-UFMG apresentam uma taxa média de evasão de 10,8% (123 alunos), estando em níveis

abaixo do parâmetro mínimo estabelecido pelo MEC. As taxas individuais também demonstram que o percentual está abaixo dos 20%, pois variam de 5% a 16%.

No Projeto Final REUNI-UFMG (2007), a meta estabelecida era de que houvesse uma eficiência de 90% na formação de graduando, ou seja, reduzir à evasão a, no máximo, 10%. Dessa maneira, a meta foi atingida nos cursos da EBA-UFMG em relação a esse indicador previsto na esfera do MEC na Dimensão 1 do Programa. O ano de 2015 se aproxima do desempenho almejado pela universidade em 2007, tendo o valor de 11% na evasão.

Além dos quantitativos da evasão, é possível observar, através do Gráfico 13, as grandes áreas contempladas com o reingresso dos discentes que evadiram de qualquer um dos cursos da EBA-UFMG.

Gráfico 8 – Curso de destino dos alunos da EBA que evadiram entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Observa-se no Gráfico 8 que dos 54 alunos que evadiram entre 2008 a 2016 dos cursos da unidade acadêmica, 37% (20 alunos) foram para a área de Ciências Sociais Aplicadas, 36% (18% ou 10 alunos em cada) se dividiram entre Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e os demais foram para áreas de Ciências da Saúde, Engenharia, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas.

Estudos como os de Dalongaro e Azzolin (2016, p. 14) demonstram a empregabilidade dos cursos de graduação no país apoiados nos índices divulgados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2015. O Instituto, por meio do relatório “Radar:

Perspectivas Profissionais – Níveis Técnico e Superior", listou os cursos superiores com maior taxa de ocupação. Esses dados foram coletados demonstrando pessoas entre 15 e 65 anos que estão empregadas/ocupadas naquela profissão. O primeiro lugar na lista foi o curso de Medicina, com 97,07% de profissionais empregados, em segundo lugar Odontologia com 96,22% de profissionais inseridos no mercado de trabalho e o terceiro lugar ficou Engenharia Civil, com 95,72% de profissionais trabalhando. No último lugar, apareceu Contabilidade e Atuárias, com 93,87% dos profissionais (DALONGARO; AZZOLIN, 2016, p. 10-12).

O IPEA realizou um levantamento das áreas que mais geraram vagas de emprego entre 2009 e 2015. Entre os 10 cursos analisados obteve-se as seguintes colocações: em primeiro lugar Tecnologia da Informação (TI), em segundo Enfermagem, em terceiro Relações Públicas, Publicidade e Mercado e Negócios, em quarto Secretariado Executivo, em quinto Farmácia, em sexto Administração, em sétimo Engenharia Civil em oitavo Recursos Humanos, em nono Advocacia e em décimo Magistério (DALONGARO; AZZOLIN, 2016, p. 10-12).

Por último, o trabalho apresentou a relação do IPEA sobre os cursos com alta empregabilidade, observou-se o seguinte ranking: em primeiro lugar Administração, em segundo Direito, em terceiro Ciências Contábeis, em quarto Estatística, em quinto Gestão da Informação, em sexto Engenharia da Produção, em sétimo Tecnologia da Informação em oitavo Recursos Humanos, em nono Marketing e em décimo logística (DALONGARO; AZZOLIN, 2016, p. 10-12).

Levando-se em consideração os dados do estudo de Dalongaro e Azzolin (2016) é possível que esses discentes tenham buscado as áreas de Ciências Sociais Aplicadas onde se concentram cursos como Administração, Comunicação Social, Direito, Terapia Ocupacional; a área de Engenharias; Ciências Exatas; Ciências da Saúde, entre as demais apresentadas, devido à maior empregabilidade quando comparada à área de Artes. Porém, a confirmação desses dados somente seria possível através de uma nova pesquisa abordando esse tema e utilizando-se de métodos e instrumentos direcionados à análise dessa situação em particular.

6.3 Análise por Curso da EBA-UFMG: Alunos Ingressantes, Concluintes, Evadidos – Período REUNI

Prosseguindo com as investigações, a próxima análise será a respeito dos ingressantes, concluintes e evadidos em cada um dos cursos impactados pelo REUNI na EBA-UFMG entre 2008 a 2016. É importante apontar que o maior número de ingressantes

nos cursos é realizado por meio do processo seletivo (Vestibular de Habilidades aliados ao ENEM/SISU).

Faz-se necessário relembrar que os períodos de início de cada curso da unidade acadêmica são diferentes devido ao momento de ingresso/impacto no Programa: Cinema de Animação e Artes Digitais, 2009; Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, 2008; Dança, 2010 e Design de Moda, 2009. O curso de Artes Visuais teve o impacto no aumento de vagas em 2008.

Os gráficos referentes ao número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso em determinado período da EBA-UFMG sofreram limitações em relação aos dados coletados nos relatórios dos cursos de graduação da PROGRAD. Nestes relatórios os cursos são avaliados dentro de um determinado período, no caso de 2007 a 2017, não permitindo a separação dos discentes por ano ou semestre. Optou-se por utilizar estes dados para demonstrar em quais semestres ocorrem os maiores índices de desistência dos alunos e o tempo demandado para conclusão de cada curso.

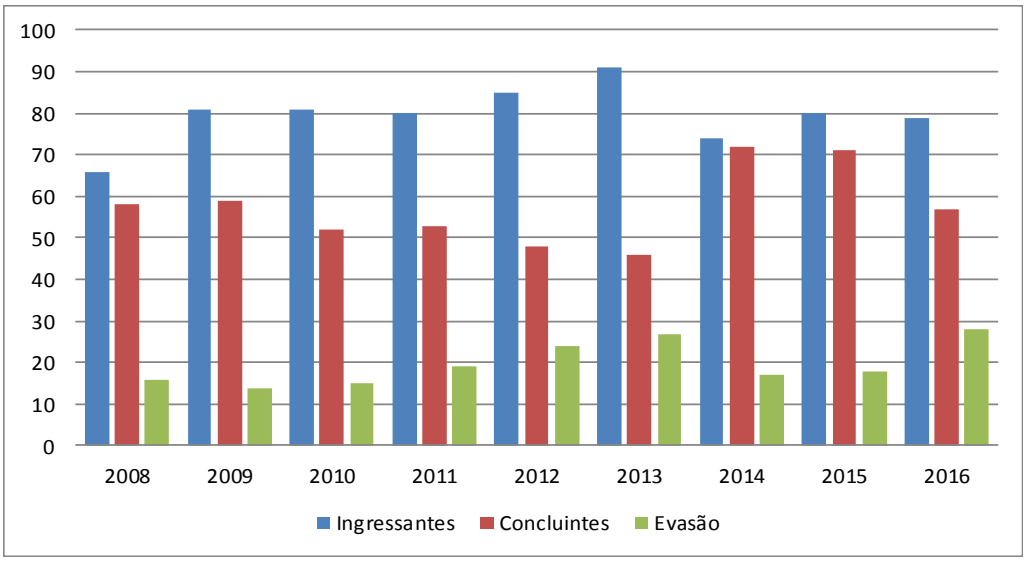
6.3.1 Curso de Artes Visuais

O quantitativo de vagas para cada curso é definido em critérios estabelecidos pela Resolução nº 13/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, sendo ajustado de forma a manter o equilíbrio entre o quantitativo de alunos ingressantes e desligados dos cursos.

De acordo com a Resolução nº 13/2014, o quantitativo de vagas de determinado curso corresponde ao total de vagas ofertadas nos últimos n períodos letivos, sendo n correspondente ao tempo de duração padrão do curso. Já o número de vagas remanescentes apuradas será a diferença entre o quantitativo de vagas ofertadas no curso e o número de seus alunos, considerando-se os turnos de funcionamento.

As vagas remanescentes computadas pelo DRCA no primeiro período letivo de cada ano, para provimento no segundo período, são definidas em consonância com os procedimentos estabelecidos analisando-se os casos de Reopção e Rematrícula.

Gráfico 9 – Distribuição dos alunos de Artes Visuais entre 2008 e 2016



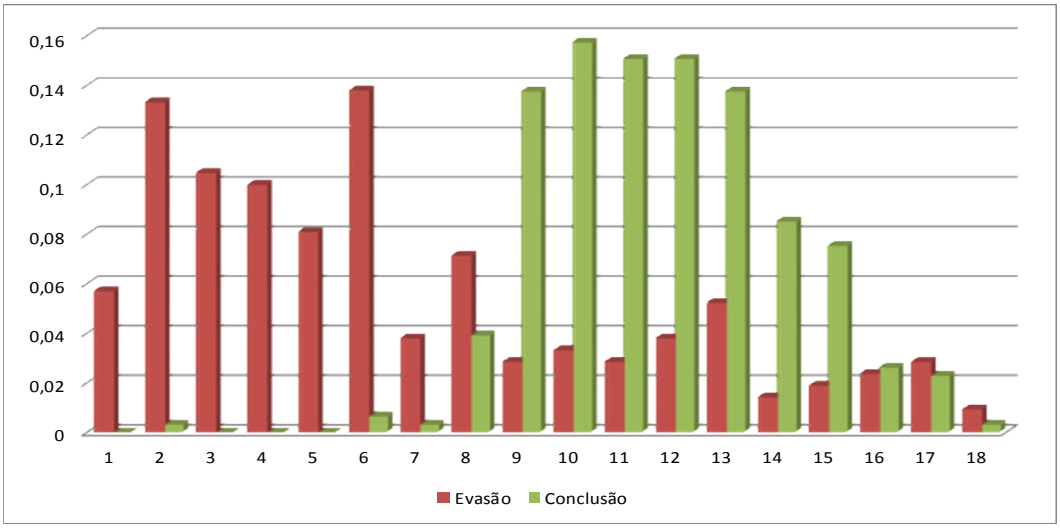
Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Observa-se no Gráfico 9 que o curso de Artes Visuais recebia 66 alunos antes do Programa REUNI. A partir de 2009 houve um aumento no quantitativo de vagas para 80 ingressantes. Em 2013 o curso recebeu 91 alunos por meio dos procedimentos de Obtenção de Novo Título, Transferência Comum, Reopção e Convênio proveniente de vagas remanescentes

Os maiores números de concluintes do curso evidenciam-se nos anos de 2014 e 2015, sendo de 72 alunos e a evasão mantém-se em torno de 15 a 17 alunos por ano, tendo um pico em 2013 e 2016 entre 27 e 28 alunos. Para maior esclarecimento dos dados acerca da evasão, o Gráfico 15 apresenta o número de semestres em que ocorrem os maiores índices desta modalidade, bem como a média de tempo demandado pelo discente para conclusão do curso.

Faz-se necessário relembrar que todos os cursos apresentados possuem tempo mínimo e máximo para integralização. O curso de Artes Visuais possui o tempo mínimo de 8 semestres (4 anos) e o tempo máximo de 14 semestres (7 anos).

Gráfico 10 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Artes Visuais



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

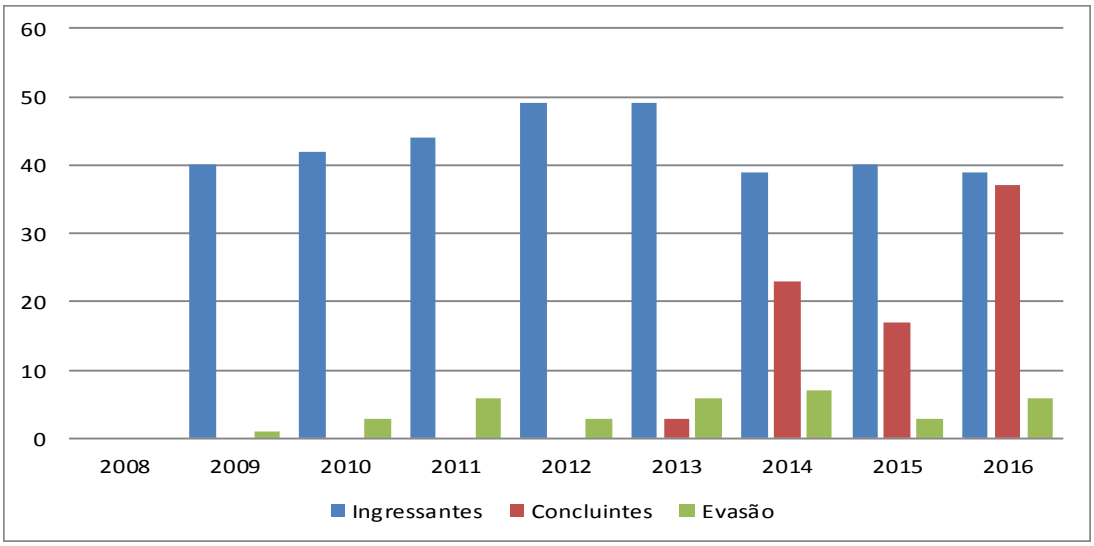
No curso de Artes Visuais, o Gráfico 10 demonstra que os alunos demoram em média de 10 a 13 semestres (5 anos a 6 anos e 6 meses) para concluírem o curso e o número de semestres cursados pelos que evadiram tem seu maior índice entre dois a seis semestres (1 a 3 anos), sendo os picos no primeiro ano e no terceiro ano, respectivamente.

A duração prevista para término do curso é de 8 semestres (4 anos) sendo que o ciclo básico de disciplinas é de 2 semestres e o restante (6 semestres) são de específicas para que o aluno alcance a habilitação pretendida.

6.3.2 Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais

O curso de Cinema de Animação e Artes Digitais, implantado em 2009, apresenta uma entrada anual de aproximadamente 40 alunos, conforme estabelecido na criação do curso.

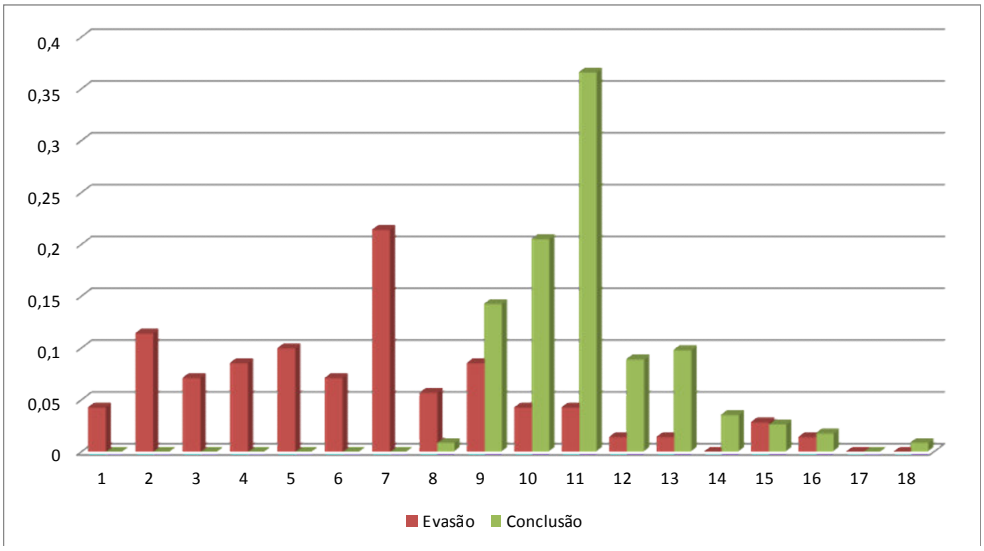
Gráfico 11 – Distribuição dos alunos de Cinema Animação A. Digitais entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Por meio do Gráfico 11 percebe-se que nos anos de 2012 e 2013 ocorreram picos de entrada no curso por meio de vagas remanescentes, totalizando 49 alunos. O número de evasões estabelece-se em torno de 6 alunos anuais e o de concluintes teve seu maior registro em 2016 com 37 alunos.

Gráfico 12 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2009/1 a 2016/2 – Cinema de Animação e Artes Digitais



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

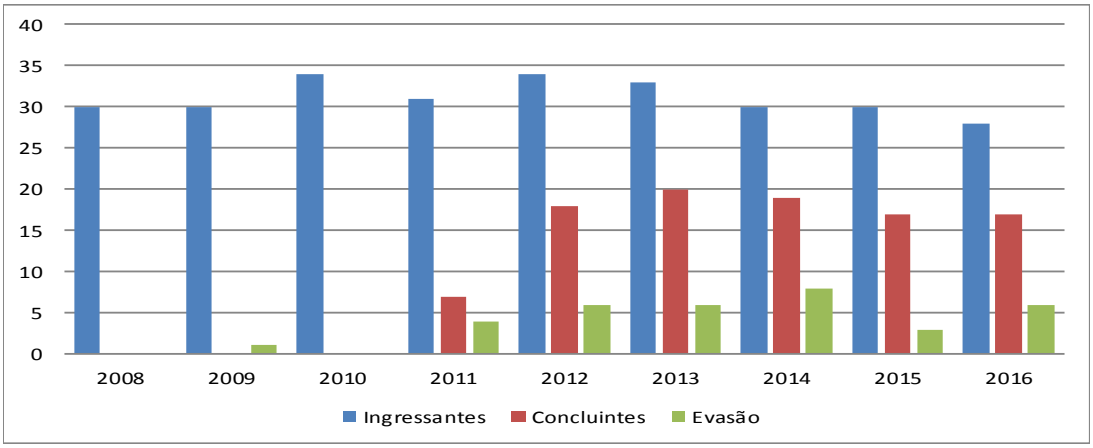
No curso de Cinema de Animação e Artes Digitais observa-se através do Gráfico 12 que a conclusão do curso demora 11 semestres (5 anos e 6 meses) e os alunos que evadiram o curso o fizeram em sua maioria no 7º semestre (3 anos e 6 meses de curso).

O curso é previsto para ser concluído em 4 anos e 6 meses e o tempo máximo de integralização é 15 semestres (7 anos e 6 meses).

6.3.3 Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis

O curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis mantém-se próximo do quantitativo de ingressantes de 30 alunos estabelecido na criação do curso.

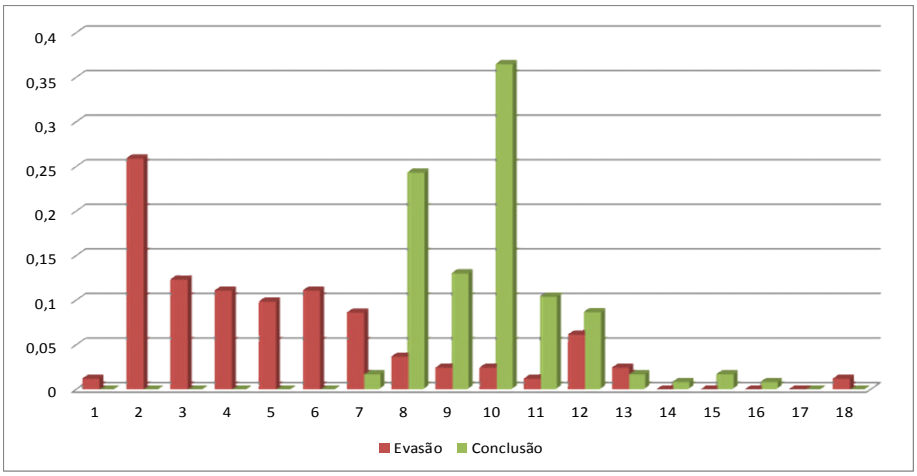
Gráfico 13 – Distribuição dos alunos de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

O Gráfico 13 demonstra que ocorreram picos de ingressantes em 2010 e 2012 com 34 alunos de entrada. Os maiores números de concluintes foram observados em 2013 e 2014 em torno de 20 alunos e a evasão manteve-se entre 4 a 6 alunos por ano.

Gráfico 14 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2009/1 a 2016/2 – Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

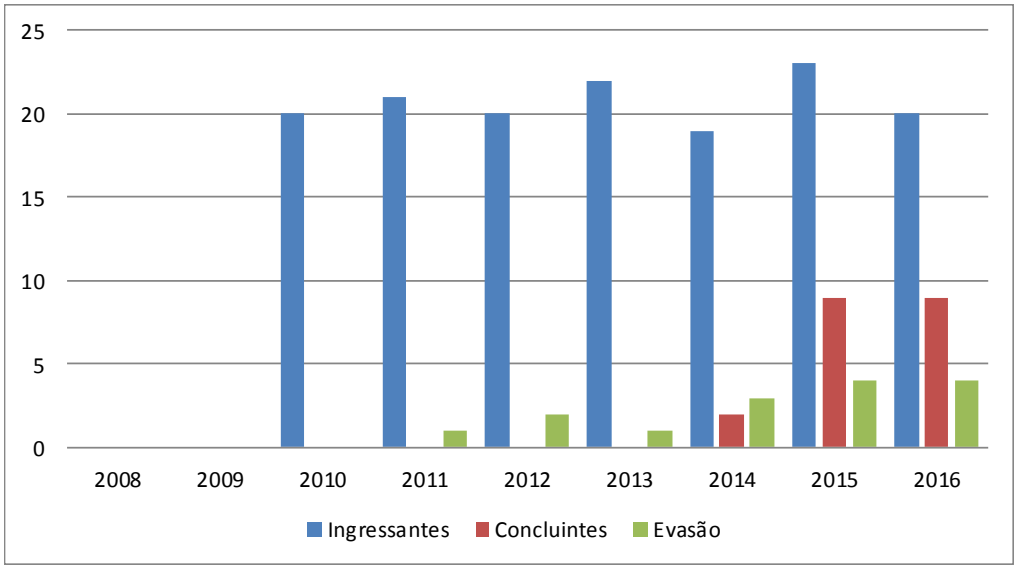
O curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, de acordo com o Gráfico 14, apresenta o tempo médio para integralização de 10 semestres (5 anos), sendo 1 ano além do previsto pela grade curricular. O maior índice de evasão do curso ocorre nos períodos iniciais – 2º semestre (1 ano). Destaca-se que do 1º ao 4º período ocorre a formação básica de "instrumentação, sensibilização e dedicação à preparação acadêmica do curso" (PROPOSTA DE REFORMA CURRICULAR, 2014).

Ao final do 4º período o aluno formaliza a escolha de um percurso curricular junto ao Colegiado que poderá abranger as seguintes formações: Conservação-Restauração de Esculturas, Conservação-Restauração de Papel, Conservação-Restauração de Pinturas e Conservação Preventiva. Assim do 5º ao 7º período o aluno dedica-se à formação específica dentro do percurso escolhido, tendo liberdade na composição do seu currículo de acordo com sua necessidade e interesse. O 8º período é para a elaboração do TCC (PROPOSTA DE REFORMA CURRICULAR, 2014).

6.3.4 Curso de Dança

No curso de Dança as vagas disponibilizadas por processo seletivo mantêm-se próximo do quantitativo de 20 alunos, estabelecido na criação do curso. O valor mais elevado de ingressantes ocorreu em 2015, conforme pode ser observado no Gráfico 20, com a entrada de 23 alunos.

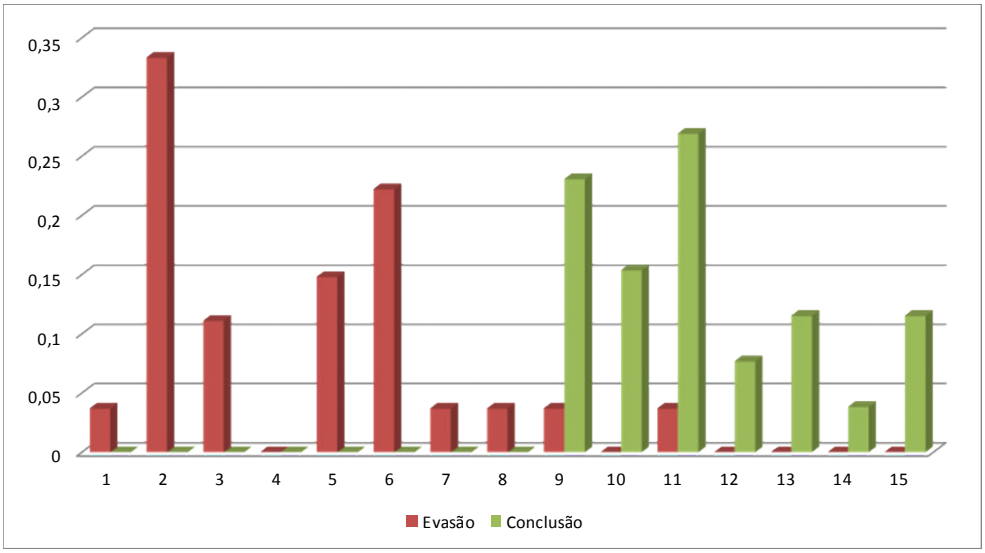
Gráfico 15 – Distribuição dos alunos de Dança entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

O Gráfico 15 demonstra que a maior taxa de alunos concluintes do curso de Dança ocorreu nos anos de 2015 e 2016 (9 alunos) e a média de evasão é entre 3 a 4 alunos anualmente.

Gráfico 16 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Dança



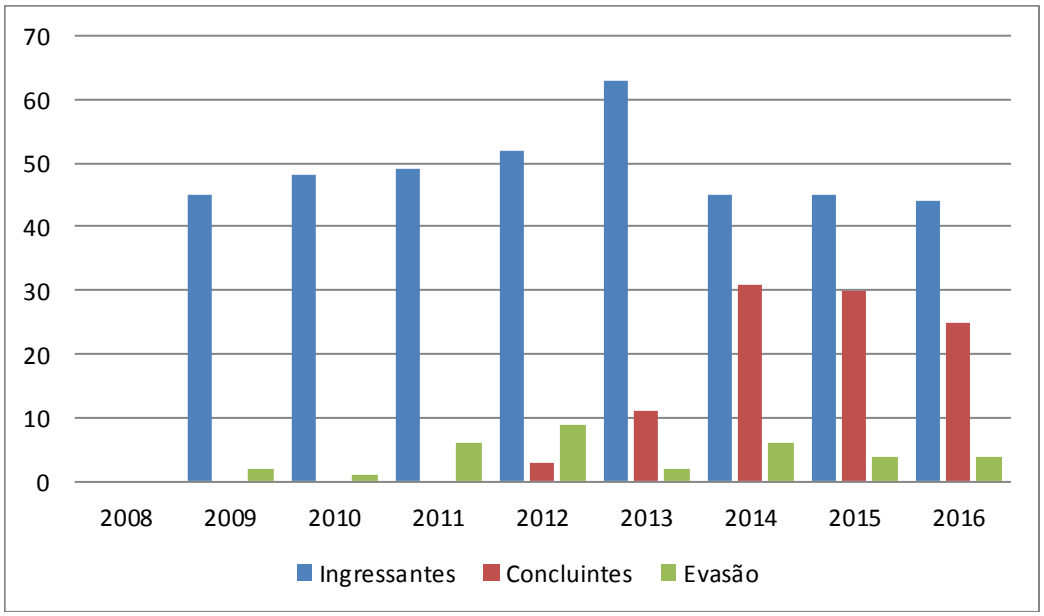
Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Observa-se no Gráfico 16 que no curso de Dança a maior parte dos alunos finalizam o curso entre 9 e 11 semestres (5 anos e 5 anos e 6 meses) ou seja, um ano a mais que o tempo previsto. A maior taxa de evasão acontece no 2º semestre (1 ano), no período inicial do curso. Logo depois, nos 5º e 6º semestres (2 anos e 6 meses e 3 anos) há uma considerável saída de alunos.

6.3.5 Curso de Design de Moda

Observa-se no Gráfico 17 que as vagas oferecidas por processo seletivo se mantêm próximo do quantitativo de 45 alunos estabelecido na criação do curso, exceto pelos anos de 2012 e 2013 que o curso recebeu uma média de 55 alunos através de vagas remanescentes.

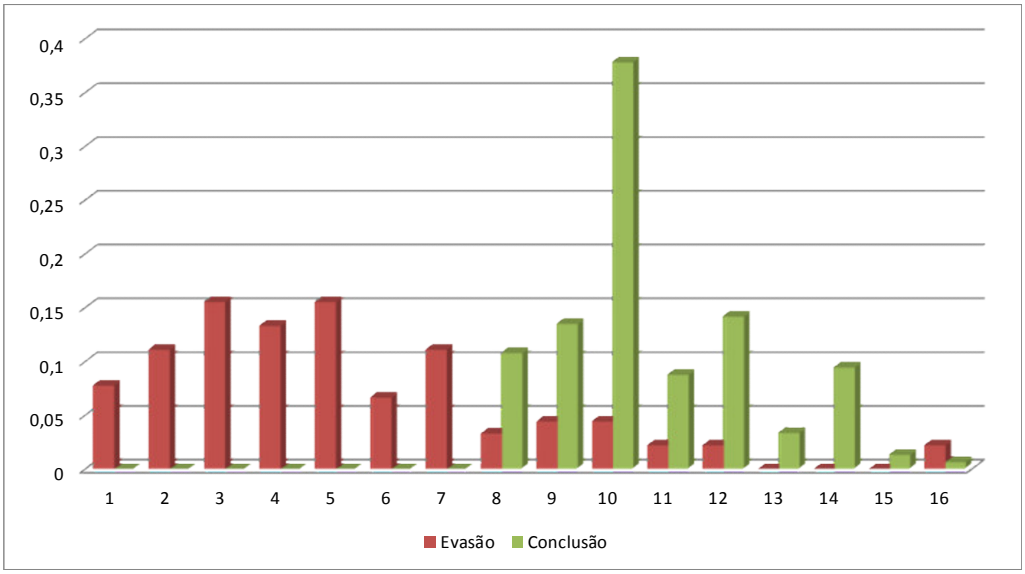
Gráfico 17 – Distribuição dos alunos de Design de Moda entre 2008 e 2016



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

Verifica-se no Gráfico 17 também que o maior número de concluintes foi verificado nos anos de 2014 a 2016 (28 alunos aproximadamente por ano) e a evasão é de 5 a 7 alunos por ano.

Gráfico 18 – Número de semestres cursados pelos discentes que evadiram ou concluíram o curso no período no período de 2008/1 a 2016/2 – Design de Moda



Fonte: adaptado dos relatórios dos cursos de graduação (PROGRAD-UFMG, 2015 a 2018).

O Gráfico 18 do curso Design de Moda demonstra que os alunos levam, em sua maioria, 10 semestres para concluir o curso (5 anos) sendo que o prazo previsto seriam 4

anos. Já a saída não tem um padrão de semestre definido ocorrendo em um percentual maior, conforme demonstrado, nos períodos iniciais do curso (1º ao 5º período).

6.4 Conclusões Gerais sobre os Dados Estatísticos de Alunos Ingressantes, concluídos e evadidos nos cursos da EBA-UFMG

Estudos apresentados por Aranha, Pena e Ribeiro (2012, p. 317-345) demonstram os impactos no processo de seleção da UFMG após a implantação do REUNI, analisando-se a inclusão social, a educação pregressa e por faixa de renda. Observou-se que até o vestibular de 2009 a proporção de negros aprovados estava abaixo da proporção de inscritos.

O percentual de inscritos que se declaravam negros entre 2003 a 2008 variava entre 23% a 28%, já em 2009 ultrapassou 40% e aumentou para 45% nos vestibulares de 2010 a 2012. Dados demonstraram que em 2009 o número de candidatos aprovados que se declararam negros aumentou substancialmente (de 35% subiu para 45%) e que até a adoção do Programa REUNI a escola pública era "sub-representada" entre os aprovados da UFMG (ARANHA; PENA; RIBEIRO, 2012, p. 324).

O perfil socioeconômico avaliado demonstrou que houve um crescimento da proporção de inscritos com renda familiar de até cinco salários mínimos à época. Nos vestibulares de 2011 e 2012 essa proporção era de 55% enquanto em 2002 era de 35% (ARANHA; PENA; RIBEIRO, 2012, p. 324).

Essas afirmações permitem demonstrar que houve uma transformação no perfil do aluno ingressante da UFMG após a implantação do REUNI. No entanto, faz-se necessária a realização de um estudo específico para avaliar se esta mudança adveio do Programa ou de outras ações afirmativas que a universidade oferecia à época aos ingressantes de escola pública.

É necessário lembrar que o Programa REUNI foi uma política pública cujo objetivo maior era concretizar o ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação. Neste estudo, observou-se que o número de concluintes da graduação aumentou na EBA-UFMG tendo os maiores índices apresentados nos anos de 2014 a 2016 em todos os cursos. Como limitação dos dados investigados, não há possibilidade de se avaliar com precisão essa qualidade de desempenho da EBA-UFMG, pois seria necessário acompanhar a vida acadêmica de cada aluno desde sua entrada no período REUNI até a sua conclusão do curso, não respeitando os limites temporais do estudo. Essa análise poderá ser realizada em futuras pesquisas sobre o tema na unidade acadêmica.

Para muitos jovens adultos, o fim de um curso universitário significa a promessa de uma nova fase de vida, marcada pelo início do exercício da profissão escolhida. No entanto, um dos principais problemas com os quais os recém-formados se deparam é a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho de suas profissões.

Entre os aspectos que contribuem para a permanência foram citados por Gerdes e Mallinckrodt (1994): bom desempenho escolar, senso de desenvolvimento intelectual e congruência de valores com professores e pares. Juntamente com os aspectos acadêmicos também contribuem a integração social dos alunos e o ajustamento emocional.

A manutenção de vínculos estudantis com a universidade (através de especializações, ênfases, mestrados) pode ser interpretada como estratégias de viabilização da identidade, tanto no plano intra quanto no interpessoal.

Através destes vínculos, os jovens estabelecem uma referência identitária relativamente segura que lhes permite continuarem a exploração de si mesmos e de seus ambientes, implementando suas identidades emergentes (TEIXEIRA; GOMES, 2004, p. 49)

Para Tinto (1975, p. 122) e Bean (1985, p. 345) a evasão se relaciona aos anseios individuais, às intenções relacionadas ao curso e ao processo de se adaptar à instituição. É necessário considerar que outros fatores como contexto social, familiar e institucional também contribui para que o aluno opte por abandonar o curso.

Adachi (2009, p. 184) considera que para além do perfil e as condições individuais de cada aluno, há também as expectativas criadas em relação à carreira escolhida. Caso essas expectativas sejam frustradas ao longo do curso, aumenta-se as possibilidades de abandono.

Bourdieu (*in* Nogueira e Catani, 1998, p. 87) afirma que as chances de acesso e permanência são distintas, pois um discente pode escolher um curso e ser aprovado no vestibular, mas não conseguir dar seguimento nos estudos. Além da motivação para ser aprovado, é necessário, segundo o autor, algo a mais como a possibilidade de ascensão social através da formação superior.

Percebe-se que além dos fatores econômicos, existem outros fatores que colaboram de maneira significativa para a evasão no ensino superior, como a escolha do curso, expectativas de mercado de trabalho, grau de satisfação com a instituição, com o curso e questões de desempenho.

Baggi e Lopes (2010, p. 357) afirmam que questões como ausência de capital cultural, reflexões acerca do projeto de vida e desencanto com o curso escolhido aparecem no processo de autoavaliação das instituições quando se trata de evasão e, portanto, "devem fazer parte das medidas tomadas pelos gestores para corrigir o rumo da instituição e elevar a qualidade do ensino pretendida".

Os dados analisados demonstram que, embora as taxas de evasão na EBA-UFMG serem baixas, é necessário realizar uma análise, em estudo posterior, sobre os motivos que levam esses alunos desistirem de prosseguir com os estudos na graduação a fim de se obter os dados qualitativos, para se aliar aos quantitativos, descrevendo de maneira pormenorizada este cenário.

A retenção no ensino superior é colocada por Berger e Lyon (2005, p. 3) como a "habilidade de uma IES de graduar com sucesso os estudantes que se matriculam inicialmente na instituição". Assim, pode-se dizer que mensurar os índices de evasão se torna um pré-requisito para uma gestão eficaz da retenção de alunos (HERZOG, 2005, p. 39).

Rivas *et al*. (2007 p. 46) afirmam que índices de evasão são efetivamente maiores em alunos recém-matriculados ou nos primeiros anos do curso, diminuindo a cada ano que o estudante renova a sua matrícula até a conclusão da graduação. Isto foi observado nos cursos de Dança, Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis e Artes Visuais em que os maiores índices de evasão ocorreram no 1º ano do curso.

Os autores Murtaugh; Burns; Schuster e Tinto (1999) demostram que tratar a retenção, tendo em vista o estudante de primeiro ano, é fundamental para a persistência do mesmo na universidade. Os autores sugerem programas de orientação e imersão para que esses estudantes se motivem e se sintam parte da nova comunidade.

Ao estudar a relação custo-benefício financeiro do investimento em programas de retenção de alunos, Simpson (2005, p. 67) confirmou que IES que se utilizaram desta ferramenta conseguiram retornos de 450% a 650% em cima dos custos aplicados nos referidos programas. Garrido (2012, p. 168) afirma a importância que os programas e ações de assistência estudantil têm para a manutenção do estudante na vida acadêmica, sendo por muitas vezes, os responsáveis para que o discente seja capaz de finalizar o curso.

Após analisar as informações sobre, ingresso, conclusão e evasão dos cursos na EBA-UFMG, a pesquisa buscou traçar o perfil socioeconômico dos alunos em relação à renda familiar e recebimento de auxílio estudantil na graduação da EBA-UFMG.

6.4.1 Perfil Socioeconômico dos alunos da EBA-UFMG assistidos pelas bolsas da FUMP

A Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) tem por objetivo realizar a política de assistência estudantil definida pela UFMG. Através desse processo, é capaz de garantir ao estudante plenas condições socioeconômicas e culturais a fim de que o discente possa concluir o seu curso, diminuindo as diferenças de oportunidades pregressas ao seu ingresso na Universidade.

Para se ter acesso aos benefícios da FUMP[18] o estudante deve estar regularmente matriculado e frequente na UFMG. A análise econômica será realizada após o preenchimento dos documentos solicitados pela fundação em até 30 (trinta) dias. O resultado pode classificar o aluno em: nível I: estudantes que apresentam grande dificuldade para se manter na Universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar); nível II: estudantes que apresentam nível de dificuldade intermediária para se manter na Universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar) e nível III: estudantes que apresentam baixo grau de dificuldade para se manter na Universidade. Após o resultado, o estudante adquire acesso automático aos Restaurantes Universitários com preço reduzido, ou de maneira gratuita, conforme sua classificação e ao Programa de Assistência à Saúde da FUMP. As bolsas de auxílio financeiro, bem como o Programa Moradia Universitária serão solicitadas por novas inscrições que os alunos deverão fazer ao longo dos editais de chamada.

Os Programas Assistenciais oferecidos pela Fundação são assim classificados:

• *1) Programa Bolsa Auxilio Transporte* – Valor de R$165,00 mensais para despesas com o deslocamento para a UFMG;

• *2) Programa Bolsa de Manutenção Baeta Vianna* – Valores entre R$240,00 e R$400,00 mensais destinado aos estudantes classificados em nível I e que estejam em sua primeira graduação. Além disso, devem apresentar situação de vulnerabilidade social e risco de evasão acadêmica.

• *3) Programa Bolsa Auxílio Moradia* – Valor de R$500,00 mensais destinado aos estudantes de graduação inscritos no Programa Permanente de Moradia Universitária e classificados nos níveis I, II e III. Este programa auxilia na manutenção de despesas com moradia, pagamento de uma república ou pensão, enquanto aguardam a seleção de vagas para a moradia universitária.

[18] Fonte: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL – FUMP. Bolsas de Auxílio Financeiro. Disponível em: <http://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=65>. Acesso em: 18 set. 2018.

• *4) Programa Bolsa Auxílio à Educação Pré-escolar* – Valor de R$200,00 mensal destinado a estudantes de graduação classificados nos níveis I, II e III que necessitam de apoio financeiro para garantir o cuidado educacional do(s) filho(s) com idade de 0 a 5 anos e 11 meses enquanto frequentam as atividades acadêmicas.

• *5) Programa Bolsa de Apoio Acadêmico Mendes Pimentel* é um benefício não reembolsável no valor de R$180,00 (parcial) e de R$300,00 (integral) mensal, destinado a estudantes de graduação classificados nos níveis II ou III, para custeio de despesas acadêmicas.

• *6) Programa Bolsa Apadrinhamento* é destinada aos estudantes de primeira graduação, classificados socioeconomicamente no nível I. Devem apresentar bom desempenho acadêmico. A bolsa mensal tem o valor de R$400,00 mensais.

• *7) Programa Bolsa de Acesso ao Livro* – Valor de R$250,00 por ano. É destinada para estudantes assistidos nos níveis I, II e III.

• *8) Programa Bolsa de Acesso ao Material Escolar* – Valor de R$200,00 ao ano. É destinada aos estudantes assistidos nos níveis I, II e III.

• *9) Programa de Acesso à Informação Digital* – Possibilita ao aluno adquirir um *notebook* para facilitar a inclusão digital e realizar as atividades acadêmicas necessárias. É limitado a um único acesso ao programa durante a trajetória na vida acadêmica. Caso o aluno desista da vaga antes de dois anos do curso, ele deverá devolver o equipamento de imediato à fundação, que providenciará sua doação.

• *10) Programa Bolsa Auxílio Óculos*- Valor de no máximo R$250,00 anual. É um benefício para aquisição de óculos de Grau.

• *11) Programa Bolsa de Manutenção Bernardo Álvares* – Destinado aos estudantes do Ensino Médio do Colégio Técnico (Coltec) e aos estudantes de graduação classificados socioeconomicamente no nível I. Os estudantes de graduação devem apresentar bom rendimento acadêmico, segundo a análise do último Rendimento Semestral Global (RSG) publicado pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) da UFMG e pela secretaria do Coltec. Valor de R$200,00 para os estudantes do Ensino Médio do Coltec e de R$400,00 mensais para os estudantes de graduação.

• *12) Programa de Acesso a Material Acadêmico* – Valores entre R$200,00 e R$400,00 anual para que os alunos adquiram material acadêmico básico, facilitando a realização das atividades acadêmicas necessárias à sua formação.

Após as breves explicações, analisar-se-ão os dados coletados na FUMP em relação a renda *per capita*, gênero, autodeclaração de raça/cor e faixa etária no período de 2014 a 2016. A Fundação não dispunha destas informações referentes ao Período REUNI (2008 a 2012), porém a pesquisadora acredita que realizar uma análise do cenário atual dos alunos da unidade, mantendo-se o lapso temporal da pesquisa (2007 a 2016) que inclusive, por si só, abrange um breve período do Pós-REUNI, é interessante para a complementação dos conclusões apresentadas anteriormente.

Tabela 6 – Dados sobre a renda *per capita* dos estudantes da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016

	2014	**2015**	**2016**
Abaixo de 1 SM	54	71	111
De 01 a 02 SM	22	19	46
De 02 a 05 SM	13	13	13
De 05 a 10 SM	1	1	1
Acima de 10 SM	0	1	0

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG (2018).

A renda familiar *per capita* é calculada através da divisão do total da renda pelo número de moradores da residência. Soma-se a renda bruta do mês e divide-se pelo número de integrantes que compõem a família[19].

Através da Tabela 6, observa-se que nos anos de 2014 a 2016 aumentou significativamente o número de alunos assistidos cuja renda *per capita* era abaixo de 1 salário mínimo (de 54 alunos para 111) até 2 salários mínimos (de 22 alunos para 46). No ano de 2016, é possível auferir que dos 1.142 alunos da unidade, aproximadamente 10% (171 alunos) eram assistidos pela FUMP com renda *per capita* abaixo de 1 salário mínimo e 4% (46 alunos) eram assistidos com renda *per capita* entre 1 e 2 salários mínimos.

Tabela 7 – Gênero dos alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016

	2014	**2015**	**2016**
Feminino	61	66	108
Masculino	29	39	63

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG (2018).

[19] Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Renda e pobreza – Medidas per capita versus adulto equivalente. Disponível em: <//www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0609.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

Na Tabela 7, observa-se que a maioria dos alunos assistidos pela FUMP em 2016 pertencem ao gênero feminino (108 alunas). Esse cenário também é observado nos anos anteriores (2014 e 2015) em que o número de mulheres ultrapassa em aproximadamente 50% o número de homens.

Tabela 8 – Autodeclaração de cor/raça alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016

	2014	2015	2016
Amarela	0	0	4
Branco	27	26	52
Indígena	0	0	0
Não deseja declarar	11	14	24
Outra	1	0	1
Pardo	41	49	60
Preto	10	16	30

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG (2018).

Em relação à autodeclaração de cor/ raça, por meio da Tabela 8, observa-se que no ano de 2016, dos 171 discentes assistidos pela FUMP, 30% (52 alunos) se autodeclararam brancos; 35% (60 alunos), pardos e 18% (30 alunos), preto.

A Classificação de cor para o IBGE é Branca, Preta, Parda, Amarela e Indígena. O colorismo ou a pigmentocracia é a discriminação pela cor da pele e é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas (WALKER, 1982).

O colorismo no Brasil apresenta uma especificidade, considera, além da cor da pele, também os aspectos ligados ao fenótipo como cabelo crespo, nariz arredondado ou largo, entre outras características físicas que a cultura do país associa à descendência africana (DJOKIC, 2015).

Devido ao colorismo, as pessoas consideradas negras são aquelas que se autodeclaram pretas ou pardas. Nesse sentido, somando esses dados, os negros são a maioria dos discentes atendidos pela assistência da FUMP.

Tabela 9 – Faixa etária dos alunos da EBA-UFMG assistidos pela FUMP – 2014 a 2016

(Continua)

	2014	2015	2016
Abaixo de 18 anos	0	0	0

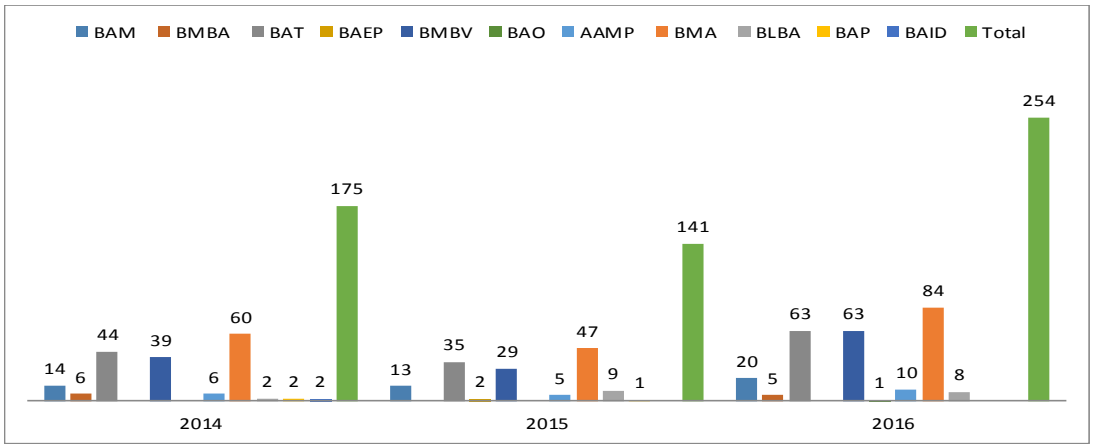
(Conclusão)

	2014	2015	2016
De 18 a 20 anos	0	0	3
De 21 a 24 anos	15	23	52
De 24 a 27 anos	32	43	55
De 28 a 35 anos	36	30	41
Acima de 36 anos	7	9	20

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG (2018).

Na Tabela 9, verifica-se que o maior quantitativo de alunos assistidos pela FUMP dentro da EBA-UFMG, no ano de 2016, está na faixa etária entre 21 a 27 anos (107 alunos). O segundo maior valor está na faixa de 28 a 35 anos (41 alunos). Sendo assim, a faixa etária, predominante, dos alunos da unidade que recebem bolsas da FUMP é entre 21 a 35 anos.

Gráfico 19 – Bolsas FUMP distribuídas aos alunos EBA-UFMG – 2014 a 2016



Legenda:

BAM – Bolsa Auxílio Moradia

BMBA – Bolsa Manutenção Bernardo Álvares

BAT – Bolsa Auxílio Transporte

BAEP – Bolsa Auxílio à Educação Pré-Escolar

BMBV – Bolsa Manutenção Baeta Viana

BAO – Bolsa Auxílio Óculos

AAMP – Apoio Acadêmico Mendes Pimentel

BMA – Bolsa Auxílio Material Acadêmico

BLBA – Bolsa Acesso ao Livro Bernardo Álvares

BAP – Bolsa Apadrinhamento

BAID – Bolsa de Acesso à Informação Digital

Fonte: Setor de Estatística da FUMP – UFMG. 2018

De acordo com o Gráfico 19, foram concedidas o seguinte quantitativo de bolsas durante o período entre 2014 a 2016: 47 – Auxílio Moradia; 11 – Manutenção Bernardo Alvares; 142 – Transporte; 2 – Auxilio Pré-Escolar; 131- Manutenção Baeta Viana; 1 – Auxílio Óculos; 21 – Apoio Acadêmico; 191 – Auxilio Material Acadêmico; 19 – Acesso ao Livro; 3 – Apadrinhamento e 2 – Acesso a Informação Digital. No total foram concedidas 570 bolsas da FUMP para a EBA-UFMG.

Percebe-se que o maior quantitativo de bolsas da unidade foi destinado, entre 2014 a 2016, para Auxilio Transporte (25%), Manutenção (23%) e Material Acadêmico (34%).

6.4.2 Breves conclusões acerca dos dados sobre o perfil socioeconômico dos alunos da EBA-UFMG assistidos pelas bolsas da FUMP

A Universidade Federal de Minas Gerais, visando garantir aos estudantes as condições necessárias para manutenção em sua vida acadêmica, possui uma política de assistência estudantil (elaborada pela Pró-Reitoria de Assuntos Educacionais) executada pela Fundação Universitária Mendes Pimentel.

Essa política é integrada por uma série de ações, as quais se destacam: o acesso aos restaurantes universitários, às moradias estudantis, ao transporte, à aquisição de material escolar, à assistência à saúde, ao enriquecimento cultural, à expansão da formação acadêmica, entre outras. É mantida com recursos da própria universidade e do financiamento anual do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O Programa tem por objetivo apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior, viabilizando a igualdade de oportunidades, além de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico através de medidas efetivas que permitam combater situações de repetência e evasão.

A permanência escolar relacionada aos programas e ações de assistência estudantil pode ser compreendida como a promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, bem como o seu acesso aos recursos infra estruturais e pedagógicos disponíveis na instituição de ensino (GARRIDO, 2012, p. 198).

Como se verifica, o tema permanência escolar está absolutamente vinculado à própria estrutura da Assistência Estudantil, especialmente no tocante ao seu aspecto material (comer, morar, vestir, transportar-se, etc.), embora a dimensão simbólica (ser reconhecido,

fazer parte do grupo, coexistir enquanto estudante) não possa ser negligenciada (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 198).

Considerando o exposto pelos autores acima, observa-se que os maiores quantitativos de bolsas FUMP aos alunos da EBA-UFMG, no período analisado, foram destinados a transporte, manutenção e material acadêmico. Percebe-se que o aspecto material tem uma importância significativa para que os alunos possam dar andamento ao curso, afinal, precisam se deslocar, adquirir os materiais para as aulas práticas e teóricas e alimentar-se durante o período em que estiverem na universidade.

Aranha, Pena e Ribeiro (2012, p. 317-345) realizaram investigações apontando os impactos no processo de seleção da UFMG após a implantação do REUNI. Os autores coletaram dados sobre a inclusão social, a educação pregressa e por faixa de renda.

No quesito faixa de renda houve um crescimento da proporção de inscritos com renda familiar de até cinco salários mínimos à época. Os dados de renda *per capita* dos alunos da EBA-UFMG que receberam bolsas da FUMP demonstram que das 171 bolsas distribuídas no ano de 2016, 170 foram destinadas a alunos com renda entre 0 e 5 salários mínimos.

Vargas (2010, p. 151) afirma que as probabilidades de acesso ao ensino superior para os estudantes oriundos das classes populares são mais baixas, enquanto o risco de retenção e evasão é maior para estes indivíduos quando comparados aos que pertencem às classes médias e altas.

Estudos realizados por Mello (2007, p. 83) demonstrou a influência nas probabilidades de ingresso discente na educação superior e nos riscos de evasão de acordo com determinadas características como renda familiar, escolaridade paterna e ocupação do chefe da família. O autor pontua que a "escolaridade do chefe da família é também elemento fortemente relacionado às possibilidades de evasão, uma vez que quanto menos instruído o provedor, maior a ocorrência do fenômeno".

De acordo com o Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras da FUMP em 2016[20], o maior número de estudantes atendidos na UFMG entre os anos de 2010 a 2016 classificam-se no nível I. Esses indivíduos apresentam baixa renda, condição socioeconômica desfavorecida que restringe oportunidades de capacitação e inclusão, indícios de vulnerabilidade social com possibilidade de abandonar o curso logo no início da trajetória acadêmica.

[20] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG; FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL – FUMP. **Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras da FUMP 2016**. 130. p. Disponível em: <http://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=16>. Acesso em: 29 set. 2018.

Quanto a procedência dos assistidos, o relatório aponta que metade eram estudantes de Belo Horizonte e outra grande parte do interior de Minas Gerais, sendo apenas 7% proveniente de outros estados brasileiros. Em relação ao estado civil, 87% são solteiros. Grande parte dos estudantes (82%) cursaram o ensino fundamental e/ou médio em escola pública e mais de 80% são assistidos ao nível de graduação.

Vargas (2010, p. 153) afirma que "quanto à área do conhecimento, as ciências humanas, principalmente as licenciaturas, reúnem o maior número de alunos atendidos pela FUMP, enquanto carreiras como arquitetura e medicina têm poucos alunos bolsistas". A autora ainda sinaliza que os assistidos pela Fundação precisam pensar sobre as necessidades básicas (transporte, alimentação, moradia, aquisição de material didático), enquanto os alunos que não apresentam dificuldades financeiras tendem a concentrar-se na expectativa de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, para os ex-bolsistas, o diploma adquire o significado de uma possível ascensão social, uma vez que na economia brasileira se evidencia que os rendimentos pagos aos trabalhadores se relacionam, entre outros fatores, ao nível de escolaridade.

Dentro de um panorama geral, entre 2014 a 2016, percebe-se que a grande maioria dos estudantes assistidos da EBA-UFMG se encontra com a renda *per capita* entre 0 e 2 salários mínimos, o gênero predominante é feminino e na autodeclaração em relação a cor/raça 37% dos indivíduos se declararam como pardos/negros. O maior quantitativo de alunos bolsistas se encontra na faixa etária de 21 a 27 anos e o maior número de bolsas da unidade acadêmica foi destinado para auxilio transporte, manutenção e material acadêmico.

No estudo apresentado por Vargas (2010, p. 163) a autora destaca que "caso a UFMG não disponibilizasse os programas de assistência estudantil, é razoável supor que parcela significativa dos universitários não pudesse concluir a graduação". Dentro deste viés, os baixos índices que a universidade possui de abandono e retenção registrados no sistema federal de ensino superior, conforme afirma Serpa (1997, p. 18) se vinculam à solidez do programa oferecido.

As conclusões aqui apresentadas, por ora, dão conta de alguns aspectos observados nos dados fornecidos pela Fundação para complementar a pesquisa nas discussões apresentadas no estudo. A implementação de políticas baseadas em ações afirmativas, como o Programa REUNI, suscita reflexões sobre o suporte socioeconômico que pode ser necessário aos estudantes das classes populares. Considerando os dados apresentados, é possível cogitar se para além de possibilitar o ingresso na carreira acadêmica não seja necessário também que

se planeje adequadamente, junto a estas ações, uma política de manutenção do aluno nas Instituições Federais de Ensino Superior até a conclusão do curso.

A assistência estudantil é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394/96. Complementa, ainda, o conjunto de iniciativas que promovem a democratização do acesso ao ensino superior e os seus efeitos estão para além da diminuição dos índices de evasão e retenção no ensino superior. A assistência colabora para que os alunos de baixa renda tenham a oportunidade de concluir um curso de graduação e possibilite a sua família deixar os estratos mais empobrecidos da hierarquia social, conquistando melhores empregos e renda. A longo prazo, poderá diminuir ou até mesmo, reverter, o círculo reprodutivo das desigualdades sociais no país.

Encerra-se, neste item, as discussões apresentadas sobre os impactos do Programa REUNI no corpo discente da EBA-UFMG. Os dados coletados sobre o perfil socioeconômico dos alunos da unidade assistidos pela FUMP afloram a possibilidade de inúmeras discussões que poderão ser alcançadas em estudos posteriores.

6.5 Análise do Quantitativo de Técnicos-administrativos em Educação da EBA-UFMG

A carreira de Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) é determinada pela Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005. Nesse plano, os cargos se dividem em nível A, B, C, D e E. Os cargos de nível A e B eram compostos por indivíduos que possuíam nível fundamental incompleto, esses dois cargos foram posteriormente revogados e os servidores redistribuídos em funções de nível C e D. Os cargos de nível C e D exigem nível médio para entrada e os de nível E, diploma de ensino superior, e em alguns casos, solicita-se registro no conselho profissional competente.

O Tribunal de Contas da União por meio DECISÃO TCU nº 408/2002-PLENÁRIO em parceria com as Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC e Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, estabeleceu diversos indicadores de gestão das IFES. Dentre eles, existe a equação denominada Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente e Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente (FEPE). O indicador Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente informa a quantidade de funcionários para cada professor contando com os alocados nos Hospitais Universitários. De forma semelhante ao indicador anterior, pode-se analisar o funcionário equivalente com ou sem Hospital Universitário (BOYNARD, 2015, p. 245).

Os servidores das IFES têm como único objetivo a formação qualificada do aluno. Essa relação entre número de funcionários e de professores indica uma relação entre o tamanho do corpo de apoio indireto ao professor. O indicador Funcionário Equivalente sem H.U./Professor Equivalente retrata quantos funcionários por professor as IFES dispõem, sem contar com aqueles destinados a prestar suas atividades nos Hospitais Universitários – H.U.- (BOYNARD, 2015, p. 245).

Tabela 6 – Indicador de Funcionário Equivalente sem H.U./Professor Equivalente EBA-UFMG

Ano	Nº de docentes equivalentes	Nº de funcionários equivalentes na unidade	Indicador de funcionário equivalente sem H.U./professor equivalente
2008	40	32	0.8
2009	41	40	0.97
2010	48	45	0.93
2011	50	46	0.92
2012	55	47	0.85

Fonte: Relatórios de Gestão Departamento de Artes Plásticas, Desenho e Fotografia, Teatro e Cinema (EBA-UFMG, 2018).

No presente estudo, a Tabela 16 apresenta o cálculo do indicador Funcionário equivalente sem H.U/ Professor Equivalente para se ter uma ideia dos índices apresentados na EBA-UFMG durante o período REUNI. Observa-se que o índice fica abaixo de 1 técnico administrativo por professor na unidade acadêmica.

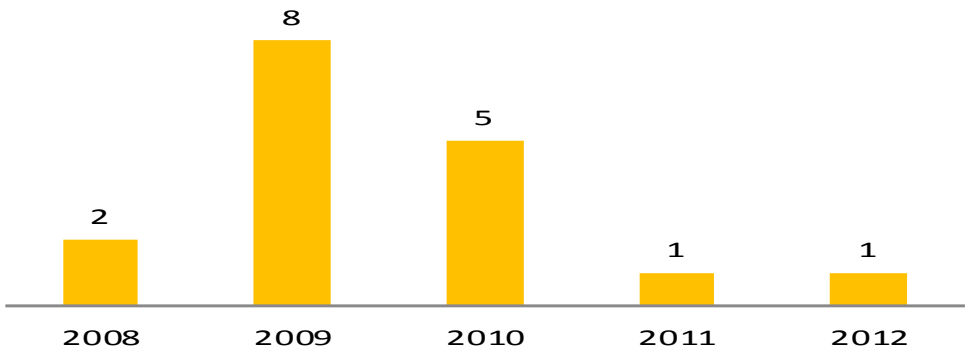
O cálculo do indicador Funcionário foi realizado considerando-se os efetivos e temporários e excluindo-se os afastados para capacitação e os cedidos para outros órgãos / entidades da administração pública. O indicador de eficiência Funcionário Equivalente/Professor Equivalente, quantifica a composição dos recursos humanos, relacionados às atividades meio e fim da instituição. É de grande importância o suporte oferecido administrativamente por essa classe ao quadro docente. Os TAEs atuam muito nas atividades meio da universidade, porém, gradativamente, é inserida sua participação nas atividades fins relacionados diretamente ao ensino, pesquisa e extensão.

Estudos realizados em universidades como a UFMA, UFBA, UNIFAP e UFF (RODAPE) demonstraram indicadores entre 1.21 e 1.59, já na EBA-UFMG, os índices foram mais baixos, observando-se menos de 1 técnico administrativo em educação por docente na escola durante o período REUNI.

Esse cenário presume uma maior sobrecarga de trabalho ao corpo administrativo que precisou superar as demandas no quadro de criação dos cursos e ampliação de vagas. Silva et.al (2014, p. 8) afirma que a sobrecarga funcional é um dos principais agentes estressores que se sustentada por muito tempo pode desencadear além do estresse ocupacional o afastamento do servidor.

Os gestores devem identificar os agentes estressores nos respectivos ambientes de trabalho, bem como o nível de estresses dos seus colaboradores. Dessa forma, serão capazes de promover ações que minimizem ou anulem esses agentes, o que beneficiará os servidores e a instituição.[21]

Gráfico 20 – Entrada de TAEs na EBA-UFMG – 2008 a 2012

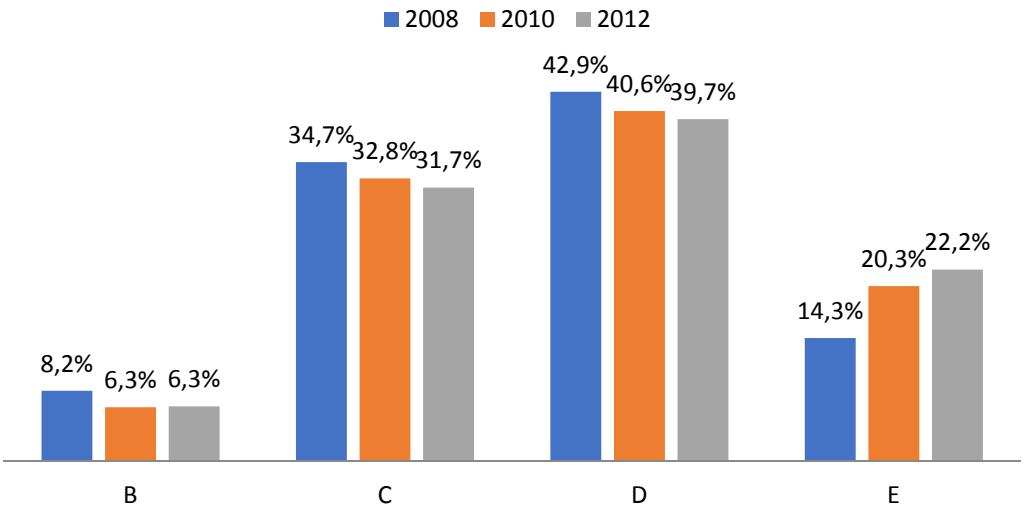


Fonte: adaptado dos Relatórios de Atividades 2008 a 2016 (PROPLAN-UFMG).

No Gráfico 20, verifica-se que nos anos de 2008 a 2012 há uma variação no quantitativo de Técnicos Administrativos em Educação na EBA-UFMG, sendo o pico de maior entrada no início do REUNI, em 2009, com (30%) do total apresentado de 17 técnicos administrativos em educação.

[21] BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Relatório de gestão do exercício de 2016. https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. Carta de Serviços ao Usuário. Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/tcu_manual_indicadores_2010>. Acesso em: 26 jul. 2018. http://www2.unifap.br/numeros/files/2017/02/BE_05_2017

Gráfico 21 – Classe dos TAEs na EBA-UFMG – 2008 a 2012



Fonte: adaptado dos Relatórios de Atividades 2008 a 2016 (PROPLAN-UFMG).

Constata-se no Gráfico 21 que dos dezessete TAEs ingressantes na unidade acadêmica entre 2008 e 2012, a grande maioria pertencia à classe C e D (nível médio completo). Faz-se necessário apontar que as reposições de vagas originadas de vacâncias, aposentadorias, exonerações foram excluídas dessa análise, considerando-se apenas as vagas provenientes do programa REUNI.

6.6 Análise do Quantitativo de Docentes da EBA-UFMG e as Contribuições da Pós-graduação na Graduação

Nesse momento analisar-se-á o quantitativo de docentes que ingressaram na unidade acadêmica entre 2008 a 2012. Antes de se proceder a análise, porém, os termos designados a essa categoria profissional como Adjunto, Assistente e Titular serão explicitados para facilitar a compreensão das informações.

De acordo com as Leis nºs 12.772 de 28/12/2012 e 12.863 de 24/09/2013, as classes da Carreira de Magistério Superior recebem as denominações a seguir, conforme a titulação do cargo: Classe A – Professor Adjunto, se portador de título de doutor, Professor Assistente, se portador de título de mestre e Professor Auxiliar, se graduado ou especialista; Classe B – Professor Assistente; Classe C – Professor Adjunto; Classe D – Professor Associado e Classe E – Professor Titular[22].

[22] Segundo a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, a denominação Titular será dada ao docente que possuir o título de doutor; ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e lograr aprovação de memorial que

Tabela 7 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Artes Plásticas

	2008	2009	2010	2011	2012
Assistente	1		2	2	
Adjunto	4	3	3	2	
Titular					1
Total	5	3	5	4	1

Fonte: Relatórios de Gestão Departamento de Artes Plásticas (EBA-UFMG, 2018). Adaptado.

Tabela 8 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema

	2008	2009	2010	2011	2012
Assistente	1		1	2	
Adjunto	1	4	2	2	2
Titular					
Total	2	4	3	4	2

Fonte: Relatórios de Gestão Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema (EBA-UFMG, 2018). Adaptado.

Tabela 9 – Ano de entrada e titulação dos docentes do Departamento de Desenho

	2008	2009	2010	2011	2012
Assistente	4	8	12	6	1
Adjunto	3	2	4	2	2
Titular					1
Total	7	10	16	8	4

Fonte: Relatórios de Gestão Departamento de Desenho (EBA-UFMG, 2018). Adaptado.

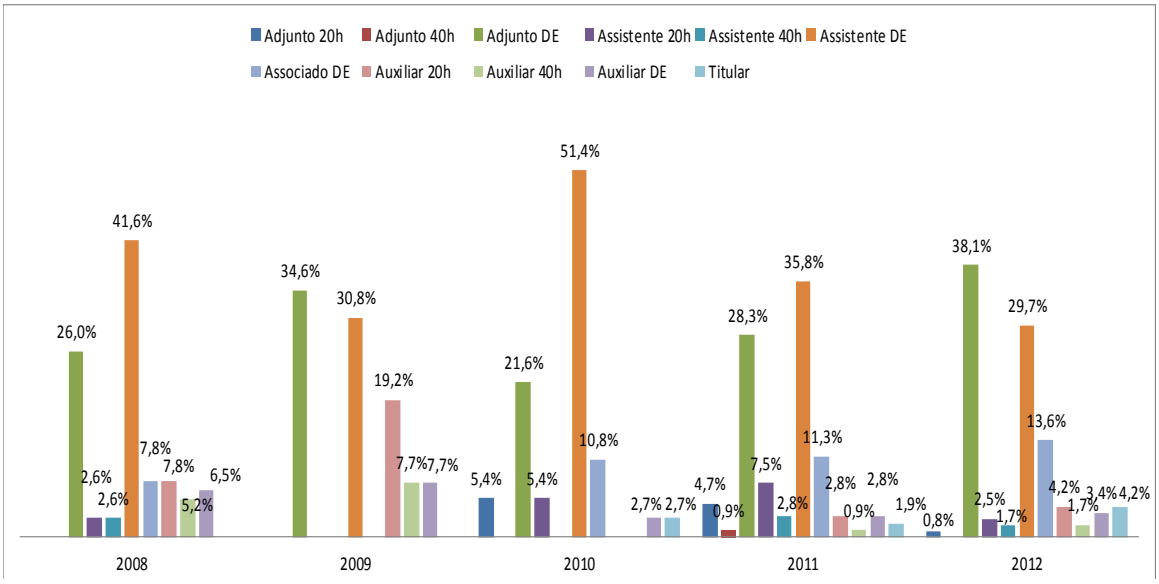
As Tabelas 7, 8 e 9 demonstram o quantitativo que cada departamento da EBA-UFMG recebeu de docentes no período REUNI. Verifica-se que o Departamento de Artes Plásticas recebeu 12 professores da categoria Adjunto (Doutores), 5 Assistentes (Mestres) e 1

deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

Titular. O Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema acolheu 11 professores Adjuntos (Doutores) e 4 Assistentes (Mestres) e o de Desenho obteve 27 Adjuntos (Doutores), 17 Assistentes (Mestres) e 1 Titular no período de 2008 a 2012.

O maior período de entrada de docentes nos três departamentos da EBA-UFMG (Artes Plásticas, Desenho e Fotografia, Teatro e Cinema) sucedeu-se durante o Programa. Dos 20 docentes esperados inicialmente, a unidade acabou por receber 78 professores para suprir as necessidades dos cursos impactados/criados pelo REUNI. Tal fato se deve aos ajustes demandados ao longo da ampliação/criação de vagas na graduação que eram pertinentes ao quantitativo estabelecido pelo REUNI de 18 alunos por professor.

Gráfico 22 – Classe de docentes ingressantes na EBA-UFMG – 2008 a 2012



Fonte: adaptado dos Relatórios de Atividades 2007 a 2013 (PROPLAN-UFMG).

Constata-se, no Gráfico 22 que os maiores quantitativos de entrada no quadro de professores da unidade entre 2007 e 2013 pertenciam à classe de Assistente (Mestres) com Dedicação Exclusiva (43,8% em 2007; 51,4% em 2010; 35,8% em 2011 e 30,3% em 2013). Em seguida, apareceram os maiores percentuais em Adjunto (Doutores) com Dedicação Exclusiva, ficando as demais classes segmentadas em números menores. Durante o período REUNI, dos 78 docentes ingressantes no Programa, 12 atuavam também como docentes na Pós-Graduação (RELATÓRIO DOCÊNCIA PÓS-GRADUAÇAO EBA, 2013).

Observando-se os relatórios de gestão dos departamentos da EBA-UFMG nos anos de 2008 a 2012, constata-se que ocorreram 5 afastamentos para Doutorado no Departamento de Artes Plásticas, 4 no Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema e 3 no Departamento de Desenho. Dessa forma, observa-se que os professores das Artes Plásticas e

da área de Fotografia, Teatro e Cinema que ingressaram na classe Assistente (Mestre) se qualificaram em sua totalidade, já no Desenho apenas 3 professores haviam se qualificado até o final de 2012.

Os afastamentos para qualificação foram executados, em sua grande maioria, sem a realização de concurso para professor substituto. Dessa forma, os encargos didáticos dos professores afastados foram redistribuídos entre os demais colegas do departamento a que pertence. Esse procedimento ocasionou um aumento na carga horária do docente, muitas vezes tornando-a extenuante.

Necessário faz-se pontuar ainda o possível comprometimento na qualidade do ensino diante de tal fato, o que não condiz com os objetivos propostos pelo Programa. Recuperando-se uma das propostas do REUNI, observa-se que a meta era associar a expansão universitária à reestruturação acadêmica e curricular, a fim de "consolidar e aperfeiçoar o sistema público de educação superior, com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos, visando flexibilizar e melhorar a sua qualidade" (BRASIL, 2007, p. 9).

O aumento do número de vagas deveria seguir parâmetros que permitissem a manutenção e a ampliação do padrão de qualidade do ensino superior público. Porém, uma reflexão sobre as diferenças significativas no trabalho docente, entre classes de 25 ou 50 alunos, com carga horária semanal de 8 ou 16 horas, podem contribuir para uma redução em sua qualidade (TONEGUTTI, MARTINEZ 2007, p. 12).

Além disso, vale lembrar que o atendimento aos estudantes não se restringe ao tempo despendido na sala de aula e o quantitativo discente tem um peso importante, também, na qualidade do ensino. Portanto, os afastamentos ao mesmo tempo em que beneficiam a instituição, por meio da qualificação do docente que está se capacitando, as prejudicam, pois, o docente que assume o lugar daquele que está afastado fica sobrecarregado em suas atividades didáticas.

As reestruturações curriculares realizadas pelos cursos impactados/criados pelo REUNI na EBA-UFMG foram realizadas para atender as novas características que apresentaram os alunos ingressantes, seu perfil, e os impactos que isso pôde representar para o Plano de Desenvolvimento Institucional, e para cada projeto pedagógico dos cursos.

Novas propostas de ensino foram apresentadas dentro da UFMG como a criação da Rede de Desenvolvimento de Práticas de Ensino Superior (GIZ), que tinha por objetivo atender "às necessidades no que se refere ao compromisso assumido pela UFMG ao aderir ao REUNI, com ações inerentes às novas medidas de gestão pedagógico-administrativas e formação docente" (LOURDES COELHO, 2014, p. 12). Estudos demonstraram que as ações

formativas do GIZ atendiam tanto ao aumento significativo de cursos e de alunos quanto às necessidades de formação demandadas, de forma inovadora, no emprego das tecnologias e metodologias de ensino (LOURDES COELHO, 2014, p. 22).

O GIZ deu suporte à implantação dos novos cursos por meio de reuniões didáticas na EBA-UFMG, realizando atividades formativas, a fim de preparar seu corpo docente para reformular as propostas dos cursos de graduação (PROJETO PEDAGÓGICO CCR, 2014).

Lourdes Coelho (2014, p. 13) afirma ainda que a adoção de metodologias de ensino era necessária para o trabalho com turma de tamanhos variados e, sob a liderança de professores, os estudantes da pós-graduação receberam bolsas para se dedicarem de maneira integral aos cursos e atividades na universidade, limitadas a 8 horas/aula semanais (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2010, p. 5).

Essa formação das equipes didáticas destacou-se como um relevante diferencial na proposta da UFMG, pois contemplou a integração da graduação à pós-graduação e possibilitou a inserção dos mestrandos e doutorandos na prática do ensino superior.

Tabela 10 – Quantitativo de bolsas de estágio-docência na pós-graduação *stricto sensu* – EBA-UFMG, 2008 a 2012

Curso	Tipo de bolsa	Quantitativo
Dança	Mestrado	5
	Doutorado	3
Design de Moda	Mestrado	10
	Doutorado	1
CAAD	Mestrado	8
	Doutorado	1
CCR	Mestrado	6

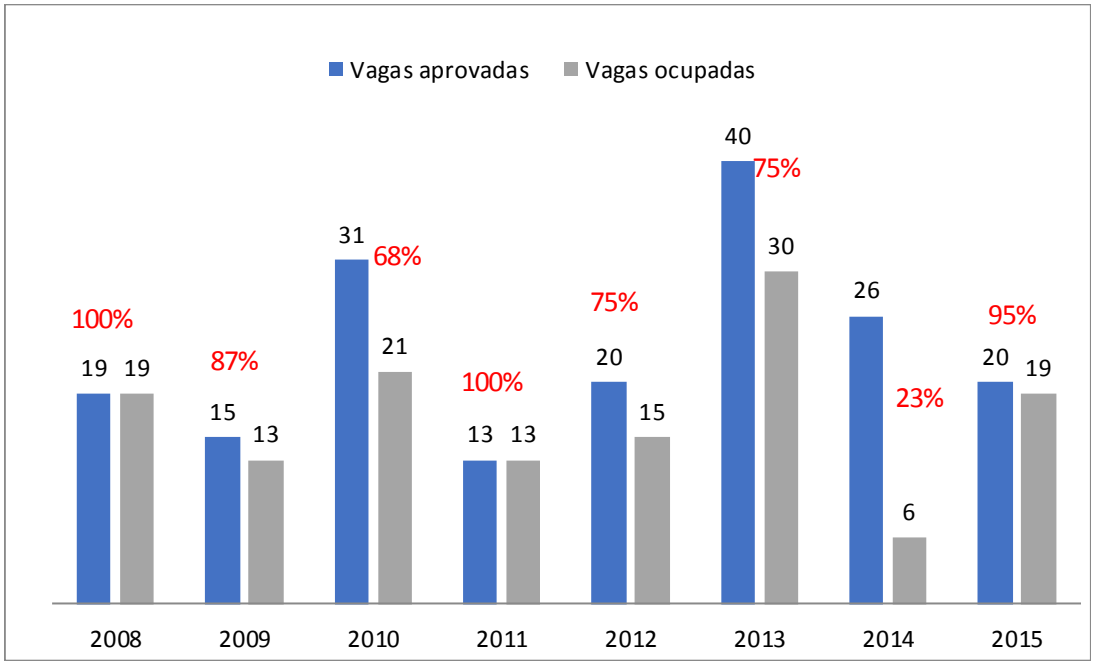
Fonte: Relatório Docência Pós-Graduação EBA-UFMG, 2008 a 2013.

De acordo com a Tabela 10, verifica-se que a EBA-UFMG recebeu 34 bolsistas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) entre 2008 a 2012. Todos foram distribuídos para auxiliar nas atividades de docência dos cursos criados pelo Programa. O art. 54 do Regimento Geral

da UFMG expõe que “a pesquisa é atividade básica da universidade, indissociável do ensino, devendo ser estimulada a aplicação de seus resultados”.

Lourdes Coelho (2014, p. 41) aponta que a preparação para o ensino, muitas vezes, não ocorria de maneira sistematizada, e a formação do pesquisador era privilegiada em detrimento da formação do professor. Tendo em vista esse cenário, o REUNI buscou por meio da reestruturação universitária a aproximação entre esses dois níveis de ensino e os discentes da pós-graduação da EBA-UFMG foram inseridos na nova estrutura, cumprindo a meta de aproximação da pós-graduação e a graduação.

Gráfico 23 – Vagas aprovadas e ocupadas na pós-graduação *stricto sensu* da EBA-UFMG – 2008 a 2015

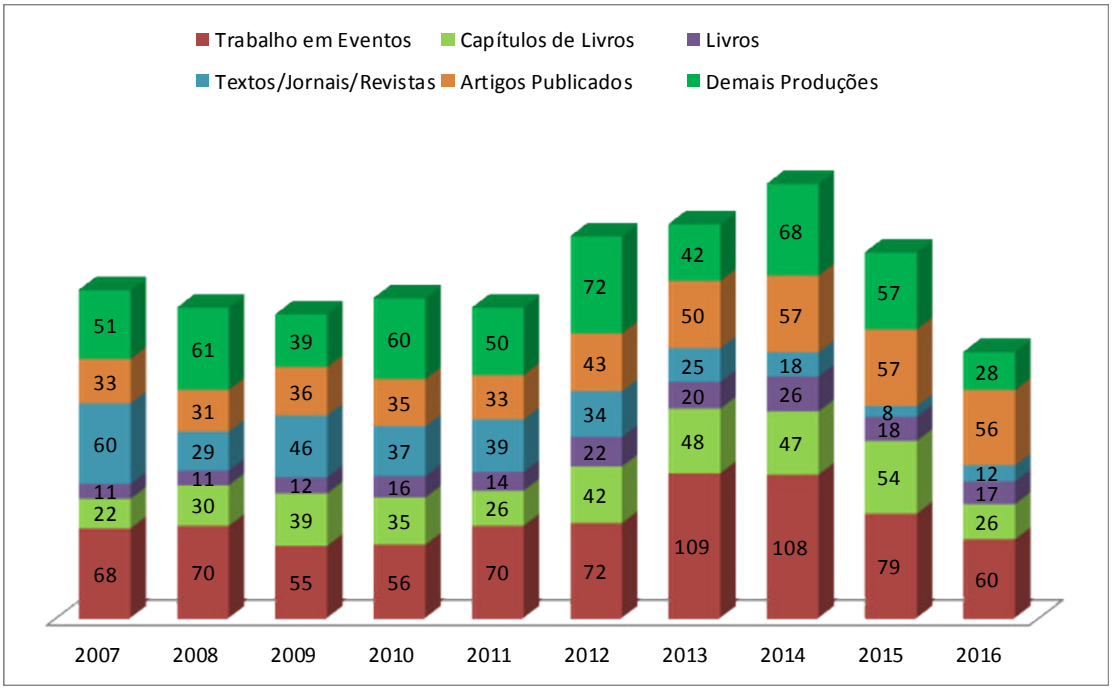


Fonte: adaptado do Sistema Acadêmico da Pós-Graduação – SIGA – UFMG. 2008 a 2015.

Observa-se no Gráfico 23 que as taxas de ocupação de vagas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) da EBA-UFMG dentro do período REUNI (2008 a 2012) se mantiveram entre 68% e 100%.

Um maior número de vagas foi ofertado em 2013 em decorrência do aumento de ingressantes na graduação da unidade no período de 2008 a 2012 pelo Programa. Em 2014 há uma diminuição considerável na ocupação das vagas e valores próximos a 100% aumentam novamente em 2015. Anteriormente demonstrado no presente trabalho, pôde-se certificar que esse aumento em 2015 coincide com o período em que ocorrem os maiores índices de conclusão de curso em nível da graduação na unidade acadêmica.

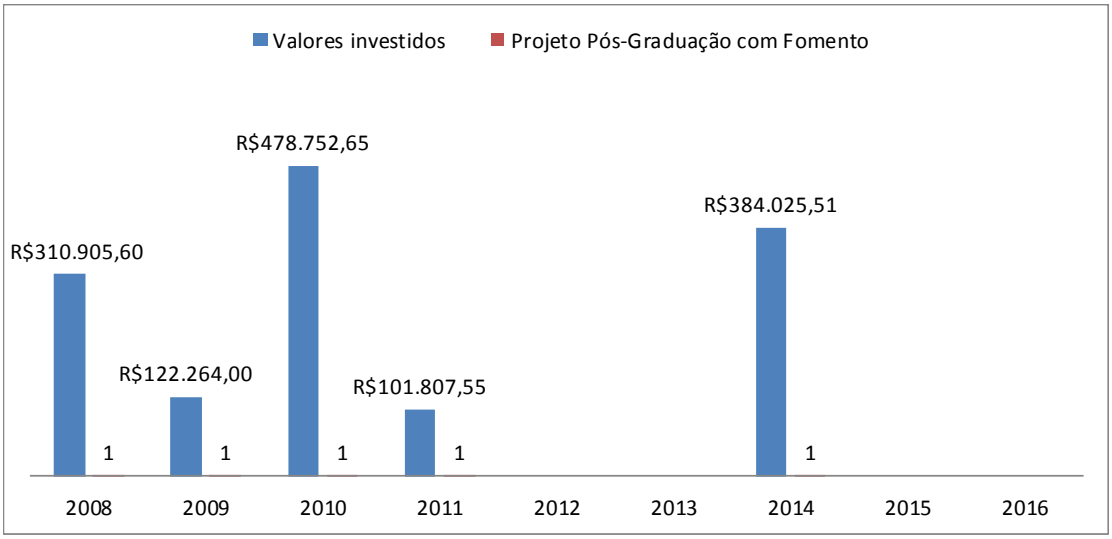
Gráfico 24 – Produção científica da pós-graduação *stricto sensu* EBA-UFMG – 2007 a 2016



Fonte: adaptado de <http://somos.ufmg.br/unidade/escola-de-belas-artes>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Sobre a produção científica na unidade acadêmica observamos no Gráfico 24 que os quantitativos aumentam expressivamente entre 2012 a 2014, mas não há aumentos significativos durante o período REUNI quando comparada ao total produzido, os maiores índices de produção ocorrem em 2014. Há um ligeiro aumento entre 2008 a 2012 na produção de artigos, capítulos de livros e demais tipos de produções como pareceres, elaboração de materiais, exposições, entre outros.

Gráfico 25 – Valores investidos e quantidade de projetos com fomentos na pós-graduação *stricto sensu* EBA-UFMG – 2008 a 2016



Fonte: adaptado do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Exercício 2008 a 2016.

O Gráfico 25 apresenta os valores investidos nos projetos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* com fomento na EBA-UFMG. Observa-se que foram investidos o valor de R$1.397.755,31(um milhão e trezentos e noventa e sete mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos) em 5 projetos desenvolvidos entre 2008 a 2014. Estes projetos não receberam recursos advindos do REUNI e sim da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq), a qual promove chamadas internas para a seleção de projetos para composição de propostas de pesquisa institucionais, apresentados em resposta a chamadas e editais públicos direcionados às Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) com concessão de recursos não reembolsáveis originários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Em 7 de outubro de 2014, o CEPE elaborou a Resolução nº 18/2014 que tinha por objetivos: maior integração dos níveis de ensino de graduação e pós-graduação; permitir aos alunos uma formação em maior grau de aproveitamento durante a graduação; incentivar os alunos egressos da graduação a prosseguir na formação em nível de pós-graduação; abreviar o tempo necessário para conclusão do mestrado e promover o maior aproveitamento das bolsas de Mestrado disponíveis, aumentando o fluxo na formação de Mestres.

Esse documento permitiu que disciplinas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado ou Doutorado) fossem disponibilizados para que os estudantes da graduação integralizassem seus créditos nos cursos, em substituição às disciplinas da graduação. Assim,

caso houvesse aproveitamento suficiente e os discentes ingressassem nos cursos de pós-graduação, ocorreria a dispensa dos créditos já cursados.

A EBA-UFMG iniciou a aplicação da Resolução nos Colegiados de Graduação em 2015. Através de uma maior participação nas discussões, implantou efetivamente o procedimento em 2016, permitindo mais uma ação que integrasse esses dois níveis de ensino.

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, representa, nos últimos anos, uma das mais recentes políticas públicas implantadas pelo Governo Federal na educação superior brasileira.

Em conjunto com as demais ações do Ministério da Educação, esse programa permitiu a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior para a redução das desigualdades sociais. O MEC cumpria, assim, a sua missão institucional de ampliar a oferta de ensino superior e atuar em todos os segmentos da educação de forma integrada (BRASIL, 2008).

A ampliação com a readequação da infraestrutura física das Universidades Federais e a interiorização das Instituições Federais de Educação Superior, foram propostas para o alcance dos objetivos do REUNI. Verbas foram repassadas para despesas de custeio, contratação de pessoal, bem como aquisição, instalação e manutenção de equipamentos, construção, adequação e recuperação de instalações físicas, visando melhorar a infraestrutura das IFES (Decreto nº 6.096/07, art. 3º).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) manifestou adesão ao Programa em 29 de outubro de dois mil e sete, após a decisão autorizativa do Conselho Universitário em 25 de outubro do mesmo ano. A EBA-UFMG possui quatro cursos que foram criados através do REUNI: Cinema de Animação e Artes Digitais, Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis, Dança e Design de Moda.

A primeira dimensão, relacionada à ampliação da oferta de educação superior pública, contabilizou os quantitativos de discentes ingressantes, diplomados e evadidos nos cursos que foram atingidos pelo REUNI dentro da unidade acadêmica. Dos quatro novos cursos implantados na escola, três deles pertencem ao período noturno (Cinema de Animação e Artes Digitais, Dança e Design de Moda), sendo apenas um (Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis) no turno diurno.

Observou-se que os maiores percentuais de desligamento e cancelamento na unidade acadêmica ocorreu nos anos de 2012, 2013 e 2016. A respeito do quantitativo de ingressantes, observou-se que houve um crescimento significativo em cada um dos cursos durante os anos de 2008 a 2012. Os resultados demonstraram que os índices de evasão da unidade foram mínimos, cumprindo a meta de 20% estabelecida pelo MEC na criação do REUNI em 2007.

Foram averiguados os maiores índices de evasão durante o primeiro ano de curso na Dança, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Artes Visuais. Verificou-se também que os alunos demoram no mínimo 1(um) ano a mais do que o tempo previsto para conclusão em todos os cursos impactados na unidade acadêmica, independentemente de ser ofertado no período noturno ou diurno.

Esses dados representam que em todos os cursos há uma breve retenção na vida acadêmica do discente, pois em nenhum deles o período mínimo para conclusão foi alcançado. Acredita-se que novos estudos possam identificar melhor os fatores relacionados à esta retenção em todos os cursos da EBA-UFMG buscando maneiras de diminuí-la e promover um maior índice de conclusão nos cursos dentro do período estipulado pelo currículo. Em relação aos percentuais de conclusão dos cursos, observou-se que os maiores índices ocorreram nos anos de 2014 a 2016, principalmente nos cursos que passaram por ajustes curriculares.

A segunda dimensão, análise da reestruturação acadêmico curricular, avaliou os impactos nos cursos em quantitativo de vagas, ajustes curriculares demandados (alterações de itinerários formativos, readequação de grade curricular e estrutura física- laboratórios e salas de aula práticas).Os cursos que já tiveram suas demandas atendidas pelos ajustes curriculares na PROGRAD-UFMG foram Artes Visuais e Cinema de Animação e Artes Digitais. Esses ajustes tinham por objetivo aumentar a oferta no fluxo das disciplinas a fim de que os alunos pudessem reduzir o tempo investido nos percursos curriculares, consequentemente, diminuindo a retenção nos cursos.

Em relação à infraestrutura física, as readequações espaciais mais relevantes ocorridas no período foram o deslocamento dos alunos do curso Design de Moda para o Centro de Estudos e Pesquisas em Moda e dos alunos da habilitação Gravura, do curso de Artes Visuais, para a Casa da Gravura. As demais realocações foram realizadas dentro do próprio prédio da unidade, alterando espaços internos com divisórias para criação de laboratórios, promovendo o compartilhamento de alguns espaços entre docentes dos variados cursos, entre outros.

A terceira e última dimensão, o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, permitiu a investigação por meio dos procedimentos que foram tomados na EBA-UFMG aproximando esses dois níveis de ensino. Verificou-se nesse nível de ensino que as taxas de ocupação durante o período REUNI variaram de 68% a 100%, tendo 75% de ingressantes em 2013, ao final do Programa. Já em 2015, foi observada a ocupação de 95% das vagas da pós-graduação.

Logo após o REUNI, em 2014, houve a criação da Resolução CEPE nº 18/2014 que promoveu uma maior integração entre a graduação e a pós-graduação, permitindo aos alunos realizarem disciplinas entre esses dois níveis. Currículos mais flexíveis e com maior grau de aprofundamento foram construídos, permitindo aos discentes da graduação e da pós-graduação uma formação mais sólida e direcionada à carreira acadêmica.

A respeito da gestão administrativa da EBA-UFMG durante o período REUNI levantou-se, ainda nesse estudo, dados sobre o quantitativo de docentes, TAEs, área ocupada/construída pela unidade no campus Pampulha e recursos orçamentários repassados à escola. Inicialmente, foram previstas 20 vagas para docentes que assumiriam os encargos didáticos dos cursos criados/impactados pelo Programa. Durante os anos de 2008 a 2012 foram recebidos na EBA-UFMG 78 professores (contabilizando-se os três departamentos existentes na unidade: artes plásticas; fotografia, teatro e cinema e desenho), sendo a maioria da classe Assistente em Dedicação Exclusiva (Mestres), seguidos pela classe Adjunto em Dedicação Exclusiva (Doutores). O corpo técnico administrativo da unidade acadêmica foi incrementado durante o período do Programa com 17 técnicos sendo o maior percentual das classes C e D (nível médio completo).

Em relação à área ocupada/construída pela escola não houve variações significativas, uma vez que o prédio novo não foi concluído e encontra-se com as obras paralisadas até o momento de encerramento desse estudo. O PDI-UFMG (2013-2017) estabeleceu metas para consolidar a necessidade de expansão da graduação, completando o programa de construção das instalações física pendentes e avaliando os resultados da expansão, ajustando o que fosse necessário. Porém, o prédio da EBA-UFMG não teve as obras retomadas devido aos inúmeros fatores documentados nesse relato e a escola permanece em seu local atual com um número de alunos, docentes e TAE´s bem expandido.

Por fim, a movimentação dos recursos orçamentários permitiu avaliar os valores repassados à EBA-UFMG advindos do Programa REUNI e a aquisição de bens permanentes e de consumo ao longo do tempo destinados aos cursos impactados/criados na unidade. Verbas remanescentes ainda foram repassadas nos anos de 2013 e 2014. Observa-se que, após esse período, ocorreu um declínio no repasse orçamentário à escola.

Após a análise dos dados coletados, percebe-se, na visão da pesquisadora, que o aumento no número de vagas para ingresso nos cursos, a revisão da estrutura acadêmica e reorganização dos cursos de graduação, bem como a readequação dos espaços físicos, a expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação e o aumento do quantitativo docente e

técnico administrativo da unidade contribuíram positivamente para o quadro de recursos humanos e de infraestrutura da EBA-UFMG.

Ocorreu, assim, um enriquecimento do patrimônio humano e do capital intelectual da unidade com a chegada de novos docentes, alunos e técnico-administrativos através do plano de expansão, porém algumas dificuldades precisaram ser superadas, principalmente, devido à ausência de um adequado espaço físico.

Levando-se em consideração os fatos apresentados, esta pesquisa buscou analisar o Programa REUNI no contexto recente de desenvolvimento social e nas diversas transformações que ocorreram nas universidades brasileiras nos últimos anos através de ações junto ao poder estatal.

A implantação desse programa teve por meta principal trazer o expressivo quantitativo de jovens sem acesso à educação superior para as instituições federais. Isso tinha por objetivo contribuir para a ampliação dos quadros de formação científica, tecnológica e cultural, possibilitando ao País o alcance do tão sonhado desenvolvimento.

Percebe-se que na UFMG, tentou-se aproveitar ao máximo os valores sustentados pelo REUNI para a expansão estratégica de vagas nos cursos superiores, a saber: o incentivo a novas tecnologias didáticos-metodológicas; o suporte para medidas capazes de sustentar os currículos, tornando-os qualificados e modernizados; a criação dos percursos curriculares variados; o estreitamento de laços entre a graduação e pós-graduação e os recursos orçamentários destinados a sua execução.

É necessária uma reflexão para que o caráter dessa política pública educacional não se limite apenas à esfera operacional, tornando a universidade meramente executora de normas gerais. As manifestações sociais, advindas de programas sociais, colaboram para que se compreenda a universidade como instituição social que tem sua referência baseada em valores que asseguram a cidadania (CHAUÍ, p. 3, 2003).

A pesquisadora acredita que seja pertinente lembrar que a universidade deve ser uma ação social, fundada no conhecimento público de suas atribuições. É preciso ter cuidado ao observar apenas os critérios de produtividade e eficácia organizacional aplicados nesses programas para que não se sobreponham aos objetivos enquanto instituição social, os quais são a formação de sujeitos históricos emancipados culturalmente (CHAUÍ, p. 6, 2003).

Caracteriza-se a avaliação pública por meio de uma análise e esclarecimento de um critério determinante em alguma política. Além disso, avalia-se as razões que tornam essa política preferível à outras (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 32). Essas razões precisam ser relevantes e contribuírem para um aumento ou melhor distribuição de bem-estar

e cidadania. Estudos posteriores podem articular vivências, reflexões e juízos de valor para melhor explicar os processos e os benefícios das relações sociais advindas dessa política pública.

Sobre o processo de avaliar-se uma política pública, embora esse relatório tenha buscado estabelecer um diálogo entre os marcos teóricos e políticos na educação superior – em termos internacionais e particulares à sociedade brasileira, ainda há questionamentos a serem coletivamente construídos e discutidos por todos envolvidos pelo Programa REUNI.

Acredita-se que, com o aprofundamento dos estudos no tema políticas públicas para a educação superior no cenário educacional brasileiro, trabalhos futuros possam criar subsídios para que haja uma maior compreensão e exploração desse assunto na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

• LITERATURA TÉCNICA E FONTES GERAIS

ABRUCIO, F. L. Os avanços e os dilemas dos modelos pós-burocráticos: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **A reforma do Estado e a administração pública gerencial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003. p. 173-199.

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da UFMG**. 2009. 214 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ALMEIDA FILHO, N. **Universidade nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o "espírito do toyotismo" na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.revista/c_v5n1_Jo.htm >. Acesso em: 2 out. 2018.

AMARAL, N. C. **Financiamento da Educação Superior**: Estado X Mercado. Vol. 1. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 2003.

ANDRADE, A. C. **Os governos FHC e Lula e a ressignificação do neodesenvolvimentismo**: o Reuni. 2013. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Programas de inclusão na UFMG: o efeito do Bônus e do REUNI nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência. **Educação em Revista**, v. 28, n. 4, 2012.

ARANHA, Antônia Vitória Soares; PENA, Carolina Silva; RIBEIRO, Sérgio Henrique Rodrigues. Programas de inclusão na UFMG: o efeito do bônus e do Reuni nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência. **Educ. rev.** [online], v. 28, n. 4, p. 317-345, 2012.

ARANTES, A. R. V. Políticas Educacionais no Brasil: visão geral da Educação Superior. **Revista de Magistro de Filosofia**, Anápolis, v. 3, 2006.

ARAUJO, M. A. D.; PINHEIRO, H. D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010.

AZEVEDO, J. M. L. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação (RAIES – Revista da Avaliação da Educação Superior)**, Campinas/Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200007>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades de conocimiento**: nuevos desafíos para la educación terciaria. Banco Mundial, 2003.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Banco Mundial, 1995.

BARDAGI, M. P.; LASSANCE, M. C. P.; PARADISO, A. C. Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 4(1), p. 153-166, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Personal, 1977

BARDIN, L. **Analise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José Tavares de. Invernos, Ouro Preto, festivais. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1239/pag2.html>. Acesso em: 26 jul. 2018

BEAN, J. P. The application of a model of turnover in work organizations to the student attrition process. **Review of Higher Education**, New York, n. 6, p. 129-148, 1985.

BEAN, J. P.; METZNER, B. S. A conceptual model of nontraditional undergraduate student attrition. **Review of Educational Research**, 55(4), 1985. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3102/00346543055004485>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BENEVIDES, Cláudia do Valle. **Um Estado de bem-estar social no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

BERRONES, R. U. El fortalecimiento de la vida democrática: la nueva relación de la sociedad y el Estado. **Revista del CLAD**, Caracas, Venezuela, n. 20, p. 141-170, jun. 2001.

BERTOLIN, J. C. G. Qualidade em educação superior: da diversidade de concepções a inexorável subjetividade conceitual. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 127-149, mar. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000100007>. Acesso em: 2 jun. 2017.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKY, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu:** escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 127-144.

BOYNARD, Katia Maria Silva; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Indicadores de gestão em conflito com indicadores de qualidade? Lições econômicas para a gestão universitária. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 4, p. 237-258, 2015.

BRAGA, Bya. Nas asas dos ventos teatrais na UFMG. **CADERNO DE ENCENAÇÃO/Publicação do Curso de Graduação em Teatro**, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 8-28, ago. 2008.

BRASILEIRO, V. B. **Sylvio de Vasconcellos**: um arquiteto para além da forma. 2008. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BRASILEIRO, Vanessa B. **Sylvio de Vasconcellos**: um arquiteto para além da forma. 2008. Tese (Doutorado), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

BRITO, Érico Henrique Garcia de; MENDES, Áquilas. Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90. **Revista Faap**, 2012. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/garcia.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRITTO, P. P. O desejo que move a criação de uma escola (2007). In: TAVARES, Mariana; PIMENTEL, Lucia; CUNHA, Evandro José Lemos (Org.). **60 Anos de Ensino da Arte**: Escola de Belas Artes da UFMG, área de pesquisa: Artes e Experiência Interartes na Educação e Cinema – Imagem como documento. (Trabalho de Pós-Doutorado de Mariana Tavares/em andamento).

CARDOSO, F. H. Industrialização, dependência e poder na América Latina. In: CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Souza Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**, v. 22, n. 28, p. 125-140, 2006.

CERVO, A. L. *et al*. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p. 5-15, 2003.

CHIAVENATO, I. **Administração Geral e Pública**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos na empresa**: pessoas, organizações e sistemas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

COSTA, Ana Paula Delgado da *et al*. **O Reuni na Universidade Federal de Juiz de Fora**: uma análise dos bacharelados interdisciplinares. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

DALONGARO, R. B.; RAMOS, C. S.; AZZOLIN, R. F. Estudo sobre a empregabilidade dos cursos de graduação no Brasil (Org.). Encontro Missioneiro de Estudos Interdisciplinares em Cultura-EMiCult. **Anais...**, São Luiz Gonzaga, v. 2, 2016.

DANTAS, E.; SOUSA JÚNIOR, L. Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2009. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5581--int.pdf.>. Acesso em: 6 set. 2017.

DE LIMA MUNIZ, Mariana *et al*. Trajetória da Licenciatura em Teatro da EBA/UFMG: histórico, projeto político e pedagógico e principais desafios. **Lamparina-Revista de Ensino de Artes Cênicas**, v. 1, n. 1, p. 7-20, 2012.

DE OLIVEIRA, Gleice Emerick; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015.

DE PROENÇA, José João Gonçalves. Declaração de Bolonha. Lusíada. **Direito**, n. 3, p. 363-369, 2014.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. Declaração conjunta dos ministros da educação europeus, assinada em Bolonha. Disponível em: <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf>. 1999.

DEMERVAL, S. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felicias R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: Políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. O Processo de Bolonha. In: PEREIRA, Elisabeth Monteiro de Aguiar; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto (Org.). **Universidade contemporânea**: Políticas do processo de Bolonha. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 131-154.

DOMINGUES, I. O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 225-250, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 dez. 2017.

DOS SANTOS BAGGI, Cristiane Aparecida; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 2, 2011.

DUARTE, R. H.; STARLING, H. M. M. **Cidade Universitária da UFMG**: história e natureza. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FAVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, O.; HORTA, J. S. B.; FRIGOTTO, G. Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 83, p. 5-14, 2013.

FEDERICCI, G. **Haydée Bittencourt**: o esplendor do teatro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

FERREIRA, M. M. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, 2000.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. As reformas da educação superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. 2010.

FERREIRA–UEG, Suely. **Reforma da educação superior no Brasil e na Europa**: em debate novos papéis sociais para as universidades. 2010.

FIGUEIREDO, M; FIGUEIREDO, A. M. B. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Cadernos IDESP**, São Paulo, n. 15, 1986.

FILARDI, André Moura Blundi *et al*. **As contradições do Programa REUNI**: o caso das Ciências Sociais na UFSCar. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

FONSECA, A. M.; RICHTER, L. M.; DE FÁTIMA VALENTE, L. Regulação do trabalho docente: a presença da avaliação externa/Regulation of teaching work: presence of external evaluation. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 1, n. 2, 2013.

FORIGO, M. V. **Crise do Estado do bem-estar social e neoliberalismo**: Relações Internacionais no mundo atual. Curitiba, 2003.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. O Desafio Brasileiro: Ensaios sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda. Rio de Janeiro: Ed.34,1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: EDART, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. **Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GARRIDO, Edleusa Nery. Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. In: **Anais...** Seminário Universidade Sociedade. Semana Kirimurê, 2012, 31/10 a 01/11. Cachoeira/BA, 2012.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GERDES, H.; MALLINCKRODT, B. Emotional, social and academic adjustment of college students: A longitudinal study of retention. **Journal of Counseling and Development**, 72, 281-288, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Amostragem na pesquisa social. In: GIL, Antonio Carlos (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 90-109.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOÉS, Jefferson Vieira de. **A metáfora da família nas organizações**: o caso do teatro universitário da UFMG. Trabalho de Conclusão de Curso, 17 jul. 2017.

GOMES, A. A. **Evasão e evadidos**: o discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura. 1998. 175 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1998.

GOUVEIA, A. J. **Democratização do ensino e oportunidades de emprego**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

HERZOG, Serge. Measuring determinants of student returns vs. dropout/stopout vs. transfer: a first-to-second year analysis of new freshman. **Research in Higher Education**, v. 46, n. 8, p. 883-928, 2005.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES** [online], Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 3 maio 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Renda e pobreza – Medidas per capita versus adulto equivalente. Disponível em: <//www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0609.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **O Plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC/INEP, 2008. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/O+Plano+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+raz%C3%B5es,+princ%C3%ADpios+e+programas/3c6adb19-4c2e-4c60-9ccb-3b476bed9358?version=1.6>. Acesso em: 20 maio 2017.

LEITE, D. *et al*. **Universidade e ensino de graduação**: memória e caracterização na UFRGS e na UFPEL. Pelotas: Ed. Gráfica Universitária. UFPEL, 1997.

LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. S. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 383-406, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623654765>. Acesso em: 20 maio 2017.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. **Avaliação educacional**: desatando e reatando nós. EDUFBA, 2009.

LOURDES COELHO, Maria de. O programa Reuni na UFMG: contexto, adesão, implantação, criação do Giz e suas ações formativas. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 4, p. 3-46, 2014.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora EPU, 1986.

MAGALHÃES, G. E.; NORONHA, R.; OSORIO, P. H. **Pesquisa com alunos egressos da graduação UFMG (1975-2000).** Belo Horizonte: Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos**: História das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MALISKA, M. A. Max Weber e o estado racional moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, Curitiba, dez. 2006. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14830>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

MEC; SESU; ANDIFES; ABRUEM. 1996. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Avaliação**, 1(2), p. 55-65.

MELLO, G. N. de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991

MELLO, J. C. R. S. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, v.5, n 2, p. 69-83, 2007. Disponível em: <http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art6.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

MEYER JR., V. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. **Revista Universidade em Debate**, Curitiba, v. 2, n. 1, 2014.

MIGUEL, M. E. B. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al*. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 31-57.

MINAYO, M. C. Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, E. R. A. **História da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte**. Vol. 2. Imprensa Universitária, 1971.

MOROSINI, M. C. O Ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 296-323.

MURTAUGH, Paul A.; BURNS, Leslie D.; SCHUSTER, Jill. Predicting the retention of university students. **Research in Higher Education**, v. 40, n. 3, p. 355-371, 1999.

NERI, M. **Retornos da educação no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acesso em: 21 ago. 2018.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**: Pierre Bourdieu. Petrópolis, Vozes, 1998.

NÓVOA, Antônio. Para uma análise das instituições escolares. In. _____ (Org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 13-42.

OLIVEIRA, M. O.; HERNÁNDEZ, F. (Org.). **A formação do professor e o ensino das artes visuais.** 2. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

OLIVEIRA, O. S.; DRABACH, N. P. Reforma no Estado e implicações para a Gestão Educacional. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, n. 96, p. 1-7, 2009.

OLIVEIRA, R. F.; HORVATH, E.; TAMBASCO, T. C. C. **Manual de Direito Financeiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA JR., J. R. S.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Org.). **Reforma universitária**: dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2006.

OTRANTO, S. R. A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança. **Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1-2, dez. 1996.

PACHANE, G. G. A experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal do aluno. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (Org.). **Estudante universitário**: Características e experiências de formação. São Paulo: Cabral Ed. e Livraria Universitária. 2004. p. 155-186.

PALLOCCI FILHO, Antonio. **A imaginação a serviço do Brasil**: Programa de Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2002.

PARO, V. H. **Significado da escola na sociedade contemporânea e seu papel na formação do sujeito.** Cortez Editora, 2009. Disponível em: <http://www.cortezeditora.com.br/artigo_vitor_paro.php>. Acesso em: 9 maio 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. Uma Escola do Tamanho do Brasil. Programa de Governo 2002 – coligação Lula Presidente. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001806.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG**. Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 129-152, jul. 2001.

POLYDORO, S. A. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário**: condições de saída e de retorno à instituição. 2000. 145 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

QUIROS, M. M. Responsabilização pelo controle de resultados. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C.; GORISMAN. E. **Responsabilização na administração pública.** São Paulo: CLAD/Fundap, 2006. p. 165-216.

RAMIREZ, Reitor Jaime Arturo. Entrevista concedida ao Portal UFMG, à Rádio UFMG Educativa e à TV UFMG. Belo Horizonte, 8 ago. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, 2006.

RIVAS, R. *et al*. Proactive Student Retention: building an early warning system. Working Paper 2007-04, Richard J. Wehle School of Business. Canisius College, 2007.

RODRIGUES, M. A. M. **Gestão da qualidade total na administração pública municipal**: avaliação do estágio gerencial da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre sob a ótica do modelo de avaliação do programa gaúcho da qualidade e produtividade. MBA em Gestão Pública (PMPA). Porto Alegre: [s.n.], 2008.

ROSA, C. M. Marcos Legais e a Educação Superior no Século XXI. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 236-250, 2014.

SABÓIA, Raimunda Monteiro *et al*. **O REUNI na UFAM**: repercussões na gestão pedagógica. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SANDER, B. **Políticas públicas e gestão democrática da educação.** Brasília: Líber Livro, 2005.

SANFELICE, J. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al*. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SANTIAGO, R. O conceito de qualidade no Ensino Superior. In: **A avaliação na administração pública**. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1999. p. 355-380.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al*. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 3-27.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: Investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 [1971].

SILVA JR., J, R. Breve ensaio sobre o processo civilizatório atual. **Revista Avaliação**, Campinas, Unicamp, p. 9-36, set. 2003.

SILVA JR., J. R. Reforma da educação superior: a produção da ciência engajada ao mercado e de um novo pacto social. In: DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M. (Org.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 53-80.

SILVA JR.; SGUISSARDI, V. A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 29, maio/ago. 2005.

SILVA, Aurélio Ferreira da. **O Reuni entre a expansão e a reestruturação: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular**. 2014. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, C. O. **O programa REUNI na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2014.

SILVA, Jane Santos da *et al*. **Estresse dos servidores de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2014.

SIMPSON, Ormond. The costs and benefits of student retention for students, institutions and governments. **Studies in Learning, Education, Innovation and Development**, v. 2, n. 3, p. 34-43, 2005.

SOUSA, A. P.; JOSÉ FILHO, M. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 44, v. 7, 10 jan. 2008.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Revista Quadrimestral de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidade da Universidade Federal da Bahia**, Caderno CRH 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, C.; CARVALHO, I. M. M. Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 48, p. 187-212, 1999.

SOUZA, L. G. Avaliação de políticas educacionais: Contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (Org.). **Avaliação educacional**: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 17-29.

SOUZA, M. M. P. **O teatro como forma de se colocar no mundo**: a formação de identidades nos Grupos Galpões. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera de. **O programa REUNI na Universidade Federal de Uberlândia (2008-2012)**. 2013. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

STOER, S. Educação e globalização: entre regulação e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 33-45, out. 2002.

TEIXEIRA, F. J. S. **O capital e suas formas de produção de mercadorias**: rumo ao fim da economia política. Fortaleza, 1999. (Não publicado).

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Estou me formando...e agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 5(1), p. 47-62, 2004.

TEIXEIRA, Marco Antonio Pereira; CASTRO, Graciele Dotto; DA ROSA PICCOLO, Luciane. Adaptação à universidade em estudantes universitários: um estudo correlacional. **Interação em Psicologia**, v. 11, n. 2, 2007.

THIESEN, I. Memória institucional. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Educação. Vol. 2, 1995, Valinhos. **Anais...** Valinhos: PUCCAMP, 1995. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/417>. Acesso em: 1º de jun. 2017.

TINTO, V. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, 45(1), 1975. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3102/00346543045001089>. Acesso em: 26 jul. 2018.

TINTO, Vincent. Taking retention seriously: rethinking the first year of college. **NACADA Journal**, v. 19, n. 2, p. 5-9, 1999.

TONEGUTTI, Claudio Antonio; MARTINEZ, Milena. **A universidade nova, o REUNI e a queda da universidade pública**. Universidade Federal do Paraná – Departamento de Química, 2007.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: Visão e Ação. Paris: UNESCO, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Centro de Comunicação. De outros festivais: os 50 anos do Festival de Inverno da UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/festivaldeinverno-noticias/historias_do_festiva/de-outros-festivais-os-50-anos-do-festival-de-inverno-da-ufmg/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Lançamento do Livro Álvaro Apocalyse de Márcio Sampaio. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/cenex/wp/?p=1871>. Acesso em: 13 de mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Levantamento de dados sobre salas/laboratórios da EBA-UFMG realizado pelos técnicos administrativos em educação Carolina Lage Gualberto, Leonardo Souza e Sávio Vieira Rocha para apresentação à Diretoria. Belo Horizonte, 23 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. O Projeto Final REUNI. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/reuni/conteudo/o-projeto-final-enviado/>. Acesso em: 8 ago. 2018.

VARGAS, M. L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 1, 2010.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, Rio de Janeiro, p. 383-386, set./out. 2007.

WERLE, F. O. C. História das Instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de História da Educação**, n. 3, p. 109-119, 2004.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

• LEGISLAÇÃO CONSULTADA

• Legislação do Ministério da Educação

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1937.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Poder Executivo, Brasília, 11 abr. 1931.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 18 ago. 2018

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, 28 de dezembro de 2012.

BRASIL. Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013. Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, 24 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 5.540. Reforma Universitária de 1968.

BRASIL. Lei nº 5.692. Lei da Reforma de 1º e 2º graus de 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 14 de dezembro de 1996. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 abr. 1999, 5 p.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968. Autorização do Curso Belas Artes. Brasília, 28 fev. 1968. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação CAPES. Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 4 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Gráfica do Senado, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CG nº 005, de 12 de janeiro de 2009. Autorização do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais modalidade Bacharelado. Brasília, 12 jan. 2009. 1 p. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CG nº 11, de 17 de janeiro de 2018. Autorização dos ajustes curriculares referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Brasília, 17 jan. 2018, 4 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CG nº 342, de 18 de janeiro de 2009. Reconhecimento do Curso de Dança modalidade Licenciatura. Brasília, 18 jan. 2009. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CG nº 343, de 16 de dezembro de 2008. Autorização do Curso de Design de Moda modalidade Bacharelado. Brasília, 16 dez. 2008. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 85, de 04 de abril de 2001. Aprova o funcionamento e a grade curricular do Curso de Formação de Atores da UFMG. Brasília, 4 abr. 2001, 3 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 10 mar. 2004, 21 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 20, de 16 de janeiro de 1990. Aprova o Regimento Interno da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG – Teatro Universitário. Brasília, 16 jan. 1990, 4 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 85, de 18 de outubro de 1989. Aprova o funcionamento e a grade curricular do Curso de Formação de Atores da UFMG. Brasília, 18 out. 1989, 2 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Sesu nº 552, de 25 de junho de 2007. Cria o Grupo Assessor ao MEC do Programa REUNI. Brasília, 25 jun. 2007, 1 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília: 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 08 de março de 2004. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências. Brasília, 8 mar. 2004, 3 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. CONAES. Brasília, 17 jun. 2010, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 17 jun. 2004, 2 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 30 maio 2012, 3 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 15 jun. 2012, 7 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 1º jul. 2015, 4 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 10, de 09 de julho de 1998. Autorização do Curso de Teatro modalidade Bacharelado/Licenciatura. Brasília, 09 jul. 1998. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 14, de 06 de setembro de 2007. Autorização do Curso Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis modalidade Bacharelado. Brasília, 06 set. 2007. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 25, de outubro de 2007. Autorização do Curso de Dança modalidade Licenciatura. Brasília, 25 out. 2007. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc1/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/VEVBVFJP>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portal SIAFI. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/index_conheca_SIAFI.asp>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. Parecer nº 776, de 03 de dezembro de 1997. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 03 dez. 1997, 4 p.

BRASIL. Secretaria de Estado de Fazenda. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 08, de 22 de setembro de 2017. Brasília, 2017. p. 17-25.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 1/02. Brasília, 18 fev. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 2/02. Brasília, 19 fev. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 1/06. Brasília, 5 maio 2006.

• Normativas da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG Relatórios de Atividades, Pró-Reitoria de Planejamento. Belo Horizonte, 2008-2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG Relatórios dos cursos de graduação Pró-Reitoria de Graduação. Belo Horizonte, 2015-2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim nº 1.239 – ano 25, 07.07.1999. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim nº 1.583 – ano 33, 24.9.2007. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim nº 1.589 – ano 33, 05.11.2007. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim nº 2.008 – ano 44, 12.03.2018. Belo Horizonte; Imprensa Universitária, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Boletim: UFMG aprova adesão ao Reuni. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1589/6.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Campus 2010 – Proposta do Plano de Investimentos em Infraestrutura do REUNI-UFMG. Belo Horizonte, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Comissão Permanente do Vestibular. *Site* institucional. Disponível em: <https://www.ufmg.br/copeve/site_novo/>. Acesso em: 6 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Ata da reunião realizada no dia 21 de março de 1963. Belo Horizonte, 1963.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Departamento de Serviços Gerais. Divisão de Material. **Manual do Patrimônio**. Belo Horizonte, 2008. 71 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Estatuto. Belo Horizonte, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. O Projeto Final REUNI. Disponível em: <https://www.ufmg.br/reuni/conteudo/o-projeto-final-enviado/>. Acesso em: 8 de ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Parecer nº 01/2011 – Comissão de Acompanhamento do Projeto Campus 2010. Belo Horizonte, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013 a 2017. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/pdi_ufmg>. Acesso em: 20 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Portal SIGA – Sistema Acadêmico da Graduação e Pós-Graduação UFMG. Disponível em: <www.minha.ufmg.br>. Acesso em: 23 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatório de Gestão**: 2010 a 2014. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/relatoriodegestao/2010-2014>. Acesso em: 30 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatórios de Atividades**: 2008 a 2016. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan/gestao-da-informacao/relatorio-de-atividades/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Regimento Geral. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral>. Acesso em: 8 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Relatórios de Atividades Pró-Reitoria de Planejamento. Belo Horizonte, 2007-2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Relatórios dos cursos de graduação. Pró-Reitoria de Graduação. Belo Horizonte, 2015-2018.

• Portarias, Pareceres, Ofícios e Memorandos da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Gabinete da Reitoria. Ofício nº 601, de 30 de novembro de 2007. Implantação do Projeto REUNI na UFMG. Belo Horizonte, 30 nov. 2007, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Gabinete da Reitoria. Parecer nº 01, de 17 de março de 2011. Relatório da Comissão de acompanhamento do projeto campus 2010. Belo Horizonte, 17 mar. 2011, 9 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Gabinete do Reitor. Portaria nº 75, de 18 de maio de 2006. Cria a comissão para análise e estudos da ampliação de vagas na graduação do Programa REUNI. Belo Horizonte,18 maio 2006, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Parecer CG nº 19, de 2 de fevereiro de 2018. Autorização dos ajustes curriculares referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso de Design de Moda da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 19 fev. 2018, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Administração. Ofício nº 154, de 14 de abril de 2016. Esclarecimentos sobre a paralisação das obras do prédio novo da Pró-Reitoria de Administração à Diretoria da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 14. abr. 2016, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Administração. Ofício nº 243, de 6 de junho de 2016. Minuta do relatório de reunião da Pró-Reitoria de Administração e a Diretoria da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 6 jun. 2016, 5 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 454, de 8 de agosto de 2008. Recursos inicialmente previstos pelo REUNI na EBA-UFMG. Belo Horizonte, 8 de ago. 2008, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 18, de 7 de agosto de 2017. Inclusão das disciplinas Educação Inclusiva, Gestão Escolar, Educação Ambiental e Direitos Humanos no curso de Dança. Belo Horizonte, 7 ago. 2017, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Parecer nº 118, de 31 de agosto de 2016. Autoriza os ajustes curriculares do curso de Artes Visuais registrados na nova versão curricular 2017/1. Belo Horizonte, 31 ago. 2016, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 486, de 30 de junho de 2008. Ampliação de vagas Curso de Artes Visuais – REUNI. Belo Horizonte, 8 ago. de 2008, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 18, de 7 de agosto de 2017. Inclusão das disciplinas Educação Inclusiva, Gestão Escolar, Educação Ambiental e Direitos Humanos no curso de Dança. Belo Horizonte, 7 ago. 2017, 3 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 454, de 8 de agosto de 2008. Recursos inicialmente previstos pelo REUNI na EBA-UFMG. Belo Horizonte, 8 ago. 2008, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Ofício nº 81, de 10 de outubro de 2007. Bolsas de custeio da pós-graduação para os novos cursos da EBA dentro da proposta do REUNI. Belo Horizonte, 10 out. 2007, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Pró-Reitoria de Graduação. Parecer CG nº 19, de 2 de fevereiro de 2018. Autorização dos ajustes curriculares referentes ao pedido de atualização das ementas de disciplinas do curso de Design de Moda. Belo Horizonte, 2 de fev. 2018, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG; FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL – FUMP. **Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras da FUMP 2016**. 130. p. Disponível em: <http://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=16>. Acesso em: 29 set. 2018.

• Resoluções da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução nº 18, de 07 de outubro de 2014. Regulamenta os Grupos de Disciplinas de Formação Avançada. Belo Horizonte, 3 maio 2007, 14 p. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 8 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 18, de 7 de outubro de 2014. Regulamenta os Grupos de Disciplinas de Formação Avançada. Belo Horizonte, 7 out. 2014. 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 13, de 23 de setembro de 2014. Dispõe sobre o provimento de vagas remanescentes nos cursos de graduação da UFMG e revoga a Resolução do CEPE 07/2013, de 5 de novembro de 2013. Belo Horizonte, 23 set. 2014. 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 18, de 07 de outubro de 2014. Regulamenta os Grupos de Disciplinas de Formação Avançada. Belo Horizonte, 7 out. 2014, 8 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/docs/CEPE18>. Acesso em: 10 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 10, de 5 de dezembro de 2013. Retifica as normas do Concurso Vestibular de 2014 da UFMG. Belo Horizonte, 5 dez. 2013, 20 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 14, de 6 de setembro de 2007. Cria o Curso de Graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, de interesse da Escola de Belas-Artes. Belo Horizonte, 6 de set. 2007. 1 p. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 8 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 05, de 14 de abril de 2009. Autoriza o estabelecimento de contrato temporário entre a UFMG e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), vinculado ao Projeto Campus 2010, objetivando a gestão e execução de obras civis do Projeto REUNI nos campi da UFMG, reeditando, com alterações a Resolução nº 12/2008, de 18/09/2008. Belo Horizonte, 14. abr. 2009, 4. p. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 6 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 05, de 03 de maio de 2007. Aprova o Regimento Interno da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG. Belo Horizonte, 3 maio 2007, 12 p. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 8 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 07, de 30 de junho de 2005. Estabelece normas para o Concurso Vestibular de 2006 da UFMG. Belo Horizonte, 30 jun. 2005, p. 1-25. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 7 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 13, de 18 de setembro de 2008. Cria a Comissão de Acompanhamento do Projeto Campus 2010. Belo Horizonte, 18 set. 2008, 2 p. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 9 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 12, de 30 de novembro de 1995. Estabelece os critérios para a prestação de serviços no âmbito da UFMG. Belo Horizonte, 30 nov. 1995, p. 1-4.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Conselho Universitário. Resolução nº 07, de 30 de junho de 2005. Estabelece normas para o Concurso Vestibular de 2006 da UFMG. Belo Horizonte, 30 jun. 2005, p. 1-25. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em: 7 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Resolução nº 3, de 1º de abril de 2018. Regimento Geral. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral>. Acesso em: 10 ago. 2018.

• Normativas da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata de Reunião do dia 22 de abril de 2008. Belo Horizonte, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatório Docência Pós-Graduação. Belo Horizonte, 2008 a 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 38, de 30 de junho de 2016. Proposta de Ajustes Curriculares do Curso de Artes Visuais. Colegiado de Graduação em Artes Visuais. Belo Horizonte, 30 jun. 2016, 5 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 2, de 21 de março de 2016. Inclusão de disciplinas Tópicos interdisciplinares em Arte e cultura I, II e III na grade curricular do curso de Cinema de Animação e Artes Digitais. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais. Belo Horizonte, 21 mar. 2016, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 3, de 13 de maio de 2016. Inclusão dos conteúdos de Direitos Humanos, Educação Ambiental e Relações Étnico Raciais na grade curricular do curso de Cinema de Animação e Artes Digitais. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais. Belo Horizonte, 13 maio, 2016, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Memorando nº 11, de 24 de maio de 2016. Solicitação ao Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema da disciplina Introdução ao TCC. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais. Belo Horizonte, 24 maio, 2016, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 20, de 20 de fevereiro de 2014. Comunicado de Paralisação das obras do prédio novo pela BCA à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Belo Horizonte, 20 fev. 2014, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 32, de 06 de maio de 2015. Solicita esclarecimentos sobre a paralisação das obras do prédio novo à Pró-Reitoria de Administração. Belo Horizonte, 20 de fev. 2014, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 100, de 20 de outubro de 2014. Solicita retorno sobre a paralisação das obras do prédio novo à Pró-Reitoria de Administração. Belo Horizonte, 20 out. 2014, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 59, de 2 de julho de 2015. Proposta de priorização de obras na UFMG. Belo Horizonte, 20 out. 2014, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 07, de 17 de junho de 2016. Laboratórios do CECOR e demanda do curso. Colegiado Graduação em Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 17 jun. 2016, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ofício nº 05, de 4 de agosto de 2016. Retirada do pré-requisito de Produção Colaborativa via web da grade curricular do curso. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais da Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 04 de ago. 2016, 3 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Colegiado de Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes. Ofício nº 28, de 30 de junho de 2016. Proposta de Ajustes Curriculares no Curso de Artes Visuais. Belo Horizonte, 30 de jun. 2016, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Colegiado de Graduação em Dança da Escola de Belas Artes. Ofício nº 24, de 18 de outubro de 2017. Solicitação de Ajustes Curriculares no curso de Dança. Belo Horizonte, 18 out. 2017, 9 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Colegiado de Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais da Escola de Belas Artes. Memorando nº 05, de 27 de abril de 2016. Solicitação ao Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema a anuência para trocar o código FTC207 da disciplina fotografia básica para FTC303. Belo Horizonte, 27 abr. 2016, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Departamento de Artes Plásticas da Escola de Bels Artes. Ofício nº 77, de 30 de junho de 2007. Aprovação do Departamento de Artes Plásticas sobre a adesão ao REUNI. Belo Horizonte, 30 de jun. 2007, 1 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Artes Visuais. Belo Horizonte, 2006; 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais. Belo Horizonte, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Dança. Belo Horizonte, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Design de Moda. Belo Horizonte, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto Pedagógico do Curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Proposta de reformulação do curso de Conservação – Restauração de Bens Culturais Móveis. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatório de ocupação predial – Superintendência Administrativa. Belo Horizonte, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Regulamento CEEAV-TC de 2 de dezembro de 2014. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Projeto CEEAV-TC, de 18 de abril de 2012. Belo Horizonte, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata da reunião realizada no dia 5 de abril de 1957. Belo Horizonte, 1957.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata da reunião realizada no dia 7 de fevereiro de 1965. Belo Horizonte, 1965.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Congregação. Ata da reunião realizada em 22 de abril de 2008. Belo Horizonte, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata Reunião de Colegiado do Curso de Artes Visuais de 29 de setembro de 2011. Belo Horizonte, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata de Reunião de Colegiado do Curso Design de Moda de 16 de agosto de 2012. Belo Horizonte, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Ata de Reunião do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais de 28 de agosto de 2013. Belo Horizonte, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatórios de Gestão Departamento de Desenho. Belo Horizonte, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatórios de Gestão Departamento de Artes Plásticas. Belo Horizonte, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Relatórios de Gestão Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema. Belo Horizonte, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Escola de Belas Artes. Resolução da Coordenação Didática do Curso de Cinema de Animação e Artes Digitais nº 02/2016, de 8 de junho de 2016. Belo Horizonte, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Programa de Pós-Graduação em Artes: Sobre o Programa. Disponível em: <https://eba.ufmg.br/pos/?page_id=38>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Regulamento do Programa de Pós-graduação em Artes da UFMG. 2017. Disponível em: <https://eba.ufmg.br/pos/?page_id=38>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Secretaria-Geral da Escola de Belas Artes. Ofício nº 25, de 02 de setembro de 2016. Discussões realizadas com a Congregação da unidade e reiteração da entrega do Programa de Necessidades e Projetos Básicos definidos e aprovados pela escola à Diretoria de Projetos da Universidade. Belo Horizonte, 2 set. 2016, 4 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Secretaria-Geral da Escola de Belas Artes. Ofício nº 83, de 2 de agosto de 2007. Sugestões ao Reitor sobre ajustes no currículo de Artes Visuais para aderir à proposta REUNI. Belo Horizonte, 2 ago. 2007, 2 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Teatro Universitário. Projeto Pedagógico do Teatro Universitário. Belo Horizonte, 2009.

• Normativas de outras instituições de Ensino Superior

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Relatório de gestão do exercício de 2016.

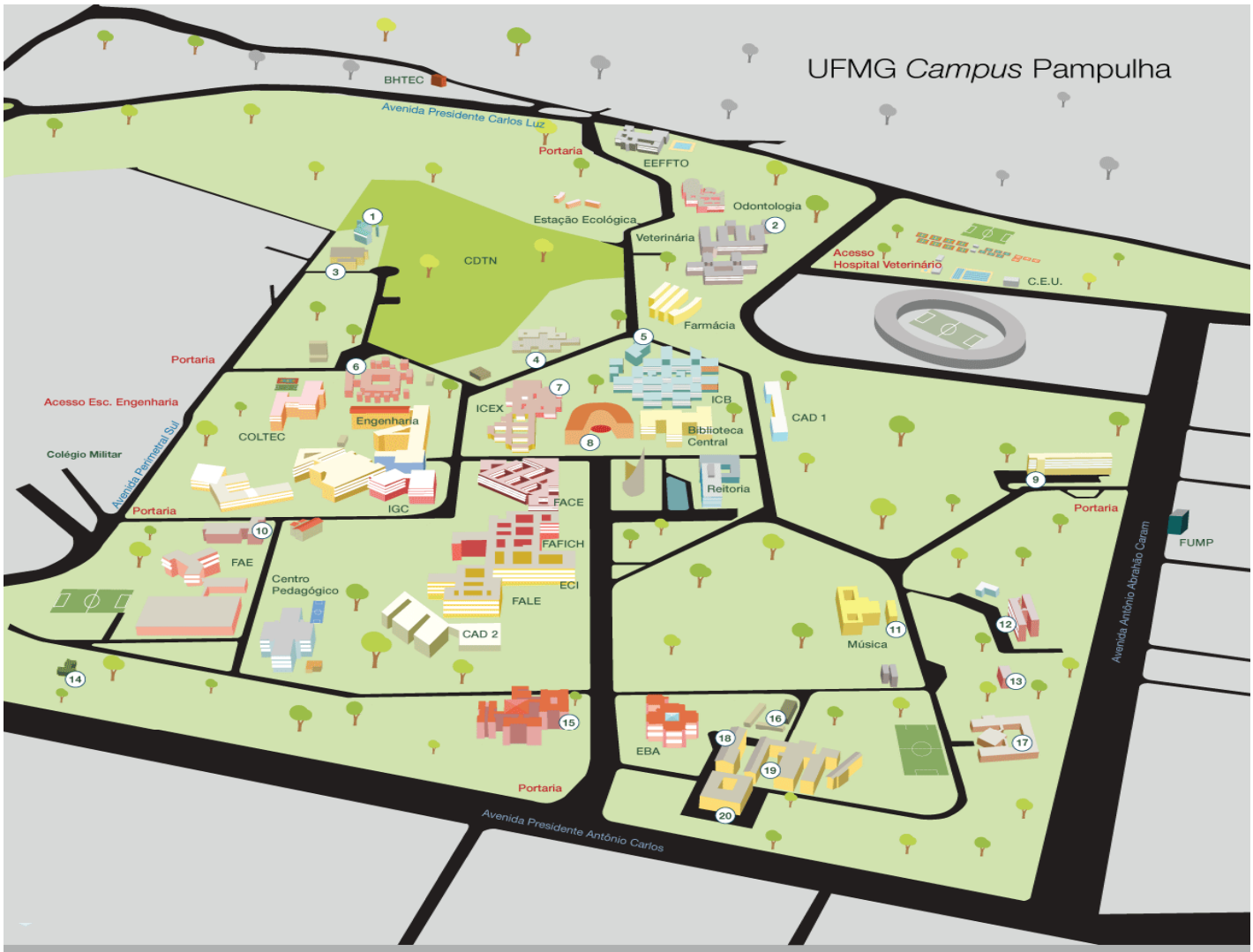
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. Relatório de Gestão 2016. Salvador, 2016. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/relatorios-gestao>. Acesso em: 18 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. Transparência UFBA: O que significa recursos de custeio e recursos de capital? Salvador, 2012. Disponível em: <https://transparencia.ufba.br/o-que-significa-recursos-de-custeio-e-recursos-de-capital>. Acesso em: 13 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP. Relatório de Gestão 2013. Amapá, 2013. Disponível em: <http://www2.unifap.br/proplan/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF. Carta de Serviços ao Usuário. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/tcu_manual_indicadores_2010>. Acesso em: 26 jul. 2018.

ANEXO 1 – MAPA DA UFMG – *CAMPUS* PAMPULHA[23]



CAD 1 – Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais
CAD 2 – Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas
CP - Centro Pedagógico
COLTEC - Colégio Técnico
EBA - Escola de Belas Artes
ECI - Escola de Ciência da Informação
EEFFTO - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
ESCOLA DE ENGENHARIA
ESCOLA DE MÚSICA
ESCOLA DE VETERINÁRIA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA
FACE - Faculdade de Ciências Econômicas
FACULDADE DE FARMÁCIA
FACULDADE DE ODONTOLOGIA
FAE - Faculdade de Educação
FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FALE - Faculdade de Letras
ICB - Instituto de Ciências Biológicas
ICEX - Instituto de Ciências Exatas
IGC - Instituto de Geociências
CEU - Centro Esportivo Universitário

1 CENTRO DE MICROSCOPIA
2 HOSPITAL VETERINÁRIO
3 **CPH** - Centro de Pesquisa e Recursos Hídricos
4 RESTAURANTE SETORIAL II
5 MUSEU DE CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS
6 DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
7 DEPARTAMENTO DE FÍSICA
8 PRAÇA DE SERVIÇOS
BANCOS (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander)
CANTINA
CASU – Caixa de Assistência à Saúde da Universidade
COOPMED – Cooperativa Médica
DCE – Diretório Central dos Estudantes
GRÁFICA
LIVRARIA UFMG
LOJA DA FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
NOSSACOOP - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Belo Horizonte
OAP – Organização dos Aposentados e Pensionistas
RESTAURANTE
SINDIFES – Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino

9 UNIDADE ADMINISTRATIVA II
SAST - Serviço de Atenção a Saúde do Trabalhador
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
10 RESTAURANTE SETORIAL I
11 **CMI** - CENTRO DE MUSICALIZAÇÃO INFANTIL
12 UNIDADE ADMINISTRATIVA III
DAP – Departamento de Administração de Pessoal
DRCA – Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DRH – Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
COPEVE – Comissão Permanente do Vestibular
13 ALMOXARIFADO CENTRAL
14 FAE / CECIMIG
15 **UMEI** - Unidade Municipal de Ensino Integrado Alaíde Lisboa
16 **DGA** - Departamento de Gestão Ambiental
17 IMPRENSA
18 **TU** - TEATRO UNIVERSITÁRIO
19 **DPFP** - Departamento de Planejamento Físico e Projetos
DEMAI - Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura
20 **DLO** - Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais

[23] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. UFMG Campus Pampulha. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/mapas/>. Acesso em: 3 mar. 2018.

ANEXO 2 – FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO

Dados do relatório técnico e/ou científico			
Título e subtítulo: Os impactos do Programa REUNI na gestão Administrativa da EBA-UFMG.		Classificação de segurança: Ostensivo.	
		N°: 01.	
Tipo de relatório: Técnico.		Data: 19/10/2018.	
Título do projeto/programa/plano: Os impactos do Programa REUNI na gestão Administrativa da EBA-UFMG.		N°: 01.	
Autor(es): Bárbara Aparecida Rocha e Geruza de Fátima Tomé Sabino.			
Instituição executora e endereço completo: Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Belas Artes – Avenida Antônio Carlos, 6627. Pampulha. CEP 31270-901 – Belo Horizonte – MG. Telefone: (31) 3409-4529 – Fax: (31) 3409-4430.			
Instituição patrocinadora e endereço completo: Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Belas Artes – Avenida Antônio Carlos, 6627. Pampulha. CEP 31270-901 – Belo Horizonte – MG. Telefone: (31) 3409-4529 – Fax: (31) 3409-4430.			

Resumo: Esta pesquisa relata o histórico da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (EBA-UFMG), a sua participação no Programa REUNI (decreto 6.096/07) e, em especial, avalia três dimensões da implantação desse projeto. Inicia-se analisando o aumento de vagas, contabilizando-se os quantitativos de discentes ingressantes, diplomados e evadidos dos cursos contemplados. Segue com a avaliação da reestruturação acadêmico curricular, dos recursos humanos e das alterações de infraestrutura física. Por último, averiguou-se o suporte da pós-graduação no desenvolvimento qualitativo dos cursos de graduação, aproximando esses níveis de ensino. A metodologia foi de natureza documental com estudo de caso e abordagem quantitativa. Como resultado, de modo geral, o REUNI contribuiu positivamente na ampliação da oferta, na reestruturação dos recursos humanos e na infraestrutura da EBA-UFMG.			
Palavras-chave/descritores: Gestão EBA-UFMG. Ensino Superior. Políticas públicas. REUNI.			
Edição: 01.	Nº de páginas: 132.	N° de volume/parte: 01.	N° de classificação: 01.
Distribuidor: Próprio autor e repositório institucional UFVJM.			

Observações/notas: Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas acima, do documento, em meio eletrônico, no Repositório Institucional da UFVJM, no formato especificado², para fins de leitura, impressão e/ou download pela Internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.			

ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DESTE RELATÓRIO DA PARTE DA EBA-UFMG

DECLARAÇÃO

O Diretor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº 2165, de 17 de abril de 2017, do Magnífico Reitor, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2017, Seção 2, pág. 20,

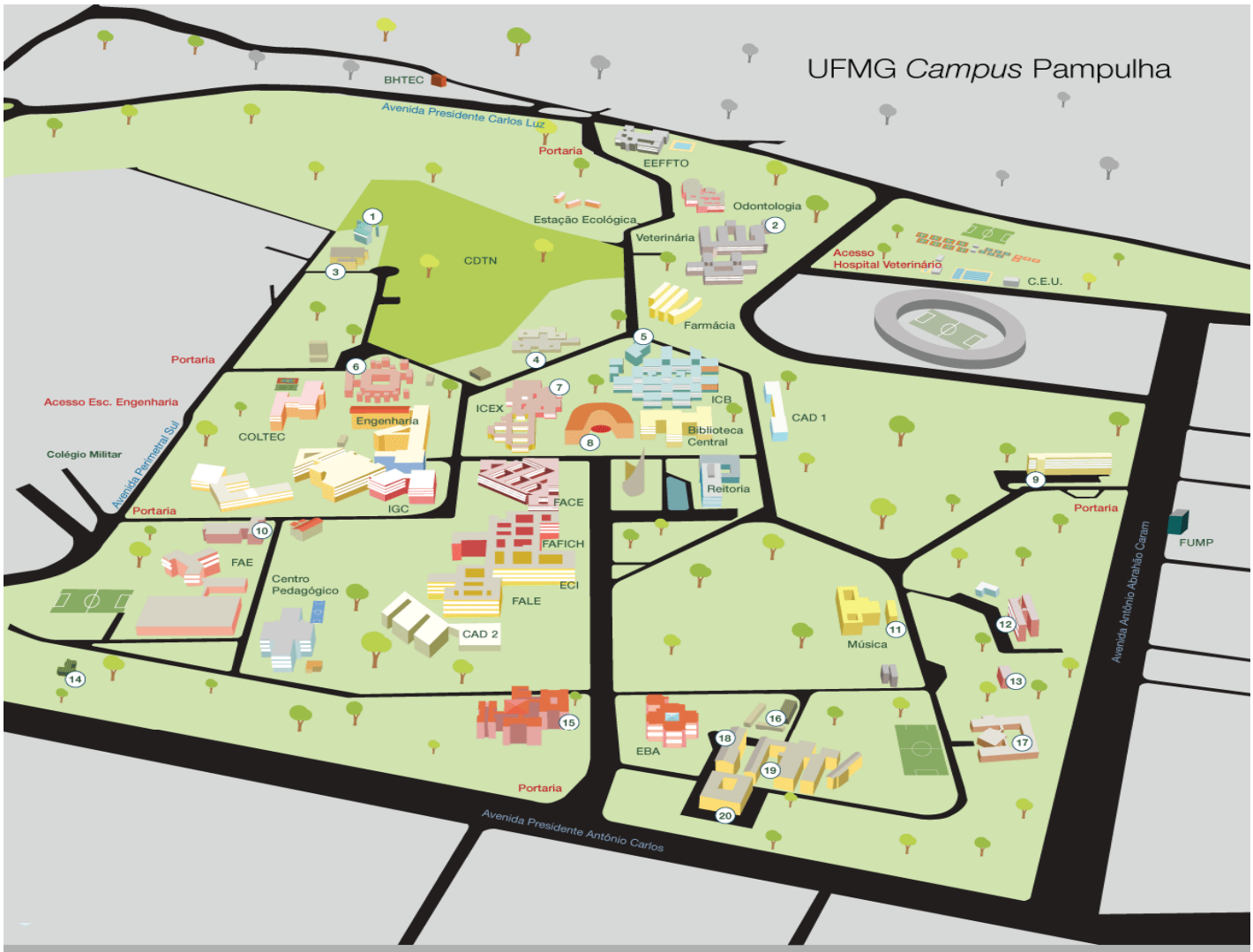
declara para os devidos fins, que **Bárbara Aparecida Rocha**, servidora Técnico-Administrativa em Educação desta Universidade e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri entregou a esta Diretoria o Relatório Técnico intitulado: *Os impactos do Programa REUNI na gestão administrativa da EBA-UFMG*, produto tangível da sua Dissertação,

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2018

Cristiano Gurgel Bickel

Prof. Dr. Cristiano Gurgel Bickel
Diretor da Escola de Belas Artes

ANEXO 1 – MAPA DA UFMG – *CAMPUS* PAMPULHA[37]



CAD 1 – Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais
CAD 2 – Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas
CP - Centro Pedagógico
COLTEC - Colégio Técnico
EBA - Escola de Belas Artes
ECI - Escola de Ciência da Informação
EEFFTO - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
ESCOLA DE ENGENHARIA
ESCOLA DE MÚSICA
ESCOLA DE VETERINÁRIA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA
FACE - Faculdade de Ciências Econômicas
FACULDADE DE FARMÁCIA
FACULDADE DE ODONTOLOGIA
FAE - Faculdade de Educação
FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FALE - Faculdade de Letras
ICB - Instituto de Ciências Biológicas
ICEX - Instituto de Ciências Exatas
IGC - Instituto de Geociências
CEU - Centro Esportivo Universitário

1 CENTRO DE MICROSCOPIA
2 HOSPITAL VETERINÁRIO
3 **CPH** - Centro de Pesquisa e Recursos Hídricos
4 RESTAURANTE SETORIAL II
5 MUSEU DE CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS
6 DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
7 DEPARTAMENTO DE FÍSICA
8 PRAÇA DE SERVIÇOS
BANCOS (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander)
CANTINA
CASU – Caixa de Assistência à Saúde da Universidade
COOPMED – Cooperativa Médica
DCE – Diretório Central dos Estudantes
GRÁFICA
LIVRARIA UFMG
LOJA DA FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
NOSSACOOP - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Belo Horizonte
OAP – Organização dos Aposentados e Pensionistas
RESTAURANTE
SINDIFES – Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino

9 UNIDADE ADMINISTRATIVA II
SAST - Serviço de Atenção a Saúde do Trabalhador
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
10 RESTAURANTE SETORIAL I
11 **CMI** - CENTRO DE MUSICALIZAÇÃO INFANTIL
12 UNIDADE ADMINISTRATIVA III
DAP – Departamento de Administração de Pessoal
DRCA – Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DRH – Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
COPEVE – Comissão Permanente do Vestibular
13 ALMOXARIFADO CENTRAL
14 FAE / CECIMIG
15 **UMEI** - Unidade Municipal de Ensino Integrado Alaíde Lisboa
16 **DGA** - Departamento de Gestão Ambiental
17 IMPRENSA
18 **TU** - TEATRO UNIVERSITÁRIO
19 **DPFP** - Departamento de Planejamento Físico e Projetos
DEMAI - Departamento de Manutenção e Operação da Infraestrutura
20 **DLO** - Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais

[37] UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. UFMG Campus Pampulha. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/mapas/>. Acesso em: 3 mar. 2018.